

# RELATÓRIO DE GESTÃO 2011

## Sumário

PARTE A - INFORMAÇÕES GERAIS.....	4
1 RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL .....	4
1.1 Documentos Normativos .....	4
1.1.1 Lei de Criação e estabelecimento da Finalidade da Empresa.....	4
1.1.2 Estatuto Social .....	4
1.1.3 Estrutura Orgânica.....	4
1.1.4 Delegação de Competências.....	5
1.1.5 Tabela de Unidades Gestoras .....	5
1.1.6 Organograma .....	6
2 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA - OBJETIVOS E METAS FISICAS E FINANCEIRAS E AÇÕES ADMINISTRATIVAS EM PROJETOS E ATIVIDADES.....	9
2.1 Responsabilidades Institucionais da Unidade .....	9
2.1.1 Competências Básicas.....	9
2.1.2 Componentes Estratégicos.....	9
2.2 Estratégia de Atuação .....	10
2.2.1 Problemas.....	11
2.2.2 Metas estratégicas.....	12
2.2.3 Plano de Ações - Projetos Estratégicos.....	12
2.3 Programas de governo sob a responsabilidade da Unidade .....	17
2.3.1 Execução Orçamentária por programa de governo.....	17
2.3.2 Execução Física das ações realizadas pela Unidade - Não se aplica. ....	17
2.3.3 Ações do Plano Plurianual .....	17
2.4 Desempenho Orçamentário/Financeiro.....	22
2.4.1 Programação Orçamentária das Despesas – Não se aplica.....	22
2.4.2 Programação de Despesas Correntes.....	22
a) Programação de Despesas de Capital – Investimentos .....	22
b) Quadro Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência.....	22
c) Quadro Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa – Não se aplica.....	22
2.5 Execução Orçamentária dos Créditos recebidos por Movimentação – Não se aplica.....	22
2.6 Execução Orçamentária dos Créditos originários da Unidade.....	23
a) Despesas por Modalidade de Contratação - Empenhado/Liquidado .....	23
b) Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa .....	23
c) Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa .....	24
2.7 Indicadores Institucionais.....	25
2.7.1 Análise do Desempenho dos Indicadores .....	25
3 PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS Não se aplica .....	29
4 RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES – Não se aplica.....	29
5 INFORMAÇÕES SOBRE OS RECURSOS HUMANOS .....	30
5.1 Demonstração da força de trabalho à disposição da Unidade .....	30
5.1.2 Situações que reduzem a força de trabalho da Unidade.....	30
5.1.3 Quantificação dos cargos em comissão e das funções gratificadas - Não se aplica.....	31
5.1.4 Qualificação do quadro de pessoal por faixa etária.....	31
5.1.5 Qualificação do quadro de pessoal por escolaridade.....	31
5.2 Composição do quadro de servidores Inativos e Pensionistas – Não se aplica.....	31
5.3 Composição do quadro de estagiários.....	31
5.4 Demonstração dos custos de pessoal da Unidade 2009-2011.....	32
5.5 Terceirização de mão de obra empregada pela Unidade.....	33
5.5.1 Terceirização de cargos e atividades do Plano de Cargos o Órgão .....	33
5.6 Contratos prestação de serviços com locação de mão de obra .....	33
a) Serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva.....	33

b) Serviços apoio administrativo, manutenção e conservação de bens imóveis, copa e cozinha, brigada de incêndio, menor aprendiz.....	37
.....	42
5.7 Indicadores Gerenciais de Recursos Humanos .....	42
6 DEMONSTRATIVO DE TRANSFERÊNCIAS .....	46
6.1 Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício.....	46
6.2 Resumo dos Instrumentos celebrados pela Unidade – 2009, 2010 e 2011.....	46
6.3 Resumo dos instrumentos celebrados 2009,2010,2011 .....	47
6.4 Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2011 e exercícios seguintes.....	47
6.5 Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas.....	47
6.6 Visão Geral da análise das prestações de contas .....	48
7 REGISTRO SISTEMA SICONV E SIASG .....	49
8. DECLARAÇÃO IRPF .....	50
9 ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UNIDADE .....	51
10 CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE .....	53
11 GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO .....	54
11.1 Bens Imóveis de Uso Especial de propriedade da União sob responsabilidade da Unidade .....	54
11.2 Bens Imóveis locados de terceiros.....	54
12 GESTÃO DE TECNOLOGIA .....	55
13 CARTÕES DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL .....	55
14 RENÚNCIA TRIBUTÁRIA.....	55
15 DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES ORIUNDAS DO TCU.....	56
16 RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO .....	65
PARTE B - INFORMAÇÕES CONTÁBEIS .....	89
1 Demonstrações Contábeis – Lei 6404/76 e Notas Explicativas.....	89
2 Composição Acionária.....	113
3 Posição da Unidade como investidora – Não se aplica.....	113
4 Parecer da Auditoria Independente sobre as Demonstrações Contábeis.....	114
PARTE C - CONTEÚDOS ESPECÍFICOS DA UNIDADE.....	116
1 REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES.....	116
1.1 Remuneração Mensal do Conselho Diretor .....	116
1.2 Remuneração Mensal do Conselho Fiscal .....	117
1.3 Remuneração Conselho: Exercício 2009 a 2011 .....	117
1.4 Remuneração Diretoria Exercício 2009 a 2011 .....	118
1.5 Remuneração variável dos administradores – Não se aplica.....	118
2 PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADA .....	118
a) Identificação da Entidade (Nome/Razão Social e CNPJ) .....	118
b) Demonstrativo anual .....	118
c) Informações sobre Ações de Fiscalização.....	138

## PARTE A - INFORMAÇÕES GERAIS

### 1 RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

<b>Poder</b>	Executivo
<b>Órgão de Vinculação</b>	Ministério da Fazenda
<b>Código do SIORG</b>	000090
<b>Nome completo da unidade e sigla</b>	Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO)
<b>CNPJ</b>	33.683.111/0001-07
<b>Código na LOA</b>	25207
<b>Código da UJ titular do relatório</b>	Gestão: 17205 – Serviço Federal de Processamento de Dados - UG Executora
<b>Nome e código no SIAFI</b>	25207 - Serviço Federal de Processamento de Dados
<b>Situação operacional</b>	Em funcionamento.
<b>Natureza jurídica</b>	201-1 – Empresa Pública
<b>Principal atividade econômica</b>	126 - Tecnologia da Informação
<b>Função de governo predominante</b>	23 - Tecnologia e Serviço
<b>Nome e código no SIAFI</b>	25207 - Serviço Federal de Processamento de Dados
<b>Endereço completo da sede</b>	Setor de Grandes Áreas Norte Quadra 601, Módulo V, Brasília-DF, CEP 70836-900, (61)2021-8000 – Fax (61)2021-8531.
<b>Endereço da página institucional na Internet</b>	www.serpro.gov.br
<b>Publicação Institucional</b>	Revista Tema

#### 1.1 Documentos Normativos

##### 1.1.1 Lei de Criação e estabelecimento da Finalidade da Empresa.

As competências legais e finalidades do SERPRO foram estabelecidas por meio da Lei Nº 4.516, de 1 dezembro de 1964, modificada pela Lei Nº 5.615, de 13 de outubro de 1970, pela Lei Nº 9.649, de 27 de maio de 1998, e pela Lei Nº 12.249 de 11.06.2010.

##### 1.1.2 Estatuto Social

Decreto Nº 6.791 de 10 de março de 2009, publicado em 13.03.2009.

##### 1.1.3 Estrutura Orgânica

O SINOR WEB - Sistema de Informações Normativas, contém o arquivamento eletrônico de todos os documentos e informações que podem ser consultados com facilidade a qualquer tempo e compartilhado com os empregados.

##### a) Documentos adequação estrutura 2011

- Resolução - OE – 013/2011 de 31/08/2011 –Adequar, de acordo com o determinado na Deliberação DE-002/2011, aprovada em 01 de agosto de 2011, a Estrutura Orgânica do SERPRO.
- Resolução - OE – 011/2011 de 01/08/2011 –Adequar, de acordo com o determinado na Deliberação DE-

001/2011, aprovada em 26 de maio de 2011, a Estrutura Orgânica do SERPRO.

- Resolução - OE – 009/2011 de 01/06/2011 – Adequar, de acordo com o determinado na Deliberação DE-001/2011, aprovada em 26 de maio de 2011, com vigência a partir de 01 de junho de 2011, a Estrutura Orgânica do SERPRO.

- Resolução - OE – 16A/2010 de 01/07/2010 – Adequar de acordo com a Deliberação DE 002/2010, aprovada em 24.06.2010, a Estrutura Orgânica do Serviço Federal de processamento de Dados.

#### 1.1.4 Delegação de Competências

Resolução – DE 003/2010 de 01/02/2010 a 31/01/2012 – Delegação Direta de Poderes a Titulares de Cargos de Direção e Chefia.

Resolução - DE-006/2011 de 27/05/2011 – Descrição das Atribuições e Competências das Diretorias Funcionais.

#### 1.1.5 Tabela de Unidades Gestoras

Unidades Gestoras utilizadas no SIAFI	
Código	Nome
803010	SERPRO - REGIONAL BRASILIA
803011	SERPRO - ESCRITORIO DE GOIANIA - GO
803012	SERPRO - ESCRITORIO DE CUIABA - MT
803013	SERPRO - ESCRITORIO DE CAMPO GRANDE - MS
803014	SERPRO - ESCRITORIO DE PALMAS - TO
803020	SERPRO - REGIONAL BELEM
803021	SERPRO - ESCRITORIO DE MANAUS - AM
803022	SERPRO - ESCRITORIO DE RIO BRANCO - AC
803023	SERPRO - ESCRITORIO DE MACAPA - AP
803024	SERPRO - ESCRITORIO DE BOA VISTA - RR
803025	SERPRO - ESCRITORIO DE PORTO VELHO - RO
803030	SERPRO - REGIONAL FORTALEZA
803031	SERPRO - ESCRITORIO DE SAO LUIS - MA
803032	SERPRO - ESCRITORIO DE TERESINA - PI
803040	SERPRO - REGIONAL RECIFE
803041	SERPRO - ESCRITORIO DE NATAL/RN
803042	SERPRO - ESCRITORIO DE MACEIO - AL
803044	SERPRO - ESCRITORIO DE JOAO PESSOA - PB
803050	SERPRO - REGIONAL SALVADOR
803051	SERPRO - ESCRITORIO DE ARACAJU SE
803060	SERPRO - REGIONAL BELO HORIZONTE
803070	SERPRO - REGIONAL RIO DE JANEIRO
803071	SERPRO - ESCRITORIO DE VITORIA
803080	SERPRO - REGIONAL SAO PAULO
803081	SERPRO- ATENDIMENTO ESCRITORIO DE SANTOS/SP
803082	ESCRITORIO RIBEIRAO PRETO
803083	SERPRO- ATENDIMENTO.ESCRITORIO S.J.RIO PRETO/SP
803084	SERPRO- ATENDIMENTO ESCRITORIO DE BAURU/SP
803085	SERPRO- ATEND.ESCRITORIO PRES.PRUDENTE/SP
803086	SERPRO- ATENDIMENTO ESCRITORIO DE CAMPINAS/SP
803088	SERPRO- ATENDIMENTO ESCRITORIO TAUBATE - SP
803090	SERPRO - REGIONAL CURITIBA
803100	SERPRO - REGIONAL PORTO ALEGRE
803400	SERPRO- REGIONAL FLORIANOPOLIS
806001	SERPRO- SEDE - DEPARTAMENTO FINANCEIRO
806030	SERPRO - SEDE
808001	DEPARTAMENTO GESTÃO CONTÁBIL
808010	ADMINISTRACAO TRIBUTARIA
808011	ADMINISTRACAO FINANCEIRA – SUNAF
808016	ADMINISTRACAO FEDERAL - SUNMP
808018	SERVICOS ESPECIAIS - SUNSE

Unidades Gestoras utilizadas no SIAFI	
Código	Nome
808024	SUPERINT.DE NEGOCIOS SISTEMAS CORPORATIVOS - SUPSC
808027	SUPERINT.DE RELAC.COM CLIENTES-NEGOC.ESTRATEG - SUNNE
808028	SUPERINT.DE DESENVOLVIMENTO - SUPDE
808029	ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E COMÉRCIO EXTERIOR - SUNAC
808030	SUPERINT.DE RELAC. C/ CLIENTES SISTEMA.FAZEND. E JUDICIAIS-SUNFJ
808031	SUPERINTENDÊNCIA DE SUPORTE À TECNOLOGIA – SUPST
808032	COORDENACAO DE RELACIONAMENTO COM CLIENTES
808117	GERENCIA DE SERVICOS - SUPGS
808118	SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS - SUPGP
808119	SUPERINTENDENCIA DE GESTAO FINANCEIRA - SUPGF
808120	SUPERINTENDENCIA DE GESTAO LOGISTICA - SUPGL
808122	SUP. DE GESTAO DAS AQUISICOES E CONTRATOS - SUPGA
808127	SUP. DE PRODUTOS E SERVICOS - CENTRO DE DADOS - SUPCD
808130	COORD. DE GESTÃO DE CONTRATOS DE OPERACOES - COOGC
808132	SUPERINTENDENCIA DE OPERAÇÕES – SUPOP
808133	SUPERINTENDENCIA DE SUPORTE E INFRA DE TIC
808134	COORDENACAO DE GEST.DA SEGURANCA DA INFORMACA - COGSI
808210	DIRETORIA - DIRET
808211	AUDITORIA - AUDIG
808212	CONSULTORIA JURIDICA - COJUR
808213	UNIDADES DE APOIO A ALTA ADMINISTRACAO
808214	GERENCIAMENTO EMPRESARIAL - SUPCO
808215	GESTAO EMPRESARIAL - INFORM. DE NEGOCIOS - SUPGE
808217	COORDENAÇÃO ESTRATÉGICA DE RECONOLOGIA- CETEC
808220	COORDENAÇÃO ESTRATÉGICA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL- CECOM
808221	COORDENACAO ESTRATÉGIA DE REL.INSTITUIONAIS - CERIN
808223	COORDENACAO ESTRATÉGICA DE INCLUSAO DIGITAL - CEIDI
808225	COORDEN.ESTRAT.DE RESPON.SOCIAL E CIDADANIA - CEREC
808229	COORDEN.ESCRITORIO ESTRATEGICO DE PROJETOS - COEEP
808240	UNIVERSIDADE CORPORATIVA – UNISE
808246	COORDENAÇÃO ESTRATÉGICA SOFTWARE LIVRE-CESOL
808248	CORDENAÇÃO DE SOLUÇÃO CORPORATIVA DE COM. E COLABORAÇÃO-COSCC
808249	SUPERINTENDENCIA DE INT DE DADOS E PROCESSOS – SUNIT
809007	ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS - PSE
809901	DIVISÃO DE OPRÇAMENTO EMPRESARIAL

### 1.1.6 Organograma

Para desenvolver suas atividades, o Serpro está estruturado organizacionalmente em sete Diretorias, dentre eles, o Diretor-Presidente, o Diretor-Superintendente, que o substitui quando de seus impedimentos legais e eventuais, conforme estabelece o inciso I do art. 12 do Estatuto Social do Serpro, aprovado pelo Decreto no 6.791, de 10 de março de 2010, e os Diretores de Relacionamento com Cliente, de Operações, de Administração, de Gestão Empresarial e de Desenvolvimento.

Por intermédio da Deliberação DE – 002/2011, de 04 de agosto de 2011, o Conselho Diretor, na forma prevista no inciso XII do art. 7º do Estatuto Social do Serpro, aprovou a área de atuação dos Diretores, bem como os órgãos a eles vinculados.

A Auditoria-Geral tem como missão assessorar a Alta Administração no desempenho de suas funções, fornecendo-lhe relatórios com informações resultantes de análises que subsidiam a avaliação do desempenho dos controles internos do Serpro.

A Consultoria Jurídica presta atendimento Consultivo, Judicial e Estratégico para a Direção da Empresa, garantindo segurança à tomada de decisão.

As Unidades de Relacionamento com Clientes têm como objetivo captar, tratar e tornar disponíveis informações que apoiem o Governo Federal de forma integrada, com o desenvolvimento de soluções baseadas nas mais modernas ferramentas de TIC.

As Unidades de Desenvolvimento objetivam a racionalização e melhor aproveitamento dos recursos de

desenvolvimento de sistemas, focando na busca por maior produtividade das equipes e maior qualidade dos produtos entregues aos clientes, além de proverem suporte, alinhar, integrar e otimizar as tecnologias e processos relacionados ao desenvolvimento.

As Unidades de Operações têm como objetivo o fornecimento da infraestrutura tecnológica, envolvendo hospedagem de aplicações, servidores, armazenamento de dados, gerenciamento e administração de aplicações e serviços, redes virtuais privadas, locais e corporativas, convergência de dados, voz e vídeo, gerenciamento e administração de serviços, dentre outros, com elevados níveis de qualidade, segurança e competitividade.

As Unidades de Gestão Empresarial têm como objetivo realizar a gestão econômico- financeira, de modo a garantir a capacidade de investimento, transparência e sustentabilidade, gerando informações de gestão empresarial estruturadas, necessárias ao processo decisório da Empresa.

As Unidades de Administração têm como objetivo o desenvolvimento das pessoas, propiciando condições de evolução funcional, valorização, bem-estar e qualidade de vida, a adequação e a manutenção do ambiente físico da empresa e de todos os objetos que o compõem, o gerenciamento e normatização do processo de contratação de bens e serviços de qualquer natureza, e ainda a coordenação e articulação de ações de Responsabilidade Social e Cidadania, internas e externas.

Para fomentar, gerir, formular, coordenar e executar diretrizes relacionadas a assuntos corporativos estratégicos, essa gestão estabeleceu o tratamento diferenciado de alguns temas através das Coordenações Estratégicas que tem objetivo dar maior flexibilidade para o atendimento aos programas e projetos de governo, bem como reforçar o papel do Serpro na prestação dos serviços com agilidade e qualidade.

Ao Conselho Diretor compete fixar a política e diretrizes básicas do Serpro; aprovar o plano diretor plurianual; autorizar o Diretor-Presidente a delegar poderes a titulares de cargos de direção ou chefia para movimentação de fundos e a constituir mandatários, por prazo certo, para o mesmo fim; deliberar sobre as propostas orçamentárias; manifestar-se sobre os balanços patrimoniais e demonstrações financeiras para posterior encaminhamento ao Ministro de Estado da Fazenda, com fins de aprovação; e, por fim, deliberar sobre a criação de reservas de lucros.

Compete ainda, pronunciar-se, previamente à decisão do Ministro de Estado da Fazenda, sobre cisão, fusão ou incorporação do Serpro; deliberar, previamente ao encaminhamento para apreciação do mesmo Ministro, sobre o regulamento de licitação, o regulamento de pessoal, o quadro de pessoal, o plano de cargos e salários, os benefícios, vantagens e quaisquer outras parcelas que componham a retribuição dos empregados e alteração estatutária; e aprovar a escolha do Chefe da Auditoria, por indicação do Diretor-Presidente, além de manifestar-se previamente ao processo de contratação de auditores externos.

Autorizar a aquisição, a alienação e a oneração de bens imóveis, aprovar a criação, na estrutura da Empresa, de unidades vinculadas diretamente à Diretoria, definir, mediante proposta do Diretor-Presidente, as áreas de atuação dos Diretores, bem como as respectivas competências, decidir sobre as contratações, por prazo determinado, de pessoal técnico especializado, decidir sobre os assuntos que lhe forem submetidos pelo Diretor- Presidente, disciplinar a concessão de férias aos membros da Diretoria, definir a participação dos empregados nos lucros ou resultados e dirimir dúvidas emergentes de eventuais omissões do Estatuto.

O Conselho Diretor é composto por quatro membros indicados pelo Ministro de Estado da Fazenda, dentre eles o Presidente do Conselho e seu substituto, pelo Diretor-Presidente do Serpro e por um representante indicado pelo Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, com mandato de três anos, renovável por igual período.

Ao Conselho Fiscal compete, como representante da União, fiscalizar, denunciando erros e sugerindo providências, a ação dos administradores no cumprimento de suas obrigações legais e estatutárias. Também deve examinar as demonstrações financeiras, inclusive Relatório de Administração, emitindo pareceres sobre as demonstrações contábeis, as alterações de capital social, os planos de investimentos ou o orçamento de capital, a destinação de resultados, transformação, incorporação, fusão ou cisão da Empresa ou sobre outros assuntos que forem submetidos pelo Conselho Diretor ou Diretoria.

Cabe-lhe, ainda, acompanhar a execução patrimonial, financeira e orçamentária, bem como solicitar e analisar documentos.

O Conselho é composto por três membros titulares e pelos respectivos suplentes, designados pelo Ministro de Estado da Fazenda e, ainda, por um Secretário designado pela Empresa, tendo mandato de um ano, renovável por igual período.

Para melhor visualização da estrutura organizacional do SERPRO, apresenta-se a seguir o seu organograma:



## 2 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA - OBJETIVOS E METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS E AÇÕES ADMINISTRATIVAS EM PROJETOS E ATIVIDADES.

### 2.1 Responsabilidades Institucionais da Unidade

O Perfil Empresarial e a trajetória do SERPRO relacionam-se estreitamente com a história da Informática brasileira. Ao longo de seus 47 anos de existência, a empresa cumpre seu objetivo de modernizar e dar agilidade a setores estratégicos da Administração Pública Federal. De acordo com o estabelecido no Art. 3º do seu Estatuto Social, são finalidades do SERPRO:

- I - atender prioritariamente, com exclusividade, aos órgãos do Ministério da Fazenda;
- II - aplicar as disponibilidades de sua capacidade técnica e operacional na execução dos serviços de sua especialidade que venham a ser convencionados com outros órgãos e entidades da administração pública federal, estadual e municipal, mediante contratação;
- III - viabilizar soluções no campo da modernização e do apoio à tomada de decisão, no âmbito da administração pública;
- IV - atuar no sentido de racionalizar e simplificar as atividades atinentes à tecnologia da informação no setor público; e
- V - incentivar o desenvolvimento do setor de informática pública, de acordo com as diretrizes definidas pelo Governo Federal.

Considerando tais finalidades, o SERPRO define os seus Componentes Estratégicos, fundamentando sua atuação e visando oferecer aos clientes soluções de Tecnologia da Informação e Comunicações – TIC que lhes permitam a concentração nas suas atividades principais sustentadas por sistemas de informações necessários às suas operações.

#### 2.1.1 Competências Básicas

O SERPRO – Serviço Federal de Processamento de Dados é uma empresa pública vinculada ao Ministério da Fazenda, criada pela Lei nº 4.516, de 01/12/1964, regida, atualmente, pela Lei nº 5.615, de 13/10/1970, e regulamentada pelo Decreto nº 6.791 de 10 de março de 2009. Com atuação em todo o território nacional, mantém-se com receitas provenientes de contratos de prestações de serviços, realizados junto ao seu segmento de mercado e, até Dezembro/2003, de transferências do Orçamento Geral da União – OGU. A partir de 2004, estas transferências foram extintas, passando o SERPRO a integrar o Programa de Dispendios Globais – PDG.

O SERPRO desenvolve soluções em tecnologia da informação e comunicação voltadas às finanças públicas e às ações estruturadoras e integradoras relacionadas à gestão do Estado. Adicionalmente a essa atuação essencial, vem ampliando o seu papel no contexto da responsabilidade pública e social e auxiliando na formulação dos padrões de acessibilidade, propondo-se a ser o seu guardião, de modo a contribuir no direcionamento da inclusão social e digital.

#### 2.1.2 Componentes Estratégicos

Visão	Missão
Líder em soluções de Tecnologia da Informação e Comunicações para realização das Políticas Públicas do Governo Federal.	Prover e integrar soluções em Tecnologia da Informação e Comunicações para o êxito da gestão e da governança do Estado, em benefício da sociedade.
Negócio	Produtos e Serviços
Tecnologia da Informação e Comunicações.	Sistemas de Informação; Serviços de Tecnologia da Informação e Integração de Soluções; Consultoria e Informações; Gestão de TIC dos Sistemas Estruturadores do Governo Federal.
Força Motriz	Fatores críticos
Capacidade de inovar e realizar.	Produtividade e eficiência; Disponibilidade e utilidade; Domínio tecnológico.
Premissas	Valores
Conquistar reconhecimento de Clientes, Estado e Sociedade; Prestar serviços com pontualidade, inovação, qualidade e segurança; Empregar soluções inovadoras com tecnologia adequada; Desenvolver soluções de tecnologia da informação de forma cooperada; Orientar a gestão para resultados que assegurem a sustentabilidade; Praticar gestão integrada e participativa; Manter os empregados comprometidos e motivados; Atuar com ética e responsabilidade cidadã.	Confiança e credibilidade; Compromisso com resultados; Confidencialidade e segurança das informações; Respeito às pessoas; Responsabilidade social e cidadania; Integridade profissional e pessoal; Orgulho de trabalhar no SERPRO; Gosto por desafios; Equidade de gênero e raça; Competência técnica.

## 2.2 Estratégia de Atuação

A estratégia de atuação do SERPRO é definida por meio do planejamento estratégico da empresa. Nesse processo são definidos os componentes estratégicos, que orientam os trabalhos da empresa, para atender às necessidades de seus clientes, conselheiros, Estado e sociedade brasileira, no âmbito da tecnologia da informação e comunicação. Em 2011 o SERPRO aprimorou o processo de planejamento estratégico, denominado Gerir ciclo estratégico corporativo. Foi inspirado na metodologia de Planejamento Estratégico Situacional (PES), do chileno Carlos Matus, que tem foco em problemas e no envolvimento de toda a organização na construção das respectivas soluções.

O aprimoramento do ciclo teve como propósito aumentar a integração com o processo de gerenciamento de projetos, normatizar a gestão estratégica e aumentar a automação. O Ciclo Estratégico é organizado em duas fases: Formulação da estratégia; Monitoramento e controle da estratégia. Cada uma possui um conjunto de atividades que geram produtos para atingir seu objetivo. O quadro a seguir apresenta essas fases com respectivas atividades e produtos.

Fase	Atividades	Produtos
Formulação da estratégia	Definir Componentes Estratégicos Identificar Objetivos Estratégicos Definir Soluções Divulgar Estratégia	Componentes estratégicos Problemas estratégicos Projetos estratégicos
Monitoramento e controle da estratégia	Preparar Monitoramento e Controle da Estratégia Desdobrar Estratégia Executar Ciclo de Monitoramento e Controle da Estratégia Controlar Estratégia Encerrar Ciclo Estratégico	Descrição dos atributos dos indicadores Planos setoriais Relatório de monitoramento e controle da estratégia Oficina de controle

Na fase de Formulação da estratégia são definidos ou revisados os componentes estratégicos, como visão, missão, valores. Em seguida os problemas estratégicos são identificados e descritos, com suas causas e respectivas consequências. As causas fundamentais, nós críticos, servem como centros práticos de ação e de construção dos focos de resultados. Esses últimos representam o estado desejado, quando da solução do problema. Após escolha do nó crítico e foco de resultado são definidas as metas e indicadores que serão usados para medir desempenho.

Ainda na fase de Formulação da estratégia são definidos os projetos estratégicos, que realizam as metas definidas. Essa atividade contempla um período de coleta de propostas de projeto junto a todo o corpo funcional da empresa e o alinhamento das propostas e projetos correntes com os problemas e metas. Uma lista analisada é encaminhada para aprovação pelo corpo diretor da empresa.

A fase Monitoramento e controle da estratégia inicia-se com a especificação de indicadores, onde são detalhados os atributos de fórmula, fonte de dados, procedimento de coleta, entre outros. Em paralelo a essa atividade são realizados os planos setoriais, que desdobram os elementos estratégicos, como metas e projetos.

Após a atividade de preparação iniciam-se os ciclos de monitoramento e controle da estratégia, onde participam os responsáveis pelo problema, metas e projetos estratégicos. Os ciclos ocorrem a cada dois meses e são apoiados pela ferramenta informatizada Controle, Acompanhamento e Avaliação de Resultados (e-CAR). O objetivo do ciclo é acompanhar o andamento dos projetos, o desempenho das metas e verificar se estão na direção estabelecida pelos problemas estratégicos. Ao final de cada monitoramento são realizadas oficinas de controle para analisar os resultados coletados e deliberar sobre mudanças no plano, ações corretivas e preventivas. No último monitoramento e controle ocorre o encerramento do ciclo estratégico do ano.

Com base nessa metodologia, o planejamento estratégico do SERPRO passa a ser representado pelos seguintes elementos:

- Componentes Estratégicos (conforme item 2.1.2)

- Problemas
- Metas estratégicas
- Projetos estratégicos

Os Componentes estratégicos representam a visão, a missão, o negócio, os produtos e serviços, a força motriz, os fatores críticos, as premissas e valores do SERPRO, conforme apresentado no item 2.2.1 deste documento. Eles fornecem as diretrizes que norteiam as metas, projetos e ações da empresa, levando ao cumprimento de sua missão. Nos próximos tópicos serão apresentados: os problemas, as metas e os projetos estratégicos gerados para o exercício de 2011.

### 2.2.1 Problemas

O problema é um elemento fundamental no planejamento estratégico situacional. Pode ser definido como um comportamento indesejável ou resultado final que necessite de correção em vista dos objetivos da organização. A árvore de problema contém os atributos que descreve: nome, causas e consequências. A partir desses elementos são identificados os nós críticos e focos de resultados. Esses servem para relacionar com o plano de trabalho da empresa, onde os projetos buscam desatar os nós críticos que causam o problema, cujos resultados são controlados pelos focos de resultados. Assim, quando um projeto atinge o foco de resultado, isso significa que um problema foi resolvido.

No Ciclo Estratégico 2011 os problemas foram identificados e selecionados na fase de Formulação da estratégia, com a participação da diretoria, coordenações estratégicas, unidades organizacionais e órgãos de assessoramento. Foram selecionados 7 problemas, que estão descritos nos quadros a seguir:

<b>Problema 1 – Dimensão Cliente e Governo</b>	
<b>Problema</b>	Gestão de Serviços Alinhada ao Negócio
<b>Foco de resultados</b>	Permitir acompanhamento, cumprimento e comprovação dos Níveis de Serviços acordados
<b>Nós críticos (principais causas)</b>	Gestão integrada de serviços ainda em implantação
<b>Problema 2 - Dimensão Sociedade</b>	
<b>Problema</b>	Necessidade de ampliar o alcance das soluções de governo eletrônico a todas as camadas da sociedade
<b>Foco de resultados</b>	Serpro oferecer soluções de governo eletrônico que atendam à sociedade
<b>Nós críticos (principais causas)</b>	Atuação pouco proativa na construção de soluções de governo eletrônico que atendam a todas as camadas da sociedade
<b>Problema 3 – Dimensão Processo</b>	
<b>Problema</b>	Necessidade de ampliar a atuação proativa em segurança da informação
<b>Foco de resultados</b>	Contínua redução da vulnerabilidade da empresa e do cliente
<b>Nós críticos (principais causas)</b>	Segurança não é plenamente integrada
<b>Problema 4 – Dimensão Tecnologia</b>	
<b>Problema</b>	Dificuldade de Gestão do Ciclo de Vida de Tecnologia
<b>Foco de resultados</b>	Atualização de softwares, conforme o processo de gestão do ciclo de vida de tecnologia
<b>Nós críticos (principais causas)</b>	Internalização incompleta do ciclo de vida tecnológico
<b>Problema 5 – Dimensão Pessoas</b>	
<b>Problema</b>	Necessidade de ampliar a identidade dos gestores e empregados com o papel de uma empresa pública
<b>Foco de resultados</b>	Empregado e gestor público comprometido com o papel da empresa pública
<b>Nós críticos (principais causas)</b>	Inadequação do processo de captação, integração e desenvolvimento de pessoas relativo ao tema gestão pública

<b>Problema 6 – Dimensão Recursos</b>	
<b>Problema</b>	Aumentar a produtividade no desenvolvimento de software
<b>Foco de resultados</b>	Incrementar a produtividade no desenvolvimento das soluções tecnológicas
<b>Nós críticos (principais causas)</b>	Ferramental pouco integrado e pouco influenciado por um ciclo de modernização de processos corporativos; Necessidade de maior qualidade nas informações de gestão do desenvolvimento; Ferramentas de gestão não integradas e inadequadas; Qualificação técnica dos desenvolvedores é desequilibrada
<b>Problema 7 – Dimensão Cliente e Governo</b>	
<b>Problema</b>	Atendimento aos sistemas prioritários
<b>Foco de resultados</b>	Permitir a entrega dos projetos prioritários, considerando o prazo acordado com as partes interessadas
<b>Nós críticos (principais causas)</b>	Unidades Organizacionais precisam ampliar a aplicação do gerenciamento de projetos, com observação em seus cronogramas e necessidades

### 2.2.2 Metas estratégicas

Na definição de suas metas estratégicas, o SERPRO vem buscando atender as seguintes premissas:

- 1) utilidade: representar o que é estratégico e útil para a tomada de decisão;
- 2) conformidade: atender ao que é solicitado pelos órgãos de controle;
- 3) mensurabilidade: capacidade de medir e monitorar o indicador.

Da mesma forma que as estratégias se modificam de um ano para outro, ou mesmo dentro de um mesmo ano – as chamadas estratégias emergentes – o conjunto de metas corporativas também se altera. Se isso não acontecesse, a empresa correria o risco de perseguir metas divergentes de sua realidade. Além disso, a empresa busca aprender com a execução de seu planejamento. Esse aprendizado pode levar a reflexão, onde a revisão de suas metas torna-se necessária.

O SERPRO busca garantir um conjunto mínimo e estável de indicadores, num processo contínuo de gestão e coleta sistematizada, de modo a permitir a análise histórica e evolutiva da empresa pela sociedade, governo e órgãos de controle. Esses podem estar ou não incluídos no plano estratégico da empresa. Quando não, são acompanhados pelos processos organizacionais, em nível tático ou operacional.

Foram definidos 14 indicadores para 2011, agrupados por problema e dimensão, conforme item 2.6.3 deste documento. Cada indicador foi especificado com um conjunto de propriedades que o caracterizam e reduzem a ambiguidade entre seus usuários. O tópico 2.6.4 apresenta algumas dessas propriedades.

Do conjunto apresentado, quatro são remanescentes do exercício de 2010, podendo ter alguma evolução na fórmula ou procedimento de coleta. São eles: Evolução da produtividade média do desenvolvimento na linguagem Java, Evolução da produtividade média do desenvolvimento na linguagem Natural, % de projetos com cumprimento de prazo adequado, e % de projetos com aderência adequada ao PGPS.

### 2.2.3 Plano de Ações - Projetos Estratégicos

Os projetos estratégicos representam o plano de ação da empresa para alcançar suas metas e, por sua vez, cumprir com seu direcionamento estratégico. Ao todo foram selecionados 27 projetos, cuja lista é apresentada a seguir com o nome, objetivo e situação em 31/12/2011.

<b>Contextualizar e Modelar o Processo de Segurança do SERPRO</b>	
<b>Objetivo</b>	Contextualizar e modelar o processo de segurança do SERPRO.
<b>Situação</b>	Concluído, em 31/01/2012.
<b>GIS - Gerenciamento Integrado de Serviços do SERPRO</b>	
<b>Objetivo</b>	Elaborar e implantar a primeira fase do modelo de Gerenciamento Integrado de Serviços, no ambiente produtivo do SERPRO. Este projeto contemplará a definição do modelo de Gerenciamento Integrado de

	<p>Serviços, a revisão dos processos atuais do Processo SERPRO de Gerenciamento de Serviços (PSGS), reimplantação dos processos revisados do PSGS como PSGIS alinhados ao modelo GIS, implantação dos novos processos de capacidade, disponibilidade e níveis de serviços, estruturação da área responsável pelo Gerenciamento Integrado de Serviços. O Gerenciamento Integrado de Serviços é um processo que proporciona a gestão de demandas por recursos de infraestrutura ou serviços de TIC, desde a sua internalização pela URC até a entrega do serviço ao cliente, a partir da qual são estabelecidas ações para atuação proativa na gestão do ciclo de vida deste serviço contratado, garantindo a conformidade com os níveis de serviço estabelecidos.</p>
<b>Situação</b>	Em andamento. Previsão de término: 31/12/2012.
<b>Modernização das Ferramentas de Desenvolvimento</b>	
<b>Objetivo</b>	Selecionar e internalizar uma solução integrada de gestão do ciclo de vida do desenvolvimento, com objetivo de promover melhorias na execução e gestão dos projetos de software, tais como: Aumento da produtividade na gestão de projetos de software; Melhoria na qualidade dos produtos de software; Melhoria da gestão dos produtos de software; Maior gestão dos recursos envolvidos no desenvolvimento de software; Melhor Acompanhamento e gestão da conformidade com o processo de desenvolvimento de software e; Visibilidade à alta liderança do andamento dos projetos em desenvolvimento e da capacidade de desenvolvimento disponível.
<b>Situação</b>	Em andamento. Previsão de término: 24/05/2013.
<b>Governança de Tecnologia da Informação</b>	
<b>Objetivo</b>	Estabelecer uma estrutura de governança de TI que venha reforçar o alinhamento estratégico da TI aos direcionamentos da organização e aprimorar os processos de modo a melhorar seus desempenhos e alcance dos objetivos, além de compor informações de subsídio às decisões da Coordenação de Tecnologia e da alta direção nos assuntos afetos à tecnologia.
<b>Situação</b>	Em andamento. Previsão de término: 30/06/2012.
<b>Construção da identidade dos gestores e empregados com o papel da empresa pública</b>	
<b>Objetivo</b>	Ampliar a identidade dos gestores e empregados com o papel da empresa pública, adequando os processos de captação, integração e desenvolvimento de pessoas relativo ao tema Gestão Pública.
<b>Situação</b>	Concluído, em 31/12/2011.
<b>FAROL - Monitoração Integrada de Serviços</b>	
<b>Objetivo</b>	Proporcionar uma arquitetura de monitoração integrada de serviços de TIC (Tecnologia da Informação e Comunicação) baseada em soluções livres, aderentes a processos vinculados a padrões abertos, com o propósito de garantir a produção dos serviços conforme contratos e acordo de níveis de serviços estabelecidos com os Clientes.
<b>Situação</b>	Em andamento. Previsão de término: 30/06/2012.
<b>Medição corporativa da segurança da informação</b>	
<b>Objetivo</b>	Definir medições corporativas da segurança da informação, que consiste no estabelecimento, coleta e análise de indicadores de segurança da informação.
<b>Situação</b>	Concluído em 30/12/2011.
<b>E-Gov nos Telecentros</b>	
<b>Objetivo</b>	O projeto objetiva disponibilizar os serviços de Governo Itinerante nos telecentros, a fim de tornar os serviços do Governo Eletrônico mais acessíveis às camadas menos favorecidas.
<b>Situação</b>	Em andamento. Previsão de término: 31/07/2012.
<b>Projeto Sabiá</b>	
<b>Objetivo</b>	É um conjunto de produtos de tecnologia assistiva, tem como objetivo viabilizar o acesso das pessoas aos direitos, bens e serviços, independente das suas capacidades físicas, motoras, perceptivas e condições culturais e sociais, eliminando as barreiras arquitetônicas e tecnológicas, atendendo à Política Nacional para integração da pessoa portadora de deficiência, conforme previsto no Programa SERPRO de Responsabilidade Social e Cidadania, no eixo Acessibilidade.
<b>Situação</b>	Em andamento. Previsão de término: 03/04/2012.

<b>Escritório de Métricas em Pontos de Função da Superintendência de Desenvolvimento (Escritório de Contagem de Pontos de Função)</b>	
<b>Objetivo</b>	Implantar o Escritório de Métricas em PF na SUPDE/SERPRO objetivando garantir a efetividades das estimativas de tamanho dos projetos de software a serem desenvolvidos pela SUPDE (Superintendência de Desenvolvimento).
<b>Situação</b>	Em andamento. Previsão de término: 02/04/2012.
<b>Gestão de Identidade e Acesso</b>	
<b>Objetivo</b>	O projeto tem por objetivo prover ao SERPRO um modelo de Gestão de Identidade e Acesso, contemplando as funções de Autenticação, Autorização, Auditoria e Federação de Identidades.
<b>Situação</b>	Em andamento. Previsão de término: 01/02/2012.
<b>Implementação de Solução de Gerenciamento de Identidades</b>	
<b>Objetivo</b>	Implementar a solução e a automação do Processo de Gerenciamento de Identidades no SERPRO
<b>Situação</b>	Concluído, em 28/02/2011.
<b>Readequar solução de Autoridade Certificadora</b>	
<b>Objetivo</b>	Celebração de convênio específico para o desenvolvimento de programa de cooperação técnico científica por meio da realização de engenharia reversa e correções / aprimoramentos no Sistema de Gerenciamento de Certificados do SERPRO (SGCS) em sua versão online, com fundamento no Acordo de Cooperação Técnica RG 41.643/2008, assinado pelo SERPRO e pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC.
<b>Situação</b>	Concluída, em 18/03/2011.
<b>Implementação do processo de gestão da continuidade de negócios</b>	
<b>Objetivo</b>	Estabelecer a estrutura de funcionamento da SUPGS (Superintendência de Produtos e Serviços - Gerência de Serviços) e demais áreas de operações para suporte ao uso do processo de gestão de continuidade de negócios.
<b>Situação</b>	Em andamento. Previsão de término: 30/06/2012.
<b>Projeto de segmentação da rede interna</b>	
<b>Objetivo</b>	Segmentar a rede interna do SERPRO em redes logicamente isoladas de modo a atender aos perfis de usuários definidos por segmento. Essa estrutura oferecerá níveis de segurança de acordo com o tipo de trabalho executado por cada perfil de usuário em cada rede, garantindo segurança, auditabilidade e rastreabilidade.
<b>Situação</b>	Em andamento. Previsão de término: 31/12/2012.
<b>Ciclo de Desenvolvimento Seguro</b>	
<b>Objetivo</b>	Instituir atividades e melhores práticas de segurança no desenvolvimento, em todas as fases de engenharia do(s) processo(s) corporativos relacionados ao(s) ciclo(s) de vida de desenvolvimento de um produto de software.
<b>Situação</b>	Em andamento. Previsão de término: 30/06/2012.
<b>Consolidação dos servidores e serviços na produção, utilizando a virtualização</b>	
<b>Objetivo</b>	Consolidar os servidores e serviços produzidos nos <i>Data Centers</i> administrados pela SUPCD (Superintendência de Produtos e Serviços – Centro de Dados) e servidores e serviços administrados pela SUPOP (Superintendência de Operações), utilizando a solução de Virtualização homologada para o SERPRO.
<b>Situação</b>	Em andamento. Previsão de término: 30/06/2012.
<b>Gestão de Continuidade de Negócios</b>	
<b>Objetivo</b>	Definir estratégia, arquitetura e processos visando a contratação e implementação da infraestrutura que possibilite a continuidade de negócios.
<b>Situação</b>	Em andamento. Previsão de término: 28/09/2012.
<b>Sistema integrado do monitoramento e registro automático de veículos - SIMRAV</b>	
<b>Objetivo</b>	O SIMRAV – Sistema de Monitoramento e Registro Automático de Veículos visa servir aos órgãos executivos de trânsito como instrumento para prevenção, fiscalização e repressão ao furto e roubo de veículos e cargas. Possibilitar a obtenção dos dados de veículos e de seus proprietários, registrar em nível nacional as transações e troca de informações e garantir a integração das entidades envolvidas, criando condições para diminuir as

	ocorrências de roubo e furto de veículos. Fornece dados que subsidiam o DENATRAN na sua missão de regulamentar e garantir a segurança no trânsito.
<b>Situação</b>	Em andamento. Previsão de término: 04/07/2012.
<b>Novo SIAFI - Fase I - Contas a Pagar e Receber (CPR)</b>	
<b>Objetivo</b>	Construir um novo sistema Contas a Pagar e a Receber - CPR, bem como reconstruir e adaptar os módulos e submódulos de sistemas que contribuem para a composição das funcionalidades do complexo SIAFI (referente a primeira fase do Plano Global de Projeto do Novo SIAFI - CPR), que são por ele requeridos. Nesse grupo estão os sistemas: SENHA, COMUNICA, Submissão Batch (BT), MENSAGENS, DOCUMENTOS e TABELAS. Em razão da estratégia de garantir a convivência da nova solução, em plataforma avançada, com a aplicação atualmente em produção no mainframe, faz parte desse escopo a adequação de funcionalidades e criação de novas funcionalidades no SIAFI Operacional.
<b>Situação</b>	Em andamento. Previsão de término: 04/12/2012.
<b>SICGOV – Sistema de Custos do Governo Federal – Fase III</b>	
<b>Objetivo</b>	Fornecer ao Governo Federal, por intermédio da Secretaria do Tesouro Nacional, evolução da Solução denominada SICGOV - Sistema de Custos do Governo Federal, através da inclusão dos Documentos e dos Contas-Corrente Contábeis do SIAFI - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO GOVERNO FEDERAL. Adicionalmente serão incluídas as Tabelas de Credores, Plano Interno e Centro de Custos.
<b>Situação</b>	Em andamento. Previsão de término: 05/03/2012.
<b>e-Processo</b>	
<b>Objetivo</b>	Agilizar o andamento processual na RFB (Receita Federal do Brasil), CARF (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais) e PGFN (Procuradoria Geral da Fazenda Nacional). O objetivo central é a transformação dos processos administrativos em processos digitais e o controle dos processos tipo papel, com o gerenciamento do seu fluxo de trabalho, no âmbito da RFB, do CARF e da PGFN, com segurança, agilidade, fidedignidade e transparência.
<b>Situação</b>	Em andamento. Previsão de término: 31/07/2012.
<b>Programa de Unificação dos Créditos Previdenciários e Fazendários (PUC01 - EFD-Social e DCTF-Prev)</b>	
<b>Objetivo</b>	Integração do tratamento dos créditos previdenciários e créditos tributários. Será criada a Escrituração Fiscal Digital Social (EFD-Social), substituindo a GFIP (Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social) e gerado a DCTF-Prev (Declaração de Contribuições Fiscais e Tributárias – Previdenciária). A DCTF-Prev receberá um tratamento equivalente ao da DCTF-Tributária.
<b>Situação</b>	Em planejamento. Previsão de término: 30/12/2014.
<b>SAJ 2011 - Melhorias</b>	
<b>Objetivo</b>	Tornar disponíveis várias melhorias do SAJ 2011 em 8 entregas sucessivas. Inclui a disponibilização do Ambiente para Treinamento.
<b>Situação</b>	Em andamento. Previsão de término: 13/04/2012.
<b>Evolução convênios</b>	
<b>Objetivo</b>	Atender o conjunto de demandas para evolução do Portal de Convênios- Siconv no período de 2010-2011. Conforme anexo XII Serviços Siconv do Contrato Serpro/MPOG – 2010/2010-14.
<b>Situação</b>	Em andamento. Previsão de término: 30/03/2012.
<b>Fomento do uso do Processo SERPRO de Desenvolvimento de Soluções (Promoção do uso do PSDS)</b>	
<b>Objetivo</b>	Comprometimento dos diversos níveis gerenciais com o uso do PSDS. Aproximar o processo de desenvolvimento à realidade praticada nos departamentos de desenvolvimento. Envolvimento da UNISE (Universidade Corporativa) na capacitação.
<b>Situação</b>	Em planejamento. Previsão de término: 21/12/2012.
<b>Reestruturação dos Escritórios de Controle e Acompanhamento do Desenvolvimento</b>	
<b>Objetivo</b>	Reestruturar os Escritórios de Acompanhamento e Controle do Desenvolvimento para que a Superintendência de Desenvolvimento possa garantir o atingimento das metas corporativas para o desenvolvimento de soluções. No momento, a meta é atingir 12 HH/PF de produtividade na linguagem Java/Demoiselle e na linguagem

	Natural.
<b>Situação</b>	Em andamento. Previsão de término: 13/02/2012.

A seguir é apresentada a situação dos projetos que foram prioritários de 2008 a 2011, em 31/12/2011.

#### a) Modelo de gestão

**Objetivo:** Adequar o modelo conceitual de organização e gestão da empresa, a partir da análise do novo contexto organizacional e da revisão e atualização dos elementos estratégicos – visão, missão, negócio etc. de maneira que o novo modelo defina, dentre outros, tópicos, tais como: os macroprocessos organizacionais, a descrição da alta administração e as categorias dos órgãos, o funcionamento, inter-relacionamento e requisitos para a estruturação organizacional.

**Situação:** Concluído em 02/08/2011.

#### b) Modelo de Internalização de Ambiente de Integração (baseado em SOA) <Solução de arquitetura orientada a serviços>

**Objetivo:** Instituir o Projeto de Solução de Arquitetura Orientada a Serviços do SERPRO – CTSOA, com o objetivo de aplicar uma infraestrutura de serviços baseada em Enterprise Service Bus – ESB no contexto de Service-oriented architecture - SOA, definindo a Arquitetura Orientada a Serviços do SERPRO e o processo de transformação, ou migração, da atual arquitetura para a arquitetura proposta.

**Situação:** Concluído em 18/02/2011.

#### c) Política de comunicação e reformulação de veículos de comunicação

**Objetivo:** Construção de instrumentos orientadores e normativos concebidos para sistematizar as ações de comunicação, criando e mantendo fluxos de comunicação que facilitem interação entre o SERPRO e seus públicos de interesse. O projeto foi dividido em dois subprojetos: o de Política de Comunicação Social e de Reformulação dos Veículos de Comunicação .

**Situação:** Concluído em 30/12/2011.

#### d) Gerenciamento do quadro de pessoal do SERPRO.

**Objetivo:** Implantar o gerenciamento do quadro de pessoal, por meio de planejamento de ações corporativas que possibilitem a alocação adequada de empregados, a fim de suprir as Unidades Organizacionais com força de trabalho qualificada, necessária ao desenvolvimento do negócio da Empresa, a médio e longo prazo.

**Situação:** Concluído em 29/04/2011.

#### e) Sistemática de reuso de componentes (Gestão de componentes de software corporativa)

**Objetivo:** Gerar nova versão do Processo de Gestão de Componentes e Serviços, incluindo procedimento para aceite e divulgação de componentes não corporativos. Criar a versão 1.0 dos componentes internalizados de acordo com o processo. Criar artefatos de requisitos para reuso.

**Situação:** Concluído em 18/11/2011.

#### f) Portal Unificado do Serpro

**Objetivo:** Unificar os portais Intranet e Internet do Serpro, buscando a criação de um Portal que englobe serviços, informações e outras funcionalidades. O novo portal será uma ferramenta de trabalho do cotidiano dos empregados da Empresa.

**Situação:** Concluído em 23/12/2011.

#### g) SPED - Sistema Público de Escrituração Digital

**Objetivo:** construir, implantar e produzir solução de TIC para o Sistema Público de Escrituração Digital - SPED. (NF-e, Escrituração Fiscal e Contábil).

**Situação:** Em andamento. **Previsão de término:** 31/12/2012.

#### h) Macro Processo do Crédito Tributário

**Objetivo:** definir sistema informatizado, na plataforma aplicada ao Sistema de Informações Econômico-Fiscais – Sief, que promova a Visão Integrada do Macroprocesso do Crédito Tributário, com vistas a acompanhá-lo e tratá-lo em todas as etapas do seu ciclo operacional.

**Situação:** Em andamento. **Previsão de término:** previsão 31/05/2013.

#### **i) Expresso em nuvem - DATAPREV e SERPRO**

**Objetivo:** Disponibilizar à sociedade brasileira, em especial às três esferas de governo, uma solução de comunicação eletrônica, cuja arquitetura tecnológica e o modelo de negócio sejam orientados a serviço. A solução terá por base os módulos e funcionalidades do correio Expresso atual e contemplará os seguintes conceitos de computação em nuvem: capacidade de disponibilizar módulos contratados do serviço rapidamente; acesso ao serviço a partir de diversos tipos de dispositivos móveis; pool de recursos computacionais podem estar distribuídos geograficamente; recursos computacionais elásticos (aumentam ou diminuem conforme a demanda); e remuneração do serviço prestado será proporcional ao kit mínimo e módulos adicionais contratados.

**Situação:** Em andamento. **Previsão de término:** 13/04/2012.

### **2.3 Programas de governo sob a responsabilidade da Unidade**

#### **2.3.1 Execução Orçamentária por programa de governo**

O SERPRO não possui programas de governo sob sua responsabilidade.

#### **2.3.2 Execução Física das ações realizadas pela Unidade - Não se aplica.**

#### **2.3.3 Ações do Plano Plurianual**

Os investimentos do SERPRO em 2011 ocorreram sob um programa de caráter geral estabelecido pelo DEST/MP denominado Investimentos das Empresas Estatais em Infra estrutura de Apoio, código 0807 que se desdobrou nas seguintes ações:

**Ação 4101** - Manutenção e Adequação de Bens Imóveis

**Ação 4102** - Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos.

**Ação 4103** - Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento.

Para essas atividades, em vista de sua natureza e pluralidade de elementos que as compõem, não foram estabelecidas metas físicas, apenas estabelecidas, em caráter balizador, as dotações orçamentárias, de forma idêntica às constantes dos Relatórios de Gestão anteriores.

<b>PLANO PLURIANUAL - PPA 2010-2013</b>			
<b>EXECUÇÃO FINANCEIRA - EXERCÍCIO 2011</b>			
<b>PROGRAMA DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRAESTRUTURA DE APOIO</b>			
<b>AÇÃO</b>	<b>PREVISÃO ANUAL (R\$ 1,00)</b>	<b>REALIZAÇÃO ANUAL (R\$ 1,00)</b>	<b>%</b>
4101 - Manutenção de Bens Imóveis	40.281.924	29.099.582	72,24%
4102 - Manutenção de Bens Móveis, Veículos e Equipamentos	13.000.000	3.675.467	28,27%
4103 - Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento	131.718.076	100.255.287	76,11%
<b>Total</b>	<b>185.000.000</b>	<b>133.030.336</b>	<b>71,91%</b>

#### **2.3.3.1 Justificativas**

Do montante total programado para a realização de investimentos em 2011, foram realizados cerca de 72% (R\$133 milhões).

Os percentuais de realização dos investimentos em informática foram próximos a 76% tanto para Software quanto para Hardware. Os investimentos de Infraestrutura, Obras e Bens, tiveram a realização de 72% e 28% respectivamente.

### **Ação 4101 – Manutenção e Adequação de Bens Imóveis (Obras)**

**Justificativa:** Foi previsto para Obras um valor de R\$ 40,2 milhões. Desse total, não foi possível a realização de cerca de R\$ 11 milhões em razão principalmente do atraso na entrega dos projetos executivos de engenharia pelas empresas na elaboração do novo centro de dados da Regional São Paulo e da nova subestação de energia da Regional Brasília.

### **Ação 4102 – Manutenção de Bens Móveis, Veículos e Equipamentos (Bens)**

**Justificativa:** Em 2011 foi previsto o montante de R\$ 13 milhões para investimentos em bens de infraestrutura, desse montante foram realizados 28% (cerca de R\$ 3,6 milhões).

A não realização de cerca de R\$ 9 milhões se deve principalmente a postergação da aquisição do sistema No Break para a Regional Rio de Janeiro – Horto, cuja instalação dependia da contratação de adequação do sistema elétrico da Regional que foi adiado para 2012.

### **Ação 4103 – Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento (Informática)**

**Justificativa:** Em 2011 foi previsto o montante de 131 milhões em Informática, desse montante foram realizados 76% (cerca de 101 milhões).

A não realização de cerca de R\$ 30 milhões se deve principalmente a valores que estavam previstos para aquisições de Filtro de Conteúdo, Estações de Trabalho, Directors, Solução de Armazenamento e Switches de Borda que exigem prazo longo para a aquisição, pois envolvem uma especificação detalhada e complexa e foram postergados para 2012.

#### **2.3.3.2 Detalhamento da Justificativa -**

##### **Ação: 4101 - Obras**

Os principais processos de contratações/aquisições em andamento ou em fase de entrega com as devidas justificativas para os investimentos de infraestrutura (Obras) são apresentadas no quadro seguinte, sob responsabilidade da Superintendência de Gestão Logística - SUPGL:

<i>Regional</i>	<i>Objeto</i>	<i>Justificativa</i>
Brasília	Elaboração e desenvolvimento dos projetos executivos para a construção de nova edificação destinada a abrigar escritórios na Sede do SERPRO em Brasília - DF	Contratação cancelada por decisão da diretoria.
Brasília	Projeto de atualização da rede elétrica Prédio da Sede	Contrato assinado em 19/12/2011, o desembolso de pagamento será em 2012.
Brasília	RG 46727 - Acerto Contábil	Contrato programado na ND 44.90.52 e liquidado na ND 44.90.51, conforme orientações da SUPGF
Brasília	Projeto de atualização do sistema de Climatização Prédio da Sede	Projeto não realizado – mudança de prioridade (Sede)
Brasília	Projeto de expansão do CPD e de reestruturação do sistema de climatização global do prédio da Regional Brasília	Contrato liquidado, restando apenas a etapa constante da linha 17.
Fortaleza	Aquisição de Plataforma Elevatória	Foi alterado o projeto original em função da mudança na norma da ABNT. Com essa mudança houve necessidade de solicitar novas propostas para as empresas. Foram solicitadas as novas propostas orçamentaria para as empresas em 2011, mas as mesmas não apresentaram suas propostas completa em tempo para compor o Termo de Referência de 2011. Com isso, o projeto foi transferido para o exercício de 2012.
Fortaleza	Execução dos serviços de reforma no pátio de	A previsão era de executarmos 40% em 2011 e 60% em 2012,

<i>Regional</i>	<i>Objeto</i>	<i>Justificativa</i>
	estacionamento de veículos, que atende a Regional Fortaleza.	conforme está acontecendo.
Fortaleza	Reforma / Conclusão do Anexo I (LENA CONSTRUÇÕES LTDA.)	Cancelada por desistência do Contrato por parte da Contratada.
Recife	Substituição das Telhas trapezoidal e acessórios da coberta do bloco B	1) Realizados dois pregões para contratação do objeto constante do PB 1107/2010, os quais tiveram preços acima da referência pesquisada; 2) Ambos os pregões foram revogados por apresentarem necessidade de ajustes do objeto visto que os valores ofertados nas licitações apresentaram-se muito acima dos pesquisados; 3) Em face do insucesso nas licitações realizadas e na inexecuibilidade de tempo para execução dentro do exercício optou-se pela contratação no exercício seguinte informando-se desta decisão à controladoria para as devidas providências no âmbito orçamentário.
Recife	Reforma de infraestrutura elétrica estabilizada da Regional Recife	1) A execução deste contrato é tecnicamente dependente do contrato da construção de edificação para abrigar o novo gerador de 625KVA. Acontece que a construção do referido abrigo atrasou conforme justificativas daquele item, gerando atrasos em demais itens tais quais este. Com relação ao que havíamos previsto inicialmente o percentual de execução deste item é de 73,26%.
Recife	Execução dos serviços de modernização do sistema de detecção e alarme contra incêndio da Regional Recife	1) Atraso do início do projeto executivo face ao atraso na elaboração do projeto que subsidiou o mesmo. Foram aplicadas as sanções cabíveis à contratada responsável pela elaboração do projeto executivo; 2) Primeira licitação realizada em 30/11/2011 sem que nenhuma licitante tenha atendido às exigências de habilitação; 3) Realizadas alterações no projeto básico dividindo o objeto em duas parcelas afim de aumentarmos a participação das licitantes; 4) Nova licitação realizada em 10/01/2012, aguardando liberação orçamentária para conclusão da contratação;
Recife	Execução dos serviços de ar condicionado da Regional Recife	1) Trata-se da ampliação de sistema de condicionamento de ar, tipo VRF, para a regional Recife; 2) Previu-se inicialmente a execução de 70% do valor total previsto; 3) No decorrer da execução do projeto, face a produtividade maior do que o previsto pela contratada, foi solicitado o reforço ora justificado, pretendendo-se a liquidação total deste item de investimento; 4) A execução deste item é, em parte, tecnicamente dependente do contrato da construção de edificação para abrigar o novo gerador de 625KVA. Acontece que a construção do referido abrigo atrasou conforme justificativas daquele item, gerando atrasos em demais itens tais quais este; 5) Com relação ao que havíamos previsto inicialmente (70%) o percentual de execução deste item é de 122,33%.
Rio de Janeiro	Cobertura de despesa com a contratação de empresa para a instalação de sistema de proteção contra descargas atmosférica (SPDA), nas instalações do prédio do Andaraí, no Rio de Janeiro.	Nota de Empenho de valor total do estimado emitida para garantir o processo de contratação, que somente será concluído em 2012.
Rio de Janeiro	Execução de serviços de reforma dos banheiros e copas e retirada do contrapiso com regularização, de todos os pavimentos do Prédio nº 1 - Horto - SERPRO – Regional Rio de Janeiro/RJ.	Conforme informado no acompanhamento do poi 2011 de 5.jan, a execução desse contrato extrapola o ano de 2011. Previsão de término em fevereiro/2012.
Rio de Janeiro	Projeto executivo completo para a construção de edificação para implantação do centro de dados de 3ª geração, no Andaraí	A licitação foi realizada, mas a contratação não foi levada a efeito, pois o projeto foi cancelado pela Diretoria.
São Paulo	Instalação de um novo sistema de climatização para o Prédio 1 do Horto - Regional Rio de Janeiro.	A execução desse contrato extrapola o ano de 2011. Previsão de término em Abril/2012.
São Paulo	instalação de sistema de detecção e alarme de incêndio na regional SPO	Valor licitado em novembro/2011. Todo serviço será realizado em 2012
São Paulo	33 fan coils na regional São Paulo	Licitação realizada em outubro/2010, com prazo de entrega até maio/2012

<i>Regional</i>	<i>Objeto</i>	<i>Justificativa</i>
São Paulo	Aquisição de No-Break	Valor a realizar em 2012
Porto Alegre	Execução de adequação do cabeamento lógico VOIP, que atenderá as necessidades da Regional Porto Alegre.	O atraso na aprovação do Projeto Básico e a indefinição por parte da SUPSI em definir o modelo de projeto para expansão/implantação do cabeamento forçou o cancelamento dessa contratação no exercício 2011 e sua reprogramação para o exercício 2012. Essa execução encontra-se prevista no POI 2012.

### **Ação 4102 – Manutenção de Bens Móveis, Veículos e Equipamentos (Bens)**

Os principais processos de contratações/aquisições em andamento ou em fase de entrega com as devidas justificativas para os investimentos de infraestrutura (Bens) são apresentadas no quadro seguinte, sob responsabilidade da Superintendência de Gestão Logística – SUPGL:

<i>Regional</i>	<i>Objeto</i>	<i>Justificativa</i>
Brasília	Aquisição de no-break convencional de 160kVA de potência para atender demanda da Regional Brasília	Programado e liquidado em outra natureza ND 44.90.51, a pedido da SUPGF
Brasília	Mobiliário para concluir o lay out da Regional	Aditivo a ata de registro de preço. Aguardando definições de layout para utilizar.
Brasília	Equipamentos (infra-estrutura) ambiente replicação do site Backup Prédio Sede	Trata-se de um pacote de obras prioritizadas em 2011 que não foram concluídas
Brasília	Ponto Eletrônico	A não liquidação do investimento programado de 2011 da SUPGP, se dá pela ocorrência das sucessivas prorrogações dos prazos e alterações das determinações da Portaria nº 1.510 do MTE. Ocorrência essa, que permitiu a Empresa o estudo de optar pela adaptação de seu Sistema Eletrônico de Ponto - SISCOB às determinações finais da Portaria, previamente, acordando com a FENADADOS através de ACT.
Belém	Aquisição de 01(um) grupo gerador de 400KVA para atender o Serpro Regional Belém	O processo de aquisição não foi iniciado em 2011 em função das empresas não terem enviado as propostas. Em 2012, o Termo de Referência encontra-se em fase de elaboração, inclusive com as propostas das empresas.
Manaus	Aquisição de 01 Grupo Gerador de 150KVA - Escritório Manaus	Não houve proposta de fornecedores para execução do Projeto Básico
Fortaleza	Contratação de empresa para a instalação de sistema CFTV e de detecção e alarme de incêndio	Prazo de execução alterado por conta de solicitação de aperfeiçoamento do projeto por parte do SERPRO
Recife	Aquisição de Grupo Motor-Gerador, incluindo fornecimento e comissionamento (start up) de 01 (um) Grupo Motor-Gerador (GMG) de potência máxima 700KVA em stand-by e potência mínima de 625KVA	Foi contabilizado na ND 44.90.51 e liquidado o valor de R\$ 140.450,00. 1) Foi liquidado 50% deste valor; 2) A execução deste item é, em parte, tecnicamente dependente do contrato da construção de edificação para abrigar o novo gerador de 625KVA. Acontece que a construção do referido abrigo atrasou conforme justificativas daquele item, gerando atrasos em demais itens tais quais este; 5) Com relação ao que havíamos previsto inicialmente (70%) o percentual de execução deste item é de 71,43%.
Recife	Aquisição de 02 sistema UPS trifásico redundante de 160KVA	Programado e liquidado em outra natureza ND 44.90.51, a pedido da SUPGF
Belo Horizonte	Aquisição e fornecimento de equipamento no-break 300Kva para a Regional Belo Horizonte	Programado e liquidado em outra natureza ND 44.90.51, a pedido da SUPGF

### **Ação 4103 – Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento (Informática)**

Os principais processos de contratações/aquisições em andamento ou em fase de entrega com as devidas justificativas relacionadas pelas áreas demandantes para os investimentos de informática são apresentadas no quadro seguinte:

<b>Software</b>			
<i>Área Demandante</i>	<i>Local</i>	<i>Objeto</i>	<i>Justificativas</i>
COJUR	Sede	Licença permanente de uso de software para gerenciamento e controle de processos judiciais e administrativos	Os valores programados e não liquidados durante o exercício de 2011 referentes ao contrato 45218 (PB 1039/2009), decorrem de que as parcelas programadas para serem pagas seriam efetuadas por ocasião do cumprimento do cronograma estabelecido no item 2.3 do referido instrumento contratual.
SUPCD	Brasília	Virtualização com Suporte a Site de recuperação de desastres e para o ambiente de produção dos Centros de Dados do SERPRO.	Em razão das dificuldades que estão sendo encontradas na fase de migração (2.3.1 b), os valores que deveriam ter sido pagos em decorrência do cumprimento desta fase e das posteriores não foram liquidados durante o exercício 2011.
SUPCD	Rio de Janeiro	Virtualização com Suporte a Site de recuperação de desastres e para o ambiente de produção dos Centros de Dados do SERPRO.	Erro de emissão das faturas pelo fornecedor, nova fatura emitida e liquidada em 2012
<b>Hardware</b>			
<i>Área Demandante</i>		<i>Objeto</i>	<i>Justificativas</i>
SUPOP		Aquisição de estações de trabalho para reaparelhamento interno	Devido a uma alteração na regra do Comprasnet, que obrigava o pagamento de fiança para as licitações, houve uma postergação para adequação à regra. A licitação está ocorrendo no ano de 2012.
SUPSI		Aquisição de Equipamentos de Telefonia IP	Esta aquisição refere-se a segunda fase de implantação do projeto de Telefonia IP no SERPRO. Para iniciar essa segunda fase foi necessário concluir toda a instalação da primeira etapa (Regionais RJO/Andaraí, Belo Horizonte e Brasília/Sede), incluindo a fase de correção e ajustes decorrentes da alteração de tecnologia. Desta forma, não houve tempo hábil para concluir a fase de aquisições da segunda etapa. Aquisição essa que será concluída e implantada no exercício de 2012.
SUPSI		Aquisição de itens de solução de rede de comunicação de dados em protocolo IP/MPLS, referente a Sistemas Auxiliares da Rede IP, composta por equipamentos de comutação de dados, servidores, softwares.	A solução foi adquirida em 2011, porém, por se tratar de equipamento importado, sua entrega ficou apenas para 2012.

## 2.4 Desempenho Orçamentário/Financeiro

### 2.4.1 Programação Orçamentária das Despesas – Não se aplica

O SERPRO está no Programa de Dispêndio Global – PDG.

### 2.4.2 Programação de Despesas Correntes

#### a) Programação de Despesas de Capital – Investimentos

Origem dos Créditos Orçamentários		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Outras Despesas de Capital		
		Exercícios						
		2010	2011	2010	2011	2010	2011	
LOA	Dotação proposta pela UO	-	-	Sem ocorrência		Sem ocorrência		
	PLOA	130.000.000,00	185.000.000,00					
	LOA	130.000.000,00	185.000.000,00					
CRÉDITOS	Suplementares	6.000.000,00	31.489.000,00					
	Especiais	Abertos	,00					,00
		Reabertos	,00					,00
	Extraordinários	Abertos	,00					,00
		Reabertos	,00					,00
	Créditos Cancelados	6.000.000,00	31.489.000,00					
<b>Outras Operações</b>		,00	,00					
<b>Total</b>		130.000.000,00	185.000.000,00					

#### b) Quadro Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência

O SERPRO não tem Reserva de Contingência e as informações de Despesas Correntes foram aprovadas conforme Decreto 7.375, de 29.11.2010, revisão final, pelo fato do SERPRO não integrar o Orçamento Fiscal e posteriormente revisonadas pelo Decreto 7.605, de 11.11.2011 e Ofício 876/2011 DEST.

#### c) Quadro Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa – Não se aplica

## 2.5 Execução Orçamentária dos Créditos recebidos por Movimentação – Não se aplica.

## 2.6 Execução Orçamentária dos Créditos originários da Unidade

### a) Despesas por Modalidade de Contratação - Empenhado/Liquidado

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada/Despesa Liquidada			
	2010		2011	
	Empenhado	Liquidado	Empenhado	Liquidado
<b>Licitação</b>	<b>345.021.568,69</b>	<b>345.021.380,35</b>	<b>419.240.699,52</b>	<b>419.240.699,52</b>
Convite	367,95	367,95	89.909,00	80.918,10
Tomada de Preços	1.376.204,18	1.376.204,18	1.987.453,00	1.959.352,50
Concorrência	4.068.893,43	4.068.893,43	825.357,43	643.197,39
Pregão	339.576.103,13	339.575.914,79	416.337.980,09	395.436.699,82
Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Contratações Diretas</b>	<b>199.778.619,65</b>	<b>845,58</b>	<b>222.139.429,33</b>	<b>212.897.734,73</b>
Dispensa	31.631.116,68	845,58	35.530.611,79	34.132.601,64
Inexigibilidade	168.147.502,97	0,00	186.608.817,54	178.765.133,09
<b>Regime de Execução Especial</b>	<b>N/A</b>	<b>N/A</b>	<b>N/A</b>	<b>N/A</b>
Suprimento de Fundos	N/A	N/A	N/A	N/A
<b>Pagamento de Pessoal</b>	<b>1.682.611.004,60</b>	<b>1.640.224.060,40</b>	<b>1.790.363.954,62</b>	<b>1.737.768.118,58</b>
Pagamento em Folha	1.677.396.012,10	1.635.009.582,90	1.785.615.290,56	1.733.019.919,52
Diárias	5.214.992,50	5.214.477,50	4.748.664,06	4.748.199,06
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00

### b) Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada/Liquidada				Rps não processados		Valores Pagos	
	2010		2011		2010	2011	2010	2011
	Empenhados	Liquidados	Empenhados	Liquidados				
<b>4. Investimentos</b>	<b>110.934.889,98</b>	<b>110.934.889,98</b>	<b>133.030.335,84</b>	<b>133.030.335,84</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>44.104.658,86</b>	<b>71.068.083,31</b>
449039- outros serviços de terceiros PJ	37.391.290,64	37.391.290,64	54.512.746,57	54.512.746,57	0,00	0,00	12.562.427,67	16.179.976,10
449051- obras instalações	15.588.995,43	15.588.995,43	29.099.582,08	29.099.582,08	0,00	0,00	10.602.179,88	22.036.600,16
449052 -equipamentos material permanente	57.954.603,91	57.954.603,91	49.418.007,19	49.418.007,19	0,00	0,00	20.940.051,31	32.851.507,05
<b>5. Inversões Financeiras - N/A</b>								
<b>6. Amortização da Dívida - N/A</b>								

**c) Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa**

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada/Liquidada				Rps não processados		Valores Pagos	
	2010		2011		2010	2011	2010	2011
	Empenhados	Liquidados	Empenhados	Liquidados				
<b>1 – Despesas de Pessoal</b>	<b>1.203.612.761,28</b>	<b>1.203.612.761,28</b>	<b>1.271.007.616,48</b>	<b>1.271.007.616,48</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.203.071.506,49</b>	<b>1.270.907.702,96</b>
319007 contrib. a entidades fechadas de previdência	105.741.358,59	105.741.358,59	64.521.401,82	64.521.401,82	0,00	0,00	105.741.358,59	64.521.401,82
319011 vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	774.944.731,09	774.944.731,09	835.812.546,79	835.812.546,79	0,00	0,00	774.942.874,00	835.810.547,39
319013 obrigacoes patronais	284.078.536,75	284.078.536,75	275.646.561,13	275.646.561,13	0,00	0,00	284.007.813,51	275.646.561,13
319016 outras despesas variaveis - pessoal civil	14.196.914,76	14.196.914,76	17.374.359,30	17.374.359,30	0,00	0,00	14.196.914,76	17.374.359,30
319091 sentencas judiciais	22.351.797,48	22.351.797,48	28.300.791,63	28.300.791,63	0,00	0,00	21.914.331,27	28.289.501,63
319094 indenizacoes e restituicoes trabalhistas	116.140,80	116.140,80	47.714.224,31	47.714.224,31	0,00	0,00	116140,80	47.714.224,31
319096 ressarcimento de desp. de pessoal requisitado	2.183.281,81	2.183.281,81	1.637.731,50	1.637.731,50	0,00	0,00	2.152.073,56	1.551.107,38
<b>2 – Juros e Encargos da Dívida</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
N/A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>3- Outras Despesas Correntes</b>	<b>477.720.066,14</b>	<b>478.998.243,32</b>	<b>517.640.679,93</b>	<b>519.356.338,14</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>437.152.553,91</b>	<b>1.715.658,21</b>
339008 outros beneficios assistenciais	5.331.957,14	5.331.957,14	5.746.767,91	5.746.767,91	0,00	0,00	5.331.957,14	5.746.767,91
339014 diarias - pessoal civil	5.214.992,50	5.214.992,50	4.748.664,06	4.748.664,06	0,00	0,00	5.214.477,50	4.748.199,06
339030 material de consumo	6.821.146,58	6.821.146,58	6.326.798,01	6.326.798,01	0,00	0,00	5.835.789,98	5.383.615,13
339031 premiacoes cult., art., cient., desp. e outr.	58.109,10	58.109,10	63.007,00	63.007,00	0,00	0,00	57.880,35	63.007,00
339032 material de consumo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
339033 passagens e despesas com locomocao	6.938.714,32	6.938.714,32	6.430.944,27	6.430.944,27	0,00	0,00	6.385.225,29	6.227.853,09
339035 servicos de consultoria	1.560.555,73	1.560.555,73	410.800,89	410.800,89	0,00	0,00	1.108.759,09	368.030,97
339036 outros servicos de terceiros - pessoa fisica	427.721,91	427.721,91	419.382,24	419.382,24	0,00	0,00	408.807,34	392.143,73
339037 locacao de mao-de-obra	35.183.464,04	35.183.464,04	44.587.778,46	44.587.778,46	0,00	0,00	32.247.219,11	41.184.121,81
339039 outros servicos de terceiros-pessoa juridica	412.461.858,96	412.461.858,96	445.534.509,31	445.534.509,31	0,00	0,00	375.611.855,35	397.715.220,61
339047 obrigacoes tributarias e	3.721.545,86	3.721.545,86	3.372.027,78	3.372.027,78	0,00	0,00	3.681.009,15	3.323.497,21

contributivas								
339067 depósitos compulsórios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
339093 indenizações e restituições		1.278.177,18		1.715.658,21	0,00	0,00	1.269.573,61	1.707.959,10

## 2.7 Indicadores Institucionais

Nome do indicador	Meta	Alinhamento (Problema - Dimensão)
1. Percentual de Níveis de Serviços monitorados e acompanhados	100%	Problema 1- Cliente e Governo
2. Percentual de Serviços adequados ao Processo SERPRO de Gerenciamento Integrado de Serviços	100%	Problema 1- Cliente e Governo
3. Quantidade de soluções desenvolvidas que aproximem as camadas menos favorecidas ao governo eletrônico	4	Problema 2 - Sociedade
4. Percentual da realização da medição corporativa de segurança da informação escolhida	100%	Problema 3 - Processo
5. Índice de subprocessos de segurança publicados	100%	Problema 3 - Processo
6. Índice de atualização de tecnologias de software	80%	Problema 4 - Tecnologia
7. Percentual das áreas com o processo de ciclo de vida implantado	100%	Problema 4 - Tecnologia
8. Percentual de gerentes e empregados com compreensão do papel da Empresa Pública	30% quadro interno	Problema 5 - Pessoas
9. Inclusão do tema Gestão Pública nos Planos de Capacitação Corporativos	3 ações em cada plano	Problema 5 - Pessoas
10. Adequação do conteúdo programático do processo de captação de empregados	1	Problema 5 - Pessoas
11. Evolução da produtividade média do desenvolvimento na linguagem Java	12 HH/PF	Problema 6 - Recursos
12. Evolução da produtividade média do desenvolvimento na linguagem Natural	12 HH/PF	Problema 6 - Recursos
13. % de projetos com cumprimento de prazo adequado	50%	Problema 1- Cliente e Governo
14. % de projetos com aderência adequada ao Processo de Gerenciamento de Projetos do SERPRO	70%	Problema 1- Cliente e Governo

### 2.7.1 Análise do Desempenho dos Indicadores

Nesta seção é apresentado o desempenho dos **14 indicadores** estratégicos do SERPRO. Aborda a utilidade ou finalidade do indicador, o tipo, a fórmula de cálculo, o método de aferição, a área responsável pela medição, a meta e o respectivo resultado alcançado no exercício de 2011.

#### 1. Percentual de Níveis de Serviços monitorados e acompanhados

- Utilidade / finalidade: Ter a totalidade dos níveis de serviço monitorados, acompanhados para os 6 serviços selecionados para o PE2011, sendo um por unidade de relacionamento com clientes.
- Tipo: eficácia.
- Fórmula de cálculo:  $(N^{\circ} \text{ de Níveis de Serviços monitorados} / \text{Total de Níveis de Serviço}) \times 100$
- Método de aferição: Consulta aos sistemas informatizados de monitoramento de cada serviço.
- Área responsável pelo cálculo/ medição: Superintendência de Produtos e Serviços - Gerência de Serviços – SUPGS.
- Meta / Resultado do indicador no exercício: 100% / 88%. Não atingiu a meta.
- Disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado: O percentual atingido representa a monitoração

de todos os níveis de serviço do SOTN (100%), 100% dos níveis do SICONV, 100% do SPED, 100% do SIAC e 20% dos níveis de serviço do RENAVAM. Os demais níveis de serviço das soluções eleitas ainda não são considerados como 'monitorados' em função de não serem coletados de forma automatizada e não estarem disponíveis para aferição e comprovação pela URC (Unidade de Relacionamento com o Cliente).

h) Principais medidas implementadas / responsáveis: Os sistemas RENAVAM e SAJ estão em fase final de implementação na ferramenta de monitoramento. Completar a implementação dos sistemas RENAVAM e SAJ na ferramenta de monitoramento, pelas respectivas URC e SUPGS.

## **2. Percentual de Serviços adequados ao Processo SERPRO de Gerenciamento Integrado de Serviços (PSGIS)**

a) Utilidade / finalidade: Ter 1 serviço de cada URC adequado ao PSGIS. Entende-se como adequado o serviço que utilizar sistema automatizado para seu monitoramento.

b) Tipo: efetividade.

c) Fórmula de cálculo:  $(N^{\circ} \text{ de Serviços adequados ao PSGIS} / 6) \times 100$

d) Método de aferição: Consulta aos sistemas informatizados de monitoramento de cada serviço.

e) Área responsável pelo cálculo ou medição: Superintendência de Produtos e Serviços - Gerência de Serviços – SUPGS.

f) Meta / Resultado do indicador no exercício: 100% / 88% . Não atingiu a meta.

g) Disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado: Para o serviço RENAVAM a monitoração terá que aguardar até o final de janeiro/12. Para o serviço SAJ, apesar dos trabalhos realizados no sentido de providenciar as informações de credenciais, ainda há questões técnicas pendentes de solução.

h) Principais medidas implementadas / responsáveis: Em 2011 foi concluída a implantação dos seguintes serviços: SOTN, SPED, SICONV e SIAC. Efetivar a implementação da monitoração dos serviços SAJ e RENAVAM.

## **3. Quantidade de soluções desenvolvidas que aproximem as camadas menos favorecidas ao governo eletrônico**

a) Utilidade / finalidade: Medir a quantidade de soluções desenvolvidas que aproximem as camadas menos favorecidas ao governo eletrônico.

b) Tipo: efetividade.

c) Fórmula de cálculo:  $N^{\circ} \text{ de soluções desenvolvidas}$ .

d) Método de aferição: contar a quantidade de soluções desenvolvidas na planilha de Controle Setorial.

e) Área responsável pelo cálculo ou medição: CEREC (Coordenação Estratégica de Responsabilidade Social e Cidadania) e CEIDI (Coordenação Estratégica de Inclusão Digital).

f) Meta / Resultado do indicador no exercício: 4 / 7. Superou a meta.

## **4. Percentual da realização da medição corporativa de segurança da informação escolhida**

a) Utilidade / finalidade: Monitorar a evolução da realização da medição corporativa de segurança da informação escolhida.

b) Tipo: efetividade.

c) Fórmula de cálculo:

$\text{Indicador} = ((Q_{md} * 0,25) + (Q_{mi} * 0,5) + (Q_{mr} * 0,25)) * 100$

$Q_{md}$  – Quantidade de medição definida (0 ou 1)

$Q_{mi}$  – Quantidade de medição implementada (ações para tornar a medição possível implementadas, 0 ou 1)

$Q_{mr}$  – Quantidade de medição realizada (0 ou 1)

d) Método de Aferição: Controle setorial, por meio do acompanhamento do projeto medição corporativa de segurança da informação.

e) Área responsável pelo cálculo ou medição: Coordenação Estratégica de Tecnologia – CETEC.

f) Meta / Resultado do indicador no exercício: 100% / 100%. Atingiu a meta.

## **5. Índice de subprocessos de segurança publicados**

a) Utilidade/finalidade: Monitorar a evolução relativa à publicação dos subprocessos identificados para compor o processo unificado de segurança da informação.

b) Tipo: efetividade.

c) Fórmula de cálculo:

$\text{Indicador} = ((Q_{sd} * 0,5) + (Q_{sh} * 0,25) + (Q_{sp} * 0,25)) / T_{sp} * 100$

$Q_{sd}$  – Quantidade de subprocessos documentados (totalmente documentados e disponíveis no ambiente definido)

$Q_{sh}$  – Quantidade de subprocessos homologados

**Qsp** – Quantidade de subprocessos publicados

**Tsp** – Total de subprocessos a serem publicados.

d) Método de aferição: Controle setorial, por meio do acompanhamento do subprojeto “Contextualizar e Modelar o Processo de Segurança do SERPRO”.

e) Área responsável pelo cálculo ou medição: Coordenação Estratégica de Tecnologia – CETEC.

f) Meta / Resultado do indicador: 100% / 100% . Atingiu a meta.

#### **6. Índice de atualização de tecnologias de software**

a) Utilidade/finalidade: Monitorar o percentual de evolução da atualização de tecnologias internalizadas na empresa.

b) Tipo: eficácia.

c) Fórmula de cálculo:

$(\text{Qtde de tecnologias atualizadas} / \text{Qtde total de tecnologias nos segmentos definidos}) * 100$ .

d) Método de aferição: SPEKX, Catálogo de Tecnologias.

e) Área responsável pelo cálculo ou medição: Coordenação Estratégica de Tecnologia – CETEC.

f) Meta / Resultado do indicador: 80% / 81,25%. Superou a meta.

#### **7. Percentual das áreas com o processo de ciclo de vida implantado**

a) Utilidade/finalidade: Este indicador dimensiona, dentre as áreas que se envolvem com o Processo de Ciclo de Vida de TIC, aquelas que possuem a capacidade de utilizar e disseminar o processo na Empresa, com pelo menos 1 (uma) pessoa capacitada.

b) Tipo: efetividade.

c) Fórmula de cálculo:

$(\text{Somatório do número de áreas com o processo de ciclo de vida implantado}) / (\text{Total de áreas identificadas para implantação do processo}) * 100$

d) Método de aferição: Relatórios de controle da Universidade Corporativa - UNISE.

e) Área responsável pelo cálculo ou medição: Coordenação Estratégica de Tecnologia – CETEC.

f) Meta / Resultado do indicador: 100% / 100%. Atingiu a meta.

#### **8. Percentual de gerentes e empregados com compreensão do papel da Empresa Pública**

a) Utilidade / finalidade: Identificar o nível de compreensão dos empregados e gerentes sobre gestão pública.

b) Tipo: eficácia.

c) Fórmula de cálculo: Quantificar o nível de empregados do quadro interno que possuem nível adequado ou acima de compreensão sobre gestão pública.

d) Método de aferição: Na sondagem que será realizada, o nível adequado será medido pela resposta correta de 3 perguntas de um total de 5.

e) Área responsável pelo cálculo ou medição: Universidade Corporativa - UNISE, Superintendência de Pessoas - SUPGP e Coordenação Estratégica de Comunicação Social - CECOM.

f) Meta / Resultado do indicador no exercício: 30% do quadro interno, com nível de compreensão do papel da Empresa Pública. / 79,36%. Superou a meta.

#### **9. Inclusão do tema Gestão Pública nos Planos de Capacitação Corporativos**

a) Utilidade / finalidade: Implementar o tema Gestão Pública nos Planos da Capacitação Corporativos (Plancad, PDG e Programa de Integração).

b) Tipo: efetividade.

c) Fórmula de cálculo: N° de ações implementadas referente ao tema Gestão Pública por Plano.

d) Método de aferição: consultar nos Sistemas informatizados (SISTED / SISGAD).

e) Área responsável pelo cálculo ou medição: Universidade Corporativa - UNISE, Superintendência de Pessoas - SUPGP.

f) Meta / Resultado do indicador no exercício: Pelo menos 3 ações educacionais implementadas em cada plano de capacitação. / 3. Atingiu a meta.

#### **10. Adequação do conteúdo programático do processo de captação de empregados**

a) Utilidade / finalidade: Mensurar a realização da inclusão do tema Gestão Pública no conteúdo programático do processo de captação de empregados.

b) Tipo: efetividade.

c) Fórmula de cálculo: N° de itens reformulados com o tema “Gestão Pública”.

- d) Método de aferição: Proposta de conteúdo programático a ser incluída no edital de concurso público, disponível na rede local da Superintendência de Pessoas - SUPGP.
- e) Área responsável pelo cálculo ou medição: Superintendência de Pessoas - SUPGP.
- f) Meta / Resultado do indicador no exercício: 1 / 1. Atingiu a meta.

### **11. Evolução da produtividade média do desenvolvimento na linguagem Java**

- a) Utilidade / finalidade: Analisar o uso da tecnologia Java no desenvolvimento de software do SERPRO, através da medição da produtividade nesta linguagem, com o propósito de melhorá-la.
- b) Tipo: efetividade.
- c) Fórmula de cálculo:  
Esforço total apropriado em projetos de software / Tamanho total dos projetos de software.
- d) Método de aferição: Sistema SGI (Sistema de Gestão de Informações). A medição de resultados restringe-se a projetos de software de portes completo e ágil, concluídos nos últimos 6 meses até o mês de referência, com linguagem predominante Java.
- e) Área responsável pelo cálculo ou medição: Superintendência de Desenvolvimento - SUPDE.
- f) Meta / Resultado do indicador no exercício: 12 HH/PF / 16,90 HH/PF. Não atingiu a meta.
- g) Disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado: postergação do projeto de requalificação do desenvolvimento; e baixa qualidade nas informações referentes a estimativa de Pontos de Função (PF) e registro de esforço nos projetos.
- h) Principais medidas implementadas / responsáveis: realização de reuniões extraordinárias para realinhamento estratégico, com a inclusão de projetos aderentes à meta proposta e retirada de outros menos agregadores, considerando a experiência acumulada no decorrer dos ciclos do planejamento estratégico; conclusão do mapeamento dos recursos de desenvolvimento; sistematização da apropriação das horas trabalhadas; reestruturação dos escritórios de controle e acompanhamento do desenvolvimento; criação do escritório de métricas em PF (Pontos por Função); treinamento dos estimadores de PF; e institucionalização da ferramenta de acompanhamento das informações dos projetos e indicadores. Cabe destacar que o problema relacionado ao “aumento da produtividade no desenvolvimento” foi incluído no ciclo estratégico 2012.

### **12. Evolução da produtividade média do desenvolvimento na linguagem Natural**

- a) Utilidade / finalidade: Analisar o uso da tecnologia Natural no desenvolvimento de software do SERPRO, através da medição da produtividade nesta linguagem, com o propósito de melhorá-la.
- b) Tipo: efetividade.
- c) Fórmula de cálculo: Esforço total apropriado em projetos de software / Tamanho total dos projetos de software.
- d) Método de Aferição: Sistema SGI (Sistema de Gestão de Informações). A medição de resultados restringe-se a projetos de software de portes completo e ágil, concluídos nos últimos 6 meses até o mês de referência, com linguagem predominante Natural.
- e) Área responsável pelo cálculo ou medição: Superintendência de Desenvolvimento - SUPDE.
- f) Meta / Resultado do indicador no exercício: 12 HH/PF / 18 HH/PF. Não atingiu a meta.
- g) Disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado: postergação do projeto de requalificação do desenvolvimento; e baixa qualidade nas informações referentes a estimativa de Pontos de Função (PF) e registro de esforço nos projetos.
- h) Principais medidas implementadas / responsáveis: realização de reuniões extraordinárias para realinhamento estratégico, com a inclusão de projetos aderentes à meta proposta e retirada de outros menos agregadores, considerando a experiência acumulada no decorrer dos ciclos do planejamento estratégico; conclusão do mapeamento dos recursos de desenvolvimento; sistematização da apropriação das horas trabalhadas; reestruturação dos escritórios de controle e acompanhamento do desenvolvimento; criação do escritório de métricas em PF; treinamento dos estimadores de PF; e institucionalização da ferramenta de acompanhamento das informações dos projetos e indicadores. Cabe destacar que o problema relacionado ao “aumento da produtividade no desenvolvimento” foi incluído no ciclo estratégico 2012.

### **13. Percentual de projetos com cumprimento de prazo adequado**

- a) Utilidade / finalidade: Medir a eficiência dos projetos estratégicos de URC, com relação ao desempenho de cronograma, verificando quais componentes estão com cumprimento de prazo adequado.
- b) Tipo: eficácia.
- c) Fórmula de cálculo:

(Qtd de projetos estratégicos de URC com cumprimento de prazo adequado / Qtd total de projetos estratégicos de URC) x 100

d) Método de aferição: Sistema e-Car. Considera-se “adequado” o cumprimento de prazo maior ou igual a 90%, “atenção” abaixo de 90% e maior ou igual a 70%, e “preocupante” abaixo de 70%.

e) Área responsável pelo cálculo ou medição: Superintendências de Negócios (SUNAF, SUNAC, SUNFJ, SUNMP, SUNNE, SUNSE).

f) Meta / Resultado do indicador no exercício: 50% / 16,67%. Não atingiu a meta.

g) Disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado: problemas com infraestrutura, revisão de projeto de software, reformulação de demandas, pendências de análise pelo cliente e demora na homologação de demandas pelo cliente.

h) Principais medidas implementadas / responsáveis: realização de apresentações aos Escritórios de Estratégia e Projetos Setoriais e Gestores de Projetos envolvidos; realização de oficinas de nivelamento de informações, em especial na aplicação do procedimento de cálculo do cumprimento de prazos dos projetos.

#### **14. Percentual de projetos com aderência adequada ao Processo de Gerenciamento de Projetos do SERPRO (PGPS)**

a) Utilidade / finalidade: Medir a eficácia do uso do processo corporativo PGPS pelos projetos vinculados aos projetos estratégicos de URC.

b) Tipo: efetividade.

c) Fórmula de cálculo:

(Qtd de projetos estratégicos de URC com aderência ao PGPS adequada / Qtd total de projetos estratégicos de URC) x 100

d) Método de aferição: Sistema e-Car. Considera-se “adequada” a aderência ao PGPS maior que 75%, “atenção” menor ou igual a 75% e maior ou igual a 50%, e “preocupante” abaixo de 50%.

e) Área responsável pelo cálculo ou medição: Superintendências de Negócios (SUNAF, SUNAC, SUNFJ, SUNMP, SUNNE, SUNSE).

f) Meta / Resultado do indicador no exercício: 70% / 83% . Superou a meta.

### **3 PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS Não se aplica**

### **4 RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES – Não se aplica**

## 5 INFORMAÇÕES SOBRE OS RECURSOS HUMANOS

### 5.1 Demonstração da força de trabalho à disposição da Unidade

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos em 2011	Egressos em 2011
	Autorizada	Efetiva		
<b>1 Provimento de cargo efetivo</b>	N / A			
<b>2 Provimento de cargo em comissão</b>				
<b>3 Provimento de Emprego Público</b>				
3.1 Celetistas	11.575 <sup>1</sup>	10.555	343	778
3.1.1 Quadro Interno	N / A	7.448	325	597
3.1.2 Quadro Externo	N / A	3.107	18	181
3.2 Mandatários	7	6**	-	-
3.2 Requisitados	6	6	-	-
<b>Total</b>	<b>11.588</b>	<b>10.567</b>	<b>343</b>	<b>778</b>

Fonte: InfoGP – Dez/2011

(<sup>1</sup>) Portaria nº. 23, de 20/11/2008

\* Vagas Extintas inclusas (Processo anistia): 17

\*\* Um dos 7 mandatários demonstrados no item 3.2 do Quadro A.5.1 – Força de Trabalho da UJ, foi incluído no item 3.1.1 Quadro Interno.

### 5.1.2 Situações que reduzem a força de trabalho da Unidade.

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
<b>1 Cedidos</b>	
1.1 Exercício de Cargo em Comissão	-
1.2 Exercício de Função de Confiança	3
1.3 Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)	-
<b>2 Afastamentos</b>	
2.1 Para Exercício de Mandato Eletivo	-
2.2 Para Estudo ou Missão no Exterior	-
2.3 Para Serviço em Organismo Internacional	-
2.4 Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	40
<b>3 Removidos</b>	-
<b>4 Licença remunerada</b>	-
<b>5 Licença não remunerada</b>	-
5.1 Afastamento do cônjuge ou companheiro	-
5.2 Serviço Militar	-
5.3 Atividade Política	-
5.4 Interesses particulares	18
5.5 Mandato classista	-
<b>7 Outras situações (Especificar o ato normativo)</b>	-
7.1 Licença remunerada	
7.1.1 Por acidente no trabalho	17
7.1.2 Para tratamento de saúde	119
7.1.3 Licença maternidade	11
7.1.4 Prorrogação de Licença maternidade	10
7.2 Afastamento para Mandato Sindical	11
7.3 Afastamento sem remuneração	18
7.4 Aposentadoria por Invalidez temporária	38
<b>8 Total de servidores afastados</b>	<b>285</b>

### 5.1.3 Quantificação dos cargos em comissão e das funções gratificadas - Não se aplica.

### 5.1.4 Qualificação do quadro de pessoal por faixa etária.

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
<b>1 Provedimento de cargo efetivo</b>	N / A				
<b>2 Provedimento de cargo em comissão</b>					
<b>3 Provedimento de emprego público</b>					
3.1 Celetistas	1.236	1.815	2.562	4.361	581
3.1.1 Quadro Interno	1.234	1.808	1.701	2.399	306
3.1.2 Quadro Externo	2	7	861	1.962	275
3.2 Mandatários *	0	1	0	5	0
3.3 Requisitados	0	1	2	2	1
<b>3 Total</b>	<b>1.236</b>	<b>1.817</b>	<b>2.564</b>	<b>4.368</b>	<b>582</b>

Fonte: InfoGP – Dez/2011

\* Um dos 7 mandatários demonstrados no item 3.2 do Quadro A.5.1 – Força de Trabalho da UJ, foi incluído no item 3.1.1 Quadro Interno.

### 5.1.5 Qualificação do quadro de pessoal por escolaridade.

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade									
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
<b>1 Provedimento de cargo efetivo</b>	N / A									
<b>2 Provedimento de cargo em comissão</b>										
<b>3 Provedimento de emprego público</b>										
3.1 Celetistas	0	0	77	376	4.212	5.046	694	139	11	
3.1.1 Quadro Interno	0	0	27	176	2.435	3.992	672	136	10	
3.1.2 Quadro Externo	0	0	50	200	1.777	1.054	22	3	1	
3.2 Mandatário	0	0	0	0	1	3	2	0	0	
3.3 Requisitados	0	0	0	0	0	4	2	0	0	
<b>3 Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>77</b>	<b>376</b>	<b>4.213</b>	<b>5.053</b>	<b>698</b>	<b>139</b>	<b>11</b>	

Fonte: InfoGP – Dez/2011

\* Um dos 7 mandatários demonstrados no item 3.2 do Quadro A.5.1 – Força de Trabalho da UJ, foi incluído no item 3.1.1 Quadro

LEGENDA: Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

## 5.2 Composição do quadro de servidores Inativos e Pensionistas – Não se aplica

### 5.3 Composição do quadro de estagiários

Desde 2010, não há contratação de estagiários no SERPRO. A última situação de composição do quadro de estagiários foi apresentada em 2010: 11 estagiários, todos de nível médio, com custo total de R\$ 4.950,00 no referido exercício.

#### 5.4 Demonstração dos custos de pessoal da Unidade 2009-2011

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis (valores em R\$ 1,00)						Total	
		Retri- buições	Gratificações	Adicionais	Indeni- zações	Benefícios Assisten- ciais e previden- ciários	Demais despesas variáveis		
<b>Membros de poder e agentes políticos</b>									
Exercícios	2011	N / A *							
	2010	N / A *							
	2009	N / A *							
<b>Celetistas – Quadro Interno <sup>1</sup></b>									
Exercícios	2011	450.517.174,65	-	118.469.452,93	1.677.520,08	-	-	-	570.664.147,66
	2010	411.970.739,65	-	109.185.233,43	1.489.928,15	-	-	-	522.645.901,23
	2009	368.647.097,37	-	99.553.816,53	1.339.448,61	-	-	-	469.540.362,51
<b>Servidores com Contratos Temporários</b>									
Exercícios	2011	N / A *							
	2010	N / A *							
	2009	N / A *							
<b>Cedidos <sup>1</sup></b>									
Exercícios	2011	96.679.249,79	-	10.060.866,74	1.683.438,10	-	-	-	108.423.554,63
	2010	93.299.250,48	-	9.823.372,51	1.552.960,93	-	-	-	104.675.583,92
	2009	86.040.934,68	-	9.098.932,97	1.402.336,02	-	-	-	96.542.203,67
<b>Requisitados <sup>1</sup></b>									
Exercícios	2011	708.788,36	-	-	-	-	-	-	708.788,36
	2010	900.127,47	-	-	-	-	-	-	900.127,47
	2009	755.091,97	-	-	-	-	-	-	755.091,97
<b>Diretores <sup>1</sup></b>									
Exercícios	2011	2.216.490,21	-	-	-	-	-	-	2.216.490,21
	2010	2.193.198,11	-	-	-	-	-	-	2.193.198,11
	2009	2.059.329,76	-	-	-	-	-	-	2.059.329,76
<b>Servidores ocupantes de Funções gratificadas</b>									
Exercícios	2011	N / A *							
	2010	N / A *							
	2009	N / A *							

Fonte: InfoGP – Dez/2011 e Controles Internos – Departamento das Relações do Trabalho GPRET

Decisões Judiciais		
Exercícios	2011	24.822.147,34
	2010	23.061.643,46
	2009	15.357.385,06

Fonte: Fluxo de caixa / Demais Despesas e Custos / Sentenças Judiciais – Superintendência de Gestão Financeira - SUPGF

\* Os campos não se aplicam ao SERPRO por ser Empresa Pública Federal da Administração Pública Indireta.

<sup>1</sup> Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão: foram considerados todos os empregados do SERPRO, à exceção do Quadro Externo; Servidores cedidos com ônus ou em Licença: foram considerados todos os empregados do Quadro Externo do SERPRO; Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior: foi considerado o quadro de Diretores do SERPRO (Diretor-Presidente; Diretor-Superintendente e Diretores); Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial: foram considerados os empregados Requisitados do Serpro.

#### Observações:

Vencimentos e vantagens fixas: Referência Salarial, Incorporações, ATS e EQA; Gratificações = FCT/FCA/GFE e GFC; Adicionais: Demais Rubricas.

Em 2011, 3 Diretores atuaram de Janeiro a Maio 2011; 1 Diretor atuou até Fevereiro 2011. Da mesma forma, 1 Diretor assumiu em Fevereiro de 2011 e 3 Diretores assumiram a partir de Maio de 2011. Em 31/12/11, havia 7 Diretores Mandatários em atuação. No que diz respeito aos empregados Requisitados, em 2011 havia 10 empregados na condição de Janeiro a Fevereiro, 8 em Março e em Maio, 7 em Abril, 5 em Junho e 6 empregados requisitados de Julho a Dezembro.

## 5.5 Terceirização de mão de obra empregada pela Unidade.

### 5.5.1 Terceirização de cargos e atividades do Plano de Cargos o Órgão

#### a) Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da Unidade

Descrição dos cargos e atividades do plano de cargos do órgão em que há ocorrência de servidores terceirizados	Quantidade no final do exercício			Ingressos no exercício*	Egressos no exercício*
	2011	2010	2009		
Analista – Medicina do Trabalho	19	23	24	-	-
Técnico – Enfermagem do Trabalho	5**	9	10	-	-
<b>Análise crítica da situação da terceirização no órgão</b>					
Em algumas localidades, a terceirização ocorre em razão de a lista de espera de candidatos já ter se esgotado ou de não haver candidatos aprovados no concurso público, situação considerada pelo grupo de trabalho responsável por propor ações sobre o Termo de Conciliação Judicial nº1213/1998 com o Ministério Público do Trabalho.					
* Não há esse tipo de controle, uma vez que os serviços contratados da empresa terceirizada podem ser prestados por qualquer profissional que a empresa disponibilize no momento.					
** Dos cinco Técnicos – Enfermagem do Trabalho terceirizados, quatro ficaram na Empresa até o término de dezembro de 2011, tendo sido substituídos por empregados do quadro; resta apenas uma terceirizada com previsão de saída em janeiro de 2012.					
Fonte: Controles Internos – Departamento das Relações Sociais do Trabalho - GPREL					

#### b) Relação de empregados terceirizados substituídos em decorrência da realização de concurso público ou de provimento adicional autorizados.

Conforme explicado no item anterior, não há controle quantitativo ou nominal de ingressos e egressos de terceirizados, uma vez que os serviços contratados da empresa terceirizada podem ser prestados por qualquer profissional que a empresa disponibilize para o cumprimento do contrato.

## 5.6 Contratos prestação de serviços com locação de mão de obra

#### a) Serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva

Limpeza, higiene e vigilância ostensiva													
Unidade Contratante: SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS – REGIONAL CURITIBA E FLORIANÓPOLIS UG/Gestão: 803090 e 803400 – CNPJ: 33.683.111/0010-90													
Ano	Área	Nat	Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de execução das atividades contratadas		Nível escolaridade e quantitativo P/C						SIT
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2006	L	O	39.353	03.981.373/0001-89	24/07/2006	23/07/2011	17	17	-	-	-	-	E
2010	V	O	44.574	05.948.378/0001-35	01/07/2010	30/06/2015	12	12	5	5	-	-	P
2011	L	O	46.301	11.945.317.0001-17	14/07/2011	13/06/2016	17	17	2	2	-	-	A

**LEGENDA**  
**Área:** (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.  
**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.  
**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.  
**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.  
**Quantidade de trabalhadores:** (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

<b>Limpeza, higiene e vigilância ostensiva</b>													
<b>Unidade Contratante: SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS – REGIONAL BELÉM</b>													
<b>UG/Gestão:803020– CNPJ: 33.683.111/0003-60</b>													
Ano	Área	Nat	Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de execução das atividades contratadas		Nível escolaridade e quantitativo P/C				SIT		
					Início	Fim	F		M			S	
							P	C	P	C	P	C	
2007	V	O	41.167	63.724.470/0001-18	01/11/2007	15/08/2011	-	-	4	4	-	-	E
2009	L	O	44.011	04.605.778/0001-85	21/12/2009	31/08/2011	2	2	-	-	-	-	E
2010	L	E	44.845	10.587.618/0001-53	16/09/2010	15/03/2011	8	8	6	6	-	-	E
2010	V	O	44.927	09.211.205/0001-90	01/10/2010	30/09/2012	16	16	-	-	-	-	P
2011	L	O	45.454	07.243.477/0001-47	16/03/2011	15/03/2012	5	5	9	9	-	-	A
2011	L	O	45.455	23.001.647/0001-33	16/03/2011	30/11/2011	1	1	1	1	-	-	E
2011	V	O	46.919	63.724.470/0001-18	16/08/2011	15/08/2012	2	2	2	2	-	-	A
2011	L	O	47.133	10.828.5750001-50	01/09/2011	31/08/2012	2	2	-	-	-	-	A
2011	L	O	47.778	10.587.618/0001-53	01/12/2011	30/11/2016	1	1	1	1	-	-	A

<b>Limpeza, higiene e vigilância ostensiva</b>													
<b>Unidade Contratante: SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS – REGIONAL SALVADOR</b>													
<b>UG/Gestão:803050 – CNPJ: 33.683.111/0006-03</b>													
Ano	Área	Nat	Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de execução das atividades contratadas		Nível escolaridade e quantitativo P/C				SIT		
					Início	Fim	F		M			S	
							P	C	P	C	P	C	
2007	V	O	40.448	02.081.574/0001-67	16/04/2007	15/04/2012	-	-	4	4	-	-	P
2008	V	O	42.154	03.394.369/0001-14	01/08/2008	31/07/2012	-	-	19	19	-	-	P
2011	L	O	45.203	03.595.040/0001-11	03/01/2011	02/01/2012	22	22	-	-	-	-	A

<b>Limpeza, higiene e vigilância ostensiva</b>													
<b>Unidade Contratante: SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS – REGIONAL RECIFE</b>													
<b>UG/Gestão:803040 – CNPJ: 33.683.111/0005-22</b>													
Ano	Área	Nat	Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de execução das atividades contratadas		Nível escolaridade e quantitativo P/C				SIT		
					Início	Fim	F		M			S	
							P	C	P	C	P	C	
2006	L	O	39.939	02.726.118/0001-27	01/12/2006	27/11/2011	23	10	-	13	-	-	E
2009	V	O	43.573	04.896.282/0001-08	10/09/2009	09/09/2014	21	8	-	-	-	-	P
2011	L	O	47.907	09.540.692/0001-35	12/12/2011	11/12/2016	20	6	-	14	-	-	A

<b>Limpeza, higiene e vigilância ostensiva</b>													
<b>Unidade Contratante: SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS – RIO DE JANEIRO</b>													
<b>UG/Gestão: 803070 CNPJ: 33.683.111/0008-75</b>													
Ano	Área	Nat	Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de execução das atividades contratadas		Nível escolaridade e quantitativo P/C						SIT
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2007	L	O	41.036	36.529.998/0001-63	09/09/2007	08/09/2012	66	66	1	1	-	-	P
2009	V	O	43.168	06.037.043/0001-28	01/05/2009	30/04/2014	-	-	64	64	-	-	P
2011	V	O	46.201	06.141.118/0001-16	08/07/2011	07/07/2016	-	-	50	50	-	-	A

<b>Limpeza, higiene e vigilância ostensiva</b>													
<b>Unidade Contratante: SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS – FORTALEZA</b>													
<b>UG/Gestão:803030 CNPJ: 33.683.111/0004-41</b>													
Ano	Área	Nat	Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de execução das atividades contratadas		Nível escolaridade e quantitativo P/C						SIT
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	L	O	43.674	04.894.089/0001-38	01/10/2009	01/10/2012	16	16	8	8	-	-	P
2010	V	O	44.211	05.594.403/0001-20	01/03/2010	28/02/2012	-	-	29	29	-	-	P

<b>Limpeza, higiene e vigilância ostensiva</b>													
<b>Unidade Contratante: SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS – BELO HORIZONTE</b>													
<b>UG/Gestão:803060 CNPJ: 33.683.111/0007-94</b>													
Ano	Área	Nat	Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de execução das atividades contratadas		Nível escolaridade e quantitativo P/C						SIT
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2006	V	O	38.773	02.199.157/0001-13	09/02/2006	08/02/2011	16	16	5	5	-	-	E
2010	L	O	44.402	04.437.161/0001-06	03/05/2010	02/05/2012	29	29	-	-	-	-	p
2011	V	O	45.318	03.108.004/0001-86	09/02/2011	08/02/2012	16	18	5	3*	-	-	A

Obs:\* 1 Vigilante líder e 1 supervisor ALFHA – não possuem ensino médio, mas estão no cargo com anuência da chefia da GLBHE, pelo histórico de serviços prestados no posto de trabalho no prédio do Serpro/BH; Conforme orientado, farão o curso supletivo para se adequarem ao exigido em 2.9.1 e 2.9.2 do contrato original.

<b>Limpeza, higiene e vigilância ostensiva</b>													
<b>Unidade Contratante: SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS – PORTO ALEGRE</b>													
<b>UG/Gestão:803100 CNPJ: 33.683.111/0011-70</b>													
Ano	Área	Nat	Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de execução das atividades contratadas		Nível escolaridade e quantitativo P/C						SIT
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2006	L	O	39.364	00.482.840/0001-38	18/07/2006	17/07/2011	12	12	2	2	-	-	E
2011	L	O	46.179	11.301.568/0001-69	18/07/2011	17/07/2016	13	13	-	-	-	-	A
2010	V	E	38.097	04.281.402/0001-62	19/08/2010	17/08/2011	19	19	11	11	-	-	E
2011	V	O	46.922	91.099796/0001-37	19/08/2011	18/08/2016	19	13	-	6			A
<b>Limpeza, higiene e vigilância ostensiva</b>													
<b>Unidade Contratante: SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS – BRASÍLIA/SEDE</b>													
<b>UG/Gestão:803010 e 806030 CNPJ: 33.683.111/0002-08 e 33.683.111/0001-07</b>													
Ano	Área	Nat	Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de execução das atividades contratadas		Nível escolaridade e quantitativo P/C						SIT
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2006	L	O	39625	07.562.469/0001-63	14/09/2006	13/09/2011	3	3	-	-	-	-	E
2007	L	O	40.434	08.531.933/0001-17	20/04/2007	29/08/2011	3	3	-	-	-	-	E
2010	L	O	44.119	32.928.418/0001-50	03/02/2010	02/02/2012	18	18	-	-	-	-	P
2010	L	O	44.023	60.831.344/0001-74	04/01/2010	03/01/2012	72	72	-	-	-	-	P
2010	L	O	44.808	08.531.933/0001-17	25/08/2010	24/08/2012	2	2	-	-	-	-	P
2011	L	O	47.774	08.531.933/0001-17	16/11/2011	15/11/2012	3	3	-	-	-		A
2011	L	O	48.078	10.446.523/0001-10	27/12/2011	26/12/2012	1	1	-	-	-		A
2007	V	O	40.580	03.677.044/0002-20	01/06/2007	31/05/2012	-	-	125	125	-	-	P
2010	V	O	44.956	09.478.499/0001-11	01/10/2010	30/09/2011	-	-	4	4	-	-	E
2011	V	O	47.943	08.837.257/0001-04	20/12/2011	19/12/2012	-	-	4	4	-	-	A
<b>Limpeza, higiene e vigilância ostensiva</b>													
<b>Unidade Contratante: SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS – SÃO PAULO</b>													
<b>UG/Gestão:803080 CNPJ: 33.683.111/0009-56</b>													
Ano	Área	Nat	Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de execução das atividades contratadas		Nível escolaridade e quantitativo P/C						SIT
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2007	L	O	40.631	00.482.840/0001-38	01/07/2007	30/06/2012	52	49	5	7		1	E
2010	L	O	44.551	08.439.717/0001-46	07/06/2010	06/06/2012	1	1	-	-	-	-	P
2010	V	O	44.849	10.478.353/0001-55	05/09/2010	04/09/2015	69	69	12	12	-	-	P
2011	L	O	45.937	10.565.981/0001-78	01/07/2011	30/06/2012	58	58	6	6	-	-	A

**b) Serviços apoio administrativo, manutenção e conservação de bens imóveis, copa e cozinha, brigada de incêndio, menor aprendiz**

<b>Apoio administrativo, manutenção e conservação de bens imóveis, copa e cozinha, brigada de incêndio, menor aprendiz.</b>													
<b>Unidade Contratante: SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS – REGIONAL CURITIBA e FLORIANÓPOLIS</b>													
<b>UG/Gestão:803090 – CNPJ: 33.683.111/0010-90</b>													
Ano	Área	Nat	Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de execução das atividades contratadas		Nível escolaridade e quantitativo P/C						SIT
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2006	14	O	38.682	62.289.327/0001-82	09/01/2006	08/01/2011	-	-	1	1	2	2	E
2006	11	O	39.178	95.391.413/0001-50	07/06/2006	06/06/2011	5	5	-	-	-	-	E
2006	8	O	39.599	03.612.495/0001-06	13/09/2006	12/09/2011	1	1	-	-	-	-	E
2007	4	O	40.374	85.490.746/0001-83	02/05/2007	01/05/2011	2	2	-	-	-	-	E
2008	6	O	4.2649	80.033.004/0001-05	01/12/2008	30/11/2013	1	1	1	1	-	-	P
2009	14	O	42.761	07.726.080/0001-06	05/01/2009	04/01/2011	-	-	-	-	2	2	E
2009	9	O	43.388	84.965.706/0001-88	15/07/2009	14/07/2014	2	2	-	-	-	-	P
2010	13	O	44.694	51.549.301/0007-03	15/07/2010	14/07/2014	-	-	18	18	-	-	P
2010	11	O	44.801	08.097.681/0001-60	15/09/2010	14/09/2015	-	-	1	1	-	-	P
2010	1/6/7	O	45.010	09.310.539/0001-11	06/11/2010	05/11/2015	3	3	6	6	-	-	P
2011	14	O	45.488	03.502.533/0001-60	01/04/2011	31/03/2016	-	-	-	-	2	2	A
2011	11	O	45.855	68.287.143/0001-60	07/01/2011	06/06/2016	5	5	1	1	-	-	A
2011	4	O	45.638	09.576.274/0001-06	02/05/2011	01/05/2016	-	-	4	4	-	-	A
2011	14	O	45.682	09.459.649/0001-40	01/06/2011	31/05/2016	-	-	-	-	1	1	A

**LEGENDA**

**Área:**

1.Conservação e Limpeza	2. Segurança	3.Vigilância
4. Transportes	5.Informática	6.Copeiragem
7.Recepção	8.Reprografia	9.Telecomunicações
10.Manutenção de Bens e móveis	11.Manutenção de Bens e imóveis	12.Brigadistas
13. Apoio Administrativo Técnico e Operacional		14.Outros

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

<b>Apoio administrativo, manutenção e conservação de bens imóveis, copa e cozinha, brigada de incêndio, menor aprendiz.</b>													
<b>Unidade Contratante: SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS – REGIONAL SALVADOR</b>													
<b>UG/Gestão:803050 – CNPJ: 33.683.111/0006-0310</b>													
Ano	Área	Nat	Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de execução das atividades contratadas		Nível escolaridade e quantitativo P/C						SIT
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2007	4	O	40.925	06.948.355/0001-93	03/07/2007	02/09/2012	-	-	5	5	-	-	P
2008	14	O	42.597	01.650.008/0001-66	03/11/2008	02/11/2012	-	-	-	-	2	2	P
2008	14	O	42.890	06.227.199/0001-71	19/12/2008	18/12/2011	-	-	1	1	2	2	E
2009	13	O	43.428	61.600.839/0001-55	15/07/2009	14/07/2012	-	-	13	13			P
2009	14	O	43.126	04.404.025/0001-01	15/04/2009	14/04/2012	16	16	-	-	1	1	P
2010	11	O	45.019	13.491.709/0001-89	15/10/2010	14/10/2012	-	-	1	1	-	-	P
2010	11	O	45.056	15.243.835/0001-40	01/11/2010	31/10/2012	-	-	8	8	1	1	P

<b>Apoio administrativo, manutenção e conservação de bens imóveis, copa e cozinha, brigada de incêndio, menor aprendiz.</b>													
<b>Unidade Contratante: SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS – REGIONAL BELÉM</b>													
<b>UG/Gestão:803020/GLBLM– CNPJ: 33.683.111/0003-60</b>													
Ano	Área	Nat	Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de execução das atividades contratadas		Nível escolaridade e quantitativo P/C						SIT
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2006	10	O	38.676	03.534.028/0001-05	16/01/2006	15/01/2011	-	-	3	3	-	-	E
2006	7/14	O	39.262	07.808.681/0001-68	03/07/2006	02/07/2011	-	-	4	4	-	-	E
2008	11	O	42.152	01.427.148/0001-70	01/08/2008	31/07/2011	-	-	7	7	-	-	E
2008	14	O	42.512	06.088.979/0001-88	21/10/2008	20/10/2012	-	-	-	-	1	1	P
2008	13	O	41.383	07.611.485/0001-07	02/01/2008	01/01/2013	14	6	-	8	-	-	P
2009	14	O	44.001	83.368.837/0001-15	23/12/2009	28/02/2011	-	-	1	1	-	-	E
2010	14	O	44.286	83.368.837/0001-15	12/04/2010	11/04/2011	-	-	3	3	-	-	E
2011	10	O	45.246	03.534.028/0001-05	16/01/2011	16/01/2013	3	2	-	1	-	-	P
2011	6	O	45.456	11.619.685/0001-75	16/03/2011	19/08/2011	1	-	-	1	-	-	E
2011	14	O	45.457	08.823.749/0001-40	01/03/2011	29/02/2016	1	-	-	1	-	-	A
2011	14	O	45.553	09.245.682/0001-77	12/04/2011	11/04/2012	3	-	-	3	-	-	A
2011	7/14	O	46.189	04.436.855/0001-10	08/07/2011	07/07/2012	4	-	-	4	-	-	A
2011	11	O	46.519	01.427.148/0001-70	01/08/2011	31/07/2012	10	3	-	6	-	-	A
2011	6	O	46.920	07.243.477/0001-47	22/08/2011	21/08/2012	1	-	-	1	-	-	A
2011	9	O	47.099	13.014.900/0001-27	12/09/2011	11/09/2012	2	1	-	1	-	-	A

Apoyo administrativo, manutenção e conservação de bens imóveis, copa e cozinha, brigada de incêndio, menor aprendiz.													
Unidade Contratante: SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS – REGIONAL RECIFE													
UG/Gestão:803040 - CNPJ: 33.683.111/0005-22													
Ano	Área	Nat	Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de execução das atividades contratadas		Nível escolaridade e quantitativo P/C						SIT
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2008	14	O	41.688	02.726.118/0001-27	19/03/2008	18/03/2013	2	2	-	-	-	-	P
2008	14	O	42.510	05.877.704/0001-60	15/10/2008	14/10/2013	-	-	-	-	2	2	P
2008	4	O	42.797	08.974.048/0001-02	03/12/2008	04/12/2013	7	1	-	6	-	-	E
2008	11	O	42.672	01.880.463/0001-58	23/12/2008	22/12/2013	7	3	1	5	-	-	E
2008	13	O	41.605	10.998.292/0001-57	11/03/2008	10/03/2013	19	19	-	-	-	-	P
2011	6	O	47.909	10.339.944/0001-41	11/12/2011	10/12/2016	3	1	-	2	-	-	A
2011	14	O	47.910	07.135.180/0001-68	12/12/2011	11/12/2016	2	1	-	1	-	-	A
2011	11	O	48.051	01.880.463/0001-58	23/12/2011	22/12/2016	10	4	1	7	-	-	A
2011	4	O	48.081	08.466.488/0001-59	29/12/2011	01/01/2013	7	1	-	6	-	-	A

Apoyo administrativo, manutenção e conservação de bens imóveis, copa e cozinha, brigada de incêndio, menor aprendiz.													
Unidade Contratante: SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS – PORTO ALEGRE													
UG/Gestão:803100 CNPJ: 33.683.111/0011-70													
Ano	Área	Nat	Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de execução das atividades contratadas		Nível escolaridade e quantitativo P/C						SIT
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2008	11	O	42.211	10.668.049/0001-70	18/08/2008	17/08/2013	7	4	3	6	-	-	p
2009	10	O	43.957	86.937.992/0001-01	01/01/2010	31/12/2015	-	-	2	2	-	-	p
2006	8	O	39.809	04.437.161/0001-06	01/11/2006	31/10/2011	1	1	4	4	-	-	E
2006	14	O	39.508	33.158.874/0001-20	23/08/2006	22/08/2011	-	-	3	3	-	-	E
2011	8	O	47.505	94.851.250/0001-89	01/11/2011	31/10/2016	-	-	11	11	-	-	A
2011	4	O	46.934	05.292.532/0001-63	23/08/2011	22/08/2016	-	-	3	3	-	-	A
2011	6	O	46.178	09.279.420/0001-23	18/07/2011	17/07/2016	3	3	-	-	-	-	A

Apoyo administrativo, manutenção e conservação de bens imóveis, copa e cozinha, brigada de incêndio, menor aprendiz.													
Unidade Contratante: SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS – RIO DE JANEIRO													
UG/Gestão: 803070 CNPJ: 33.683.111/0008-75													
Ano	Área	Nat	Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de execução das atividades contratadas		Nível escolaridade e quantitativo P/C						SIT
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2006	1	O	38.732	72.141.252/0001-41	16/01/2006	15/01/2012	16	16	-	-	-	-	P
2008	14	O	41.592	00.674.347/0001-10	14/02/2008	13/02/2013			5	5	9	9	P
2008	1	O	41.690	08.974.048/0001-02	19/03/2008	18/03/2013	2	2	-	-	-	-	P

Apoio administrativo, manutenção e conservação de bens imóveis, copa e cozinha, brigada de incêndio, menor aprendiz.														
Unidade Contratante: SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS – RIO DE JANEIRO														
UG/Gestão: 803070 CNPJ: 33.683.111/0008-75														
Ano	Área	Nat	Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de execução das atividades contratadas		Nível escolaridade e quantitativo P/C						SIT	
					Início	Fim	F		M		S			
2010	1	O	44.743	06.263.083/0001-98	03/08/2010	02/08/2015	20	20	-	-	-	-	-	P
2010	2	O	44.921	73.678.005/0001-41	20/09/2010	19/09/2015	17	17	-	-	1	1	-	P
2010	1	O	44.742	68.582.709/0001-86	03/08/2010	02/08/2015	4	4	-	-	-	-	-	P
2010	2	O	45.106	32.330.003/0001-80	05/11/2010	04/11/2015	22	22	-	-	2	2	-	P

Apoio administrativo, manutenção e conservação de bens imóveis, copa e cozinha, brigada de incêndio, menor aprendiz.														
Unidade Contratante: SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS – FORTALEZA														
UG/Gestão:803030 CNPJ: 33.683.111/0004-41														
Ano	Área	Nat	Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de execução das atividades contratadas		Nível escolaridade e quantitativo P/C						SIT	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2009	11	O	43.237	01.756.239/0001-59	27/05/2009	26/05/2011	5	5	3	3	-	-	-	E
2008	13	O	41.632	23.497.944/0001-11	03/03/2008	03/03/2013	11	11	-	-	-	-	-	P
2010	10	O	44.795	09.517.329/0001-07	24/08/2010	23/08/2012	3	3	-	-	-	-	-	P
2010	1	O	44.093	02.441.569/0001-18	01/02/2010	31/01/2012	-	-	4	4	-	-	-	P

Apoio administrativo, manutenção e conservação de bens imóveis, copa e cozinha, brigada de incêndio, menor aprendiz.														
Unidade Contratante: SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS – BELO HORIZONTE														
UG/Gestão:803060 CNPJ: 33.683.111/0007-94														
Ano	Área	Nat	Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de execução das atividades contratadas		Nível escolaridade e quantitativo P/C						SIT	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2010	9	O	44.404	10.668.049/0001-70	01/05/2010	02/05/2012	2	2	-	-	-	-	-	P
2008	11	O	41.948	33.158.874/0001-20	05/06/2008	31/07/2012	5	5	9	9				P
2010	7	O	44.403	06.090.065/0001-51	03/05/2010	02/05/2012	10	10		-	-	-	-	P
2008	1	O	RG 42837	06.227.199/0001-71	23/12/2008	22/12/2011	-	-	-	-	2	2	-	A
2010	6	O	44.383	19.201.128/0001-41	26/04/2010	25/04/2012	11	11	-	-	-	-	-	P
2010	4	O	44.117	02.447.032/0001-65	03/02/2010	02/02/2012	3	3	-	-	-	-	-	P

<b>Apoio administrativo, manutenção e conservação de bens imóveis, copa e cozinha, brigada de incêndio, menor aprendiz.</b>													
<b>Unidade Contratante: SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS – BRASÍLIA/SEDE</b>													
<b>UG/Gestão:803010 e 806030 CNPJ: 33.683.111/0002-08 e 33.683.111/0001-07</b>													
Ano	Área	Nat	Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de execução das atividades contratadas		Nível escolaridade e quantitativo P/C						SIT
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2007	14	O	41.193	00.706.148/0001-46	09/11/2007	08/11/2012	2	2	2	2	4	4	P
2007	12	O	40.966	37.077.716/0001-05	12/09/2007	11/09/2012	-	-	8	8	-	-	P
2007	10	O	40.608	03.591.509/0001-44	11/06/2007	13/06/2012	2	2	7	7	1	1	P
2007	4	O	40.696	07.076.118/0001-42	02/07/2007	01/07/2012	1	1	-	-	-	-	P
2007	4	O	40.618	07.076.118/0001-42	14/06/2007	13/06/2012	1	1	-	-	-	-	P
2008	11	O	41.910	00.630.999/0001-52	02/06/2008	01/06/2011	4	4	40	40	1	1	E
2008	9	O	42.480	32.928.418/0001-50	14/10/2008	13/10/2011	6	6	-	-	-	-	P
2009	4	O	43.436	00.691.905/0001-52	29/07/2009	28/07/2012	24	24			-	-	P
2010	4	O	44.757	08.865.102/0001-81	09/08/2010	08/08/2012	1	1	-	-	-	-	P
2010	4	O	44.758	08.338.786/0001-63	09/08/2010	08/08/2012	1	1	-	-	-	-	P
2010	13	O	44.281	33.583.592/0001-01	01/04/2010	31/03/2012	-	-	41	41	-	-	P
2010	11	O	44.119	32.928.418/0001-50	03/02/2010	02/02/2012	-	-	14	14	1	1	P
2010	6	O	44.206	01.708.458/0001-62	05/03/2010	04/03/2012	32	32	-	-	-	-	P
2010	7	O	44.242	10.688.520/0001-92	22/03/2010	21/03/2012	71	71	-	-	-	-	E
2011	11	O	45.281	08.220.952/0001-22	02/06/2011	01/06/2012	4	4	44	44	1	1	A
2011	9	O	47.964	07.951.388/0001-55	19/11/2011	18/11/2012	6	6	-	-	-	-	A
2011	14	O	45.319	72.620.735/0001-29	26/01/2011	25/01/2012	6	6	1	1	-	-	A

<b>Apoio administrativo, manutenção e conservação de bens imóveis, copa e cozinha, brigada de incêndio, menor aprendiz.</b>													
<b>Unidade Contratante: SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS – SÃO PAULO</b>													
<b>UG/Gestão:803080 CNPJ: 33.683.111/0009-56</b>													
Ano	Area	Nat	Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de execução das atividades contratadas		Nível escolaridade e quantitativo P/C						SIT
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2006	8	O	39.241	01.546.939/0001-19	02/07/2006	01/07/2011	-	-	2	2	-	-	E
2006	10/11	O	39.317	52.138.757/0001-40	22/07/2006	21/07/2011	-	-	3	3	-	-	E
2006	14	O	39.808	73.887.424/0001-93	01/11/2006	31/10/2011	-	-	1	1	4	4	E
2007	6	O	40.631	00.482.840/0001-38	01/07/2007	30/06/2011	12	11	1	2	-	-	E
2007	1	O	40.631	00.482.840/0001-38	01/07/2007	30/06/2011	22	14	3	11	-	-	E
2007	1	O	40.654	04.440.542/0001-36	01/07/2007	30/06/2012	6	6	1	1			P
2007	4	O	40.986	47.900.949/0001-01	24/09/2007	23/09/2012	2	2	-	-	-	-	P
2007	4	O	41.340	06.146.308/0001-00	17/12/2007	16/12/2012	9	9	-	-	-	-	P
2007	10/11	O	41.379	01.756.239/0001-59	01/01/2008	31/12/2013	14	14	26	26	2	2	P
2008	4	O	42.578	07.605.506/0001-73	01/12/2008	30/11/2013	4	4	-	-	-	-	P

Apoio administrativo, manutenção e conservação de bens imóveis, copa e cozinha, brigada de incêndio, menor aprendiz.													
Unidade Contratante: SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS – SÃO PAULO													
UG/Gestão:803080 CNPJ: 33.683.111/0009-56													
Ano	Area	Nat	Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de execução das atividades contratadas		Nível escolaridade e quantitativo P/C						SIT
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2008	4	O	42.584	59.126.045/0001-50	01/12/2008	30/11/2013	4	4	-	-	-	-	P
2008	4	O	42.605	05.449.253/0001-60	01/12/2008	01/12/2013	3	3	-	-	-	-	P
2009	14	O	42.722	05.877.704/0001-60	02/02/2009	01/02/2014	-	-	-	-	5	5	P
2008	14	O	42.798	08.662.712/0001-88	24/12/2008	23/12/2013	3	3	-	-	1	1	P
2009	4	O	43.513	47.900.949/0001-01	24/09/2009	23/09/2014	3	3	-	-	-	-	P
2010	9	O	44.163	67.071.001/0003-60	10/02/2010	09/02/2012	-	-	13	13	-	-	P
2010	13	O	44.719	51.549.301/0001-00	02/08/2010	01/08/2015			22	22	-	-	P
2010	12	O	44.849	10.478.853/0001-55	05/09/2010	04/09/2015	4	4	-	-	-	-	P
2010	9	O	44.849	10.478.853/0001-55	05/09/2010	04/09/2015	2	2	-	-	-	-	P
2011	8	O	45.754	05.373.051/0001-82	04/07/2011	03/07/2012	2	2	-	-	-	-	A
2011	1	O	45.937	10.565.981/0001-78	01/07/2011	30/06/2012	22	22	3	3	-	-	A
2011	6	O	45.937	10.565.981/0001-78	01/07/2011	30/06/2012	13	13	-	-	-	-	A
2011	10/11	O	46.468	01.978.473/0001-20	22/07/2011	21/07/2012	-	-	4	4			A
2011	14	O	47.391	00.706.148/0001-46	01/11/2011	31/10/2012	-	-	1	1	4	4	A

### 5.7 Indicadores Gerenciais de Recursos Humanos

Os indicadores gerenciais sobre Recursos Humanos são os constantes no Planejamento Estratégico referenciados no item 2.7 – Indicadores de Gestão de Pessoas de número 8,9,10 .

Informamos a seguir os demais indicadores solicitados:

#### a) Rotatividade – TURNOVER

ATOS	QUANTIDADE POR ANO	
	2010	2011
Ingressos	640	343
Desligamentos	268	755
Diferença entre Ingressos e Desligamentos no período	372	-412

Fonte: InfoGP – Dez/2011

**b) Acidentes de trabalho e doenças ocupacionais.**

Informações do consolidado nacional do Serviço de Saúde Ocupacional – 2011		Quantitativo
ATESTADOS	Total de atestados emitidos / homologados	18.957
	Total de dias	52.457
	Empregados encaminhados para Auxílio Doença	224
ACIDENTES DE TRABALHO	Acidente de Trabalho Típico	-
	Quantidade sem afastamento	20
	Quantidade com afastamento	31
	Nº de dias de afastamento	269
	Total de acidentes	51
	Acidente de Trajeto	-
	Quantidade sem afastamento	9
	Quantidade com afastamento	33
	Nº de dias de afastamento	540
	Total de acidentes	42
	Total de ocorrências	93
	Total de dias	809
	DOENÇA OCUPACIONAL	Novas ocorrências
Quantidade sem afastamento		1
Quantidade com afastamento		9
Nº de dias de afastamento		269
Total de ocorrências		10
EXAMES OCUPACIONAIS	Periódicos	-
	Quadro Interno	-
	Convocados	6.019
	Iniciados	4.049
	Sub-total de concluídos	4.258
	Escritório / PSE	-
	Convocados	1.502
	Sub-total de concluídos	1.044
	Total concluídos	5.302
	Admissional	286
	Demissional	524
	Retorno ao trabalho	177
	PROC. MÉDICO / ENFERMAGEM	Médico
Enfermagem		20.832
Atendimento a Terceirizados		-
Atendimentos Médicos		515
Atendimentos de Enfermagem		4.046

Fonte: Controles Internos – Departamento das Relações Sociais do Trabalho - GPREL

**c) Educação Continuada**

- **Programa de Capacitação e Desenvolvimento Corporativo:** contempla cinco planos de capacitação : Plancap - Plano de Capacitação Tecnológica, Plancad - Plano de Capacitação Desenvolvimento Institucional, PDG - Programa de Desenvolvimento Gerencial, Programa de Integração do Serpro e Plano de Eventos Corporativos.

ANO	PLANO	N ° Ações Educacionais	Participações	Carga Horária Total
<b>2009</b>	PLANCAP	240	5.179	109.401
	PLANCAD	58	8.706	145.099
	EVENTOS	128	639	15.366
	INTEGRAÇÃO	41	528	96.856
	PDG	25	2.175	77.405
<b>2010</b>	PLANCAP	316	7.203	118.298
	PLANCAD	105	2.656	162.131
	EVENTOS	166	616	16.330
	INTEGRAÇÃO	37	598	103.310
	PDG	31	2.551	67.790
<b>2011</b>	PLANCAP	2.225	10.956	193.026
	PLANCAD	215	7.248	77.638
	EVENTOS	151	537	11.482
	INTEGRAÇÃO	19	3.918	17.873
	PDG	30	2.909	43.194
Fonte: Controles Internos – UNISERPRO				

**- Programa de Incentivo à Educação Superior**

Em 2011, 46 empregados participaram do Programa de Incentivo a Educação Superior, em áreas de conhecimento da empresa, sendo 29 em área de tecnologia e 17 em área de gestão. No ano citado, 9 empregados concluíram a participação no Programa.

**- Programa de Educação Pós-Graduada**

Em 2011, 87 empregados participaram do Programa, sendo 1 em doutorado, 12 em mestrado e 74 em cursos de especialização. A maior concentração, 70 empregados, foi em área de gestão, no entanto, boa parte dos cursos possuem foco em tecnologia. Em relação aos cursos iniciados nos anos anteriores, 27 profissionais terminaram a pós-graduação em 2011, sendo 1 em doutorado, 8 em mestrado e 18 em cursos de especialização.

**- Valor Total Executado com os Programas em 2011**

Programa	Valor Executado (R\$)
Educação Superior	124.682,98
Educação Pós-Graduada	850.102,28
<b>Total</b>	<b>974.785,26</b>
Fonte: Controles Internos - UNISERPRO	

**d) Distribuição do Quadro de Pessoal por Plano de Cargos e Salários.**

A partir de novembro de 2008, os empregados são contratados pela empresa sob a égide do PGCS, sendo facultado aos empregados integrantes de outros planos, o ingresso neste a qualquer tempo, mediante opção formal.

<b>Migração para o PGCS</b>	
<b>Ano</b>	<b>Quantidade Empregados</b>
2009	449
2010	159
2011	46 <sup>1</sup>
<b>TOTAL</b>	<b>654</b>

Fonte: InfoGP – Dez/2011

<sup>1</sup> Em 2011, 2 empregados optaram por migrar para o PGCS, mas desligaram-se no mesmo ano.

<b>Quadro de Pessoal por Plano em 31.12.2011</b>			
<b>Plano de Cargos e Salários</b>	<b>Cargo</b>	<b>Quantidade de Empregados</b>	<b>Total</b>
<b>PGCS</b>	Analista	3.374	4.526
	Técnico	882	
	Auxiliar	270	
<b>RARH 2</b>	Analista	630	6.013
	Técnico	1.450	
	Auxiliar	3.933	
<b>PACCS</b>	Analista	3	16
	Auxiliar	13	
<b>TOTAL</b>			<b>10.555</b>

Fonte: InfoGP – Dez/2011

**e) Promoções por mérito e por tempo de serviço.**

Em 2011, foram promovidos 2.079 empregados por tempo de serviço e 2.753 por mérito, o que corresponde a 45,78 % do total de empregados.

<b>Empregados promovidos em 2011</b>				
<b>Plano</b>	<b>Quadro</b>	<b>Por tempo de serviço</b>	<b>Por mérito</b>	<b>Total</b>
RARH 2	Quadro Interno	1.094	284	1.378
	Quadro Externo	671	41	712
PGCS	Quadro Interno	305	2.309	2.614
	Quadro Externo	9	119	128
<b>Total</b>		<b>2.079</b>	<b>2.753</b>	<b>4.832</b>

Fonte: InfoGP – Dez/2011

## 6 DEMONSTRATIVO DE TRANSFERÊNCIAS

### 6.1 Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício

Transferências vigentes no exercício									
Unidade Concedente ou Contratante								Valores em R\$1,00	
Nome: Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO)									
CNPJ: 33.683.111/0001-07				UG/GESTÃO: UNISE (até 2011) CETEC (2012)					
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até o exercício	Início	Fim	
1*	RG 43890**	CNPJ 83.899.526/0001-82	243.750,00	48.750,00***	0,00	195.000,00	20/11/09	19/03/11	4****
1*	RG 45642**	CNPJ 75.095.679/0001-49	569.305,28	100.000,00***	39.108,76	39.108,76	09/05/11	08/05/13	1
1*	RG 45449**	CNPJ 17.217.985/0001-40	427.500,00	85.500,00***	57.000,00	57.000,00	17/03/11	16/09/12	1
<p>Observações:</p> <p>* Modalidade à cuja legislação o SERPRO aderiu por analogia, na ausência de outra, especificamente dedicada às entidades que não utilizam recursos financeiros de dotações consignadas nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União;</p> <p>**Registro interno do SERPRO;</p> <p>*** Contrapartida em bens e serviços economicamente mensuráveis;</p> <p>**** Os repasses do SERPRO já foram totalmente concluídos e executados pela Gestão Financeira - SUPGF, por meio de GRU.</p> <p><b>LEGENDA</b></p> <p><b>Modalidade:</b></p> <p>1 - Convênio ,</p> <p>2 - Contrato de Repasse</p> <p>3 - Termo de Parceria</p> <p>4 - Termo de Cooperação</p> <p>5 - Termo de Compromisso</p> <p><b>Situação da Transferência:</b></p> <p>1 - Adimplente</p> <p>2 - Inadimplente</p> <p>3 - Inadimplência Suspensa</p> <p>4 - Concluído</p> <p>5 - Excluído</p> <p>6 - Rescindido</p> <p>7 - Arquivado</p>									
Fonte: SUPGF, GEDIG e HISAQ									

### 6.2 Resumo dos Instrumentos celebrados pela Unidade – 2009, 2010 e 2011

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome: Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO)						
CNPJ: 33.683.111/0001-07			UG/GESTÃO: UNISE (até 2011) CETEC (2012)			
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Valores repassados em cada exercício (Valores em R\$ 1,00)		
	2009	2010*	2011	2009	2010*	2011
Convênio	0	1	3	0	195.000,00	96.108,76
<b>Totais</b>	0	1	3	0	195.000,00	96.108,76
Fonte: GEDIG, HISAQ e SUPGF						

\* O convênio já teve suas contas aprovadas e o encerramento se dará no início do exercício seguinte (2012).

### 6.3 Resumo dos instrumentos celebrados 2009,2010,2011

Unidade Concedente ou Contratante						
<b>Nome:</b>	Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO)					
<b>CNPJ:</b>	33.683.111/0001-07					
<b>UG/GESTÃO:</b>	UG/GESTÃO: UNISE (até 2011) CETEC (2012)					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Montantes repassados em cada exercício, independentemente do ano de celebração do instrumento (em R\$ 1,00)		
	2011	2010	2009	2011	2010	2009
<b>Convênio</b>	3	1	0	96.108,76	195.000,00	0,00
<b>Totais</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>96.108,76</b>	<b>195.000,00</b>	<b>0,00</b>

Fonte: HISAQ (1- RG 43890 da UFSC, 2 – RG 45642 da UFPR e 3 – RG 45449 da UFMG)

### 6.4 Resumo dos instrumentos de transferência que vigorão em 2011 e exercícios seguintes

Unidade Concedente ou Contratante					
<b>Nome:</b> Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO)					
<b>CNPJ:</b> 33.683.111/0001-07			<b>UG/GESTÃO:</b> UNISE (até 2011) CETEC (2012)		
Modalidade	Qtd. de instrumentos com vigência em 2012 e seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2011
		Contratados	Repassados até 2011	Previstos para 2012	
<b>Convênio</b>	3	1.548.305,28	291.108,76	790.652,56	18,8
<b>Totais</b>	3	1.548.305,28	291.108,76	790.652,56	18,8

Fonte: HISAQ (1- RG 43890 da UFSC, 2 – RG 45642 da UFPR e 3 – RG 45449 da UFMG)

### 6.5 Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas

Unidade Concedente					
<b>Nome:</b> Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO)					
<b>CNPJ:</b> 33.683.111/0001-07		<b>UG/GESTÃO:</b> UNISE (até 2011) CETEC (2012)			
Exercício da prestação das contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2011	Contas prestadas	Quantidade	3		
		Montante Repassado	96.108,76		
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	0		
		Montante Repassado	0		
2010	Contas prestadas	Quantidade	1		
		Montante Repassado	195.000,00		
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	0		
		Montante Repassado	0		
2009 e Anteriores	Não houve ocorrências				

Fonte: GEDIG – Gestão de Contratos Digitalizados

### 6.6 Visão Geral da análise das prestações de contas

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO)					
CNPJ: 33.683.111/0001-07			UG/GESTÃO: UNISE (até 2011) CETEC (2012)		
Exercício da prestação das contas	Quantitativos e montantes repassados			Instrumentos	
				Convênios Valores em R\$ 1,00	Contratos de Repasse
2011	Quantidade de contas prestadas			3 *	-
	Com prazo de análise ainda <b>não vencido</b>	Quantidade	Contas analisadas	3 *	-
			Contas Não analisadas	0	-
		Montante repassado (R\$)		258.608,76	-
	Com prazo de análise <b>vencido</b>	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	0	-
			Quantidade Reprovada	0	-
			Quantidade de TCE	0	-
		Contas NÃO analisadas	Quantidade	0	-
			Montante repassado (R\$)	0	-
2010	Quantidade de contas prestadas			1	-
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		1	-
		Quantidade Reprovada		0	-
		Quantidade de TCE		0	-
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		0	-
		Montante repassado (R\$)		23.500,00	-
2009 e Exercícios anteriores a 2009	Não houve ocorrências.				

\* \* O convênio RG 43890, da UFSC, já teve suas contas aprovadas e o encerramento se dará no início do exercício seguinte (2012). Os demais, da UFMG RG 45.449 e da UFPR, RG 45.642, estão em fase de aprovação da Prestação de Contas Parcial.

## 7 REGISTRO SISTEMA SICONV E SIASG

### DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV

#### DECLARAÇÃO

Eu, **LUIZ CLÁUDIO REIS TURBAY**, CPF nº **225.957.591-91**, **Superintendente**, exercido na **Superintendência de Aquisição e Contratos (SUPGA)**, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2011 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema HISAQ - Histórico de Aquisições, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Destaque-se o teor do Ofício de Comunicação nº 67/2012 - TCU/SECEX-8, de 11/01/2012, relativo ao Item 9.4 do Acórdão TCU nº 3.304/2011 – Plenário, que determina que a partir de 1º de janeiro de 2012, o SERPRO registre e operacionalize obrigatoriamente os atos e procedimentos relativos a convênios, contratos de repasse e instrumentos congêneres diretamente no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (Siconv), conforme determinado pelo Decreto 6.170/2007 e Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU 507/2011, que dispõe em seu art. 94 que as funcionalidades do Siconv deverão estar implementadas no sistema até o dia 01 de julho de 2012.

Brasília, 06 de março de 2012.

  
**LUIZ CLÁUDIO REIS TURBAY**  
**225.957.591-91**  
**Superintendência de Aquisição e Contratos (SUPGA)**

## 8. DECLARAÇÃO IRPF

### 8.1 Situação do cumprimento das obrigações imposta pela Lei 8.730/93

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	N / A *		
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	N / A *		
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	-	-	1.112
	Entregaram a DBR	-	-	1.112
	Não cumpriram a obrigação	-	-	0

Fonte: InfoGP – Dez/2011

\* Os empregados do SERPRO não se enquadram na situação descrita por serem regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

## 9 ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UNIDADE

Estrutura de Controles Internos da Unidade					
Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Ambiente de Controle</b>					
1. Os altos dirigentes da unidade percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela unidade são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da unidade é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da unidade.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela unidade.				X	
<b>Avaliação de Risco</b>					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					X
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.					X
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da unidade, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade		X			
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
<b>Procedimentos de Controle</b>					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da unidade, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela unidade são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela unidade possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela unidade são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.				X	
<b>Informação e Comunicação</b>					
23. A informação relevante para unidade é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela unidade são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	

Estrutura de Controles Internos da Unidade					
Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
25. A informação disponível à unidade é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da unidade contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da unidade tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da unidade tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
<p><b>Considerações gerais:</b>  <i>Foi utilizada a entrevista individual com a alta-direção, como metodologia, com foco na abordagem da percepção dos diretores acerca das afirmativas sobre os aspectos dos processos de controle interno e posterior reunião colegiada para discussão, análise e fechamento de consenso.</i></p> <p><i>A análise buscou identificar os pontos com maiores deficiências acerca das afirmativas abordadas relacionadas aos aspectos dos processos de controle interno, não significando dizer que os controles são inexistentes na organização. Portanto, o foco do presente trabalho foi a identificação de possibilidades de melhoria nos processos e procedimentos internos. Desta forma, independentemente das respostas entabuladas, a alta direção já deliberou pela criação de uma área específica de Gestão do Controle Interno e instituiu Grupo de Trabalho para sua estruturação, após avaliação da conveniência e oportunidade, considerando o remapeamento de processos realizado no âmbito da empresa e sua reestruturação orgânica.</i></p>					
<p><b>LEGENDA</b>  Níveis de Avaliação:  (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da unidade.  (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da unidade, porém, em sua minoria.  (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da unidade.  (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da unidade, porém, em sua maioria.  (5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da unidade.</p>					

## 10 CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

Gestão ambiental e licitações sustentáveis	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<p>1. A unidade tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?</li> </ul> <p><b>Ainda não existe legislação específica que determine a obrigatoriedade de efetivarmos licitações usando critérios claros de sustentabilidade, sob pena de fornecedores entrarem com recursos alegando discricionariedade. Entretanto, dentro das limitações legais, fomentamos critérios de sustentabilidade, adquirindo materiais recicláveis e utilizamos práticas ambientais de descarte.</b></p>		X			
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.		X			
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis)			X		
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.	X				
<p>5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?</li> </ul>					X
<p>6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? <b>Papel A4</b></li> </ul>					X
<p>7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório? Foram adquiridos apenas 2 carros.</li> </ul>	X				
<p>8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?</li> </ul>	X				
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.					X
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.				X	
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto no 5.940/2006.					X
<p>12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha?</li> </ul>					X
<p>13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltados para os seus servidores.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha ?</li> </ul>					X
<p><b>Considerações Gerais:</b>  As respostas foram elaboradas pelas áreas responsáveis por aquisições – Gestão Logística ( SUPGL) e Gestão de Contratos (SUPGA)- O Serpro busca, de forma permanente, a racionalização do uso dos recursos água e energia.  - Relativamente à energia, foram já executadas em algumas Regionais e deverão ser estendidas a todas as demais, as seguintes ações:  • retrofit ou substituição das luminárias e lâmpadas por outras de melhor rendimento energético;  • substituição de geladeiras antigas e de alto consumo de energia elétrica; e  • substituição de aquecedores elétricos das cozinhas por aquecedores a gás.  - Quanto à utilização da água, foram instalados sistemas de esgotamento sanitário a vácuo nos prédios das Regionais Brasília e Recife. Foi criado projeto para instalação do sistema nas demais Regionais, nos próximos 03 anos.</p>					

Gestão ambiental e licitações sustentáveis	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<p>- O sistema de esgotamento a vácuo elimina o transporte dos dejetos para a rede pública por meio de água tratada, utilizando a diferença de pressão (vácuo). Esse processo, que utiliza somente 1,2 litros de água para higienização dos vasos em contrapartida ao sistema convencional que gasta de 6 a 18 litros por descarga, reduz o consumo do prédio em até 50%, o que efetivamente ocorreu nas localidades onde foi instalado. O sistema, além da redução do consumo da água tratada permite, como consequência, a redução do volume de esgoto para o sistema de coleta pública.</p> <p>- Foram substituídas todas as torneiras tradicionais por outras automáticas que permitem a redução de consumo; e construção de reservatórios para captação de águas pluviais para utilização em limpeza e jardinagem, em algumas localidades.</p> <p>- Ainda com objetivo de preservação do meio ambiente, foi implantado em todas as Regionais sistema de coleta seletiva de lixo em atendimento ao que estabelece o Decreto no 5.940."</p> <p>- Os projetos básicos e executivos das obras e instalação de engenharia são orientados para construções ecologicamente corretas, buscando a racionalização do uso da energia elétrica, aproveitamento das águas de chuva e o uso de climatizadores de alto rendimento energético.</p> <p>- A Suppl tem divulgado através dos meios de comunicação institucional, informações e orientações no sentido de conscientizar os empregados para a necessidade de redução do consumo de água, energia elétrica e a preservação ambiental.</p>					
<p><b>LEGENDA</b> Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					

## 11 GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO

### 11.1 Bens Imóveis de Uso Especial de propriedade da União sob responsabilidade da Unidade

O SERPRO, não possui bens de propriedade da União sob sua responsabilidade.

### 11.2 Bens Imóveis locados de terceiros

O SERPRO, não possui imóveis locados de terceiros no exterior, somente 10 no Brasil, distribuídos conforme quadro a seguir:

Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros		
Localização Geográfica	Quantidade de Imóveis locados de Terceiros pela Unidade	
	2011	2010
<b>Total Regional Brasília:</b>	<b>4</b>	<b>4</b>
Goiânia	1	1
Campo Grande	1	1
Cuiabá	1	1
Palmas	1	1
<b>Total Regional Belém</b>	<b>2</b>	<b>2</b>
Belém	1	1
Manaus	1	1
<b>Total Regional Fortaleza</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
Fortaleza	1	1
<b>Total Regional Rio de Janeiro</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
Rio de Janeiro	1	1
<b>Total Regional São Paulo</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
Ribeirão Preto	1	1
<b>Total Regional Curitiba</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
Florianópolis	1	1
<b>Total Brasil</b>	<b>10</b>	<b>10</b>

## 12 GESTÃO DE TECNOLOGIA

Gestão de TI da Unidade					
Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Planejamento</b>					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da unidade como um todo.					X
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.					X
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a unidade.				X	
<b>Recursos Humanos de TI</b>					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI. Informar quantitativos:	<b>5.648 empregados 0 terceirizados</b>				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.					X
<b>Segurança da Informação</b>					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.					X
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.					X
<b>Desenvolvimento e Produção de Sistemas</b>					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da unidade				X	
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na unidade segue metodologia definida.					X
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas a seus clientes.					X
11. Nos contratos celebrados pela unidade é exigido acordo de nível de serviço.					X
<b>Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI</b>					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria unidade. Informar percentuais:	0,00%				
13. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para a unidade e não somente em termos de TI.				X	
13. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.					X
14. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?	X				
<b>Considerações Gerais:</b> As respostas foram obtidas pelos resultados e posicionamentos das áreas responsáveis (SUPGP – Gestão de Pessoas, item 4, e COOGC – Gestão de Contratos, item 12)					
<b>LEGENDA:</b> Níveis de avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.					

## 13 CARTÕES DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

O Serpro não possui cartão de pagamento.

## 14 RENÚNCIA TRIBUTÁRIA

Não houve renúncia tributária no exercício.

## 15 DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES ORIUNDAS DO TCU

**Tipo de Jurisprudência:** 01 - Acórdão

**Número do Acórdão / Decisão:** 776

**Ano do Acórdão / Decisão:** 2009

**Colegiado:** 03 - Plenário

**Assunto:** Representação, oferecida pela empresa Super Serv Montagens Industriais e Construção Ltda, tendo em vista a possível prática de irregularidades no âmbito do Pregão Eletrônico GLACO/GRLCE/SUPGL N° 02988/2007, conduzido pelo Serpro, Regional Recife.

**Item do Acórdão / Decisão:** 9.1 a 9.6

**Descrição da Determinação/Recomendação:**

9.1. acolher as razões de justificativa dos Srs. Tiago Viana Bastos e Fernando dos Santos Costa, respectivamente, Chefe da Divisão Regional Logística do Serpro e Pregoeiro, Regional Recife, concernente à inclusão de exigência tecnicamente injustificada, contida no item "8.1.j" do Edital do Pregão Eletrônico n° 02988/2007;

9.2. acolher parcialmente as razões de justificativa apresentadas pelo Sr. Tiago Viana Bastos, Chefe da Divisão Regional Logística, no que concerne à revogação do Pregão Eletrônico n° GLACO/GRLCE/SUPGL n° 1450/2007 sem amparo legal;

9.3. determinar ao responsável pelo Serviço Federal de Processamento de Dados, Serpro, Regional Recife, que:

9.3.1 reveja a descrição do objeto do Contrato n°42672/2008 decorrente do Pregão Eletrônico n°1563/2008, para ajustá-lo às regras e diretrizes para a contratação de serviços continuados ou não, contidos na Instrução Normativa N° 02/2008, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, procedendo ainda às seguintes alterações nos termos do art. 65, inciso I, letra "b" da Lei n° 8.666/1993:

9.3.1.1 ajuste o quadro de profissionais alocados no contrato ao mínimo necessário de pessoal tecnicamente habilitado para proceder aos reparos e manutenções emergenciais exigidos ao funcionamento adequado dos sistemas elétricos e dos sistemas de climatização das salas onde estão locados os equipamentos que exigem funcionamento ininterrupto, incluindo o regime de plantão quando demonstrada tecnicamente a necessidade;

9.3.1.2 exclua os serviços de operação e os de atendimento de novas demandas, que não constituem serviços de manutenção, ajustando, por conseguinte, o detalhamento e a periodicidade das atividades a serem realizadas pela contratada;

9.3.1.3 adapte a periodicidade dos serviços de vistorias às regras técnicas, (a exemplo de vistoria de alvenarias, mobiliário, instalações hidráulicas, esquadrias, coberturas e pisos), fazendo a respectiva redução dos custos contratuais;

9.3.2 encaminhe à Secex-PE, no prazo de 30 dias, cópia do respectivo aditamento contratual com a implementação das alterações acima mencionadas;

9.3.3 autorizar, por uma única vez, se comprovadamente necessária, a prorrogação do Contrato n°42672/2008 decorrente do Pregão 1563/2008, por mais 12 (doze) meses após o fim da primeira vigência (22/12/2010), promovendo-se, com a devida antecedência, pesquisa de preços lastreada em informações de diversas fontes (incluindo empresas especializadas, sistemas informatizados, consulta a contratações realizadas por outros órgãos, inclusive municipais e estaduais), de modo a obter uma estimativa adequada à realidade do mercado;

9.3.4 faça constar dos despachos de anulação ou revogação de licitações futuras a respectiva motivação, anexando-os no respectivo processo licitatório, juntamente com os documentos embasadores da decisão, procedendo-se, ainda, à alimentação tempestiva do sistema Comprasnet;

9.4. recomendar à Diretoria de Administração e à Auditoria do Serpro Nacional que procedam às medidas orientadoras e corretivas em relação às demais unidades do órgão, concernentes às irregularidades e impropriedades aqui relatadas, conforme o caso;

9.5. determinar à Secex-PE que acompanhe as determinações referidas no presente processo;

9.6. dar ciência deste Acórdão, acompanhado do Voto e Relatório, à Representante, à Regional Recife do Serpro, à Diretoria de Administração do Serpro e à Auditoria do Serpro Nacional.

**Providência(s) Informada(s) pela Unidade:**

Posição RAIN T 2009: O Diretor-Presidente em exercício, mediante Recurso, de 27/05/2009, solicitou ao TCU pedido de reexame referente ao Acórdão 776/2009.

Posição RAIN T 2010 - Aguardando julgamento do TCU quanto ao pedido de reexame.

Posição RAIN T 2011 - Mediante Acórdão 482/2011-TCU-Plenário, de 23/02/2011, o TCU julgou o pedido de reexame interposto pelo Serpro.

No mérito, os Ministros do Tribunal deram provimento ao pedido de reexame e determinaram a alteração do subitem

9.3.1.2, do Acórdão nº 776/2009-P.

Mediante Ofício DS – 019595/2011, de 30/06/2011, o Diretor Superintendente informou ao TCU as medidas adotadas para cumprimento do Acórdão.

**Avaliação quanto ao cumprimento pelo Gestor:** Total

**Monitoramento pela Auditoria Interna:**

GL-AC/0002/2011 = Diante das determinações emanadas pelo TCU, constantes do Acórdão de nº 776/2009, reformulado pelo Acórdão de nº 482/2011, no que tange ao contrato de manutenção predial, RG/Nº 42.672, da Regional Recife, foi celebrado o 5º termo aditivo, RG/Nº 45.964, para adequar o objeto do contrato, o número de postos de trabalho e a periodicidade das manutenções. As alterações no contrato resultaram em uma redução de 15,35% no valor mensal pago pelos serviços prestados. Foi criado grupo de trabalho, por meio da Decisão Setorial SUPGL-OE-009/2011, que conduzirá o processo de adequação dos demais contratos de manutenção predial, naquilo que couber. O prazo estimado para conclusão dos trabalhos será de 18 meses, a partir de julho/2011.

GL-AC/0003/2011 = Diante das determinações emanadas pelo TCU, constantes do Acórdão de nº 776/2009, reformulado pelo Acórdão de nº 482/2011, no que tange ao contrato de manutenção predial, RG/Nº 42.672, e em resposta à SA nº 009, deste trabalho, o Gestor informou que a Regional Recife encontra-se com planejamento para que a licitação ocorra em 15/12/2011, com substituição contratual a ocorrer a partir de 24/12/2011, data esta correspondente ao término do contrato atual.

Foi criado grupo de trabalho, por meio da Decisão Setorial SUPGL-OE-009/2011, que conduzirá o processo de adequação dos demais contratos de manutenção predial, naquilo que couber. O prazo estimado para conclusão dos trabalhos será de 18 meses, a partir de julho/2011.

Mediante Acórdão nº 3149/2011 – TCU – Plenário, publicado no DOU de 09/12/2011, os Ministros do Tribunal de Contas da União – TCU consideraram cumpridas as determinações feitas ao Serpro através do Acórdão nº 776/2009 – TCU – Plenário, modificado pelo Acórdão de nº 482/2011 – TCU – Plenário.

**Tipo de Jurisprudência:** 01 - Acórdão

**Número do Acórdão / Decisão:** 482

**Ano do Acórdão / Decisão:** 2011

**Colegiado:** 03 - Plenário

**Assunto:** Representação, oferecida pela empresa Super Serv Montagens Industriais e Construção Ltda, tendo em vista a possível prática de irregularidades no âmbito do Pregão Eletrônico GLACO/GRLCE/SUPGL Nº 02988/2007, conduzido pelo Serpro, Regional Recife.

**Item do Acórdão / Decisão:** 9.1

**Descrição da Determinação/Recomendação:**

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de Pedido de Reexame interposto pelo Serviço Federal de Processamento de Dados - Serpro contra o Acórdão nº 776/2009-P, por meio do qual este Tribunal expediu-lhe diversas determinações, ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1 conhecer, com fulcro no art. 48, caput e parágrafo único c/c o art. 33, da Lei nº 8.443/92, do Pedido de Reexame interposto pelo Serviço Federal de Processamento de Dados - Serpro para, no mérito, dando-lhe provimento, alterar o subitem 9.3.1.2, do Acórdão nº 776/2009-P, que passa a ter a redação a seguir exposta, mantendo-se inalterados seus demais subitens:

"9.3.1.2 exclua os serviços de atendimento de novas demandas, que não constituem serviços de manutenção, ajustando, por conseguinte, o detalhamento e a periodicidade das atividades a serem realizadas pela contratada;"

9.2 dar ciência desta deliberação ao interessado; e

9.3 encaminhar os autos, após as notificações pertinentes, ao Relator a quo, para a adoção das providências que entender cabíveis, quanto à segunda prorrogação do Contrato nº 42672/2008.

**Providência(s) Informada(s) pela Unidade:**

Mediante Ofício DS-019595/2011, de 30/06/2011 o Diretor-Superintendente informou ao TCU as providências adotadas para cumprimento ao Acórdão, a saber:

1. Quanto ao item 9.3.1, do Acórdão 776 foi adequado o objeto do contrato RG nº 42.672, conforme 5º Termo Aditivo RG nº 45964.

2. Com relação ao item 9.3.1.1, do Acórdão 776 foi informado ao TCU que o quadro de profissionais tecnicamente habilitados atuantes na manutenção dos sistemas de elétrica e refrigeração da Regional Recife por força do contrato, resume-se aos postos de: um líder de equipe com habilitação em eletrotécnica, responsável pela execução de serviços em sistemas elétricos e por coordenar todas as atividades de manutenção predial; um técnico de refrigeração; e, um

posto de 24 horas de electricista, cuja necessidade técnica e permanência foi demonstrada anteriormente e entendida razoável pelo Tribunal (itens 6 e 6.1 do voto do Ministro Relator no Acórdão 482/2011). Esse é o quadro mínimo possível para que ocorram as manutenções e operações exigidos ao funcionamento adequado dos sistemas elétricos e dos sistemas de climatização, sem colocar em risco as instalações e os serviços prestados pelo Serpro a seus clientes.

3. Quanto ao item 9.3.1.2, do Acórdão 776, reformulado pelo Acórdão 482, o Serpro reorganizou as periodicidades dos serviços, bem como adaptou a quantidade de profissionais e excluiu 02 (dois) postos de serviços, conforme 5º Termo Aditivo, promovendo-se a redução contratual de 15, 35% do valor mensal acordado.

4. Quanto ao item 9.3.1.3, do Acórdão 776, conforme já explicitado no item 3, o Serpro promoveu a redução do valor contratual em 15,35%.

5. Quanto ao 9.3.2, do Acórdão 776, o prazo de 30 (trinta) dias, no nosso entendimento, tornou-se sem efeito em razão do tempo decorrido na apreciação do Pedido de Reexame do Acórdão 776/2009, embora tenham sido adotadas as medidas determinadas, conforme 5º Termo Aditivo RG nº 45964.

6. Com relação ao item 9.3.3, do Acórdão 776, em razão do tempo decorrido na apreciação do recurso "Pedido de Reexame" interposto pelo Serpro aos termos do Acórdão 776/2009, que reformulou o item 9.3.1.2, mediante Acórdão 482/2011, o Contrato RG nº 42.672 foi prorrogado até 21/12/2011. Estão em fase de conclusão as providências para a nova licitação. Para tanto, realizamos previamente benchmarking com outros órgãos públicos, buscando identificar melhores práticas nas contratações que se utilizem de unidades de medida diferentes da prática usual de "postos de serviços", sendo identificada a contratação realizada por esse Tribunal, usada como base para a revisão da contratação dos serviços da Regional Recife. Também estão sendo atualizadas as pesquisas de mercado, na forma orientada pelo TCU. Os prazos para a licitação e nova contratação serão adequados ao término da vigência do contrato RG 42.672.

7. Quanto ao item 9.3.4 do Acórdão 776, a Superintendência de Gestão Logística enviou memorando às áreas responsáveis pela operacionalização das contratações, solicitando as ações necessárias à correta instrução dos processos licitatórios, alertando-as a respeito da motivação das revogações e anulações dos procedimentos licitatórios, bem como juntada dos documentos embasadores dessas decisões. Na oportunidade, foram solicitadas providências da área normativa, para futura atualização desse assunto na Decisão de Diretoria que institui as Diretrizes para o Processo de Aquisições e Contratações do Serpro. Os responsáveis foram orientados para operacionalizar corretamente a alimentação do sistema Comprasnet. As orientações foram realizadas mediante o Memorando SUPGL/GLCOM/GLGAC-018894/2011.

8. Com relação ao 9.4 do Acórdão 776, quanto as medidas orientadoras e corretivas para as demais Unidades do Serpro, a Superintendência de Logística criou Grupo de Trabalho por meio da Decisão Setorial nº SUPGL-OE-009/20011, agregando componentes das áreas de engenharia e de serviços gerais, com o objetivo de classificar os serviços continuados e por demanda, estabelecer as métricas e os meios para quantificar ambos os serviços, estabelecer as unidades de medida aplicáveis e criar modelo de Projeto Básico adequado à IN 02/2008 para contratação dos serviços de manutenção predial, a serem utilizados de forma padronizada por todas as Regionais, adaptados em respeito às particularidades e necessidades de cada edifício em razão das atividades desenvolvidas nos mesmos.

Prevê-se, a partir das definições do Grupo de Trabalho, manter os serviços de manutenção contratados com terceiros sob avaliação para quantificação, por um período de 03 meses, possibilitando sejam projetadas as necessidades anuais da Regional. Essa informação será a base para a adaptação do projeto básico padrão, possibilitando que sejam realizadas as licitações competentes, completamente adequadas à IN 02/2008. A nossa expectativa é que as licitações e consequente substituição dos contratos atuais, quando necessários, ocorram gradativamente, em um período calculado inicialmente de até um ano, de forma que não provoquem solução de continuidade às atividades, bens e instalações. Assim, estima-se o prazo de 18 meses a contar de julho/2011, para ajustar a totalidade dos contratos.

Informamos, ainda, que uma das atribuições e competências da Auditoria Interna do Serpro, é a verificação das providências/cumprimento dos Acórdãos emanados pelo Tribunal de Contas da União, dando ciência, quanto ao cumprimento, ao Tribunal por ocasião da Prestação de Contas, no Relatório de Gestão desta empresa Pública e, à Secretaria Federal de Controle Interno - SFC/CGU-PR, no Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna - RAINT, encaminhado à Secretaria Federal de Controle Interno - SFC/CGU-PR.

**Avaliação quanto ao cumprimento pelo Gestor: Total**

**Monitoramento pela Auditoria Interna:**

GL-AC/0003/2011 = Diante das determinações emanadas pelo TCU, constantes do Acórdão de no 776/2009, reformulado pelo Acórdão de no 482/2011, no que tange ao contrato de manutenção predial, RG/Nº 42.672, e em resposta à SA no 009, deste trabalho, o Gestor informou que a Regional Recife encontra-se com planejamento para

que a licitação ocorra em 15/12/2011, com substituição contratual a ocorrer a partir de 24/12/2011, data esta correspondente ao término do contrato atual.

Foi criado grupo de trabalho, por meio da Decisão Setorial SUPGL-OE-009/2011, que conduzirá o processo de adequação dos demais contratos de manutenção predial, naquilo que couber. O prazo estimado para conclusão dos trabalhos será de 18 meses, a partir de julho/2011.

Mediante Acórdão nº 3149/2011 – TCU – Plenário, publicado no DOU de 09/12/2011, os Ministros do Tribunal de Contas da União – TCU consideraram cumpridas as determinações feitas ao Serpro através do Acórdão nº 776/2009 – TCU – Plenário, modificado pelo Acórdão de nº 482/2011 – TCU – Plenário.

**Tipo de Jurisprudência:** 01 - Acórdão

**Número do Acórdão / Decisão:** 3149

**Ano do Acórdão / Decisão:** 2011

**Colegiado:** 03 - Plenário

**Assunto:** Representação, oferecida pela empresa Super Serv Montagens Industriais e Construção Ltda, tendo em vista a possível prática de irregularidades no âmbito do Pregão Eletrônico GLACO/GRLCE/SUPGL Nº 02988/2007, conduzido pelo Serpro, Regional Recife.

**Item do Acórdão / Decisão:** 9.1 e 9.2

**Descrição da Determinação/Recomendação:**

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação formulada pela empresa Super-Serv Montagens Industriais e Construção Ltda. (...), ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

“9.1. considerar cumpridas as determinações feitas por este Tribunal no Acórdão nº 776/2009 - TCU – Plenário, modificado pelo Acórdão nº 482/2011 – TCU – Plenário;

9.2. dar ciência do inteiro teor do presente acórdão, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, à Regional Recife, à Diretoria de Administração e à Auditoria do Serviço Federal de Processamento de Dados – Serpro;

9.3. arquivar os presentes autos.”

**Providência(s) Informada(s) pela Unidade:** Não se aplica

**Avaliação quanto ao cumprimento pelo Gestor:** Total

**Monitoramento pela Auditoria Interna:** Não se aplica

**Tipo de Jurisprudência:** 01 - Acórdão

**Número do Acórdão / Decisão:** 6050

**Ano do Acórdão / Decisão:** 2009

**Colegiado:** 2ª Câmara

**Assunto:** Prestação de Contas Serpro 2006

**Item do Acórdão / Decisão:** 1.5.1 a 1.5.6

**Descrição da Determinação/Recomendação:**

1.5. Determinar com base no inciso II do art. 43 da Lei Orgânica/TCU e art. 250 do Regimento Interno/TCU, ao Serpro que:

1.5.1. Faça constar de seus documentos de cobrança (notas fiscais e faturas) a descrição completa do serviço prestado, a fim de bem mensurar os itens quantitativamente e qualitativamente, a bem do controle do cumprimento de suas obrigações frente a seus clientes;

1.5.2. Implemente sistema de controle interno capaz de prestar-se ao registro tempestivo dos fatos contábeis ocorridos no âmbito da organização, em obediência ao Princípio da Competência, consagrado por meio da Resolução CFC 750/93, art. 9º, e da Lei nº 6.404/76, art. 177, caput, e em respeito às boas práticas de gestão;

1.5.3. Por força do Princípio da eficiência, constante do art. 37 da Constituição Federal da República, e em nome da transparência, modernize, no prazo de 180 dias contados da ciência deste Acórdão, as rotinas de apropriação das receitas, de forma a permitir que os recebimentos de clientes ocorram, no mínimo, diretamente no sistema SIAFI, de forma identificada por fatura/nota fiscal e cliente, com apropriação automática da receita, e que o sistema também permita realizar pesquisas mediante filtragem parametrizada;

1.5.4. Não preste serviços sem cobertura contratual, em conformidade com os artigos 60 c/c 62 da Lei nº 8.666/93 e Acórdão nº 222/2005-Plenário;

1.5.5. Atue seletivamente quanto a suas obrigações, de forma a pagar em dia as obrigações com fornecedores que mais geram encargos em caso de atraso no pagamento, com objetivo de minimizar as perdas decorrentes de contingenciamentos do Governo Federal;

1.5.6. No prazo de 60 dias a contar da ciência deste Acórdão, apresente plano de ação voltado à implantação de um sistema de custos que evidencie os custos diretos, indiretos e custo por serviço prestado, em obediência aos princípios da eficiência, eficácia e economicidade esculpidos na Constituição Federal, arts. 37, caput, 70 caput, e 74, inciso II; como também em cumprimento ao Decreto-Lei nº 200/67, art. 79; Lei nº 6.404/76, art.187, caput e § 1º, alínea "b".

**Providência(s) Informada(s) pela Unidade:**

Em 09/12/2009, foi aberto pelo TCU o Processo 028.823/2009-6 para monitoramento do Acórdão 6050/2009-2ª Câmara, de 17/11/2009.

Mediante Ofício DP – 002362/2010, de 02/02/2010, o Diretor-Presidente encaminhou ao TCU posicionamento quanto ao cumprimento das determinações exaradas no Acórdão 6050/2009-TCU-2ª Câmara.

**Avaliação quanto ao cumprimento pelo Gestor:** Parcial

**Monitoramento pela Auditoria Interna:**

Visando certificar o cumprimento do Acórdão em referência, durante a execução dos trabalhos referentes à designação GF-DC/0001/2012, foram emitidas as SAs 09, 10 e 11, para as quais os gestores apresentaram os seguintes informações:

**Recomendação:**

“ 1.5.1 - Faça constar de seus documentos de cobrança (notas fiscais e faturas) a descrição completa do serviço prestado, a fim de bem mensurar os itens quantitativamente e qualitativamente, a bem do controle do cumprimento de suas obrigações frente a seus clientes;”

**Situação:**

Em resposta à Solicitação de Auditoria 09 o Gestor informou que “para aperfeiçoar a criação/alteração de itens faturáveis foi implantado no Sistema SIGECOM os seguintes procedimentos:

Garantia de aplicação da regra de atribuição de nomes para os IFA's que sistematiza de forma homogênea a criação/alteração de todos os IFA's criados pelas URC's;

Garantia da validação do processo do enquadramento tributário do IFA, pela SUPGF, através de um workflow que impõe a todo IFA criado pela URC uma avaliação de natureza tributária pela área financeira; e

Garantia da padronização dos IFA's utilizados no faturamento dos serviços específicos, como por exemplo: certificado digital, correio eletrônico, ponto de função, etc;

Além desses procedimentos realizamos a depuração do cadastro de IFA, excluindo os IFA's ativos (fora do padrão) e não utilizados em nenhum contrato vigente;

Ressalta que, na renovação de contratos de receita a criação, bem como a alteração de IFA, seguirá os procedimentos acima descritos, de tal forma, que seja garantida a aplicação das regras estabelecidas.”

**Recomendação:**

“ 1.5.3 - Por força do Princípio da eficiência, constante do art. 37 da Constituição Federal da República, e em nome da transparência, modernize, no prazo de 180 dias contados da data de ciência deste Acórdão, as rotinas de apropriação das receitas, de forma a permitir que os recebimentos de clientes ocorram, no mínimo, diretamente no sistema SIAFI, de forma identificada por fatura/nota fiscal e cliente, com apropriação automática da receita, e que o sistema também permita realizar pesquisas mediante filtragem parametrizada”

**Situação:**

Em resposta à Solicitação de Auditoria 10, o Gestor informou que:

“Ratificamos que o SIARE Web (Sistema Integrado de Administração da Receita do SERPRO) está preparado para atender à exigência do Acórdão, no que tange à emissão correlacionada de boletos bancários (GRU COBRANÇA) quando geradas notas fiscais individuais. E objetivando atender integralmente o Acórdão no que se refere às “rotinas de apropriação das receitas, de forma a permitir que os recebimentos de clientes ocorram, no mínimo, diretamente no sistema SIAFI, de forma identificada por fatura/nota fiscal e cliente, com apropriação automática da receita”, informamos que há previsão de abertura de Demanda específica que evidenciará os requisitos básicos para a elaboração das regras de negócios da futura sistemática de “apropriação de receitas”, a qual visará converter lotes eletrônicos com vários dados de faturamento entre os sistemas SIAFI e SIARE WEB, relacionados por meio de arquivos em formato xml ou txt que deverão ser tramitados via web service. Tais arquivos deverão atender a um lay-out pré-definido e padronizado para envio e recebimento, objetivando a apropriação automática da receita do SERPRO no sistema SIARE Web. Para que isso ocorra é importante ratificar que, primeiramente será necessário realizar uma alteração no SIAFI junto à STN (integração dos sistemas relacionados) o que requererá considerável esforço dos envolvidos, além da necessidade dos tomadores de serviços (por exemplo RFB, MP, DNIT, STN) atualizarem/adaptarem suas rotinas de contas a pagar.

Sugere-se para a nova sistemática que se trabalhe com um Cliente Piloto.

A decisão para desenvolver a nova sistemática em questão não é unilateral, ou seja, não depende de iniciativa única do SERPRO, mas sim dependendo de envolvimento da STN, que é a gestora do sistema SIAFI. “

**Recomendação:**

“ 1.5.6 - No prazo de 60 dias a contar da ciência deste Acórdão, apresente plano de ação voltado a implantação de um sistema de custos que evidencie os custos diretos, indiretos e custo por serviço prestado, em obediência aos princípios da eficiência, eficácia e economicidade insculpidos na Constituição Federal, arts. 37, caput, e 74, inciso II; como também em cumprimento do Decreto-Lei nº 200/67. art. 79; Lei nº 6.404/76, art. 187, caput e § 1º, alínea 'b'”. “

**Situação:**

Considerando o Relatório de Fiscalização TC nº 32121/2011-3, fiscalização nº 913/2011, referente a auditoria realizada no SERPRO, que deu origem ao Acórdão nº 461/2012 – 1ª Câmara, onde restou consignado que: “... a equipe de auditoria entende que o SERPRO vem envidando esforços no sentido de evidenciar os custos relacionados aos serviços prestados, de forma que seja possível sua identificação e quantificação. Tal esforço comprova-se pela implantação, em janeiro de 2011, do Sistema de Custos Empresariais – CUSTOS, que é fruto da mobilização do Serpro desde o levantamento de informações iniciado em 2009. “, a Auditoria Interna, visando dar conformidade à implantação e funcionamento do Sistema CUSTOS realizou em 01/03/2012, conforme SA 011, visita “in loco” à SUPCO, gestora do Sistema, onde foram evidenciadas as funcionalidades e o conteúdo do mesmo, bem como certificada a sua potencialidade para cumprimento da determinação estabelecida no Acórdão 6050/2009.

**Conclusão:** Consideramos o cumprimento parcial, até a presente data, uma vez que a determinação contida no subitem 1.5.3, de acordo com relato do Gestor, tem sua consecução dependente de ações juntos aos Clientes e Gestores do SIAFI.

**Tipo de Jurisprudência:** 01 - Acórdão

**Número do Acórdão / Decisão:** 6928

**Ano do Acórdão / Decisão:** 2009

**Colegiado:** 1ª Câmara

**Assunto:** Prestação de Contas Serpro 2005

**Item do Acórdão / Decisão:** 9.1 a 9.4

**Descrição da Determinação/Recomendação:**

9.1 determinar, com fundamento no art. 18, in fine, da Lei nº 8.443/1992, ao Serviço Federal de Processamento de Dados - Serpro que:

9.1.1 observe o disposto no art. 202, §3º, da Constituição Federal, suspendendo, imediatamente, as contribuições do Serpro que estejam acima das contribuições dos segurados do Instituto Serpro de Seguridade Social (Serpros);

9.1.2 suspenda, imediatamente, as contribuições ao Serpros, realizadas por meio das parcelas a seguir discriminadas, pelos motivos indicados:

9.1.3 defina e implemente, no prazo de 120 dias, com o auxílio do Serpros, SPC, Ministério da Fazenda e DEST, de acordo com os normativos vigentes, plano de ação para reduzir o déficit do Plano PS1 do Serpros.

9.1.4 apure, no prazo de 120 dias, os valores indevidamente pagos pelo Serpro a título de contribuição da patrocinadora, mencionados nos subitens 9.1.1 e 9.1.2 acima, desde o exercício de 1997, dando ciência a este Tribunal da forma como esses valores serão restituídos aos cofres do Serpro, levando-se em consideração as providências a serem adotadas com vistas ao equacionamento do déficit tratado no subitem anterior;

9.1.5 apure, no prazo de 120 dias, a responsabilidade de todos que deram causa ou agravaram o déficit do Plano PS1 e de todos os responsáveis pelas contribuições irregulares mencionadas no subitem anterior;

9.1.6 procure cumprir prazos definidos nos contratos firmados com os clientes (RFB, STN, PGFN e outros), comunicando-os dos eventuais motivos que o impedem de fazê-lo;

9.2 Recomendar ao Serpro, que:

9.2.1 dê continuidade à apuração da meta relacionada à imagem corporativa, identificando as falhas no atendimento de seus clientes e implementando as melhorias que se fizerem necessárias;

9.2.2 mantenha as metas ou indicadores definidos, até o seu alcance ou até que não sejam mais condizentes com a realidade do mercado ou do negócio, evidenciando claramente, nos processos de contas, qualquer modificação ocorrida nesses indicadores;

9.2.3 informar na prestação de contas anual, a situação dos projetos considerados prioritários nas contas anteriores, até que sejam concluídos;

9.2.4 de acordo com o item 11.2.6.7 da NBCT 11, submeta o processo de inventário e controle patrimonial a

uma auditoria independente; e, todas as vezes em que for solicitado, apresente documentos comprobatórios da realização dos testes que evidenciem a efetividade do controle patrimonial da entidade (item 2.11, fl. 688).

9.3 Determinar, com fundamento no art. 18, in fine, da Lei nº 8.443/1992, à Secretaria de Previdência Complementar que:

9.3.1 acompanhe a adoção de todas as providências adotadas pelo Serpros visando o equacionamento do atual déficit do instituto;

9.3.2 imponha as penalidades administrativas pertinentes ao aludido déficit, manifestando-se quanto a necessidade de intervenção e/ou liquidação extrajudicial, conforme determina o art. 42 da Lei Complementar nº 109/01;

9.3.3 remeta a esta Corte de Contas o resultado da ação fiscal prevista no Ofício nº 168/SPC/DEFIS/CGFD/ESRJ, de 15/07/2008;

9.4 determinar o sobrestamento destes autos até que se apure os valores indevidamente repassados ao Instituto Serpro de Seguridade Social (Serpros), e os responsáveis pelos repasses.

9.5 determinar à 2ª Secex que monitore, *pari passu*, o cumprimento das determinações exaradas neste acórdão, buscando identificar eventuais condutas, omissivas ou comissivas, dos gestores do Serpro, que possam interferir no mérito destas ou de outras contas da entidade.

#### **Providência(s) Informada(s) pela Unidade:**

Posição RAIN2009: A Consultoria Jurídica do Serpro ingressou com o recurso “Embargos de Declaração” junto ao Ministro Walton Alencar Rodrigues - 1ª Câmara do TCU, em 17/12/2009.

2010: Recebeu o Ofício de Comunicação de Decisão/Recurso nº 206/2010-TCU/SECEX-2, de 05/03/2010, o qual encaminha cópia do Acórdão 925/2010 – Negou provimento ao Embargo impetrado pelo Serpro, mantendo em seus exatos termos o Acórdão nº 6928/2009 - 1ª Câmara;

**Avaliação quanto ao cumprimento pelo Gestor:** Parcial

**Monitoramento pela Auditoria Interna:** Aguardando julgamento do recurso de reconsideração interposto pelo Serpro, em 18/03/2010, referente ao Acórdão 925/2010.

O recurso foi conhecido pelo Min. Augusto Nardes com efeito suspensivo em relação aos subitens 9.1.1 a 9.1.6 do Acórdão 6928/2009-TCU-1ª Câmara, estando porém pendente da apreciação de mérito pelo Colegiado do Tribunal. Quanto aos itens 9.2.1, 9.2.2 e 9.2.3, mediante Memorando AUDIG/CD – 036895/2010, de 17/12/2010, o Auditor-Geral encaminhou as recomendações constantes dos itens 9.2.1, 9.2.2 e 9.2.3 do Acórdão 6928/2009 à COEEP para providências.

Mediante despacho de protocolo de 13/01/2011, a COEEP informou as seguintes providências para dar cumprimento às determinações do TCU:

Item - 9.2.1 - As metas estratégicas são derivadas dos objetivos estratégicos. Quando este indicador foi definido como meta estratégica, o Serpro buscava crescimento no mercado. A partir de 2008, passou a focar as políticas públicas, definidas pelo Governo Federal. No planejamento estratégico 2009/2010 foram definidos outros indicadores que buscam encontrar falhas no atendimento aos clientes e implementar melhorias: % de cumprimento de níveis de serviço e % de projetos com cumprimento de prazo acordado.

Item - 9.2.2 - A versão atual do processo de planejamento estratégico da empresa (PGPS 3.0) define que a formulação estratégica ocorra anualmente, considerando o plano estratégico anterior. Desta forma, os indicadores definidos em um ano são considerados no exercício seguinte. Eles são alterados quando a análise do ambiente interno e externo apresentar necessidades de mudanças. Ao longo do ano os indicadores são monitorados e as eventuais necessidades de mudanças são registradas e ocorrem por meio de aprovação do corpo diretor da empresa. Com essas práticas o Serpro já implementou a recomendação e começará a publicar as alterações nos indicadores estratégicos no relatório de prestação de contas do exercício 2010.

Item 9.2.3 - O Serpro já implementou a recomendação, desde a prestação de contas do exercício de 2009.

Mediante trabalho de auditoria GE-AC/0001/2011 esta AUDIG verificou que os indicadores definidos para o Planejamento Estratégico – 2011 não contemplaram a medição da satisfação dos clientes e nem tampouco atenderam ao princípio da estabilidade. Recomendações foram feitas à Diretoria do Serpro.

**Tipo de Jurisprudência:** 01 - Acórdão

**Número do Acórdão / Decisão:** 925

**Ano do Acórdão / Decisão:** 2010

**Colegiado:** 1ª Câmara

**Assunto:** Embargos de Declaração (Prestação de Contas 2005)

**Item do Acórdão / Decisão:** 9.1

**Descrição da Determinação/Recomendação:**

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 34 da Lei nº 8.443/92, c/c o art. 287 do Regimento Interno, ACORDAM em:

9.1. conhecer dos embargos de declaração, para, no mérito, negar-lhes provimento, mantendo em seus exatos termos o Acórdão nº 6928/2009 - 1ª Câmara;

**Providência(s) Informada(s) pela Unidade:**

Mediante Memorando AUDIG/CD 006276/2010, de 11/03/2010, o Auditor-Geral encaminhou o Ofício de Comunicação de Decisão/Recurso nº 206/2010-TCU/SECEX-2, de 05/03/2010, o qual encaminha cópia do Acórdão 925/2010 para Consultoria Jurídica para conhecimento e providências.

A Consultoria Jurídica do Serpro ingressou com o recurso de Reconsideração junto ao Ministro Walton Alencar Rodrigues - 1ª Câmara do TCU, em 18/03/2010.

Mediante Ofício COJUR/CJDIP – 008958/2010, de 08/04/2010, a Consultoria Jurídica encaminhou ao TCU pedido de prorrogação de prazo por mais um ano para atender as solicitações daquele Tribunal constantes do Acórdão 6928/2009 – TCU – 1ª Câmara.

Recebeu o Ofício de Comunicação nº 120/2010-TCU/SERUR, de 23/04/2010, protocolado nesta empresa em 03/05/2010, do Secretário de Recursos do TCU, o qual comunicou que o recurso de reconsideração interposto pelo Serpro, em 18/03/2010, foi conhecido pelo Min. Augusto Nardes com efeito suspensivo em relação aos subitens 9.1.1 a 9.1.6 do Acórdão 6928/2009-TCU-1ª Câmara, estando o referido recurso pendente da apreciação de mérito pelo Colegiado daquele Tribunal.

**Avaliação quanto ao cumprimento pelo Gestor:** Parcial

**Monitoramento pela Auditoria Interna:** Aguardando julgamento do mérito pelo Colegiado do Tribunal.

**Tipo de Jurisprudência:** 01 - Acórdão

**Número do Acórdão / Decisão:** 377

**Ano do Acórdão / Decisão:** 2010

**Colegiado:** Plenário

**Assunto:** Monitoramento do Acórdão 1505/2007 – TCU - Plenário

**Item do Acórdão / Decisão:** 1.5.3

**Descrição da Determinação/Recomendação:**

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, incisos I e II, 43, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, incisos I e II, 143, inciso III e 250 do Regimento Interno, determinar o arquivamento do seguinte processo na Sefti, sem prejuízo das recomendações e determinações propostas, devendo ser encaminhada cópia deste acórdão e da instrução da Unidade Técnica de fls. 48/62, ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, à Secretaria de Recursos Humanos/MP, ao Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) à Controladoria Geral da União, bem como à 5ª Secex e à Secex/RJ, para conhecimento:

“1.5.3. reiterar determinação ao Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), com fundamento no art. 43 da Lei nº 8.443/1992 e no art. 250 do Regimento Interno do TCU, para que estabeleça regras de formação de senhas do sistema Senha-Rede de acordo com as boas práticas de segurança da informação, conforme prevê o item 11.3.1 combinado com o item 11.5.3 da NBR ISO/IEC 27002:2007, informando a este Tribunal, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, as providências adotadas;”

**Providência(s) Informada(s) pela Unidade:**

Mediante Despacho de Protocolo – 007163/2010-03, de 14/04/2010, o Auditor-Geral, encaminhou o Ofício de Comunicação de Decisão nº 60/2010-TCU/SEFTI, de 12/03/2010, o qual encaminha cópia do Acórdão 377/2010 à Superintendência de Sistemas Corporativos – SUPSC para providências.

Mediante Ofício DS – 024910/2010, de 08/09/2010, o Diretor-Superintendente informou ao TCU quanto ao atendimento às determinações constantes do Acórdão 377/2010.

As determinações indicadas pelo Tribunal de Contas da União no que se refere à política de senhas do sistema Senha Rede, já foram implementadas e devidamente homologadas pelas equipes responsáveis por essa demanda.

As novas regras foram aplicadas a partir do dia 10 de setembro de 2010, tornando-se válidas a partir do momento em que a senha atual expirou e foi solicitada uma nova senha, conforme noticiado pela área de comunicação social mediante “Informe Serpro” nº 120, de 01 de setembro de 2010.

**Avaliação quanto ao cumprimento pelo Gestor:** Parcial

**Monitoramento pela Auditoria Interna:**

Monitoramento realizado mediante designação TI-AC/0006/2011.

Conforme descrito no relatório da designação supracitada:

“Durante as atividades referentes ao trabalho de auditoria com Designação TI-AC/0006/2011 foi verificado o monitoramento da Recomendação relativa ao Acórdão 377/2010 - Plenário, de 10/03/2010, oriundo de monitoramento do Acórdão 1505/2007 - Plenário, ambos exarados pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e publicados no Diário Oficial da União (DOU), no que tange à política de senhas do Sistema Senha-Rede.

O Diretor-Superintendente do Serpro encaminhou o Ofício DS 024910/2010 ao TCU na data de 08/09/2010, informando que a política de senhas do Senha-Rede foi implementada e devidamente homologada pelas equipes responsáveis pela demanda. A fim de notificar o corpo funcional da empresa, a área de comunicação social publicou o Informe de número 120, datado de 01/09/2010, contendo 14 (quatorze) novas regras de segurança a serem aplicadas a partir de 10/9/2010, tornando-se válidas no momento em que a senha do empregado expirasse e fosse solicitada uma nova senha, quais sejam:

1. Datas de aniversário, casamento, nascimento e outras: 20061988;
2. Número de telefone: 20219000;
3. Caracteres idênticos: AAA97BVTC ou XBUFE22222;
4. Senhas consecutivas: MCPSRV06, MCPSRV07, MCPSRV08;
5. Somente caracteres numéricos: 0913567826;
6. Somente caracteres alfabéticos: MPCXZTRVS;
7. Senhas com sequência do teclado: ASDFGH, POIUYT , ÇLKJHG;
8. Senha invertida: CHAVE1579 - 9751EVAHC;
9. Partes do nome: MAR13579 (MARCOS), IRA97531 (PEREIRA);
10. Formato data: RSCGUJUN10, PKBFEMAI2010;
11. A palavra NOVA : NOVA13579;
12. Menos de 6 caracteres alfanuméricos: 08MB6;
13. Mais de 12 caracteres alfanuméricos: 842135076UGV2;
14. Senha igual a uma das três últimas senhas já utilizadas.

A equipe de auditoria procedeu aos devidos testes de verificação das novas regras implementadas, conforme é possível visualizar em arquivo anexo, e encontrou divergências quanto à implementação da regra de número 10, a respeito de senhas que contenham datas em sua formação. As tentativas que obtiveram êxito foram formadas com as seguintes senhas: AMAIO10, AMAIO2010, MAI2010, JUNHO2010 e a própria indicação RSCGUJUN10.

Desta forma, esta equipe de auditoria recomenda à Superintendência de Sistemas Corporativos (SUPSC) que sejam envidados os esforços no sentido de que as novas regras para formação de senha no Sistema Senha-Rede sejam devidamente efetivas, garantindo, portanto, a segurança para os usuários do sistema.

Isto posto, solicitamos que na Providência Adotada a ser apresentada sejam contempladas as ações realizadas e/ou planejadas, juntamente com os prazos necessários, a fim de evitar recorrência do fato ora apontado.

#### **JUSTIFICATIVA DA RECOMENDAÇÃO**

**SITUAÇÃO:** Aceita com restrição

Quanto as divergências identificadas na implementação da regra de número 10, senhas com datas em sua formação, já iniciamos a análise do problema e temos uma previsão inicial de 90 dias para implementação das devidas adequações necessárias para o atendimento completo dos requisitos definidos. Em caso de dúvidas estamos a disposição.

#### **Motivo da Restrição:**

De acordo com a Justificativa/Providência Adotada pela área auditada, esta equipe considera necessário criar instrumento de Acompanhamento a fim de verificar, no prazo informado, a correção das divergências constatadas.

A referida recomendação encontra-se com status “em acompanhamento” no sistema SISAUD até 16/03/2012.

**Tipo de Jurisprudência:** 01 - Acórdão

**Número do Acórdão / Decisão:** 1.780

**Ano do Acórdão / Decisão:** 2011

**Colegiado:** Plenário

**Assunto:** Supostas irregularidades no convênio de reciprocidade celebrado entre o Serviço Federal de Processamento de Dados e a CASSI.

**Item do Acórdão / Decisão:** 9.1 a 9.3

#### **Descrição da Determinação/Recomendação:**

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação formulada com fulcro no art. 237, inciso VII, do Regimento Interno deste Tribunal, a respeito de possíveis irregularidades no Convênio de Reciprocidade firmado entre

o Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) e a Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil (Cassi).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Revisor, em:

9.1. com fundamento no inciso VII e no parágrafo único do artigo 237, c/c o artigo 235, ambos do Regimento Interno deste Tribunal, conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la procedente;

9.2. fixar, com base no art. 71, inciso IX, da Constituição Federal, c/c o art. 45 da Lei nº 8.443/92, o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a partir da publicação deste acórdão, para que o Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) rescinda o convênio de reciprocidade celebrado com a Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil (Cassi), em 2009, com vigência até 2014, tendo por objeto a utilização mútua das redes credenciadas para prestação de serviços de assistência médico-hospitalar, por afronta ao art. 2º da Lei nº 8.666/93;

9.3. encaminhar cópia deste acórdão, bem como do voto revisor e das demais peças deliberativas apresentadas, à Unimed Confederação das Cooperativas Médicas do Centro-Oeste e Tocantins, ao Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), à Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil (Cassi) e à Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

**Providência(s) Informada(s) pela Unidade:**

A Consultoria Jurídica do Serpro ingressou com o recurso “Embargos de Declaração” junto ao TCU, em 28/07/2011. Aguardando julgamento pelo TCU.

**Avaliação quanto ao cumprimento pelo Gestor:** Aguardando julgamento pelo TCU.

**Monitoramento pela Auditoria Interna:** Aguardando julgamento pelo TCU.

**Tipo de Jurisprudência:** 01 - Acórdão

**Número do Acórdão / Decisão:** 1.750

**Ano do Acórdão / Decisão:** 2011

**Colegiado:** Plenário

**Assunto:** Ata de Registro de Preços nº 005/2007 – Contratação de Empresa para Prestação de Serviço de Congresso CONSEGI 2008, no período de 27 a 29/08/2008.

**Item do Acórdão / Decisão:** 9.1 a 9.4

**Descrição da Determinação/Recomendação:**

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação relativa a possíveis irregularidades na execução do Contrato nº 41949/2008 pelo Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), que teve por objeto a realização do Congresso Internacional Sociedade e Governo Eletrônico - CONSEGI, no período de 27 a 29 de agosto de 2008.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da presente representação, nos termos do art. 237, inciso VI, do RI/TCU, para no mérito, julgá-la parcialmente procedente;

9.2. acolher parcialmente as razões de justificativa apresentadas pelas Sras. Valéria Pinto Lemos da Silva e Ângela Maria Ferreira Torres;

9.3. encaminhar cópia deste acórdão, relatório e voto ao Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), para conhecimento e para subsidiar futuras contratações da entidade mediante adesão a atas de registro de preços;

9.4. arquivar os autos.

**Providência(s) Informada(s) pela Unidade:**

Mediante Despacho de Protocolo – 021069/2011-66, de 13/07/2011, o Auditor-Geral encaminhou o referido Acórdão à SUPGA, SUPGL e COOGC para conhecimento e para subsidiar futuras contratações mediante adesão a atas de registro de preços, conforme orientação do TCU.

**Avaliação quanto ao cumprimento pelo Gestor:** Total

**Monitoramento pela Auditoria Interna:** O monitoramento será realizado quando das auditorias de avaliação da regularidade de procedimentos licitatórios.

## 16 RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO

**Documento:** Ofício nº 23167/2007/DEFAZ/DE/SFC/CGU-PR, de 19/07/2007.

**Item do Documento:**

3.1.1.2 CONSTATAÇÃO: (033)

Necessidade de reestruturação do quadro de pessoal responsável pelo contencioso trabalhista do Serpro, identificada

pela consultoria jurídica da Empresa.

**Assunto:** Auditoria de Avaliação da Gestão do Serpro, relativa ao exercício de 2006.

**Recomendação Efetuada:**

Recomendação: 001 - “Que a Administração do Serpro trate com a devida prioridade a questão da reestruturação da área jurídica, realizando os estudos necessários, o mais rápido possível, a fim de identificar as necessidades de recursos humanos e tecnológicos e tome as providências necessárias para que seja dada solução conclusiva ao caso”.

**Providência(s) Informada(s) pela Unidade:**

Mediante Ofício DP – 021869/2007, de 03/08/2007, o Diretor-Presidente encaminhou à SFC, o Plano de Providências, relativo à Recomendação registrada no item 3.1.1.2 (constatação), inerente à reestruturação da Consultoria Jurídica do Serpro.

**Avaliação quanto ao cumprimento:** Parcial

**Monitoramento pela Auditoria Interna:**

**Situação em:** 10/11/2010, informada mediante Despacho de Protocolo 023853/2009-49, nessa data.

- 1) Sistemas de Cálculos Judiciais – Esse sistema encontra-se em fase de testes. A COJUR, em conjunto com a SUPSC vem realizando massa de testes entre advogados e peritos, com cálculos judiciais.
  - 2) Sistema de Acompanhamento de Processos Judiciais – Encontra-se em tramitação o procedimento licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico nº 2155/2010. Atualmente encontra-se em fase de testes de aceitação da ferramenta ofertada pela empresa BENNER, licitante que apresentou o menor lance.
  - 3) Adequação do Quadro de Pessoal – O quadro de pessoal da Consultoria Jurídica continua sendo adequado à medida em que são realizados concursos públicos. Na data de ontem foi admitida nova advogada em Brasília, proveniente dessa via de admissão, no ano de 2003 contávamos com 18 empregados hoje contamos com 85.
  - 4) Reestruturação da Consultoria Jurídica – A última adequação feita na estrutura da COJUR foi feita por meio da OE-057/2010, com vigência a partir de 01/7/2010 ocasião em que foi criada a Coordenação de Processos Judiciais Estratégicos – CJPJE, vinculada diretamente ao Consultor Jurídico, que tem como principal proposta de trabalho o acompanhamento dos processos destacados como estratégicos para a Empresa, subsidiando as áreas responsáveis pela condução direta desses processos, com jurisprudências, estratégias de atuação e orientações técnicas.
  - 5) Projeto de Padronização dos Pareceres Jurídicos – A padronização dos pareceres jurídicos foi concluída; os pareceres encontram-se à disposição dos advogados no portal da COJUR, que o acessam com senha individual.
- Em relação aos itens: 1) Sistemas de Cálculos Judiciais e 2) Sistema de Acompanhamento de Processos Judiciais foi solicitado a COJUR novo posicionamento mediante despacho de protocolo nº 023853/2009:

**1) Sistemas de Cálculos Judiciais:**

Situação informada 01/12/2011, mediante Despacho de Protocolo 023853/2009-49, dessa data:

A posição atual do sistema de cálculo, nos informada pela SUPSC, é a de que o desenvolvimento do sistema está suspenso até a avaliação das funcionalidades do novo sistema SIJ.

**2) Sistema de Acompanhamento de Processos Judiciais:**

Situação informada em 07/10/2011, mediante Despacho de Protocolo 023853/2009-49, dessa data:

No que se refere ao software contratado já foram realizadas três tentativas de migração dos dados do atual sistema de controle de processos CPC e todas restaram infrutíferas com dados importados de forma incompleta.

Na última migração realizada, muitos dados foram importados, todavia estamos realizando um comparativo entre os dados migrados e os que constam do CPC para que assim possamos solicitar nova migração, ou mesmo atestar a incapacidade do fornecedor em realizar o disposto no contrato”.

Mediante resposta a Solicitação de Auditoria da SFC/CGU-PR – SA nº 038745/2011-02, de 14/12/2011, a COJUR informou ainda:

“Esclarecemos que o quadro de pessoal responsável pelo contencioso trabalhista do Serpro continua sendo adequado, na medida em que as vagas vão sendo providas, salientando que está bastante difícil prover vagas que foram criadas por autorização da Diretoria e também as que foram criadas por reposição de vagas abertas pelo desligamento de alguns advogados por terem sido aprovados em outros concursos públicos. Para exemplificar, buscamos prover, desde agosto deste ano, duas vagas em Brasília, sendo que nenhum dos candidatos convocados optou por assumir, até o momento, nenhuma das vagas, situação que se repete para uma vaga que buscamos prover em São Paulo desde setembro deste ano”;

**Documento:** Anexo I ao relatório nº 208885 - Demonstrativo das Constatações

Auditoria de Gestão – Exercício 2007

**Item do Documento:** 4.2.2.2 - CONSTATAÇÃO: (027)

**Assunto:** Verificação de inconsistências nos dados armazenados nos diversos sistemas internos do Serpro, utilizados

para controlar as diferentes fases dos processos de contratação e licitação.

**Recomendação Efetuada:**

RECOMENDAÇÃO: 004 - Que seja dada a devida priorização ao desenvolvimento do sistema Hisaq, com o foco de atender ao maior número de fases dos processos de aquisição de bens e serviços em um mesmo sistema; caso reste a necessidade de outros sistemas de apoio, que eles sejam integrados à nova versão do sistema Hisaq, evitando o preenchimento manual de informações;

**Providência(s) Informada(s) pela Unidade:**

Resposta encaminhada mediante Ofício DS – 021482/2008, de 07/08/2008:

O Sistema Hisaq é modular. Encontram-se em produção os módulos “Projeto Básico”, “Compras” e “Registro e Publicação”. O sistema prevê o desenvolvimento de outros módulos, absorvendo sistemas e ferramentas desenvolvidos em outras plataformas, integrando todo o processo de Aquisições e Contratos, o que irá evitar que uma mesma informação seja digitada em sistemas diferentes, propiciando uniformidade e padronização na entrada das informações.

**Avaliação quanto ao cumprimento:** Parcial

**Monitoramento pela Auditoria Interna:** Posição constante no relatório de auditoria: TI-AC/0001/2011:

A equipe de auditoria constatou, em ambiente produtivo, a disponibilização do módulo de Gestão de Contratos (GC). Contudo, resta ainda o desenvolvimento das seguintes funcionalidades, ainda para este módulo: Relatórios, Controle de Dispêndio e Integração com o SIAFI. A área auditada apresentou os seguintes módulos, a serem desenvolvidos, para que haja o efetivo cumprimento da Recomendação efetuada pela SFC/CGU-PR: Demanda de Contratação e Planejamento das Contratações. Esta equipe constatou, ao verificar os documentos de Análise por Ponto de Função (APF), o empenho do cliente e das áreas de negócio e de desenvolvimento no sentido de implementar os módulos supracitados e atender a Recomendação efetuada pela SGC/CGU-PR. O módulo de Demanda de Contratação possui previsão de início do seu desenvolvimento em 25/04/2011, de acordo com documentação encaminhada pela área auditada. Já para o módulo de Planejamento de Contratações não há data prevista para o seu desenvolvimento.

- Previsão do prazo para regularização: 31/10/2011.

Novo monitoramento foi realizado pela Auditoria Interna mediante designação: TI-AC/0006/2011. Conforme consta no relatório da respectiva designação:

“a) Solicitação de Auditoria de número 041: por meio do presente documento, a Superintendência de Aquisições e Contratos (SUPGA) informou que a priorização para o desenvolvimento de sistemas compete a Superintendência de Desenvolvimento (SUPDE), não havendo gestão por parte da SUPGA, senão, apenas subsidiar com informações relativas as regras de negócio que serão necessárias para o desenvolvimento do Sistema Hisaq. As seguintes funcionalidades encontram-se pendentes de desenvolvimento: Tabelas; Demandas; Planejamento Preliminar; Projeto Básico; Contratação; Publicação; Gestão de Contratos; Processos e Financeiro.

Contudo, conforme o Plano de Providências que ressaltou o desenvolvimento do Módulo de Gestão de Contratos, estima-se que o percentual de atendimento das recomendações referentes ao desenvolvimento do Módulo Gestão de Contratos - GC corresponde à 85%, visto que existem funcionalidades pendentes, sendo elas: F1.7 Aceitar bens, equipamentos e serviços; e F1.9 Controlar Dispêndio.

Segundo informações prestadas pela SUPSC, a funcionalidade, que está prevista para conclusão até o término do presente exercício, refere-se ao Planejamento Orçamentário (Módulo Orçamentário).

Ressalta-se que, com a implementação parcial do Módulo de Gestão de Contratos, houve descontinuidade do uso dos sistemas “Planejamento Orçamentário dos Contratos de Despesas do Serpro (Placont)” e “Sistema de Gestão de Contratos (SGC)”, de forma a evitar o preenchimento manual de informações em sistemas distintos ou não integrados.

b) Solicitação de Auditoria de número 042: por meio do presente documento, a Superintendência de Sistemas Corporativos (SUPSC) informou que, em atendimento à Recomendação de número 004, o desenvolvimento do Sistema Hisaq segue normalmente, com a prioridade estabelecida pelo cliente (SUPGA). Informou, também, que em 20/12/2011 será entregue no ambiente de produção o módulo “Planejamento Orçamentário”. Esta equipe de auditoria verificou por meio do Sistema de Demandas a criação de demanda de número 48.849 com o intuito de tratar do novo módulo “Demandas” a ser implantado no Hisaq”.

**Documento:** Anexo I ao relatório nº 208885 - Demonstrativo das Constatações

Auditoria de Gestão – Exercício 2007

**Item do Documento:** 4.2.2.2 - CONSTATAÇÃO: (027)

**Assunto:** Verificação de inconsistências nos dados armazenados nos diversos sistemas internos do Serpro, utilizados para controlar as diferentes fases dos processos de contratação e licitação.

**Recomendação Efetuada:**

**RECOMENDAÇÃO:** 005 - Que, tão logo os sistemas em desenvolvimento estejam operacionais, seja preparada uma apresentação a esta equipe de auditoria, demonstrando como as dificuldades encontradas foram superadas.

**Providência(s) Informada(s) pela Unidade:**

Resposta encaminhada mediante Ofício DS – 021482/2008, de 07/08/2008:

Tão logo o Sistema Hisaq esteja com todos os seus módulos implantados, será feita uma apresentação do mesmo para a equipe de auditoria.

**Avaliação quanto ao cumprimento:** Parcial

**Monitoramento pela Auditoria Interna:** Posição constante no relatório de auditoria: TI-AC/0001/2011:

Foi realizada, em 28/01/2011, apresentação acerca das funcionalidades do módulo de Gestão de Contratos (GC) disponibilizadas no ambiente de produção em Dezembro de 2010 aos membros das equipes de auditorias da Coordenação de Auditoria Logístico e Financeiro (COALF) e da Coordenação de Auditoria de Tecnologia da Informação (COATI). De acordo com informação apresentada pelo Superintendente da SUPGA, a apresentação será realizada aos auditores da Controladoria-Geral da União (SFC/CGU-PR) tão logo os módulos sejam liberados.

**Documento:** Anexo I ao relatório nº 208885 - Demonstrativo das Constatações

Auditoria de Gestão – Exercício 2007

**Item do Documento:** 4.2.2.3 CONSTATAÇÃO: (028)

**Assunto:** Existência de inconsistências nas informações inseridas pelo Serpro nos sistemas Siafi e Siasg, no que diz respeito aos processos de contratação e licitação.

**Recomendação Efetuada:**

**RECOMENDAÇÃO:** 003 - Que sejam tratadas, juntamente com o gestor do Sistema Siasg, as limitações identificadas pelo Serpro, que impedem a plena utilização do sistema.

**Providência(s) Informada(s) pela Unidade:**

Resposta encaminhada mediante Ofício DS – 021482/2008, de 07/08/2008:

Reiteraremos e atualizaremos as demandas ao Ministério do Planejamento, referentes aos ajustes no SIASG.

**Avaliação quanto ao cumprimento:** Total

**Monitoramento pela Auditoria Interna:**

Posição em 16/02/2011, conforme despacho de protocolo: 024093/2009-32:

Não houve alteração quanto ao último posicionamento: Foi realizado contato com o Ministério do Planejamento, porém não houve retorno sobre o assunto.

Em virtude da expedição pelo TCU do Acórdão nº 1793/2011 – TCU, publicado no DOU de 11/07/2011, que trata de Auditoria de conformidade relativa a verificação da consistência e da confiabilidade dos dados dos sistemas SIASG e COMPRASNET, mediante o qual o TCU determina à Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI/MP) que promova junto aos responsáveis pelo SIASG uma série de melhorias, estamos considerando esta recomendação encerrada no âmbito do Serpro, uma vez que este assunto passa a ser acompanhado inclusive pelo TCU.

Vale ressaltar que o Serpro, na condição de custodiante dos sistemas estruturadores do Governo Federal, não pode implementar novas funcionalidades ou melhorias de forma unilateral. Para tanto, é necessária solicitação e autorização expressa do cliente gestor do sistema para que sejam feitas as alterações determinadas.

**Documento:** Anexo I ao relatório nº 208885 - Demonstrativo das Constatações

Auditoria de Gestão – Exercício 2007

**Item do Documento:** 4.2.2.3 CONSTATAÇÃO: (028)

**Assunto:** Existência de inconsistências nas informações inseridas pelo Serpro nos sistemas Siafi e Siasg, no que diz respeito aos processos de contratação e licitação.

**Recomendação Efetuada:**

**RECOMENDAÇÃO:** 006 - Que a Audig acrescente ao escopo de avaliação de capacitação de pessoal a análise da adequabilidade e da efetividade dos treinamentos solicitados pelos gestores direcionados aos empregados, com foco na eliminação das falhas encontradas.

**Providência(s) Informada(s) pela Unidade:**

Resposta encaminhada mediante Ofício DS – 021482/2008, de 07/08/2008:

A Audig interagiu com a SUPGA – Superintendência de Aquisições e Contratos, no sentido daquela área prover curso de licitações e contratos, com conteúdo programático adequado a sanar as inconsistências apontadas, especialmente aquelas descritas à folha 60 do relatório de auditoria dessa CGU. Neste sentido, a Audig acompanhará a elaboração do programa do curso e sua realização.

Posição RAIN'T 2009: Os problemas não se vinculam a treinamento e sim a adequações de ordem técnica no sistema SIASG, necessitando de demanda junto ao gestor do sistema. A SUPGA encaminhará relatório consolidado ao Gestor do Sistema contendo as diversas limitações identificadas pelas áreas internas usuárias desse sistema, em janeiro/2009, a fim de que as mesmas sejam avaliadas e devidamente tratadas.

**Avaliação quanto ao cumprimento:** Total

**Monitoramento pela Auditoria Interna:**

Posição em 16/02/2011, conforme despacho de protocolo: 024093/2009-32:

Foi realizado contato com o Ministério do Planejamento, porém não houve retorno sobre o assunto.

Em virtude da expedição pelo TCU do Acórdão nº 1793/2011 – TCU, publicado no DOU de 11/07/2011, que trata de Auditoria de conformidade relativa a verificação da consistência e da confiabilidade dos dados dos sistemas SIASG e COMPRASNET, mediante o qual o TCU determina à Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI/MP) que promova junto aos responsáveis pelo SIASG uma série de melhorias, estamos considerando esta recomendação encerrada no âmbito do Serpro, uma vez que este assunto passa a ser acompanhado inclusive pelo TCU.

Vale ressaltar que o Serpro, na condição de custodiante dos sistemas estruturadores do Governo Federal, não pode implementar novas funcionalidades ou melhorias de forma unilateral. Para tanto, é necessária solicitação e autorização expressa do cliente gestor do sistema para que sejam feitas as alterações determinadas.

**Documento:** Anexo I ao relatório nº222250 - Demonstrativo das Constatações

Auditoria de Gestão – Exercício 2008

**Item do Documento:** 3.3.1.1 Constatação

**Assunto:** Desconformidade entre a prática da entidade para aprovação de propostas de alteração na tabela de remuneração e os dispositivos legais em vigor.

**Recomendação Efetuada:**

Recomendação: 002

Que o dirigente máximo da entidade acompanhe a proposta de convalidação enviada ao Secretário Executivo do Ministério da Fazenda, através do Ofício DP - 012811/2009 (complementado pelo Ofício DP – 015188/2009), inclusive quanto às demais alterações procedidas anteriormente, informando esta Controladoria sobre os resultados obtidos.

**Providência(s) Informada(s) pela Unidade:**

Mediante Ofício DP-022689/2009, de 18/08/2009, o Diretor-Presidente encaminhou o Plano de Providências ao Diretor de Auditoria da Área Econômica da Secretaria Federal de Controle Interno – SFC/CGU-PR.

Foi instituído na Empresa, por meio da Decisão de Diretoria GP – 080/2009, um grupo de trabalho que tem por finalidade proceder a reconstituição das Sistemáticas de Funções Comissionadas praticadas pelo Serpro desde 1997, para encaminhamento ao Ministério da Fazenda para convalidação dos atos porventura praticados sem que tenham sido submetidos aos órgãos competentes.

A Decisão de Diretoria GP – 080/2009 foi implementada na Empresa a partir de 10/08/2009 e final de sua vigência foi fixado para 31/03/2010.

**Avaliação quanto ao cumprimento:** Parcial

**Monitoramento pela Auditoria Interna:**

A Decisão de Diretoria GP – 080/2009 foi prorrogada pela Decisão de Diretoria GP 028/2010, cujo prazo de vigência foi de 01/04/2010 a 30/06/2010.

A vigência de atuação do Grupo de Trabalho foi novamente prorrogada, desta vez através da Decisão de Diretoria OE – 066/2010 com início em 01/07/2010 e término em 30/09/2010.

A atuação do referido Grupo de Trabalho sofreu nova prorrogação, através da Decisão de Diretoria – OE – 112/2010 com início em 01/10/2010 e término em 31/12/2010.

Os trabalhos deste Grupo foram prorrogados novamente, através da Decisão de Diretoria OE – 154/2010, com início em 01/01/2011 a 30/04/2011.

Tão logo tenhamos a conclusão deste Grupo de Trabalho remeteremos à esta SFC/CGU-PR.

Mediante solicitação de Auditoria nº 20112076/009, de 31/10/2011, item II, a SFC/CGU-PR solicitou posição sobre os resultados e conclusão do Grupo de Trabalho.

Mediante despacho de protocolo SUPGP/GPPEQ nº 032601/2011-61, de 23/12/2011 a SUPGP informou que: “a fim de iniciar as tratativas sobre a convalidação dos atos, apontados no Relatório do Grupo de Trabalho GP-080/2009, foi marcada reunião com a Dra. Nina Maria Acela, Assessora da Sub-Secretaria de Gestão da Estratégia da Secretaria-Executiva do Ministério da Fazenda, em 29 de novembro de 2011, com a presença da Dra. Katlei

Magali Kussler, Consultora Jurídica do Serpro, Dr. Ângelo José Bezerra, Auditor-Geral do Serpro e Ana Beatriz de Carvalho Capparelli, Gerente do Departamento da Gestão das Carreiras, das Avaliações e do Comportamento Organizacional da Superintendência de Pessoas do Serpro.

Após discussão sobre os atos administrativos praticados que carecem de convalidação do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - DEST, houve a decisão de que, na reunião a ser agendada pela Dra. Nina com representantes do DEST e do Serpro, deveriam ser apresentadas, além do relatório e material produzidos pelo Grupo de Trabalho, as tabelas anteriores e vigentes de cada ato administrativo, bem como uma apresentação clara e sucinta, para entendimento encadeados dos fatos e avaliação técnica do indicativo de trâmite para convalidação definitiva dos referidos atos administrativos.

Para a conclusão dessas providências, a Consultoria Jurídica emitiu parecer jurídico acerca dos questionamentos levantados pelo Grupo de Trabalho, no dia 20 de dezembro de 2011, recomendando também a convalidação de alguns atos que estavam sob análise da necessidade da convalidação.

A partir desse parecer, deu-se início às providências cabíveis e, tão logo o material esteja disponível, entraremos em contato com a Dra. Nina Maria Acela para agendamento da reunião.

Diante do exposto, a nossa previsão de saneamento do assunto é para 30 de março de 2012, oportunidade em que apresentaremos à Controladoria-Geral da União as convalidações das Sistemáticas de Funções Comissionadas”.

**Documento:** Relatório de Auditoria Anual de Contas - Nº 246682 - 2ª Parte

Auditoria de Gestão – Exercício 2009

**Item do Documento:** 1.1.2.1 Informação: (003) - Nota de Auditoria nº 03

**Assunto:** Avaliação dos Resultados

**Recomendação Efetuada:**

Recomendação: 001 - Crie parâmetros de avaliação de eficiência e de eficácia na aplicação dos recursos auferidos por meio dos seus contratos de prestação de serviços, assim como aproprie os valores orçados e gastos, por natureza de despesa, com pessoal, custeio e investimentos, em cada projeto estratégico e prioritário da referida empresa.

**Providência(s) Informada(s) pela Unidade:**

Manifestação do Gestor: Considerações já apresentadas a essa CGU, mediante Ofício: DP - 026274/2010, de 16/09/2010. Informamos que os assuntos tratados nesta recomendação estão distribuídos entre os processos de custos e gestão de projetos da organização.

Providências a serem Implementadas: Será criado um projeto específico entre as unidades de Projetos (COEEP) e Orçamentação (SUPCO) para realizar a integração entre os referidos processos e seus sistemas de apoio (e-Car, Custos e Siafi).

Prazo de Atendimento: dezembro de 2011 (estimativa inicial)

**Avaliação quanto ao cumprimento:** Parcial

**Monitoramento pela Auditoria Interna:**

Situação informada em 20/12/2011 via despacho de protocolo 004637/2011-09: “foi criado o projeto Modernização do gerenciamento de custos no Processo de Gerenciamento de estratégia e Projetos do Serpro (PGPS), que estava sendo proposto no relato de situação anterior (22/03/2011).

O projeto visa definir o processo de controle de apropriação dos valores orçados e gastos, por natureza de despesa, com pessoal, custeio e investimentos, em projetos da empresa.

Ele foi dividido em 4 fases, a saber: concepção, piloto, implementação e implantação. No momento, o projeto está em fase de concepção, onde já realizou o diagnóstico dos processos e ferramentas da empresa relacionados aos assuntos do orçamento, custo, projetos e aquisições. Está em andamento a construção da solução técnica que será aplicada em projeto piloto na segunda fase.

Durante a solução técnica, foi diagnosticado que, para adequar a gestão de custos de projetos às alterações acordadas na Recomendação 001, outros processos e ferramentas necessitam de alteração. Este cenário não previsto na estimativa inicial aumentará a duração do projeto.

Nova previsão de conclusão do projeto, Modernização do Gerenciamento de Custos no PGPS, é agosto 2012”.

O monitoramento desta recomendação será feito pela Auditoria Interna mediante designação GE-AC/0001/2012.

**Documento:** Relatório de Auditoria Anual de Contas - Nº 246682 - 2ª Parte

Auditoria de Gestão – Exercício 2009

**Item do Documento:** 1.1.2.1 Informação: (003) - Nota de Auditoria nº 03

**Assunto:** Avaliação dos Resultados

**Recomendação Efetuada:**

Recomendação: 002 - Mapeie as causas dos atrasos e do mau desempenho dos projetos, de forma a adotar medidas concretas que solucionem esses problemas, indicando, para cada projeto, os processos, atos administrativos e recursos humanos, logísticos e financeiros necessários para resolver os referidos problemas.

**Providência(s) Informada(s) pela Unidade:**

Manifestação do Gestor: Considerações já apresentadas a essa CGU, mediante Ofício: DP - 026274/2010, de 16/09/2010.

Situação em: 12/12/2010 - implementado

**Avaliação quanto ao cumprimento:** Parcial

**Monitoramento pela Auditoria Interna:**

Mediante Memorando AUDIG/CD – 004637/2011, de 14/02/2011 foi solicitado à Coordenação Escritório Estratégico de Projetos do Serpro – COEEP demonstração das rotinas e atividades que comprovam o mapeamento das causas dos atrasos e do mau desempenho dos projetos, bem como, a adoção de medidas para resolução dos problemas. Conforme despacho de 22/03/2011: “O monitoramento dos projetos ocorre em duas instâncias:

\* âmbito do projeto, por meio do acompanhamento realizado pelo gestor do projeto.

\* no ciclo de gerenciamento de portfólio simplificado. O arquivo "MonitoramentoPortfolioPGPS.pdf" contém uma amostra das tarefas e orientações disponíveis no PGPS para guiar a execução do processo.

O tratamento dos desvios e problemas reportados é tratado por meio das seguintes instâncias:

1. gestor de projetos com gerente sênior ou titular da unidade organizacional
2. titular da unidade organizacional com seu diretor supervisor
3. análise dos relatórios RPORT ou Relatório de ACDE. No arquivo "MonitoramentoEstrategia.pdf" apresenta-se os passos de execução do monitoramento e o cronograma de execução, que consta a realização do encontro com a diretoria para tratar do andamento, dos desvios e problemas dos projetos.

O Processo de Gerenciamento de Projetos do Serpro está em constante análise e evolução, como mostra o histórico de alterações, arquivo "AlteracoesPGPS.pdf". Tais mudanças são baseadas em necessidades que podem surgir de: oportunidades de melhoria, erros identificados na execução do processo, demandas externas, incorporação de práticas. As necessidades de alteração são analisadas e priorizadas pelo Escritório de Projetos Corporativo, em conformidade com o planejamento estratégico do Sistema de Planejamento e Projetos do Serpro (SPPS). Este último é realizado com todos os âmbitos de escritórios de projeto. O processo de planejamento do SPPS, usado para o ciclo 2009-2010, pode ser visto na figura "EvolucaoMaturidadeGeral.jpg", em anexo. Para o próximo ciclo está em andamento a implementação de mudanças nesse processo, de modo a usar a mesma estrutura do processo de planejamento estratégico corporativo”.

Caso seja do interesse dessa Secretaria conhecer os arquivos citados acima, os mesmos encontram-se disponíveis para consulta.

O monitoramento desta recomendação será feito pela Auditoria Interna mediante designação GE-AC/0001/2012.

**Documento:** Relatório de Auditoria Anual de Contas - Nº 246682 - 2ª Parte Auditoria de Gestão – Exercício 2009

**Item do Documento:** 1.1.2.2 Informação: (004) - Nota de Auditoria nº 04

**Assunto:** Avaliação dos Resultados

**Recomendação Efetuada:**

Recomendação: 001 - Que o Serpro realize estudo para mapeamento dos processos/ações, identificando aqueles nos quais é necessária a criação de indicadores para monitoramento / acompanhamento / avaliação do processo e/ou resultados e que esses indicadores possam auxiliar os gestores em sua tomada de decisão, e, também, manter um núcleo sólido de indicadores para uma melhor análise histórica das gestões.

**Providência(s) Informada(s) pela Unidade:**

Manifestação do Gestor: Considerações já apresentadas a essa CGU, mediante Ofício: DP - 026274/2010, de 16/09/2010, onde informamos o que segue:

“O Serpro criou, ao final do ano de 2009, o seu Escritório de Governança de Processos - EGOP, alocado na Superintendência de Sistemas Corporativos (SUPSC). O EGOP tem a missão de coordenar as iniciativas de governança dos processos corporativos do Serpro, interagindo com os seus responsáveis, visando realizar a promoção da visibilidade, padronização, integração, gerenciamento do desempenho e melhoria contínua desses processos, garantindo o alinhamento com os objetivos empresariais e a disponibilidade de informações para tomada de decisão”.

Providências a serem Implementadas: Implantar o Gerenciamento do desempenho e Ciclo de Melhoria dos Processos do Serpro.

Prazo de Atendimento: Setembro de 2011.

**Avaliação quanto ao cumprimento:** Parcial

### **Monitoramento pela Auditoria Interna:**

Mediante Memorando AUDIG/CD – 005438/2011, de 21/02/2011 foi solicitado à Superintendência de Sistemas Corporativos – SUPSC posição atualizada referente a implantação do gerenciamento do desempenho e ciclo de melhoria dos processos do Serpro.

Conforme despacho de protocolo, de 04/03/2011: “continuamos conduzindo a fase de redesenho, documentação e implementação de processos, o que sofreu uma desaceleração dado o período de férias e a indisponibilidade de alguns gestores responsáveis pelos processos. Quanto à implantação do gerenciamento do desempenho e ciclo de melhorias dos processos do Serpro, estamos, junto a CETEC, em fase de prospecção das ferramentas que apoiarão estas fases do ciclo de governança de processos e ainda de revisão das ferramentas de modelagem e documentação em uso atualmente.”

Posição em 18/10/2011, conforme despacho de protocolo nº 005438/2011 de 06/10/2011:

“Quanto ao item 2 (Relatório de Auditoria nº 246682-Nota de Auditoria nº 04-RECOMENDAÇÃO nº 001), informamos que a modelagem de processos corporativos ganhou reforço manifestado pelo Diretor Superintendente a todos os envolvidos e estamos em vésperas das conclusões das primeiras versões dos processos corporativos, a serem publicados no Portfólio Corporativo (ORYX). Quanto à implantação do gerenciamento do desempenho, informamos que estamos na dependência de definição de ferramenta tecnológica de BI para suportar o Painel Corporativo de Indicadores de Processos. Visando prover essa ferramenta, foi protocolada uma demanda (SISCOR: 033125/2011-32) para a SUPST (Superintendência de Suporte à Tecnologia) que ficou responsável por disponibilizar tal ferramenta que terá a finalidade de apoiar o Processo Corporativo de Gerenciamento do Desempenho dos Processos modelados e publicados. Quanto à implantação do Ciclo de Melhorias dos Processos, este apresenta dependências da implantação do Painel de Indicadores que habilitará as atividades de ACDP (Análise Crítica de Desempenho dos Processos) que apontarão para as carências e necessidades de melhoria dos processos.

O monitoramento desta recomendação será feito pela Auditoria Interna mediante designação GE-AC/0001/2012.

**Documento:** Relatório de Auditoria Anual de Contas - Nº 246682 - 2ª Parte Auditoria de Gestão – Exercício 2009

**Item do Documento:** 1.1.2.2 Informação: (004) - Nota de Auditoria nº 04

**Assunto:** Avaliação dos Resultados

#### **Recomendação Efetuada:**

Recomendação: 002 - Que o Serpro ao criar um novo indicador, avalie a possibilidade de cálculo dos valores retroativos há pelo menos três exercícios, de forma a obter uma evolução temporal dos dados para análise e comparação.

#### **Providência(s) Informada(s) pela Unidade:**

Manifestação do Gestor: Considerações já apresentadas a essa CGU, mediante Ofício: DP - 026274/2010, de 16/09/2010.

Esclarecemos que mensalmente o Serpro elabora o Demonstrativo INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS - EVOLUÇÃO MENSAL, no qual são demonstrados os principais indicadores de mercado numa evolução histórica de três exercícios.

Este demonstrativo é peça que compõe os Demonstrativos Financeiros Mensais divulgados gerencialmente, inclusive para os Conselhos Diretor e Fiscal do Serpro.

**Providências a serem Implementadas:** Não há.

**Prazo de Atendimento:** Não há.

**Avaliação quanto ao cumprimento:** Será reavaliado no exercício 2012

### **Monitoramento pela Auditoria Interna:**

Mediante trabalho de auditoria GE-AC/0001/2011 esta AUDIG verificou que os indicadores definidos para o Planejamento Estratégico – 2011 não contemplaram a medição da satisfação dos clientes e nem tampouco atenderam ao princípio da estabilidade.

Os indicadores definidos para o Planejamento Estratégico – 2011 atenderam aos princípios da economicidade, em função dos custos razoáveis de suas coletas; e da simplicidade, por serem de fácil compreensão e de não envolverem complicações para a realização de seus cálculos. Os princípios da “estabilidade” e “representatividade” não foram atendidos, considerando que não foram mantidos, para este exercício, indicadores importantes e estratégicos constantes nos ciclos de planejamentos anteriores, tais como: “Margem EBITDA”, “Saldo de Caixa”, “Número de horas de treinamento por empregado”, “% de satisfação dos empregados” e “Medição piloto de satisfação de clientes”.

Foi novamente reforçada a recomendação da SFC/CGU-PR “que a Empresa ao criar um novo indicador, avalie a possibilidade de cálculo dos valores retroativos há pelo menos três exercícios, de forma a obter uma evolução

temporal dos dados para análise e comparação”.  
Recomendações foram feitas à Diretoria do Serpro.

**Documento:** Relatório de Auditoria Anual de Contas - Nº 246682 - 2ª Parte Auditoria de Gestão – Exercício 2009

**Item do Documento:** 1.1.7.4 Informação: (011)

**Assunto:** Processos Licitatórios

**Recomendação Efetuada:**

Recomendação: 001 - Diante do fato supracitado, foi emitida nota de auditoria ao Serpro no sentido de emitir termo aditivo ao Contrato nº 42.408, de forma que a classificação contábil da despesa prevista no seu 1º Termo seja a mesma da indicada nas notas de empenho emitidas para o mesmo.

**Providência(s) Informada(s) pela Unidade:**

Manifestação do Gestor: Considerações já apresentadas a essa CGU, mediante Ofício: DP - 026274/2010, de 16/09/2010, no qual informamos que, especificamente com relação a classificação contábil da despesa, houve um equívoco quando da elaboração do contrato e que estaríamos emitido novo termo aditivo ao contrato RG 42.408.

Providências a serem Implementadas: Em fase de elaboração do projeto básico que servirá à elaboração do termo aditivo.

**Prazo de Atendimento:** 30/11/2010

**Avaliação quanto ao cumprimento:** Total

**Monitoramento pela Auditoria Interna:**

Mediante e-mail de 04/02/2011, foi enviado à SFC/CGU-PR cópia do Termo Aditivo nº 45251/2011, relativo ao contrato nº 42408/2008, em atendimento a recomendação 001 constante no item 1.1.7.4.

**Documento:** Relatório de Auditoria Anual de Contas - Nº 246682 - 2ª Parte Auditoria de Gestão – Exercício 2009

**Item do Documento:** 1.1.7.5 Informação: (012)

**Assunto:** Processos Licitatórios

**Recomendação Efetuada:**

Recomendação: 001 - Dessa forma, foi emitida Nota de Auditoria ao Serpro, recomendando que ele crie rotina de forma que faça constar dos seus processos de aquisição de bens e serviços, inclusive em eventuais aditivos do processo em questão, referente à aquisição de licenças de Programas Oracle, de nº 70.387.000007/2009-66, no Contrato nº 43.075/2009 com a Empresa CTIS, detalhamento suficiente das demandas dos clientes internos e externos do Serpro que justifique e demonstre, com as respectivas memórias de cálculo, a necessidade de requisição dos quantitativos estimados dos itens descritos nos respectivos termos de referência e contratos, bem como o cronograma de entrega estabelecido, conforme as necessidades, para cada um desses itens.

**Providência(s) Informada(s) pela Unidade:**

Considerações já apresentadas a essa CGU, mediante Ofício: DP - 026274/2010, de 16/09/2010. Acrescentamos que, no sentido de orientar melhor as unidades demandantes de aquisições e contratações, estabelecemos na Norma GA-005, versão 02, de 11/08/2010, que trata dos requisitos na elaboração de projetos básicos ou termos de referência sobre aquisições e contratações (planejamento definitivo da contratação), os procedimentos que deverão ser observados na elaboração dos citados instrumentos que, na nossa opinião, atendem à recomendação supracitada.

Providências a serem Implementadas: No que se refere especificamente à aquisição de licenças de software, objeto da presente Recomendação, o Serpro informa que reforçará junto as áreas demandantes para que demonstrem a necessidade de requisição dos quantitativos estimados dos itens descritos nos respectivos termos de referência.

**Prazo de Atendimento:** Imediato.

**Avaliação quanto ao cumprimento:** Total

**Monitoramento pela Auditoria Interna:**

Mediante Ofício nº 17047/2011/DEFAZ I/DE/SFC/CGU-PR, de 21/06/2011, a Diretora de Auditoria da Área Econômica da SFC/CGU-PR, encaminhou cópia da Nota Técnica nº 1545/2011/DEFAZ I/DE/SFC/CGU-PR, de 13/06/2011, que contém análise feita pela CGU sobre o contrato assinado entre o Serpro e a Empresa IT7 Sistema Ltda para aquisição de licenças de Uso Definitivo de Software de Gerenciamento de Identidade e Acesso - Plataforma Oracle e fez determinações ao Serpro.

Com a finalidade de buscar elementos no âmbito da Empresa, com vistas a prestar esclarecimentos conforme solicitado pela CGU foi instituído mediante Decisão de Diretoria – OE – 088/2011, um Grupo de Trabalho.

Através do Ofício DS – 039104/2011, de 05/12/2011, o Diretor-Superintendente encaminhou para SFC/CGU-PR o resultado do Grupo de Trabalho. Conforme consta no relatório final do respectivo Grupo, página 4: “ No intuito de verificar o cumprimento dessas recomendações (necessidade de aprimoramento dos processos de planejamento das aquisições da Empresa), buscou-se averiguar a existência de esforços no âmbito desta empresa pública que refletissem

a preocupação em regulamentar suas aquisições. Nesse sentido, verificou-se que foram adotadas as seguintes providências visando a melhoria do processo de aquisições e contratações:

- Modelagem do Processo de Aquisições e Contratações, consoante a metodologia BPM (Business Process Manager), padrão internacional de gerenciamento de processos, adotado pelo Governo Federal;
- Instituição do Processo de Aquisições e Contratações do Serpro (PAQ) pela Resolução GE-002, de 19/04/2011, e respectiva publicação no portfólio de processos ;
- Revisão dos documentos normativos referentes ao tema “Aquisições e Contratos”: Normas GA-001 (Padronização de fundamentação legal), GA-002 (Registro e publicação de documentos contratuais), GA-003 (Ateste e autuação de documentos fiscais), GA-004 (Autuação e guarda de documentos contratuais), GA-005 (Requisitos da elaboração de Projeto Básico e Termo de Referência), GA-006 (Procedimentos de sanções), GA-007 (Recebimento e aceitação de materiais, bens móveis e intangíveis), GA-008 (Critérios de reajustes e revisões de contratos), GA-009 (Recebimento e aceitação de serviços), GA-010 (Instituição de Comissões de recebimento e aceitação), GA-011 (Gerenciamento de Contratações), GA-012 (Regulamentação e gestão de melhoria do PAQ) e GA-014 (Demandas e Planos de Contratações).
- Ações educacionais de capacitação no novo processo, a exemplo dos cursos de ensino à distância (EAD) de elaboração de Projeto Básico, de Legislação Aplicada à Logística de Suprimentos e de Gerenciamento Contratual, além de cursos presenciais (Workshop do PAQ, Oficinas de Demandas e Elaboração de Planos, Planejamento das Contratações, Seleção do Fornecedor, Gerenciamento Contratual, Autuação e Guarda de Documentos e Avaliação de Problemas e Ajustes Contratuais).

Com especial atenção aos apontamentos da Nota Técnica, no tocante ao processo de seleção de soluções de tecnologia da informação e do processo de justificativa e fundamentação da necessidade das aquisições, constatou-se que estão em implementação os Processos de Demandas e Planos de Contratações (Norma GA-014) e o Processo de Planejamento das Contratações (previsto no portfólio de processos, com normatização específica ainda em fase de elaboração), que dispõem sobre a elaboração do Plano Corporativo de Contratações, emissão de Documento de Oficialização de Demandas, análise técnica definitiva (justificativa e fundamentação da necessidade de aquisição), análise de viabilidade econômico-financeira, plano de sustentação, estratégia da contratação e análise de risco. A implementação dessas atividades, no entendimento do Grupo de Trabalho, demonstra a mitigação dos riscos operacionais antes observados no âmbito desta Empresa.

Diante das conclusões apresentadas pelo Grupo de trabalho a AUDIG considera que a recomendação foi atendida.

**Documento:** Ofício nº 2154/2011/DEFAZ I/DE/SFC/CG-PR, de 27/01/2011

**Item do Documento:** 2

**Assunto:** Solicitação de apuração de possíveis acumulações irregulares de cargos.

**Recomendação Efetuada:**

Adoção de providências, informando à CGU dos resultados no prazo indicativo de 60 dias, especialmente quanto à:

- Verificação do efetivo cumprimento da carga horária dos servidores relacionados nos Anexos I, III e IV, adotando-se as medidas necessárias em cada caso e;
- Legalidade da acumulação dos servidores relacionados nos Anexos II e V, bem como, determinar que sejam realizadas as apurações necessárias em cada caso, adotando-se as medidas previstas na legislação e nos normativos internos dessa entidade.

**Providência(s) Informada(s) pela Unidade:**

Mediante Ofício DP – 009365/2011 de 29/03/2011, o Diretor-Presidente informou ao Secretário Federal de Controle Interno que a Superintendência de Pessoas – SUPGP promoveu análise de todas as situações elencadas no Ofício e iniciou as providências a serem tomadas pelo Serpro, tais como: retirada do ponto flexível, comunicação ao outro órgão com o qual o empregado também mantém relação de trabalho e comunicação aos empregados.

O Diretor-Presidente esclareceu ainda que dadas as especificidades das ações, a lotação dos empregados e, ainda, o envolvimento de terceiros, mesmo que indiretamente, os resultados serão informados à SFC à medida que cada situação seja resolvida.

Em 06/05/2011, mediante Decisão de Diretoria OE-053/2011, o Diretor-Presidente instituiu Grupo de Trabalho para operacionalização das ações administrativas afetas a recursos humanos, em atendimento à auditoria promovida pela CGU – Nota Técnica nº 309 e Ofício nº 2154/2011/DEFAZI/DE/SFC/CGU-PR.

O Grupo de Trabalho tinha vigência inicialmente prevista para início: 06/05/2011 e término: 30/09/2011 e foi prorrogado através da Decisão de Diretoria OE-140/2011 com início em 01/10/2011 e término em 30/04/2012.

**Avaliação quanto ao cumprimento:** Parcial

**Monitoramento pela Auditoria Interna:** O monitoramento será realizado após as conclusões do Grupo de Trabalho.

**Documento:** Ofício nº 30017/2011/DEFAZ I/DE/SFC/CGU-PR, de 07/10/2011

**Item do Documento:** 2

**Assunto:** Complementação ao Ofício nº 2154/2011/DEFAZ I/DE/SFC/CGU-PR, de 27/01/2011 - Solicitação de apuração de possíveis acumulações irregulares de cargos.

**Recomendação Efetuada:**

Adoção de providências, informando à CGU dos resultados no prazo indicativo de 60 dias, especialmente quanto à:

- Verificação do efetivo cumprimento da carga horária dos servidores relacionados nos Anexos I, II e III, adotando-se as medidas necessárias em cada caso e;
- Legalidade da acumulação dos servidores relacionados nos Anexos IV, bem como, determinar que sejam realizadas as apurações necessárias em cada caso, adotando-se as medidas previstas na legislação e nos normativos internos dessa entidade.

**Providência(s) Informada(s) pela Unidade:**

Mediante Ofício DS-039156/2011, de 07/12/2011, o Diretor-Superintendente informou ao Secretário Federal de Controle Interno que o Serpro promoveu a análise de todas as situações elencadas e adotou as providências descritas no arquivo em anexo. Conforme verificado vários empregados cumprem jornada de trabalho integralmente, outros desligaram-se do outro vínculo ou do Serpro, outros o nome não pertence ao CPF informado e em apenas 2 empregados não foi possível concluir a análise, pois foi enviada correspondência e está aguardando retorno.

**Avaliação quanto ao cumprimento:** Parcial

**Monitoramento pela Auditoria Interna:** Conforme posição acima informada ainda faltam 2 empregados para conclusão da análise e conseqüente adoção de providências. Monitoramento será feito após a conclusão das providências.

**Documento:** Ofício nº 3753/2011/DEFAZ I/DE/SFC/CGU-PR, de 11/02/2011, o qual encaminha Nota Técnica nº 309/2011/DEFAZ I/DE/SFC/CGU-PR.

**Item do Documento:**

**Assunto:** Resultado de trabalho realizado pela CGU, com base em dados constantes do SIAPE, com o objetivo de avaliar a legalidade de despesas relativas à folha de pagamento do Serpro.

**Recomendação Efetuada:**

Solicita manifestação do Serpro quanto ao disposto nos parágrafos 17, 20, 26 e 29 da Nota Técnica, bem como informações sobre as medidas adotadas ou que serão adotadas sobre o assunto.

**Providência(s) Informada(s) pela Unidade:**

1. Quanto ao ANEXO I: Empregados ocupantes de função de gerência com recebimento de hora extra. Informamos que o ocupante da função de supervisor, no Serpro, não está equiparado às demais funções de chefias. A Superintendência de Gestão de Pessoas – SUPGP, promoverá revisão da Norma GP 001.
2. Quanto ao ANEXO II: Empregados com recebimento de hora extra por um período maior.  
Resposta: A SUPGP expedirá orientação às Unidades, a fim de que não seja permitida realização de horas extras habitualmente e por longo período.
3. Com relação ao ANEXO III: Empregados com hora extra incorporada ao salário e recebimento de hora extra.  
Resposta: A SUPGP expedirá orientação às Unidades, a fim de que os empregados que possuem incorporação de hora extras, não realizem mais horas extras de forma habitual como identificado.
4. Quanto ao ANEXO IV: Empregados que receberam hora extra em percentual entre 19% até 146% do salário.  
Resposta: A SUPGP promoverá alteração no sistema de controle de frequência, garantido o cumprimento da norma de prorrogação de jornada.
5. Com relação ao ANEXO V: Acumulação de FCT com Gratificação por Cargo de Gerência.  
Resposta: Para as duas empregadas identificadas, esclarecemos que não ocorreu acumulação de FCT com Gratificação por Cargo de Gerência, conforme demonstra-se abaixo:  
A empregada Joselita de Oliveira Almeida recebeu indevidamente nos meses de janeiro, fevereiro e março a GFC. Detectado o ocorrido, a Empresa notificou a empregada para devolução dos valores, que estão sendo descontados em folha de pagamento desde julho de 2010.  
Quanto à empregada Katia Cristina Pinto de Miranda, não ocorreu acumulação, pois a mesma foi designada com FCT até 10.01.2010. A partir do dia 11.01.2010, a mesma passou a receber a Gratificação de Qualificação Adicional - GQA. Assim, não houve acumulação. O valor pago a maior de Gratificação por Cargo de Gerência foi descontado no mês de maio de 2010, que totalizou o valor de R\$ 626, 55 (seiscentos e vinte e seis reais e cinquenta e cinco

centavos).

6. Quanto ao ANEXO VI: Empregados com função de gerência com recebimento de sobreaviso.

Resposta: Para os dois empregados apontados como recebimento indevido de sobreaviso, esclarecemos:

Em relação ao empregado Leonardo Batista Porto - em dezembro de 2009, era supervisor, passando em 01.01.2010 a ocupar a função do grupo IV (chefe de Divisão). Assim, o sobreaviso pago na folha de janeiro é referente aos dias de sobreaviso de dezembro 2009.

Quanto ao empregado Eduardo Carlos Segundo - em dezembro de 2009 não exercia função de confiança, passando a exercer função de confiança a partir de 01.01.2010. Assim, o sobreaviso pago na folha de janeiro, é referente aos dias de sobreaviso de dezembro de 2009.

Informamos, ainda, que a SUPGP promoverá a revisão da Norma interna que trata do assunto.

7. Com relação ao ANEXO VII: Pagamento de periculosidade acima do valor estabelecido.

Resposta: Esclarecemos que a diferença apontada refere-se ao pagamento da diferença do mês de dezembro de 2009. As outras diferenças, como exemplo a do empregado Lauri Ferreira Dourado Filho, CPF nº 76765580859, deve-se ao fato que o mesmo possui incorporação de adicional noturno, rubrica que compõem a base para o pagamento do adicional de periculosidade.

8. Quanto ao ANEXO VIII: Pagamento de periculosidade abaixo do valor estabelecido.

Resposta: As diferenças apontadas para os empregados José Demontier Aragão Pontes, Alexandre de Alcântara Mendes, Jean Clebeson de Jesus Almeida, Carlos Alberto Ferreira de Oliveira e Luíza Gonçalves Fontoura, serão pagas na folha de março de 2011.

Quanto ao empregado Eduardo Ribeiro Pinheiro, o mesmo fez jus somente a 20 (vinte) dias do valor pago. Há uma diferença que será paga na folha de março 2011.

**Avaliação quanto ao cumprimento:** Parcial

**Monitoramento pela Auditoria Interna:** Monitoramento será realizado nas auditorias de Gestão de Pessoas do exercício 2012.

**Documento:** Ofício nº 3935/2011/DEFAZ I/DE/SFC/CGU-PR, de 15/02/2011, o qual encaminha Nota Técnica nº 391/2011/DEFAZ I/DE/SFC/CGU-PR, de 15/02/2011.

**Item do Documento:** 2

**Assunto:** Análise da legalidade do Convênio de Reciprocidade entre o Serpro e a CASSI.

**Recomendação Efetuada:** Considerando o disposto na Nota Técnica solicita manifestação sobre o assunto em questão no prazo de 20 dias.

**Providência(s) Informada(s) pela Unidade:**

Mediante Ofício SUPGP – 007237/2011, de 10/03/2011 a Superintendente de Pessoas encaminhou à SFC/ CGU-PR manifestação do Serpro acerca da referida Nota Técnica.

**Avaliação quanto ao cumprimento:** Total quanto a manifestação do Serpro acerca do disposto na Nota Técnica.

Em relação ao cumprimento das providências, estas serão acompanhadas mediante acompanhamento do plano de providências – constatação nº: 1.1.9.5 - 7.1. recomendação nº 001 - “Recomendamos que o Serpro elabore previsão de prazo, com cronograma definido e indicação dos responsáveis por cada etapa, para implementação do plano de ação para a substituição da Cassi na oferta de assistência à saúde aos beneficiários do seu plano de saúde, por uma rede credenciada própria ou a pela contratação de entidade congênere em regiões ou localidades com dificuldade ou carência de contratação, adequando-se ao disposto na Resolução Normativa nº 137 da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, de 14/11/2006, sem prejuízo da comunicação dessas medidas à ANS e da busca de manifestação respectiva daquela agência.”

**Monitoramento pela Auditoria Interna:** O monitoramento pela AUDIG será feito mediante acompanhamento do plano de providências.

**Documento:** E-mail nº 01/2011/DEFAZ I/DE/SFC/CGU-PR, de 07/02/2011.

**Item do Documento:** 1 a 7

**Assunto:** Solicitação de demanda

**Recomendação Efetuada:**

Inclusão nos trabalhos a serem executados no exercício de 2011 das seguintes análises:

- Avaliação do sistema de alarme de incêndio da Regional Porto Alegre, inclusive, avaliando as contratações realizadas para prestação do serviço de manutenção;
- Avaliação da atuação e das qualificações dos engenheiros do quadro do Serpro que possuem qualificação específica e registro no CREA para atuarem na área de engenharia;

- Avaliação da existência de sala inadequada para guarda de bens móveis na Regional/RS;
- Avaliação da legalidade da indicação e nomeação dos conselheiros do Serpros;
- Avaliação do acompanhamento pela área responsável do sistema de geração de energia da Regional Brasília;
- Verificar a existência de ‘habite-se’ do prédio do Serpro-PAE;
- Avaliação do processo de periculosidade dos empregados Analista Eletricista Paulo Vieira, Antônio Nelson Mori e sua chefia.

**Providência(s) Informada(s) pela Unidade:**

Verificação do item 1 incluída no trabalho: GL-AC/0001/2011.

Verificação do item 4 incluída no trabalho: GF-ES/0001/2011.

Verificação dos itens 2, 3, 5 e 6 incluída no trabalho: GL-AC/0002/2011.

Verificação do item 7 incluída no trabalho: GP-AC/0003/2011.

**Avaliação quanto ao cumprimento:** Total

**Monitoramento pela Auditoria Interna:**

A inclusão dos itens nos trabalhos de auditoria foi feita e os resultados das análises constam dos Relatórios de Auditoria: GL-AC/0001/2011, GL-AC/0002/2011, GP-AC/0003/2011 e GF-ES/0001/2011, todos encaminhados à SFC/CGU-PR através do Sumário de Atividades da Auditoria Interna – SAAI.

**Documento:** E-mail nº 017/2011/DEFAZ I/DE/SFC/CGU-PR, de 25/04/2011

**Item do Documento:** -

**Assunto:** Solicitação de demanda - Incluir nos trabalhos de auditoria a serem realizados análises relativas ao assunto tratado no Processo de Sindicância nº 19863.000004/2008-21, instaurado para apurar as causas e responsabilidades relacionadas a irregularidades praticadas pela gestão do contrato do fornecedor Poliservice Informática Ltda.

**Recomendação Efetuada:**

Incluir nos trabalhos de auditoria a serem realizados as seguintes análises:

- a) avaliação da suficiência dos controles do processo de ateste das ordens de serviço referente ao contrato 39564, verificando se o quantitativo de ordens de serviço pagas à contratada nos exercícios de 2010 e 2011 tem suporte documental suficiente;
- b) se as melhorias propostas pela Comissão de Sindicância Disciplinar foram implementadas.

**Providência(s) Informada(s) pela Unidade:**

Mediante Relatório de Auditoria de acompanhamento GL-AC/0002/2011, as análises foram realizadas.

**Avaliação quanto ao cumprimento:** Total

**Monitoramento pela Auditoria Interna:**

Em atendimento a solicitação da Controladoria Geral da União (CGU) contida no documento “E-MAIL Nº 017/2011/DEFAZI/DE/SFC/CGU-PR”, de 25/04/2011, não foram evidenciadas as melhorias relativas ao Processo de Sindicância no 19863.000004/2008-21, como também as recomendações procedentes do Processo Administrativo Disciplinar 19863.000065/2008-99.

Diante do exposto, foi recomendado à Coordenação de Gestão de Contratos de Tecnologia – COOGC, a elaboração e adoção de sistemática, contemplando: formalização dos procedimentos de Ordens de Serviços, considerando o seu registro, execução e monitoração; mecanismos que assegurem a aplicação contínua das melhorias implementadas para o arquivamento de documentos; implementação de rodízio de atendimentos entre os técnicos terceirizados; fortalecimento dos controles de ateste dos serviços; definição de controles visando assegurar a consistência entre as informações constantes das Ordens de Serviços e os sistemas internos do Serpro; informações referentes a data e horário dos atendimentos realizados nos relatórios emitidos pelos técnicos terceirizados, como também pelos sistemas internos do Serpro; integração e alinhamento entre a gestão técnica e a contratual.

**Documento:** Ofício nº 10.859/2011/DEFAZ I/DE/SFC/CGU-PR, de 26/04/2011.

**Item do Documento:** 3.1 a 3.3

**Assunto:** Aprofundamento da matéria referente ao Processo de Sindicância do Serpro nº 19863.000063/2008-08, instaurado para apurar responsabilidade referente à aquisição do software TIBCO.

**Recomendação Efetuada:**

- 3.1 Verificar quem deveria ter solicitado o cancelamento da aquisição e se houve tempo hábil para isso;
- 3.2 Verificar se, ao alterar a estratégica de atuação da Empresa, levou-se em consideração as aquisições já efetuadas e/ou em andamento; quem seriam os responsáveis por tal tarefa e se a informação foi apresentada anteriormente à tomada de decisão de alteração de estratégia;
- 3.3 Ao identificar cada um dos responsáveis citados nos itens anteriores, avaliar se cada um cumpriu com as

responsabilidades devidas no caso em questão. Caso contrário, instaurar novo procedimento para apurar responsabilidade de cada agente.

“(…) que os resultados do aprofundamento da matéria sejam encaminhados à Corregedoria Setorial do Ministério da Fazenda desta CGU.”

**Providência(s) Informada(s) pela Unidade:**

Mediante Ofício DS – 021760/2011, de 18/07/2011, o Diretor-Superintendente encaminhou à Corregedoria Setorial do Ministério da Fazenda, conforme solicitação da SFC/CGU-PR, o relatório de aprofundamento: Questões referentes à aquisição da Ferramenta TIBCO.

**Avaliação quanto ao cumprimento:** Total

**Monitoramento pela Auditoria Interna:** Não se aplica

**Documento:** Ofício nº 17047/2011/DEFAZ I/DE/SFC/CGU-PR, de 21/06/2011.

**Item do Documento:** 21 e 24

**Assunto:** Nota Técnica nº 1545/2011/DEFAZ I/DE/SFC/CGU-PR, de 13/06/2011, que contém análise feita pela CGU sobre o contrato assinado entre o Serpro e a Empresa IT7 Sistema Ltda para aquisição de licenças de Uso Definitivo de Software de Gerenciamento de Identidade e Acesso - Plataforma Oracle.

**Recomendação Efetuada:**

"21. (...) Considerando a reincidência dos fatos, propõe-se recomendar ao Serpro que:

- a. Aprimore seu processo de seleção de soluções de tecnologia da informação, estabelecendo critérios objetivos de comparação de produtos, sejam pagos, livres ou de produção própria;
- b. Aprimore seu processo de justificativa e fundamentação da necessidade das aquisições;
- c. Abstenha-se de realizar aquisições de produtos se não tiver condições ou necessidade de fazer uso deles.

24. Propõe-se, ainda, que o Serpro instaure procedimento de apuração de responsabilidades para esclarecer, ao menos os seguintes elementos:

- a. Por que não foi realizado estudo que demonstrasse objetivamente que a marca Oracle era a única ou a mais adequada opção para melhorar a gestão de identidade e acesso, e quem foram os responsáveis pela decisão de compra sem esse estudo;
- b. A real necessidade de aquisição do produto, vez que a justificativa apresentada a esta CGU não demonstra que o vazamento de sigilo fiscal mencionado seria resolvido com o uso do produto adquirido;
- c. Os motivos pelos quais todas as licenças foram adquiridas e pagas sem que se tivesse condição de colocá-las em uso, vez que o próprio Serpro afirma que a implantação do sistema ocorre paulatinamente, identificando-se os responsáveis e quantificando-se o prejuízo decorrente do custo de oportunidade dos recursos usados.

**Providência(s) Informada(s) pela Unidade:** Mediante Ofício DS- DS – 022142/2011, de 20/07/2011, o Diretor-Superintendente apresentou as providências adotadas pelo Serpro para dar cumprimento ao disposto nos parágrafos 21 e 24 da referida Nota Técnica.

Foi instituído Grupo de Trabalho através da Decisão de Diretoria - OE - 088/2011 de 13/07/2011, com início de vigência em 13/07/2011 e término em 12/09/2011, com a finalidade de buscar elementos no âmbito da Empresa, com vistas a prestar esclarecimentos referentes às dúvidas da CGU, no tocante as condições que suportaram a decisão empresarial no processo de aquisição do software de Gerenciamento de Identidade para o Serpro.

Mediante Decisão de Diretoria – OE-133/2011, de 12/09/2011, o Diretor-Superintendente prorrogou a vigência do citado Grupo de trabalho, o qual passou a ter término em 13/10/2011.

Mediante Decisão de Diretoria – OE-146/2011, de 14/10/2011, o Diretor-Superintendente prorrogou novamente a vigência do Grupo de trabalho, o qual passou a ter término em 14/11/2011.

Mediante Ofício DS – 039104/2011, de 05/12/2011, o Diretor-Superintendente encaminhou para SFC/CGU-PR o resultado do Grupo de Trabalho.

**Avaliação quanto ao cumprimento:** Total

**Monitoramento pela Auditoria Interna:**No relatório final do Grupo de Trabalho constam todas as análises solicitadas pela SFC/CGU

**Documento:** Relatório de Auditoria Anual de Contas - Nº 201108703 - 2ª Parte.

Nota de Auditoria 246682/01, de 26/04/2011:

**Item do Documento:** 1.1.1 Assunto – Programação.

**Assunto:** Ausência de definição de atribuições e competências das Diretorias nos normativos internos sistematizadores da estrutura orgânica do Serpro

**Recomendação Efetuada:**

"4.1 - Estabelecer nos normativos internos do Serpro as atribuições e as competências de cada Diretoria."

**Providência(s) Informada(s) pela Unidade:**

Mediante Ofício DP – 025141/2011 de 12/08/2011 o Diretor-Presidente encaminhou à SFC/CGU-PR cópia da Resolução DE-006/2011, de 27/05/2011, através da qual foi delegado às Diretorias funcionais as suas atribuições e respectivas competências, em atendimento à recomendação feita por aquela Secretaria.

**Avaliação quanto ao cumprimento:** Total

**Monitoramento pela Auditoria Interna:** Resolução publicada no SINOR – Sistema de Informações Normativas desde 20/09/2011.

**Documento:** Relatório de Auditoria Anual de Contas - Nº 201108703 - 2ª Parte.

Nota de Auditoria no 201108703/002, de 26/04/2011

**Item do Documento:** 1.1.2.1 – Informação

**Assunto:** Ausência de detalhamento em Notas Explicativas de valores pagos a participação nos lucros e resultados apurados em exercício anterior.

**Recomendação Efetuada:**

Recomendação 001: Retificar as Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, para inserir nota informando que o efeito competência ocorreu no exercício 2009, e o caixa, em 2010.

**Providência(s) Informada(s) pela Unidade:**

Mediante Ofício DP-012569/2011, de 29/04/2011, o Diretor-Presidente informou à SFC/CGU-PR que foi realizada alteração na Nota Explicativa nº 21 destacando o desembolso da PLR – Participação nos Lucros ou Resultados de exercícios anteriores.

**Avaliação quanto ao cumprimento:** Total

**Monitoramento pela Auditoria Interna:** Retificação realizada na Nota Explicativa às Demonstrações Contábeis do exercício social encerrado em 31/12/2010.

**Documento:** Relatório de Auditoria Anual de Contas - Nº 201108703 - 2ª Parte. Nota de Auditoria no 201108703/002, de 26/04/2011

**Item do Documento:** 1.1.2.1 – Informação

**Assunto:** Ausência de detalhamento em Notas Explicativas de valores pagos a participação nos lucros e resultados apurados em exercício anterior.

**Recomendação Efetuada:** Recomendação 002: Adotar como prática, para os casos de ocorrências de descasamento competência/caixa, a inclusão de nota às Notas Explicativas apontando o exercício da competência e as razões para a postergação do efeito caixa.

**Providência(s) Informada(s) pela Unidade:** Mediante Ofício DP-012569/2011, de 29/04/2011, o Diretor-Presidente informou à SFC/CGU-PR que adotará a prática recomendada para os próximos exercícios.

**Avaliação quanto ao cumprimento:** Total

**Monitoramento pela Auditoria Interna:** Monitoramento será realizado na auditoria de Demonstrações Contábeis do exercício 2012.

**Documento:** Relatório de Auditoria Anual de Contas - Nº 201108703 - 2ª Parte

**Item do Documento:** 1.1.2.2 - Constatação

**Assunto:** Inconsistências na Classificação e Contabilização de Projetos.

**Recomendação Efetuada:**

**RECOMENDAÇÃO 001:** "Que o Serpro implemente ação integrada entre a área contábil e o escritório de projetos com os seguintes propósitos:

- a) atualizar os conceitos e os procedimentos atinentes a projetos e atividades registrados no PGPS com os conhecimentos contábeis pertinentes;
- b) atualizar a base da carteira de projeto, tomando por base o novo PGPS; e
- c) realizar estudo dos gastos no âmbito de projetos para verificar a sua ativação, à luz do Pronunciamento Técnico CPC 04, do Comitê de Pronunciamento Técnico e das normas fiscais".

**Providência(s) Informada(s) pela Unidade:**

A empresa realizará os estudos necessários para verificar a viabilidade da ativação dos gastos dos projetos. Sendo viável, realizará a implementação.

As ações para estudo da viabilidade e forma de ativação dos gastos dos projetos, à luz do Pronunciamento Técnico

CPC 04, do Comitê de Pronunciamento Técnico e das normas fiscais, serão incluídas no escopo do projeto Modernização do gerenciamento de custos no PGPS. Sendo viável, também será definido o conjunto de informações necessárias para integrar os processos de gerenciamento de projetos e contabilidade.

**Prazo de Atendimento:** 12/2012. Para atender esta recomendação é necessário, além da solução técnica, sua implantação na organização. Esta previsão contempla a implantação.

**Situação em 11/10/2011:** O tema está sendo incorporado a iniciativa que amplia a integração entre os processos financeiros e de gerenciamento de projetos. Sua execução é complexa dado que qualquer solução debatida afeta outras atividades críticas como, por exemplo, os processos de apropriação e faturamento.

O Projeto de Modernização do Gerenciamento de Custos no PGPS está dividido em 4 fases, a saber: concepção, piloto, implementação e implantação. No momento, o projeto encontra-se em concepção, onde foi realizado o diagnóstico das ferramentas internas e dos processos relacionados aos assuntos orçamento, custos, projetos e aquisições. Está em andamento a construção da solução técnica que será aplicada em projeto piloto na segunda fase.

A solução está sendo desenhada com a participação das unidades de Gestão Empresarial (SUPGE), Gestão Financeira (SUPGF) e Controle Empresarial (SUPCO). Conta, também, com a participação dos escritórios de projetos das áreas de Desenvolvimento (SUPDE), de Negócios (SUNNE), de Operações (SUPOP) e de Gestão de Contratos (SUPGA). Até o momento ocorreram 18 (dezoito) reuniões com a equipe do projeto.

**Avaliação quanto ao cumprimento:** Parcial

**Monitoramento pela Auditoria Interna:** O monitoramento será realizado pela COALF quando as providências forem concluídas.

**Documento:** Relatório de Auditoria Anual de Contas - Nº 201108703 - 2ª Parte

**Item do Documento:** 1.1.2.2 - Constatação

**Assunto:** Inconsistências na Classificação e Contabilização de Projetos.

**Recomendação Efetuada:**

**RECOMENDAÇÃO 002:** "Instituir cronograma para a realização dos trabalhos do novo plano de investimento".

**Providência(s) Informada(s) pela Unidade:**

É de conhecimento da Empresa a necessidade de realização de novo planejamento para realização dos Planos de Investimento, em especial os Projetos Estruturadores que tinham como fonte inicial de financiamento, a Reserva de Retenção de Lucros. Esse novo planejamento tornou-se necessário devido ao Prejuízo apurado ao final do exercício 2010.

No entanto, já nos primeiros meses de 2011, a situação econômica se mostrou negativa, apresentando, até 30 de setembro, Prejuízo no montante de R\$171.712.758,32, projetando-se para dezembro, o Resultado negativo de R\$ 199.075.347,81.

Diante de tal realidade, entendemos ser prudente que a Empresa se empenhe na realização de um novo planejamento a partir do exercício 2011 encerrado, pois, o saldo remanescente da Reserva de Retenção de Lucros, bem como de outras Reservas, serão absorvidos pelo Prejuízo do Exercício.

No entanto, podemos inferir que os planos de investimento da empresa terão como fonte as operações normais da Empresa, ou seja, o Caixa gerado pelo Recebimento pela Prestação de Serviços aos Clientes.

O novo cronograma de planejamento de investimentos será elaborado a partir do exercício 2011 encerrado.

**Avaliação quanto ao cumprimento:** Parcial

**Monitoramento pela Auditoria Interna:** O monitoramento será realizado pela COALF quando as providências forem concluídas.

**Documento:** Nota de Auditoria nº 201108703/003, de 02/06/2011.

**Item do Documento:** -

**Assunto:** Necessidade de melhoria na política de reconhecimento do esforço de empregados na colaboração com conteúdo em trabalhos cooperados organizacionais.

**Recomendação Efetuada:**

Recomendação 001:

"Analisar a conveniência e a oportunidade de se implementar critérios objetivos de recompensa por mérito àqueles empregados que contribuírem com conteúdo, no Trabalho Cooperado, conforme definido no Serpro, ajustando-se os normativos, caso necessário".

**Providência(s) Informada(s) pela Unidade:**

Mediante Ofício DP – 021999/2011, de 19/07/2011 o Diretor-Presidente informou à SFC/CGU-PR que realizou análise sobre a matéria objeto da recomendação e concluiu que tal iniciativa não se apresenta positiva no contexto

atual e expôs os esclarecimentos necessários.

**Avaliação quanto ao cumprimento:** Não se aplica

**Monitoramento pela Auditoria Interna:** Não se aplica

**Documento:** Relatório de Auditoria Anual de Contas - Nº 201108703 - 2ª Parte. Nota de Auditoria Nº: 201108703/004, de 19/08/2011.

**Item do Documento:** 1.1.2.4 – INFORMAÇÃO

**Assunto:** Necessidade de melhorias no desenho dos indicadores do Planejamento Estratégico do Serpro.

**Recomendação Efetuada:**

Recomendação 001: Que o Serpro, quando da utilização de sigla em indicadores, seja na descrição ou na fórmula, apresente o seu significado.

**Providência(s) Informada(s) pela Unidade:**

Mediante Ofício DS – 036709/2011, de 17/11/2011, o Diretor-Superintendente encaminhou à SFC/CGU-PR, em atendimento ao Ofício nº 30275/2011/DEFAZ I/DE/SFC/CGU-PR, o Plano de Providências.

Conforme providência informada no respectivo plano, a recomendação será implementada por meio de orientação aos envolvidos com indicadores.

Mediante Ofício: DP – 038854/2011, de 06/12/2011 o Diretor-Presidente informou à SFC/CGU-PR que a resposta desta Nota de Auditoria consta do Plano de Providências – Exercício 2010.

**Avaliação quanto ao cumprimento:** Parcial

**Monitoramento pela Auditoria Interna:** O monitoramento será realizado em 2012 quando da realização da auditoria de gestão empresarial GE-AC/0001/2012.

**Documento:** Relatório de Auditoria Anual de Contas - Nº 201108703 - 2ª Parte.

Nota de Auditoria Nº: 201108703/004, de 19/08/2011.

**Item do Documento:** 1.1.2.4 – INFORMAÇÃO

**Assunto:** Necessidade de melhorias no desenho dos indicadores do Planejamento Estratégico do Serpro.

**Recomendação Efetuada:**

Recomendação 002: Que o Serpro avalie a criação de um indicador que calcule o nº de horas de treinamento por servidor separado por áreas, com vistas a efetivar a isonomia entre elas na competição por recursos para treinamento.

**Providência(s) Informada(s) pela Unidade:**

Mediante Ofício DS – 036709/2011, de 17/11/2011, o Diretor-Superintendente encaminhou à SFC/CGU-PR, em atendimento ao Ofício nº 30275/2011/DEFAZ I/DE/SFC/CGU-PR, o Plano de Providências. Conforme providência informada no respectivo plano, a UniSerpro está elaborando alguns indicadores Estratégicos (não corporativos), Táticos e Operacionais internos, visando a estratificação dos dados que coleta com relação a horas de treinamento por empregado realizadas mensalmente. Trata-se de um trabalho que envolve todas as unidades internas do Serpro, respeitadas as peculiaridades de cada uma e suas atividades precípuas.

A proposta levada às áreas das quais extrairemos os dados é a seguinte:

**Critério:** A UniSerpro, dentro do portal corporativo Infoger, possui o Indicador Estratégico intitulado “Horas de treinamento por empregado”, que reúne todo o corpo funcional interno do Serpro e expressa a média de horas treinadas por empregado mensalmente.

Este mesmo Indicador terá seus dados estratificados, cujas camadas serão as unidades ou órgãos internos do Serpro.

**Exemplo:** Em 2011, a Meta estabelecida para o Indicador Estratégico (corporativo) é de 100 horas de treinamento por empregado. Como a Meta é para o corpo funcional (que envolve o corpo gerencial), podemos mantê-la para cada Unidade ou Órgão do Serpro, resultando em:

**Indicador:** Horas de treinamento por empregado da Área.

Meta: 100 horas de treinamento por empregado da Área (Superintendência ou Coordenação) – ano 2012. Medição: Mensal.

Fórmula: Soma das horas de treinamento em todos os cursos, seminários e eventos de capacitação naquela área do Serpro dividido pelo nº de seus empregados.

Mediante Ofício: DP – 038854/2011, de 06/12/2011 o Diretor-Presidente informou à SFC/CGU-PR que a resposta desta Nota de Auditoria consta do Plano de Providências – Exercício 2010.

Conforme despacho de protocolo nº 032536/2011, de 16/02/2012, a Universidade Corporativa – UniSerpro informou posição atualizada (Janeiro 2012) referente ao indicador de Treinamento, atendendo a recomendação 002/2011 da SFC/CGU:

**Indicador:** Horas de treinamento por empregado da Área.

Meta: 100 horas de treinamento por empregado da Área (Superintendência ou Coordenação) – ano 2012.

Medição: Mensal.

Fórmula: Soma das horas de treinamento em todos os cursos, seminários e eventos de capacitação naquela área do SERPRO dividido pelo nº de seus empregados.

**Avaliação quanto ao cumprimento:** Parcial

**Monitoramento pela Auditoria Interna:** O monitoramento será realizado em 2012 quando da realização da auditoria de gestão empresarial GE-AC/0001/2012.

Horas de Treinamento por Áreas Mês de Apuração: Janeiro/2012

UG	Total Empregados	Horas de Treinamento		
		META ANUAL (*)	TOTAL	Média por Empregado
AUDIG	42	100	710	16,90
CECOM	35	100	40	1,14
CEIDI	3	100	0	0,00
CEREC	5	100	0	0,00
CETEC	61	100	240	3,93
COEEP	9	100	0	0,00
COGSI	14	100	0	0,00
COJUR	65	100	0	0,00
COOGC	42	100	124	2,95
CORCL	6	100	56	9,33
COSCC	11	100	0	0,00
GABDP	59	100	38	0,64
SUNAC	181	100	840	4,64
SUNAF	78	100	246	3,15
SUNFJ	90	100	816	9,07
SUNIT	27	100	238	8,81
SUNMP	70	100	114	1,63
SUNNE	48	100	176	3,67
SUNSE	53	100	381	7,19
SUPCD	399	100	286	0,72
SUPCO	20	100	12	0,60
SUPDE	2.412	100	9.430	3,91
SUPGA	33	100	40	1,21
SUPGE	24	100	100	4,17
SUPGF	102	100	31	0,30
SUPGL	395	100	742	1,88
SUPGP	334	100	336	1,01
SUPGS	346	100	1.508	4,36
SUPOP	2.045	100	2.176	1,06
SUPSC	30	100	30	1,00
SUPSI	219	100	248	1,13
SUPST	111	100	184	1,66
UNISE	97	100	428	4,41
<b>Total Geral</b>	<b>7.466</b>		<b>19.570</b>	<b>2,62</b>

(\*) - META ANUAL por EMPREGADO de 100 Horas de Treinamento

**Documento:** Relatório de Auditoria Anual de Contas - Nº 201108703 - 2ª Parte.

Nota de Auditoria Nº: 201108703/004, de 19/08/2011.

**Item do Documento:** 1.1.2.4 – INFORMAÇÃO

**Assunto:** Necessidade de melhorias no desenho dos indicadores do Planejamento Estratégico do Serpro.

**Recomendação Efetuada:**

Recomendação 003: "Que o grupo de trabalho instituído para elaborar metodologia para criação, medição e avaliação de indicadores corporativos implemente as melhorias citadas neste item, bem como inclua em seu escopo as seguintes recomendações da CGU/Auditoria Interna, quais sejam:

- os indicadores e suas respectivas metas devem ser definidos com a antecedência necessária, a fim de permitir a adequada execução/monitoramento daquilo que foi planejado;
- no momento da definição dos indicadores, devem ser consideradas as dificuldades de sua medição, bem como a indicação tempestiva dos responsáveis pelo cumprimento das metas estabelecidas; e

- a Diretoria deve evitar promover mudanças em indicadores e/ou metas após estes já terem sido definidos no momento da elaboração do Planejamento Estratégico".

**Providência(s) Informada(s) pela Unidade:**

Mediante Ofício DS – 036709/2011, de 17/11/2011, o Diretor-Superintendente encaminhou à SFC/CGU-PR, em atendimento ao Ofício nº 30275/2011/DEFAZ I/DE/SFC/CGU-PR, o Plano de Providências.

Conforme providência informada no respectivo plano, o grupo de trabalho já foi criado e a metodologia está em construção. O prazo previsto para conclusão dos trabalhos é 29/02/2012.

Mediante despacho de protocolo nº 032552/2011-58, de 07/03/2012, o Diretor-Superintendente informou que: “Havíamos informado anteriormente que o projeto para atender a referida Recomendação estava em andamento, com previsão para 29/02/2012.

Entretanto, o projeto continua em andamento, evoluindo no desenvolvimento do processo que atenderá os itens recomendados, denominado Roteiro de Medição e Análise Corporativo do SERPRO (RMACS). A previsão de conclusão foi alterada, para 30/04/2012, devido à indisponibilidade de membros da equipe por motivo de férias. A seguir a descrição da proposta e sua comparação com os itens destacados na citada Recomendação, para demonstrar o estágio em que se encontra o trabalho de implementação.

O RMACS prevê atender, também, os itens destacados pela auditoria interna e toma como entrada o resultado do planejamento estratégico. Serão criadas atividades para criação, definição, acompanhamento, melhoria e comunicação. As responsabilidades serão estabelecidas nos papéis especificados no processo e a padronização se dará por meio dos artefatos, que serão modelo para a organização. O quadro a seguir relaciona cada item da recomendação com a proposta.

Item da recomendação Proposta de como será tratado

Processo de criação Prevista no RMACS, na geração do Plano de Medição e Análise

Definição Definição do indicador como corporativo ou setorial

Padronização Será alcançada com a geração do Catálogo de Medidas

Responsabilidade Serão estabelecidas nos papéis definidos no RMACS

Coleta Atividades para coleta, análise e difusão estão sendo desenhadas no fluxo de trabalho do RMACS

Acompanhamento e melhoria O RMACS tratará com atividades de melhoria contínua

Comunicação e publicidade O RMACS está desenvolvendo atividades para comunicação e publicidade

Destinatário O RMACS, por meio do Plano de Medição e Análise prevê distribuição às partes interessadas (destinatário)

Conformidade e certificação O RMACS deve permitir avaliação do indicador.

**Avaliação quanto ao cumprimento:** Parcial

**Monitoramento pela Auditoria Interna:** O monitoramento será realizado em 2012 quando da realização da auditoria de gestão empresarial GE-AC/0001/2012.

**Documento:** Relatório de Auditoria Anual de Contas - Nº 201108703 - 2ª Parte.

**Item do Documento:** 1.1.5.1 - Constatação

**Assunto:** Fragilidade nos controles relativos ao Sistema de Planejamento Estratégico, à Folha de Pagamentos e às aquisições e suprimentos, comprometendo suas integridades.

**Recomendação Efetuada:**

RECOMENDAÇÃO 001: Que o Serpro avalie a conveniência e oportunidade de se instituir área específica para gestão do controle interno, de forma a centralizar as ações inerentes a esse assunto no âmbito da empresa.

**Providência(s) Informada(s) pela Unidade:**

Mediante Ofício DS – 036709/2011, de 17/11/2011, o Diretor-Superintendente encaminhou à SFC/CGU-PR, em atendimento ao Ofício nº 30275/2011/DEFAZ I/DE/SFC/CGU-PR, o Plano de Providências.

Conforme providência informada no respectivo plano, a Diretoria encaminhará o assunto para análise, visando subsidiar decisão acerca da melhor alternativa para atendimento da recomendação.

Mediante despacho de protocolo nº 032552/2011-58, de 07/03/2012, o Diretor-Superintendente informou que: “A Alta Direção decidiu pela criação de uma área específica para atuar na gestão do controle interno. Essa decisão está lastreada no remapeamento de processos no âmbito corporativo e pela recente reestruturação orgânica da empresa. Definida a conveniência e oportunidade de criação da aludida área, o Diretor-Superintendente assinou a Decisão de Diretoria OE 016/2012, de 01 de março de 2012, instituindo Grupo de Trabalho para estruturação da Área de Gestão do Controle Interno, que será vinculada à Diretoria de Gestão Empresarial. A previsão de término dos trabalhos ficou estabelecido para o dia 05 de abril de 2012.”

**Avaliação quanto ao cumprimento:** Parcial

**Monitoramento pela Auditoria Interna:** O monitoramento será realizado em 2012 quando da realização da auditoria de gestão empresarial GE-AC/0001/2012.

**Documento:** Relatório de Auditoria Anual de Contas - Nº 201108703 - 2ª Parte.

**Item do Documento:** 1.1.5.1 – Constatação

**Assunto:** Fragilidade nos controles relativos ao Sistema de Planejamento Estratégico, à Folha de Pagamentos e às aquisições e suprimentos, comprometendo suas integridades.

**Recomendação Efetuada:**

RECOMENDAÇÃO 002:

"Que o Serpro avalie a conveniência e oportunidade de se instituir política corporativa de gestão de risco com as atribuições de análise/avaliação, tratamento, aceitação e comunicação de riscos, de forma a:

- a) minimizar incertezas e ameaças, atuando como instrumento de suporte ao planejamento estratégico;
- b) aumentar a efetividade no gerenciamento da alocação de capital; e
- c) subsidiar as atividades da auditoria interna para os processos que apresentam o ambiente mais crítico de riscos".

**Providência(s) Informada(s) pela Unidade:**

Mediante Ofício DS – 036709/2011, de 17/11/2011, o Diretor-Superintendente encaminhou à SFC/CGU-PR, em atendimento ao Ofício nº 30275/2011/DEFAZ I/DE/SFC/CGU-PR, o Plano de Providências.

Conforme providência informada no respectivo plano, a Diretoria designará Grupo de Trabalho específico, visando avaliar a recomendação e elaborar e publicar a Política Corporativa de Gestão de Riscos, conforme recomendação.

Mediante despacho de protocolo nº 032552/2011-58, de 07/03/2012, o Diretor-Superintendente informou que: A alta direção, após reavaliação da Recomendação, optou pela manutenção da documentação normativa, já existente na empresa, revendo sua decisão anterior pela criação de grupo de trabalho específico para elaboração da Política Corporativa de Gestão de Riscos. Essa decisão encontra sustentação nas nossas características funcionais e atividades finalísticas, pois somos uma empresa de prestação de serviços de tecnologia da informação, para a Administração Pública Federal, e devemos empenhar todos os nossos esforços na manutenção das informações governamentais, que é nosso maior patrimônio. Considerando o exposto, instituímos o Projeto para Implementação do Processo de Gestão de Continuidade de Negócios, com o objetivo de estabelecer a estrutura de funcionamento das unidades corporativas para suporte ao uso do processo de gestão de continuidade de negócios, com término do trabalho previsto para o dia 30 de junho de 2012. Publicamos também a Política Corporativa de Continuidade de Negócios (PCCN) e criamos o Comitê Corporativo de Continuidade de Negócios, visando identificar, analisar e comunicar os riscos inerentes à continuidade dos negócios da empresa.

Ainda no escopo da manutenção da integridade e disponibilidade das informações governamentais, destacamos a Decisão de Diretoria SG-135/2007 que estabeleceu a Gestão de Riscos de Segurança, cujo objetivo foi assegurar a confidencialidade, a integridade e a disponibilidade das informações, serviços, sistemas de informação e demais recursos sob nossa guarda, conforme determina a Programa de Segurança Corporativa. Quanto a alocação de capitais, elaboramos o Plano de Contratações, atrelado aos Projetos Corporativos Estratégicos, que deverá ser aprovado pela Alta Direção, e contribuirá para melhorar a gestão dos recursos financeiros. Finalizando, informamos que a primeira atividade da nova área de controle interno, será a reavaliação de todos os normativos atinentes ao assunto, visando propor aditamentos que busquem complementá-los, tornando-os aderentes aos padrões mundialmente consagrados (Ex. Comitê de Organizações Patrocinadoras da Comissão Treadway – COSO).

**Avaliação quanto ao cumprimento:** Parcial

**Monitoramento pela Auditoria Interna:** O monitoramento será realizado em 2012 quando da realização da auditoria de gestão empresarial GE-AC/0001/2012.

**Documento:** Relatório de Auditoria Anual de Contas - Nº 201108703 - 2ª Parte.

**Item do Documento:** 1.1.9.2 - CONSTATAÇÃO

**Assunto:** Utilização Pregão Eletrônico para contratação de Obra no valor total de R\$ 3.616.230,00, sem a devida avaliação de risco.

**Recomendação Efetuada:**

RECOMENDAÇÃO 001:

"Que o Serpro consigne em norma interna que:

1. quando da tomada de decisão pela utilização de Pregão para seleção de empresa para execução de contrato que tenha por objeto obra de engenharia, seja feita uma avaliação dos riscos da escolha dessa modalidade, ponderando, entre outros, os seguintes critérios:

- a) O valor envolvido;

- b) A Publicidade;
  - c) As Condições de exequibilidade, em razão de a classificação das propostas anteceder a habilitação da autora da melhor oferta; e
  - d) O Risco econômico para a administração em caso de inadimplência da contratada.
2. sempre que for possível, o edital especifique todas as atribuições do contratado, definindo os materiais a serem utilizados e em que medida, cuidando para não restringir a competitividade".

**Providência(s) Informada(s) pela Unidade:**

Mediante Ofício DS – 036709/2011, de 17/11/2011, o Diretor-Superintendente encaminhou à SFC/CGU-PR, em atendimento ao Ofício nº 30275/2011/DEFAZ I/DE/SFC/CGU-PR, o Plano de Providências.

Conforme providência informada no respectivo plano, a recomendação será observada com a atualização da Norma GA-002, que após a revisão, passará a tratar de todo o subprocesso Contratação, do Processo de Aquisições e Contratações do Serpro

**Avaliação quanto ao cumprimento:** Total

**Monitoramento pela Auditoria Interna:**

Mediante Despacho de Protocolo nº 032531/2011-88, de 14/02/2012 a Superintendência de Aquisições e Contratos – SUPGA informou posição atualizada quanto ao cumprimento da recomendação:

“Nº de Constatação 1.1.9.2 - Recomendação 001”, dispõe o subitem 4.2.4.6, da Norma GA/002/versão 4, de 09/02/2012, com vigência em mesma data”;

**Documento:** Relatório de Auditoria Anual de Contas - Nº 201108703 - 2ª Parte.

**Item do Documento:** 1.1.9.3 - Constatação

**Assunto:** Adesão a ata de registro de preço sem comprovação da vantajosidade, com pesquisa de preço intempestiva e restringindo a uma única marca.

**Recomendação Efetuada:**

RECOMENDAÇÃO 001

"Que o Serpro estabeleça em seus normativos internos a determinação de que a pesquisa de preço seja feita antes da consulta à adesão à Ata de Registros de preço".

**Providência(s) Informada(s) pela Unidade:**

Mediante Ofício DS – 036709/2011, de 17/11/2011, o Diretor-Superintendente encaminhou à SFC/CGU-PR, em atendimento ao Ofício nº 30275/2011/DEFAZ I/DE/SFC/CGU-PR, o Plano de Providências.

Conforme providência informada no respectivo plano, a recomendação será observada com a atualização da Norma GA-005, que após a revisão, passará a tratar de todo o subprocesso Planejamento Definitivo da Contratação, do Processo de Aquisições e Contratações do Serpro.

**Avaliação quanto ao cumprimento:** Total

**Monitoramento pela Auditoria Interna:**

Mediante Despacho de Protocolo nº 032531/2011-88, de 14/02/2012 a Superintendência de Aquisições e Contratos – SUPGA informou posição atualizada quanto ao cumprimento da recomendação:

“- sobre "5. Nº de Constatação 1.1.9.3 - Recomendação 001", dispõem o item 5.3, da Norma GA/005/versão 4, de 20/12/2011, com vigência a partir de 01/01/2012, combinado com os subitens 4.1.2.11.1 e 4.1.2.11.2, da Norma GA/002/versão 4, já referida;”

**Documento:** Relatório de Auditoria Anual de Contas - Nº 201108703 - 2ª Parte.

**Item do Documento:** 1.1.9.3 - Constatação

**Assunto:** Adesão a ata de registro de preço sem comprovação da vantajosidade, com pesquisa de preço intempestiva e restringindo a uma única marca.

**Recomendação Efetuada:**

RECOMENDAÇÃO 002

"Que o Serpro fortaleça o seu sistema de controle interno de modo a não permitir pesquisas de preço que restrinjam a competitividade".

**Providência(s) Informada(s) pela Unidade:**

Mediante Ofício DS – 036709/2011, de 17/11/2011, o Diretor-Superintendente encaminhou à SFC/CGU-PR, em atendimento ao Ofício nº 30275/2011/DEFAZ I/DE/SFC/CGU-PR, o Plano de Providências.

Conforme providência informada no respectivo plano, a recomendação será observada com a atualização da Norma GA-005, que após a revisão, passará a tratar de todo o subprocesso Planejamento Definitivo da Contratação, do Processo de Aquisições e Contratações do Serpro.

**Avaliação quanto ao cumprimento:** Total

**Monitoramento pela Auditoria Interna:**

Mediante Despacho de Protocolo nº 032531/2011-88, de 14/02/2012 a Superintendência de Aquisições e Contratos – SUPGA informou posição atualizada quanto ao cumprimento da recomendação:

“- sobre "5. Nº de Constatação 1.1.9.3 - Recomendação 002", dispõem os subitens 4.5.7.1 a 4.5.7.10, da Norma GA/005/versão 4, também já referida;”

**Documento:** Relatório de Auditoria Anual de Contas - Nº 201108703 - 2ª Parte.

Nota de Auditoria no 201108703/005, 19/08/2011 .

**Item do Documento:** 1.1.9.4 – INFORMAÇÃO

**Assunto:** Contratação direta por dispensa de licitação sem a inclusão, no processo respectivo, de todas as informações exigidas pela Lei nº 8.666/1993.

**Recomendação Efetuada:**

Recomendação 001:

"Adequar a Norma Interna GA-005, item 4.2.4, letra "a", de modo a estabelecer a necessidade elaboração de documento, que deve ser incluído em todos os processos de aquisição de bens e serviço por dispensa de licitação, que contenha os elementos mínimos para fundamentar a contratação, com nível de detalhamento que demonstre, entre outras coisas:

I – a caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso;

II – as razões da escolha dos fornecedores ou executantes; e

III – as justificativas do preço dos itens do objeto contratado".

**Providência(s) Informada(s) pela Unidade:**

Mediante Ofício DS – 036709/2011, de 17/11/2011, o Diretor-Superintendente encaminhou à SFC/CGU-PR, em atendimento ao Ofício nº 30275/2011/DEFAZ I/DE/SFC/CGU-PR, o Plano de Providências.

Conforme providência informada no respectivo plano, a recomendação será observada com a atualização das Normas GA-005 e GA-002, que após a revisão, passarão a tratar do subprocesso Planejamento Definitivo da Contratação e Contratação, respectivamente, do Processo de Aquisições e Contratações do Serpro.

**Avaliação quanto ao cumprimento:** Total

**Monitoramento pela Auditoria Interna:** Mediante Despacho de Protocolo nº 032531/2011-88, de 14/02/2012 a Superintendência de Aquisições e Contratos – SUPGA informou posição atualizada quanto ao cumprimento da recomendação:

“- sobre "6. Nº de Constatação 1.1.9.4 - Recomendação 001", dispõem o subitem 4.2.4.1, da Norma GA/005/versão 4, combinado com os subitens 4.1.2.9.1, 4.1.2.9.2 e alínea (g), do subitem 4.1.2.9.4, da Norma GA/002/versão 4”.

**Documento:** Relatório de Auditoria Anual de Contas - Nº 201108703 - 2ª Parte.

**Item do Documento:** 1.1.9.5 - Constatação

**Assunto:** Ausência de respaldo legal do convênio de reciprocidade em vigor entre o Serpro e a CASSI, cujo objetivo é o uso recíproco das respectivas redes credenciadas de assistência à saúde.

**Recomendação Efetuada:**

RECOMENDAÇÃO 001:

"Recomendamos que o Serpro elabore previsão de prazo, com cronograma definido e indicação dos responsáveis por cada etapa, para implementação do plano de ação para a substituição da Cassi na oferta de assistência à saúde aos beneficiários do seu plano de saúde, por uma rede credenciada própria ou a pela contratação de entidade congênere em regiões ou localidades com dificuldade ou carência de contratação, adequando-se ao disposto na Resolução Normativa nº 137 da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, de 14/11/2006, sem prejuízo da comunicação dessas medidas à ANS e da busca de manifestação respectiva daquela agência".

**Providência(s) Informada(s) pela Unidade:**

Mediante Ofício DS – 036709/2011, de 17/11/2011, o Diretor-Superintendente encaminhou à SFC/CGU-PR, em atendimento ao Ofício nº 30275/2011/DEFAZ I/DE/SFC/CGU-PR, o Plano de Providências. Conforme providência informada no respectivo plano, para cumprimento da recomendação supracitada, o cronograma foi elaborado contemplando as ações, os responsáveis, os prazos e seu *status*, para implantação da rede credenciada em 01 de fevereiro de 2012.

**Providências a serem Implementadas:**

- . Finalização da rede credenciada;
- . Implementação do plano de comunicação aos beneficiários do Plano;

- . Confeção e distribuições dos cartões de identificação do Plano; e
- . Conclusão do site para acesso dos beneficiários do plano de prestadores de serviço.

**Prazo de Atendimento:** A rede credenciada do Serpro será implantada em 01 de fevereiro de 2012.

Conforme despacho de protocolo nº 032547/2011-18, de 05/03/2012 da Superintendência de Pessoas – SUPGP, segue posição em 05/03/2012:

**Ações desenvolvidas:**

Rede Credenciada:

- . Concluída a definição de padrão de remuneração;
- . Foram publicados os editais de credenciamento;
- . Está em andamento a contratação dos prestadores de serviço de saúde;
- . Está em andamento a implementação do cadastro dos prestadores no Sistema de Gestão do Plano;
- . Na regionais Fortaleza e Porto Alegre, 100% das ações acima foram cumpridas

Nestas regionais as ações encontram-se 100% cumpridas, pois já estavam vigentes as autogestões desde 2004. Na implementação do convênio de reciprocidade com a Cassi, a autogestão permaneceu por amparo judicial.

. Nas regionais Brasília, Belém, Salvador, São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Belo Horizonte e Curitiba, 60% das ações acima foram implantadas; Permanece a dificuldade na efetivação da rede credenciada própria. A rede ainda está insuficiente em algumas especialidades e de alguns estabelecimentos com o mesmo padrão de qualidade oferecido pela rede Cassi. Estão sendo feitos esforços para que se tenha uma rede mínima com qualidade e com amplitude para atender aos empregados com eficiência.

Entre as dificuldades no credenciamento estão: restrições fiscais dos prestadores, por exemplo, pendências no recolhimento de INSS, FGTS e outros tributos, o que impossibilita ou atrasa o credenciamento do prestador e, conseqüentemente, a implantação da rede. Há necessidade de buscar novos prestadores para credenciamento nos mesmos padrões de qualidade dos prestadores impossibilitados por restrições legais;

Plano de Comunicação (a rede credenciada e aos beneficiários) – previsto para ser realizada no período de 01/08/2012 a 28/09/2012.

Cartões de Identificação dos beneficiários – previsão de confecção e distribuição. A confecção e distribuição às regionais foi concluída em fevereiro de 2012. A distribuição aos empregados ocorrerá na implantação da rede.

Site dos beneficiários – conclusão da definição da identidade visual e da Página dos beneficiários contendo as informações sobre o Plano e a rede credenciada de prestadores de saúde. O site será atualizado, à medida que for sendo efetuados os credenciamentos dos prestadores.

**Avaliação quanto ao cumprimento:** Parcial

**Monitoramento pela Auditoria Interna:** Será realizado quando as providências forem concluídas.

**Documento:** Relatório de Auditoria Anual de Contas - Nº 201108703 - 2ª Parte.

**Item do Documento:** 1.1.10.3 - CONSTATAÇÃO

**Assunto:** Ausência de transferência de dados para o SICONV.

**Recomendação Efetuada:**

RECOMENDAÇÃO 001:

Providencie a alimentação dos dados referentes a convênios ou instrumentos congêneres no Siconv, em atendimento ao no § 1º do art. 19, da Lei 12.017, de 12/08/2009.

**Providência(s) Informada(s) pela Unidade:**

Mediante Ofício DS – 036709/2011, de 17/11/2011, o Diretor-Superintendente encaminhou à SFC/CGU-PR, em atendimento ao Ofício nº 30275/2011/DEFAZ I/DE/SFC/CGU-PR, o Plano de Providências.

Conforme providência informada no respectivo plano, após o esclarecimento emitido pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG, formalizado no Ofício 3158/DGEI/SLTI, de 26/10/2011, ficou confirmada a possibilidade de utilização do SICONV pelo Serpro.

Providências a serem Implementadas: Capacitação dos responsáveis pela gestão no SICONV e implementação da obrigatoriedade de utilização.

Prazo de Atendimento: 30/06/2012.

**Avaliação quanto ao cumprimento:** Parcial

**Monitoramento pela Auditoria Interna:** O monitoramento será realizado na auditoria GL-AC/0003/2012.

**Documento:** Relatório de Auditoria Anual de Contas - Nº 201108703 - 2ª Parte.

**Item do Documento:** 1.1.10.4 – Constatação

**Assunto:** Inconformidades nos registros dos atos de execução dos convênios nos sistemas internos.

**Recomendação Efetuada:**

**RECOMENDAÇÃO 001:**

"Que o Serpro institucionalize o planejamento e a execução de fiscalização nos convênios e instrumentos congêneres firmados".

**Providência(s) Informada(s) pela Unidade:**

Mediante Ofício DS – 036709/2011, de 17/11/2011, o Diretor-Superintendente encaminhou à SFC/CGU-PR, em atendimento ao Ofício nº 30275/2011/DEFAZ I/DE/SFC/CGU-PR, o Plano de Providências.

Conforme providência informada no respectivo plano, a edição da Norma GA-013, em 11/04/2011, que trata da Gestão de Convênio, Acordo de Cooperação e Instrumentos Congêneres, atendeu a recomendação. A respectiva norma está vigente desde 11/04/2011.

**Avaliação quanto ao cumprimento:** Total

**Monitoramento pela Auditoria Interna:** Será avaliado em 2012 quando da realização de auditoria para avaliação do Gerenciamento da execução dos Convênios, Acordos e Ajustes firmados.

**Documento:** Relatório de Auditoria Anual de Contas - Nº 201108703 - 2ª Parte.

**Item do Documento:** 1.1.10.4 - Constatação

**Assunto:** Inconformidades nos registros dos atos de execução dos convênios nos sistemas internos.

**Recomendação Efetuada:**

**RECOMENDAÇÃO 002:**

"Que o Serpro institua rotinas de controle para a verificação de que os estagiários do Serpro são estudantes e reveja os seus normativos com vistas a adequá-los à Lei 11.788/2008".

**Providência(s) Informada(s) pela Unidade:**

Mediante Ofício DS – 036709/2011, de 17/11/2011, o Diretor-Superintendente encaminhou à SFC/CGU-PR, em atendimento ao Ofício nº 30275/2011/DEFAZ I/DE/SFC/CGU-PR, o Plano de Providências.

Conforme providência informada no respectivo plano, a Norma que regulamenta hoje o Programa de Estágio curricular do Serpro foi elaborada para atender os critérios e procedimentos estabelecidos na lei 11.788 de 2008.

Tal norma encontra-se em revisão e está sendo prevista a contratação de um agente de integração para realizar a pré-seleção de estagiários. Além disso, serão providenciados os documentos necessários para comprovar que o estagiário é estudante.

**Prazo de Atendimento:** Abril de 2012

**Avaliação quanto ao cumprimento:** Parcial

**Monitoramento pela Auditoria Interna:** O monitoramento será realizado na auditoria GP-AC/0002/2012.

**Documento:** Relatório de Auditoria Anual de Contas - Nº 201108703 - 2ª Parte.

**Item do Documento:** 1.1.10.4 - Constatação

**Assunto:** Inconformidades nos registros dos atos de execução dos convênios nos sistemas internos.

**Recomendação Efetuada:**

**RECOMENDAÇÃO 003:**

Que o Serpro realize consulta à STN com a finalidade de saber em que modalidade de aplicação classificar as transferências mediante convênio, em caso de o concedente ser Empresa Pública Independente, executora do Siafi, e o conveniente ser Autarquia Federal.

**Providência(s) Informada(s) pela Unidade:**

Mediante Ofício DS – 036709/2011, de 17/11/2011, o Diretor-Superintendente encaminhou à SFC/CGU-PR, em atendimento ao Ofício nº 30275/2011/DEFAZ I/DE/SFC/CGU-PR, o Plano de Providências.

Conforme providência informada no respectivo plano, foi encaminhada mensagem nº 2011/1641597 à STN no intuito de que aquela secretaria ratifique a modalidade de aplicação utilizada pela empresa ou que indique outra modalidade a ser praticada nos próximos termos de convênio.

**Segue resposta da STN:**

SIAFI2011-ADMINISTRA-COMUNICA-CONRECMENS (CONSULTA MENSAGENS RECEBIDAS) \_\_\_\_\_

Data: 07/12/11 Hora: 11:40:21 Usuario: CELSO

Mensagem: 2011/1668078 Emissora 170999 COORDENACAO GERAL DE CONTABILIDADE  
de 22/11/11 as 15:10 por JEAN CACIO QUIRINO DE QUEIROZ Pag. 01/02

**Assunto: RESPOSTA AA MSG 2011/1641597**

Texto : PREZADO CELSO,

SEGUE ORIENTACAO CONSTANTE DO MANUAL DE CONTABILIDADE QUE DISPOE SOBRE A MODALIDADE DE APLICACAO:

"A NATUREZA DA DESPESA SERA COMPLEMENTADA PELA INFORMACAO GERENCIAL DE NOMINADA "MODALIDADE DE APLICACAO", A QUAL TEM POR FINALIDADE INDICAR SE OS RECURSOS SAO APLICADOS DIRETAMENTE POR ORGAOS OU ENTIDADES NO AMBITO DA MESMA ESFERA DE GOVERNO OU POR OUTRO ENTE DA FEDERACAO E SUAS RESPECTIVAS ENTIDADES, E OBJETIVA, PRECIPUAMENTE, POSSIBILITAR A ELIMINACAO DA DUPLA CONTAGEM DOS RECURSOS TRANSFERIDOS OU DESCENTRALIZADOS."

SEM ENTRAR NO MERITO DO INSTRUMENTO LEGAL FIRMADO ENTRE O Serpro E A UFSC, E, LEVANDO EM CONSIDERACAO AS INFORMACOES CONSTANTES DA REFERIDA MENSAGEM, ENTENDEMOS QUE A UTILIZACAO DA MODALIDADE DE APLICACAO 90 FOI UTILIZADA CORRETAMENTE.

ATENCIOSAMENTE,

STN/GEMAC/CCONT

**Avaliação quanto ao cumprimento:** Total

**16.1 Informações sobre o tratamento das recomendações**

Não se aplica uma vez que não haverá modificações nos processos orçamentários da Empresa.

**PARTE B - INFORMAÇÕES CONTÁBEIS**

**1 Demonstrações Contábeis – Lei 6404/76 e Notas Explicativas.**

As demonstrações contábeis estão registradas a seguir na ordem:

- Balanço Comparativo Exercícios 2010 e 2011
- DRE - Demonstrativo Resultado do Exercício
- DFC - Demonstração do Fluxo de Caixa
- DMPL - Demonstrações das Mutações Patrimônio Líquido
- NE - Notas Explicativas
- DVA - Demonstração do Valor Adicionado

<b>BALANÇO PATRIMONIAL COMPARATIVO</b>		<b>Em R\$</b>
<b>ATIVO</b>	<b>DEZEMBRO/2011</b>	<b>DEZEMBRO/2010</b>
<b>CIRCULANTE</b>	<b>772.524.309,31</b>	<b>856.795.269,04</b>
<b>. Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>26.615.143,45</b>	<b>43.166.662,29</b>
Bancos c/ Movimento	26.577.406,03	42.327.240,20
Fundo de Aplicação Financeira	37.737,42	839.422,09
<b>. Ativos Financeiros</b>	<b>487.748,81</b>	<b>518.377,88</b>
<b>. Créditos em Circulação</b>	<b>744.003.383,82</b>	<b>811.895.729,35</b>
<b>Créditos a Receber</b>	<b>743.598.298,46</b>	<b>811.431.625,81</b>
Faturas a Receber	549.184.291,37	623.174.982,29
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(22.571.474,38)	(30.784.844,13)
Créditos Tributários	139.191.242,09	136.854.670,90
Ressarcimento de Pessoal	76.260.276,64	81.435.658,72
Créditos Diversos a Receber	1.533.962,74	751.158,03
<b>Outros Créditos</b>	<b>70.491,38</b>	<b>126.545,60</b>
<b>Diversos Responsáveis</b>	<b>130.355,84</b>	<b>133.319,80</b>
<b>Recursos Vinculados</b>	<b>204.238,14</b>	<b>204.238,14</b>
<b>. Bens e Valores em Circulação</b>	<b>1.032.015,35</b>	<b>1.213.372,00</b>
<b>. Valores Pendentes a Curto Prazo</b>	<b>386.017,88</b>	<b>1.127,52</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>1.322.588.927,75</b>	<b>1.066.308.405,44</b>
<b>. Realizável a Longo Prazo</b>	<b>805.263.020,21</b>	<b>548.520.943,75</b>
Depósitos Realizáveis a Longo Prazo	238.700.582,22	215.094.632,96
Créditos Realizáveis a Longo Prazo	566.374.514,61	333.095.475,14
Bens a Alienar	15.706,84	172.113,37
Ativos Financeiros	26.268,72	12.422,38
Outros Ativos	145.947,82	146.299,90
<b>. Imobilizado</b>	<b>410.740.518,75</b>	<b>438.952.165,95</b>
Bens Imóveis	293.401.490,03	264.301.907,95
Bens Móveis	636.930.908,26	595.640.949,63
Depreciação Acumulada	(519.591.879,54)	(420.990.691,63)
<b>. Intangível</b>	<b>106.585.388,79</b>	<b>78.835.295,74</b>
Projetos e Softwares	217.246.725,42	158.795.720,16
Amortização	(110.661.336,63)	(79.960.424,42)
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>2.095.113.237,06</b>	<b>1.923.103.674,48</b>

<b>BALANÇO PATRIMONIAL COMPARATIVO</b>		<b>Em R\$</b>
<b>PASSIVO</b>	<b>DEZEMBRO/2011</b>	<b>DEZEMBRO/2010</b>
<b>CIRCULANTE</b>	<b>469.202.294,17</b>	<b>505.617.028,67</b>
<b>. Depósitos</b>	<b>118.931.822,33</b>	<b>130.127.330,27</b>
<b>Consignações</b>	<b>16.555.535,76</b>	<b>30.033.420,95</b>
<b>Tributos e Encargos Sociais</b>	<b>102.298.695,23</b>	<b>100.071.514,37</b>
<b>Depósitos Diversas Origens</b>	<b>77.591,34</b>	<b>22.394,95</b>
<b>. Obrigações em Circulação</b>	<b>350.270.471,84</b>	<b>375.489.698,40</b>
<b>Obrigações a Pagar</b>	<b>350.257.924,16</b>	<b>375.482.162,61</b>
Fornecedores	107.108.281,22	98.757.428,88
Pessoal a Pagar	18.200.988,12	386.987,33
13º Salário	-	-
Férias	99.034.828,92	109.510.828,78
Licença-Prêmio	70.771.149,76	78.811.432,12
Plano de Previdência Complementar	16.379.635,44	15.427.034,40
Participação nos Lucros ou Resultados	48.976,58	49.195,58
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	38.714.064,12	72.539.255,52
<b>Outras Obrigações</b>	<b>12.547,68</b>	<b>7.535,79</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>760.006.708,91</b>	<b>559.616.772,84</b>
Obrigações Tributárias	91.516.073,50	30.542.231,46
Provisões Trabalhistas e Cíveis	494.498.671,17	405.218.215,63
Plano de Previdência Complementar	173.528.307,89	123.726.395,45
Obrigações Judiciais	-	-
Outras Obrigações	463.656,35	129.930,30
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>865.904.233,98</b>	<b>857.869.872,97</b>
<b>. Capital</b>	<b>801.354.829,23</b>	<b>617.354.829,23</b>
<b>. Reservas</b>	<b>117.209.540,24</b>	<b>240.515.043,74</b>
<b>Reservas de Capital</b>	<b>-</b>	<b>10.178.339,27</b>
<b>Reservas de Reavaliação</b>	<b>118.604.297,62</b>	<b>118.604.297,62</b>
<b>Ajuste de Avaliação Patrimonial</b>	<b>(1.394.757,38)</b>	<b>(1.377.974,65)</b>
<b>Reservas de Lucros</b>	<b>-</b>	<b>113.110.381,50</b>
<b>. Prejuízos Acumulados</b>	<b>(52.660.135,49)</b>	<b>-</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>2.095.113.237,06</b>	<b>1.923.103.674,48</b>

<b>DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO –COMPARATIVO</b>		<b>Em R\$</b>	
	<b>Dezembro/2011</b>	<b>Dezembro/2010</b>	
<b>RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>	<b>1.656.727.276,37</b>	<b>1.568.463.578,80</b>	
Receita de Serviços	1.656.727.276,37	1.568.463.578,80	
<b>DEDUÇÕES DA RECEITA</b>	<b>(217.497.557,33)</b>	<b>(200.577.109,55)</b>	
<b>LUCRO BRUTO</b>	<b>1.439.229.719,04</b>	<b>1.367.886.469,25</b>	
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>(1.608.228.483,21)</b>	<b>(1.679.864.674,99)</b>	
<b>Despesas com Pessoal</b>	<b>(1.176.249.063,36)</b>	<b>(1.076.143.106,19)</b>	
Remuneração	(904.540.760,92)	(792.064.569,44)	
Encargos Sociais	(275.646.561,13)	(284.078.536,75)	
Projetos - Intangível	3.938.258,69	-	
<b>Benefícios a Empregados</b>	<b>(249.663.668,88)</b>	<b>(163.813.843,30)</b>	
Benefícios	(143.410.289,42)	(128.204.046,06)	
Plano de Previdência Complementar	(106.253.379,46)	(35.609.797,24)	
<b>Locação</b>	<b>(50.625.723,45)</b>	<b>(48.295.698,94)</b>	
Softwares	(45.672.890,36)	(44.387.261,80)	
Locação de Demais Bens	(4.952.833,09)	(3.908.437,14)	
<b>Depreciação e Amortização</b>	<b>(133.610.495,26)</b>	<b>(110.563.184,44)</b>	
<b>Despesas Tributárias</b>	<b>(3.205.781,99)</b>	<b>(3.292.016,42)</b>	
<b>Serviços de Comunicação</b>	<b>(114.620.518,66)</b>	<b>(107.879.920,13)</b>	
<b>Manutenção</b>	<b>(85.624.733,50)</b>	<b>(74.140.826,73)</b>	
<b>Serviços Públicos</b>	<b>(19.135.774,42)</b>	<b>(17.396.268,20)</b>	
<b>Serviços Profissionais e Contratados</b>	<b>(55.647.244,77)</b>	<b>(48.463.139,07)</b>	
<b>Materiais</b>	<b>(6.510.776,66)</b>	<b>(6.752.033,78)</b>	
<b>Outras Despesas/Receitas</b>	<b>22.257.393,86</b>	<b>24.223.248,10</b>	
<b>Pessoal Cedido – PSE</b>	<b>207.602.204,36</b>	<b>245.061.208,52</b>	
<b>Resultado com Ações Judiciais</b>	<b>87.733.822,15</b>	<b>(261.496.905,44)</b>	
<b>Outras Receitas e Despesas das Operações Continuadas</b>	<b>(3.968.834,79)</b>	<b>(4.692.238,06)</b>	
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(26.959.287,84)</b>	<b>(26.219.950,91)</b>	
Despesas Financeiras	(32.515.184,13)	(37.798.042,07)	
Receitas Financeiras	5.555.896,29	11.578.091,16	
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO</b>	<b>(168.998.764,17)</b>	<b>(311.978.205,74)</b>	
<b>CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS DIFERIDOS</b>	<b>(6.950.092,09)</b>	<b>137.297.374,06</b>	
<b>LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>(175.948.856,26)</b>	<b>(174.680.831,68)</b>	

<b>DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA</b>		
<b>Exercícios Sociais encerrados em 31 de Dezembro de 2011 e 2010</b>		<b>Em R\$</b>
<b>DISCRIMINAÇÃO</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
<b><u>Atividades Operacionais</u></b>		
Recebimentos de Clientes	1.396.556.831,83	1.208.768.155,14
Recebimentos de Clientes – exercícios anteriores	328.725.827,93	287.235.046,13
Ressarcimento de Pessoal Requisitado	212.743.522,77	191.767.021,38
Outros recebimentos	19.670.564,02	18.792.631,25
Rendimentos de Aplicações	198.300,87	5.170.644,74
Tributos vinculados à Receita	(251.806.981,20)	(232.541.471,60)
Pagamentos a empregados – Pessoal e Encargos	(1.173.353.658,34)	(1.079.590.682,86)
Participação nos Lucros ou Resultados	-	(2.188.988,89)
Sentenças Judiciais	(24.822.147,34)	(23.061.643,46)
Pagamentos a Fornecedores	(553.093.718,98)	(508.578.479,86)
Crédito Rotativo	(10.498,59)	9.001,87
<b><i>Caixa Líquido proveniente das atividades operacionais</i></b>	<b>(45.191.957,03)</b>	<b>(134.218.766,16)</b>
<b><u>Atividades de Investimento</u></b>		
Imobilizado	(95.255.619,25)	(44.168.148,77)
Intangível	(19.996.076,51)	(13.125.346,15)
<b><i>Caixa Líquido proveniente das atividades de investimento</i></b>	<b>(115.251.695,76)</b>	<b>(57.293.494,92)</b>
<b><u>Atividades de Financiamento</u></b>		
Dividendos pagos	(40.107.517,48)	-
Aporte de Capital	184.000.000,00	-
<b><i>Caixa Líquido gerado nas atividades de financiamento</i></b>	<b>143.892.482,52</b>	<b>-</b>
<b>Redução líquida de caixa e equivalente de caixa</b>	<b>(16.551.170,27)</b>	<b>(191.512.261,08)</b>
<b>Saldo inicial – Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>43.166.662,29</b>	<b>234.678.923,37</b>
<b>Saldo final – Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>26.615.492,02</b>	<b>43.166.662,29</b>

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - COMPARATIVO										Em R\$		
Exercícios Sociais encerrados em 31 de Dezembro de 2011 e 2010												
HISTÓRICO	CAPITAL	RESERVAS DE CAPITAL		RESERVAS DE LUCROS		RESERVA DE REAVALIÇÃO	LEGAL	ESTATUTÁRIAS	RETENÇÃO DE LUCROS	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO
		DOAÇÕES E SUBVENÇÕES PARA INVESTIMENTOS	INCENTIVOS FISCAIS	RESERVA DE LUCROS	RESERVA DE LUCROS							
<b>Saldo em 31/12/2009</b>	<b>617.354.829,23</b>	<b>243.901,63</b>	<b>9.947.448,40</b>	<b>121.750.424,72</b>	<b>35.504.783,20</b>	<b>30.338.291,91</b>	<b>218.789.000,21</b>	-	-	<b>(1.284.514,74)</b>	<b>1.032.644.164,56</b>	
Aumento de Capital	250.000.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	250.000.000,00	
Capital a realizar	(250.000.000,00)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(250.000.000,00)	
Realização da Res. de Doações e Sub. p/ Investimentos	-	(13.010,76)	-	-	-	-	-	-	13.010,76	-	-	
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Dividendos Complementares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
<b>Transações de Capital com os Sócios</b>	<b>0,00</b>	<b>(13.010,76)</b>	-	-	-	-	-	-	<b>13.010,76</b>	-	-	
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	(174.680.831,68)	-	(174.680.831,68)	
Participação dos Empregados - PLR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Realização da Reserva de Reavaliação de Imóveis	-	-	-	(4.766.859,24)	-	-	-	-	-	4.766.859,24	-	
Tributos sobre a Reserva de Reavaliação	-	-	-	1.620.732,14	-	-	-	-	-	(1.620.732,14)	-	
<b>Resultado Líquido do Período</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(3.146.127,10)</b>	<b>(3.146.127,10)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(171.534.704,58)</b>	<b>-</b>	<b>(174.680.831,68)</b>	
Ajustes Instrumentos Financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(93.459,91)	(93.459,91)	
<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(171.534.704,58)</b>	<b>(93.459,91)</b>	<b>(93.459,91)</b>	
<b>Resultado Abrangente Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(3.146.127,10)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(171.534.704,58)</b>	<b>(93.459,91)</b>	<b>(174.774.291,59)</b>	
Reversão do IRPJ/CSLL da Reserva de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Retenção de Lucro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Compensação do prejuízo	-	-	-	-	-	-	-	(171.521.693,82)	171.521.693,82	-	-	
<b>Mutações Internas do Patrimônio Líquido</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(171.521.693,82)</b>	<b>171.521.693,82</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	
<b>Saldo em 31/12/2010</b>	<b>617.354.829,23</b>	<b>230.890,87</b>	<b>9.947.448,40</b>	<b>118.604.297,62</b>	<b>35.504.783,20</b>	<b>30.338.291,91</b>	<b>47.267.306,39</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(1.377.974,65)</b>	<b>857.869.872,97</b>	
Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Capital Realizado	184.000.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	184.000.000,00	
Realização da Res. de Doações e Sub. p/ Investimentos	-	(13.010,76)	-	-	-	-	-	-	13.010,76	-	-	
<b>Transações de Capital com os Sócios</b>	<b>184.000.000,00</b>	<b>(13.010,76)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>13.010,76</b>	<b>-</b>	<b>184.000.000,00</b>	
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	(175.948.856,26)	-	(175.948.856,26)	
Realização da Reserva de Reavaliação de Imóveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Tributos sobre a Reserva de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
<b>Resultado Líquido do Período</b>	<b>-</b>	<b>(217.880,11)</b>	<b>(9.947.448,40)</b>	<b>(35.504.783,20)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(175.948.856,26)</b>	<b>-</b>	<b>(175.948.856,26)</b>	
Ajustes Instrumentos Financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(16.782,73)	(16.782,73)	
<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(16.782,73)</b>	<b>(16.782,73)</b>	<b>(16.782,73)</b>	
<b>Resultado Abrangente Total</b>	<b>-</b>	<b>(217.880,11)</b>	<b>(9.947.448,40)</b>	<b>(35.504.783,20)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(175.948.856,26)</b>	<b>(16.782,73)</b>	<b>(175.965.638,99)</b>	
Compensação do prejuízo	-	(217.880,11)	(9.947.448,40)	(35.504.783,20)	(30.338.291,91)	(47.267.306,39)	123.275.710,01	-	-	-	-	
<b>Mutações Internas do Patrimônio Líquido</b>	<b>-</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>118.604.297,62</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>(52.600.135,49)</b>	<b>(1.394.757,38)</b>	<b>865.904.233,98</b>	
<b>Saldo em 31/12/2011</b>	<b>801.354.829,23</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>118.604.297,62</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>(52.600.135,49)</b>	<b>(1.394.757,38)</b>	<b>865.904.233,98</b>	

### **NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL**

O Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO, entidade criada pela lei nº 4.516, de 1º de dezembro de 1964, sob forma de empresa pública com personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Fazenda, sujeita à lei nº 5.615, de 13 de outubro de 1970 e às normas legais que lhe forem aplicáveis. Seu estatuto está aprovado pelo Decreto nº 6.791, de 10 de março de 2009. O capital do SERPRO pertence integralmente à União. A empresa é integrante do Orçamento de Investimentos das Estatais e sua gestão se insere no conjunto de decisões do Governo Federal.

#### **Área de atuação**

O SERPRO atua na área de Tecnologia da Informação e é responsável por prover e integrar soluções, prestando serviços baseados na tecnologia, para propiciar a realização das Políticas Públicas, visando o êxito das finanças e da governança do Estado, em benefício da sociedade.

No exercício dessas atividades, o SERPRO obteve notória experiência na prestação de serviços aos órgãos do Governo e detém conhecimentos singulares, que lhe permitem integrar soluções, bem como alcançar os objetivos dos seus clientes de maneira segura, aperfeiçoada e sempre em evolução.

Ao longo de 47 anos, a empresa desenvolveu e aprimorou tecnologias adotadas por diversos órgãos públicos federais, estaduais e municipais, como SISCOMEX, SIAFI, RECEITANET, SIAPE, SPED e outros, soluções estas que permitem maior controle e transparência sobre a receita e os gastos públicos, promovendo a integração de Soluções Estruturadoras e de Gestão do Governo Federal, dotadas de características de desenvolvimento, produção, níveis de qualidade, sigilo, transparência e de segurança requeridos pelo Governo.

O SERPRO é fiel depositário de informações governamentais e mantém bancos de dados com abrangência nas áreas: tributária, financeira, patrimonial, orçamentária e de gestão de governo. Estes dados serão de vital importância com a vigência, após 17 de maio de 2012, da lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que regula o acesso às informações da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, onde está claro a observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção.

Com o emprego adequado de soluções estruturadoras, a Empresa vem contribuindo efetivamente para a racionalização e modernização de setores estratégicos da Administração Pública, nas diversas esferas do Governo, sem descuidar de sua responsabilidade social empresarial, onde tem papel de destaque na implementação de padrões de acessibilidade e inclusão digital. Para tanto, atua com uma estrutura em rede composta por células denominadas Unidades de Gestão onde atuam 7.448 empregados distribuídos pela Sede, localizada em Brasília, nas projeções regionais e escritórios, além de 3.107 colaboradores lotados em diversos órgãos da União, principalmente Ministério da Fazenda.

### **NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

As demonstrações contábeis do SERPRO são de responsabilidade da Administração, sendo elaboradas utilizando-se de diretrizes contábeis dos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, referendados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

As demonstrações contêm registros que refletem os custos históricos das transações, sendo que os instrumentos financeiros são avaliados a valor justo com reflexo no Patrimônio Líquido.

O SERPRO utiliza o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, trabalhando na limitação da data de encerramento do exercício social de 2011, conforme determinação da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, em seu processo de encerramento.

As demonstrações contábeis são apresentadas em reais e os valores arredondados para milhares de reais quando indicado desta forma.

As práticas contábeis envolvem julgamento pela Administração quanto a estimativas relativas: à mensuração de provisão para créditos de liquidação duvidosa, ao valor justo de determinados instrumentos financeiros, às provisões trabalhistas e cíveis, à provisão para obrigações junto aos planos de previdência complementar e à definição da vida útil de determinados ativos. Os valores definitivos das transações envolvendo estas estimativas somente serão conhecidos por ocasião da sua liquidação.

As contas ativas e passivas que guardam na essência ligação entre si, foram consideradas para fins de apresentação, pelo valor líquido, em razão de possuírem natureza semelhante.

Para fins comparativos e melhor avaliação das situações apresentadas, algumas informações do exercício anterior foram reclassificadas e estão sendo citadas em suas notas correspondentes, visando melhor entendimento das demonstrações contábeis no período.

A aprovação das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 ocorreu em reunião

conjunta dos Conselhos Diretor e Conselho Fiscal de 14 de maio de 2012.

### **NOTA 3 – SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis e na preparação do balanço patrimonial, com a finalidade de transição para as normas internacionais (IFRS) e pronunciamentos contábeis (CPC).

#### **3.1 – Apuração do Resultado**

As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência, que estabelece que sejam incluídas na apuração de resultado dos períodos em que ocorrerem simultaneamente ou se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. Os ativos com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

#### **3.2 – Caixa e equivalentes de caixa**

As disponibilidades são avaliadas pelo seu valor de face, em moeda nacional. Para elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa, estão incluídas as disponibilidades de caixa e de aplicações financeiras, com vencimento original de até três meses ou menos, a partir da data da contratação, e que apresentem risco mitigado de mudança de valor justo.

#### **3.3 – Instrumentos Financeiros**

Estes instrumentos são classificados por categorias, de acordo com a finalidade para a qual foram adquiridos: títulos mantidos até o vencimento e ativos financeiros disponíveis para venda.

##### **a. Ativos financeiros mantidos até o vencimento**

Os investimentos mantidos até o vencimento são aqueles que não podem ser classificados como empréstimos e recebíveis, por serem cotados em um mercado ativo, ou seja, ativos adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. Esses títulos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os ativos são mensurados tendo por base o custo amortizado pelos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

##### **b. Ativos financeiros disponíveis para venda**

São aqueles não derivativos destinados como disponíveis para venda. Após o reconhecimento inicial, esses ativos são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução do valor recuperável (*impairment*), são reconhecidas em *outros resultados abrangentes* e apresentadas dentro do patrimônio líquido. As valorizações ou desvalorizações serão levadas a resultado, quando da realização dos respectivos títulos.

#### **3.4 – Capital Social**

O Capital Social do SERPRO pertence integralmente à União.

De acordo com o previsto no artigo 19, inciso II do Estatuto do SERPRO, o dividendo mínimo obrigatório corresponde a 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária.

#### **3.5 – Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa – PCLD**

Esta provisão é constituída com base na análise do histórico de recebimentos de faturas, que se apresenta de modo sazonal. Assim, buscou-se a adoção de um indicador baseado nos dados de cada cliente, visando a linearidade na apresentação dos registros contábeis e consequente representação de seu valor justo.

Tomando-se por base o estudo das faturas pendentes de recebimento, por cliente, as operações são classificadas observando a avaliação feita pela Administração, que, realizada anualmente, considera, principalmente, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação aos ativos e aos devedores.

A avaliação da PCLD consiste na classificação dos créditos percentualmente por sua representatividade em cada operação, sendo este percentual utilizado para o cálculo da provisão, ajustando-o de 4,94% para 4,11%. Esta provisão é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas.

Para fins fiscais, o valor da provisão registrado no exercício está adicionado ao prejuízo fiscal e à base negativa de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL.

#### **3.6 – Imobilizado**

O Ativo Imobilizado corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das

atividades ou exercidas com essas finalidades. Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, deduzido de depreciação acumulada.

No custo do imobilizado são incluídos gastos para colocar o ativo em condições necessárias para que esses sejam capazes de operar de forma que atenda as necessidades da entidade, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados. Os gastos incorridos com manutenção ou reparo, quando representem melhorias, são agregados ao valor do bem e os demais debitados no resultado, respeitando-se o regime de competência. O software adquirido que seja parte da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

A Empresa optou por não remensurar seu ativo imobilizado pelo valor justo, baseando-se nos constantes investimentos na renovação, acompanhando a evolução tecnológica.

No exercício de 2005, a empresa promoveu reavaliação de seus bens imóveis, em virtude da defasagem entre o valor patrimonial contabilizado e o valor de mercado, estando de acordo com as normas contábeis vigentes à época no que se refere à Reavaliação de Ativos. Com base nos laudos emitidos por avaliadores independentes, e conforme facultado pela Lei nº 11.638/2007 e pelo pronunciamento contábil CFC nº 1.152/09 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/2007 e Medida Provisória nº 449/2008, o saldo da reavaliação da empresa será mantido até a sua total realização, por meio de despesa de depreciação, alienação ou baixa por perda.

O valor justo foi estabelecido em observância a critérios consistentes que levam em consideração o preço médio de negociação, cotações de preços de mercado para ativos semelhantes e o método interno de precificação.

#### **a. Depreciação**

A depreciação é reconhecida no resultado tomando-se por base o método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado e considera-se a expectativa de vida útil empresarial, definida conforme especificação técnica das unidades gestoras de patrimônio da entidade, refletindo o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo conforme os parâmetros estabelecidos no pronunciamento contábil CFC nº 1.177/09 – Imobilizado.

De acordo com a resolução CFC nº 1.263/09 - Interpretação Técnica ICPC 10 – Interpretação sobre a Aplicação Inicial do Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimentos tratados nos Pronunciamentos Técnicos CPC nº 27, 28, 37 e 43, foi adotada a vida útil empresarial indeterminada para os bens imóveis, em função das constantes manutenções e da valorização – que sobrepõe o valor original, representando adequadamente o confronto dos custos com os benefícios.

Os métodos de depreciação e vida útil são revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

#### **b. Obras em Andamento**

O montante registrado na conta Obras em Andamento representa o valor bruto dos custos relacionados diretamente a projetos específicos de adequação predial e obras civis que agregam vida útil ao imóvel. Na medida a que forem concluídas e entrarem em operação, serão reclassificadas contabilmente em conta específica e serão submetidas à depreciação, conforme a vida útil empresarial e aos estudos do valor recuperável (*impairment*).

### **3.7 – Intangível**

Cessão de Direito de Uso e Licenças de Uso de Software estão contabilizadas no Grupo Intangível, por se tratarem de bens incorpóreos, destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Tratam-se de gastos incorridos pela empresa, que atendem os critérios de reconhecimento e mensuração para serem ativados, diretamente associados a softwares identificáveis e únicos e que gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano.

#### **a. Amortização**

A amortização é reconhecida no resultado tendo como base o método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estão disponíveis para uso. A definição da vida útil dos softwares ocorre a cada nova aquisição. Esse método reflete o consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo.

### **3.8 – Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)**

A entidade efetuou o estudo para a avaliação do valor recuperável dos bens do Ativo Imobilizado, tanto em nível individualizado como em nível coletivo. Todos os itens do imobilizado, a título de bens imóveis foram avaliados individualmente. Os itens do imobilizado a título de bens móveis foram avaliados coletivamente quanto a perda de valor que tenha ocorrido.

O estudo ocorreu obedecendo os seguintes critérios: seleção de todos os bens móveis de responsabilidade técnica das unidades gestoras de patrimônio e avaliação de todos os bens imóveis. As técnicas determinantes para a avaliação confrontam o valor de mercado e o custo de reposição, além de tratar da elaboração de estudo que avalia a capacidade do bem selecionado de contribuir para a geração de caixa no exercício.

A conclusão dos estudos acima descritos revelou que o registro contábil do valor recuperável dos ativos e seu reconhecimento no resultado do período não são aplicáveis ao SERPRO, visto que há recuperação dos custos dos ativos em decorrência das receitas originadas pelos serviços. Ressalta-se que o resultado econômico dos processos produtivos é suficiente para a cobertura de seus custos de reposição e valorização de ativos no mercado.

A entidade revisa, pelo menos anualmente, o valor líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

### **3.9 – Tributos**

Relativamente aos tributos, são adotadas as seguintes práticas:

3.9.1 – Os resultados mensais são apurados cumulativamente para efeito de suspensão ou redução do pagamento do Imposto Renda Pessoa Jurídica – IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL (Art. nº 230 do Regulamento do Imposto de Renda – RIR/99);

3.9.2 – O Imposto sobre Serviços – ISS está registrado pelo regime de competência, sendo que as alíquotas variam de 2% a 5%, de acordo com o serviço prestado e o município em que se deu o fato gerador (Lei Complementar 116, de 31 de julho de 2003);

3.9.3 – A Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP estão registrados pelo regime da cumulatividade e da não-cumulatividade;

3.9.4 – O registro do Imposto de Renda (15%), do adicional do Imposto de Renda (10%), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (9%), da COFINS (3% e 7,6%) e do PASEP (0,65% e 1,65%), considera, para efeito da respectiva base de cálculo, a legislação em vigor na data das demonstrações contábeis;

3.9.5 – A contabilização do Ativo Fiscal Diferido está de acordo com o estabelecido na resolução CFC nº 1.189/09 – Tributos sobre o Lucro.

### **3.10 – Ativos e Passivos Contingentes**

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e as obrigações legais são efetuados de acordo com as premissas contidas na resolução CFC nº 1.180/09 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, exceto quando a administração possui evidências de que há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem recursos, nesse caso, deixa de ser Ativo Contingente para se tornar um Ativo.

Passivos contingentes são reconhecidos nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião da consultoria jurídica interna, for caracterizado como provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, considerando a natureza da atividade da empresa. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados nas notas explicativas quando individualmente relevantes. Os passivos contingentes classificados como remotos não são provisionados e nem divulgados.

### **3.11 – Benefícios a empregados**

Os benefícios de curto prazo devidos aos empregados são reconhecidos contabilmente no resultado do período em que o empregado faz jus ao benefício.

O reconhecimento dos ganhos ou perdas atuariais, para os benefícios pós emprego, é efetuado de acordo com os critérios estabelecidos pela resolução CFC nº 1.193/09 – Benefícios a Empregados.

A parcela dos ganhos ou perdas atuariais a ser reconhecida como receita ou despesa, corresponde ao valor dos ganhos ou perdas acumulados não reconhecidos, que exceder, em cada exercício, ao maior dos seguintes limites:

I. 10% do valor presente da obrigação atuarial total do benefício definido;

II. 10% do valor justo dos ativos do plano.

Dessa forma, a parcela dos ganhos ou perdas atuariais reconhecida no exercício, será o valor resultante da divisão do montante dos ganhos e perdas atuariais acumulados, pelo tempo médio remanescente de serviço estimado para os empregados participantes do plano.

### 3.12 – Passivo não Circulante

As obrigações de longo prazo estão constituídas com base na expectativa de suas realizações, estando demonstradas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicáveis, dos juros incorridos.

### 3.13 – Receita Operacional

Segundo a resolução CFC nº 1.187/09 – Receitas, a receita de serviços prestados é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. O momento do reconhecimento da receita varia dependendo das condições individuais dos contratos de prestação de serviços. A receita é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data de apresentação das demonstrações contábeis. O estágio de níveis de serviço é avaliado por orçamentos técnicos e atestes de recebimento do serviço pelos clientes.

### NOTA 4 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

As disponibilidades estão assim discriminadas:

Discriminação	2011	2010
	Em R\$	
Bancos c/ Movimento	26.577.406,03	42.327.240,20
Fundo de Aplicação Financeira *	37.737,42	839.422,09
<b>TOTAL</b>	<b>26.615.143,45</b>	<b>43.166.662,29</b>

\* Operações com vencimento na data efetiva da aplicação igual ou inferior a 90 dias

#### 4.1 – Fundo de Aplicação Financeira:

Tratam-se de aplicações financeiras de liquidez, ou seja, com vencimento original igual ou inferior a noventa dias, a partir da data da contratação.

As aplicações financeiras da Empresa no Banco do Brasil – DTVM, no valor de R\$ 37.737,42, foram remuneradas pelo fundo extramercado comum e estão restritas àquelas com lastro em títulos públicos, em conformidade com a Resolução nº 3.284/2005 do Banco Central do Brasil.

##### a. Receitas com aplicações financeiras de liquidez:

Discriminação	2011	2010
	Em R\$	
Banco do Brasil – DTVM	489.461,82	7.320.998,45
<b>TOTAL</b>	<b>489.461,82</b>	<b>7.320.998,45</b>

#### 4.2 – Bancos Conta Movimento:

São, basicamente, recursos financeiros depositados diretamente na conta Limite de Saque com Vinculação de Pagamento, representando o valor disponível para saque da Conta Única do Tesouro Nacional.

### NOTA 5 – ATIVOS FINANCEIROS

Os ativos financeiros estão mensurados ao valor justo e classificados como recebíveis, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda.

As aplicações em incentivos fiscais são apresentadas a valor de mercado, ou seja, valor justo.

A partir de 1991, de acordo com as premissas do Decreto nº 101 de 17 de abril de 1991, a empresa passou a constituir provisão para perdas prováveis, devido a considerável queda de valor das cotas, demonstrando o ativo pelo seu valor justo.

Para fins fiscais, esta provisão é indedutível, sendo adicionada à base de cálculo do Lucro Real e da Contribuição Social.

Os ativos financeiros se encontram demonstrados abaixo:

Discriminação	2011	2010
	Em R\$	
Incentivos Fiscais	9.893.766,29	9.893.766,29
(-) Provisão para Perdas Prováveis	(9.406.017,48)	(9.375.388,41)
<b>TOTAL</b>	<b>487.748,81</b>	<b>518.377,88</b>

**NOTA 6 – CRÉDITOS DE CLIENTES**

Unidade de Relacionamento	A Vencer	Vencidas	Valor
Em R\$			
Superintendência de Adm. Tributária e Comércio Exterior - SUNAC	77.751.249,15	323.166.972,42	400.918.221,57
Superintendência de Administração Financeira - SUNAF	1.097.702,27	0,00	1.097.702,27
Superintendência de Sistemas Fazendários e Judiciais - SUNFJ	829.059,14	33.980.864,94	34.809.924,08
Superintendência de Planejamento, Orçamento e Gestão - SUNMP	24.965.859,41	31.428.887,24	56.394.746,55
Superintendência de Serviços Especiais - SUNSE	1.550.366,15	25.870.030,19	27.420.396,34
Superintendência de Novos Negócios - SUNNE	8.196.964,39	20.346.336,07	28.543.300,46
<b>TOTAL SERPRO</b>	<b>114.391.200,51</b>	<b>434.793.090,86</b>	<b>549.184.291,27</b>

Os créditos de clientes estão agrupados nas contas Faturas a Receber e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD).

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é efetuada com base em estudos anuais, levando-se em conta o histórico de faturas pendentes de recebimento atribuída a cada cliente. Assim, buscou-se a adoção de um indicador baseado nesses dados, a ser aplicado nos meses de janeiro a dezembro, visando a linearidade na apresentação dos registros contábeis e consequente representação de seu valor justo.

Tomando-se por base o novo procedimento, a PCLD está fundamentada no princípio da prudência, sendo que o percentual desta provisão é de 4,11%, sendo considerado suficiente para cobrir eventuais perdas.

**6.1 Movimentação da Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa**

Discriminação	2011	2010	Em R\$
Saldo Inicial	30.784.844,13		30.246.179,62
(+) Constituição		0,00	9.437.074,71
(-) Reversão	8.213.369,75		8.898.410,20
<b>TOTAL</b>	<b>22.571.474,38</b>		<b>30.784.844,13</b>

**NOTA 7 – IMPOSTO DE RENDA DA PESSOA JURÍDICA (IRPJ) E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO (CSLL)**

Estes tributos estão provisionados com base no lucro ajustado pelas adições e exclusões, observada a legislação tributária vigente. Em 2011 não constam valores provisionados em decorrência de apuração de base de cálculo negativa da CSLL e prejuízo fiscal do IRPJ.

Discriminação	2011	2010	Em R\$
<b>Base de cálculo da Contribuição Social:</b>			
Lucro/Prejuízo Contábil antes do IR e Contribuição Social	(175.948.856,26)		(174.680.831,68)
(+) Adições	256.203.388,90		423.871.918,81
(-) Exclusões	(279.630.485,05)		(340.562.546,13)
<b>Base de Cálculo antes da Compensação de BC Negativa</b>	<b>(199.375.952,41)</b>		<b>(91.371.459,00)</b>
Base de Cálculo da Contribuição Social	(199.375.952,41)		(91.371.459,00)
Contribuição Social – Alíquota 9%			-
(-) Antecipações	16.837.153,24		15.560.018,09
<b>Saldo a Compensar</b>	<b>(16.837.153,24)</b>		<b>(15.560.018,09)</b>
<b>Base de Cálculo do Imposto de Renda:</b>			
Lucro/Prejuízo Contábil depois da CSLL	(175.948.856,26)		(174.680.831,68)
(+) Adições	256.180.360,93		423.745.713,46
(-) Exclusões	(279.630.485,05)		(340.562.546,13)
Lucro/Prejuízo Fiscal antes da Compensação de Prejuízo Fiscal	(199.398.980,38)		(91.497.664,35)

Discriminação	2011	2010
<b>Base de Cálculo do IRPJ</b>	(199.398.980,38)	(91.497.664,35)
Imposto de Renda – Alíquota 15%	-	-
Adicional do IR – Alíquota 10%	-	-
(-) PAT – Programa de Alimentação do Trabalhador	-	-
Imposto Devido	-	-
(-) Antecipações	80.511.243,37	72.836.641,31
<b>Saldo a Compensar</b>	<b>(80.511.243,37)</b>	<b>(72.836.641,31)</b>

### **NOTA 8 – CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS**

O saldo de créditos fiscais de curto prazo é de R\$ 139.191.242,09 e encontra-se discriminado da seguinte forma:

#### **8.1 – Saldo de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido a Compensar**

O saldo de R\$ 97.348.396,61 refere-se à diferença entre o IRPJ e a CSLL devidos anualmente e às antecipações oriundas, principalmente, das retenções na fonte efetuadas na forma do artigo nº 64 da Lei nº 9.430/1996.

#### **8.2 – Créditos Fiscais Diferidos** Estes créditos se encontram assim discriminados:

Descrição	2011	2010 Em R\$
Licença – Prêmio	24.062.190,92	26.795.886,92
Plano de Previdência Complementar	5.569.076,05	5.245.191,70
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	7.674.301,28	10.466.847,00
Provisão para Perdas Prováveis -dez/2007	2.726.458,15	2.726.458,15
<b>TOTAL</b>	<b>40.032.029,40</b>	<b>45.234.383,77</b>

Estes créditos correspondem ao Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos, apurados sobre as diferenças temporárias, à alíquota de 25% e 9%, respectivamente, em atendimento a resolução CFC nº 1.189/09 – Tributos sobre o Lucro.

Ressalta-se que os créditos referentes à Provisão para Perdas Prováveis, no valor de R\$ 2.726.458,15 (R\$ 2.726.458,15 em 2010) foram reclassificados do grupo Não Circulante para o Circulante em consequência da reclassificação dos Ativos Financeiros FINAM/FINOR (NOTA 5), fato gerador do referido crédito.

A realização dos referidos créditos fiscais ocorrerá quando do pagamento ou reversão das provisões efetuadas, bem como do recebimento de faturas ou perda efetiva dos créditos considerados de liquidação duvidosa, obedecendo aos preceitos legais vigentes.

#### **8.3 – Créditos Fiscais Diversos**

Correspondem aos créditos fiscais relativos a COFINS e PASEP, além de valores decorrentes de processos administrativos pendentes de julgamento junto à Fazenda Federal e Municipal. O montante destes tributos a compensar na data do balanço é de R\$ 1.566.140,32 (R\$ 3.223.627,73 em 2010).

### **NOTA 9 – RESSARCIMENTO DE PESSOAL**

O SERPRO possui 3.107 empregados cedidos a órgãos do Governo, principalmente no Ministério da Fazenda. A Empresa é responsável pela folha de pagamento destes empregados e os órgãos cessionários pelo reembolso destas despesas, conforme estabelecido no Decreto nº 5.213/2004.

Em 2011, o valor registrado a título de ressarcimento foi de R\$ 207.602.204,36 (R\$ 245.061.208,52 em 2010), conforme Demonstração do Resultado do Exercício, e os valores pendentes de recebimento, no total de R\$ 76.260.276,64 (R\$ 81.435.658,72 em 2010).

A partir de dezembro de 2010, as provisões de férias, 13º salário e Licença-Prêmio do pessoal cedido, passou a ser contabilizada como valores a receber na respectiva competência, devendo ser ressarcido quando da sua realização, pelo efetivo pagamento. Estes valores encontram-se consolidados e estão discriminados a seguir:

Período	Valores Faturados (A)			Valores Recebidos (B)			Valores a Ressarcir (Saldo Anterior + A - B)		
	MF	MPOG	Diversos	MF	MPOG	Diversos	MF	MPOG	Diversos
Saldo Anterior	225.883.014,94	10.137.013,62	37.182.651,54	152.912.277,50	8.262.659,97	30.592.083,91	72.970.737,44	1.874.353,65	6.590.567,63
Jan/2011	13.034.085,25	651.704,26	2.623.106,81	26.044.297,04	0,00	1.755.885,99	59.960.525,65	2.526.057,91	7.457.788,45
Fev/2011	17.129.766,39	685.407,32	1.916.185,34	9.383.293,35	702.290,59	1.789.296,22	67.706.998,69	2.509.174,64	7.584.677,57
Mar/2011	13.431.469,04	617.289,71	2.073.466,24	22.236.320,01	626.466,69	3.810.065,60	58.902.147,72	2.499.997,66	5.848.078,21
Abr/2011	13.324.997,26	609.013,62	2.032.872,76	20.786.353,34	613.950,64	2.163.214,12	51.440.791,64	2.495.060,64	5.717.736,85
Mai/2011	14.375.246,57	638.194,85	2.218.561,77	15.829.389,64	605.706,94	2.105.126,97	49.986.648,57	2.527.548,55	5.831.171,65
Jun/2011	16.564.583,65	776.986,85	2.755.751,91	13.590.333,77	618.693,91	2.003.623,83	52.960.898,45	2.685.841,49	6.583.299,73
Jul/2011	13.103.811,00	585.075,84	1.858.063,59	14.260.252,57	664.823,59	2.485.693,74	51.804.456,88	2.606.093,74	5.955.669,58
Ago/2011	12.986.654,20	637.404,51	2.283.548,98	12.687.762,53	565.307,74	2.186.940,76	52.103.348,55	2.678.190,51	6.052.277,80
Set/2011	15.456.879,58	733.095,07	2.288.239,17	10.462.433,95	580.690,51	1.991.163,78	57.097.794,18	2.830.595,07	6.349.353,19
Out/2011	13.952.759,35	656.112,12	2.190.113,18	13.838.753,74	649.176,09	1.663.668,23	57.211.799,79	2.837.531,10	6.875.798,14
Nov/2011	23.229.583,83	1.070.758,53	3.615.190,67	12.796.690,69	581.930,44	2.067.209,64	67.644.692,93	3.326.359,19	8.423.779,17
Dez/2011	6.351.947,51	238.993,49	905.284,15	6.163.857,94	1.004.774,05	3.462.147,80	67.832.782,50	2.560.578,63	5.866.915,52
<b>TOTAL</b>	<b>398.824.798,57</b>	<b>18.037.049,79</b>	<b>63.943.036,10</b>	<b>330.992.016,07</b>	<b>15.476.471,16</b>	<b>58.076.120,59</b>	<b>67.832.782,50</b>	<b>2.560.578,63</b>	<b>5.866.915,51</b>

#### **NOTA 10 – BENS E VALORES EM CIRCULAÇÃO**

Os bens e valores em circulação estão representados pelo Estoque – Almoxarifado, no valor de R\$ 1.032.015,35 (R\$ 1.213.372,00 em 2010). Neste estoque estão armazenados materiais de expediente para consumo interno da empresa.

#### **NOTA 11 – DEPÓSITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO**

Os valores realizáveis a longo prazo correspondem aos depósitos judiciais e recursais, referentes às ações em que a empresa é parte envolvida, cujos recursos são depositados em cumprimento à determinação judicial, pendentes de julgamento na data das demonstrações contábeis, conforme discriminação abaixo:

Descrição	2011	2010	Em R\$
Depósitos Judiciais	209.939.319,80	189.283.784,05	
Depósitos Recursais	28.761.262,42	25.810.848,91	
<b>TOTAL</b>	<b>238.700.582,22</b>	<b>215.094.632,96</b>	

#### **NOTA 12 – CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO**

Correspondem aos direitos realizáveis após o término do exercício seguinte e de acordo com os itens a seguir:

##### **12.1 – Créditos Fiscais Diferidos**

Referem-se ao Imposto de Renda e Contribuição Social apurados sobre as diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa da CSLL, conforme demonstrado a seguir:

Descrição	2011	2010	Em R\$
Contingências Trabalhistas	167.251.649,83	136.896.294,95	
Plano de Previdência Complementar	19.775.256,66	22.276.902,91	
Benefícios a Empregados – resolução CFC nº 1.193/09	38.868.592,96	19.434.296,48	
Depreciação Empresarial – resolução CFC nº 1.177/09	10.904.528,09	4.168.783,26	
Prejuízo Fiscal	22.874.416,09	22.874.416,09	
Base Negativa CSLL	8.223.431,31	8.223.431,31	
<b>TOTAL</b>	<b>267.897.874,94</b>	<b>213.874.125,00</b>	

A realização dos créditos oriundos de Contingências Trabalhistas depende do trânsito em julgado da ação no âmbito da Justiça do Trabalho.

Os créditos tributários originários das provisões correspondentes às obrigações com o Fundo Multipatrocinado – SERPROS, no total de 240 parcelas, tiveram 175 delas realizadas até o encerramento de 2011.

No exercício 2011, foram efetuados os registros nos valores de R\$ 61.882.026,47 e R\$ 60.973.842,03, referente ao reconhecimento no Balanço do SERPRO, do Ativo Fiscal Diferido e Passivo Fiscal Diferido, respectivamente, relativo a diferenças temporárias do exercício corrente, em consonância com a resolução CFC nº 1.189/09- Tributos sobre o Lucro.

### 12.2 – Processo Trabalhista nº 2047/SP

No exercício 2005, registrou-se no Ativo não Circulante o valor de R\$ 241.883.426,54 referente ao processo trabalhista nº 2047/89 – 39ª VT/SP, cuja ação foi movida por empregados cedidos ao Ministério da Fazenda.

O reconhecimento contábil deste processo no Balanço do SERPRO realizou-se com o registro da obrigação a pagar no valor total do processo, em cumprimento à ordem judicial emitida a época.

O registro do direito ao recebimento total dos valores deste processo, a título de ressarcimento, está de acordo com o parecer da Consultoria Jurídica do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, que se pronunciou favorável ao SERPRO.

Em 2007, o valor citado foi transferido do grupo Créditos a Receber no Ativo Circulante para o Ativo não Circulante, grupo Realizável a Longo Prazo, tendo em vista a previsão de realização em exercícios futuros.

A Empresa honrou os pagamentos relativos ao processo até dezembro de 2006, quando após revisão dos cálculos pela Advocacia Geral da União - AGU, chegou-se à conclusão de que havia erros materiais que recomendaram a suspensão dos pagamentos do acordo.

Em 2010, após revisão da Consultoria Jurídica, o valor pendente de pagamento foi baixado do Passivo por se tratar de provisão classificada como remota. Este procedimento está em consonância com o que estabelece a resolução nº 1.180/09 – Provisões, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes.

O valor registrado no Ativo foi baixado em R\$ 125.969.781,34, devido a reclassificação do Ativo Contingente pela Consultoria Jurídica. Considerando as novas definições e despachos apensados ao processo, entendeu-se que o valor a receber, praticamente certo, corresponderia ao montante já recolhido aos empregados.

A reclassificação do Ativo, de acordo com parecer da Consultoria Jurídica, baseou-se no Despacho do Consultor Geral da União nº 2.223/2010, emitido pela Advocacia Geral da União em 13 de dezembro de 2010, que, em seu item 29 expõe “Pois bem, tendo em vista as informações trazidas pela Procuradoria-Geral da União, não me parece que seja correto a União efetuar eventual ressarcimento ao SERPRO, enquanto não resolvidas, no âmbito judicial, todas as questões relativas à Reclamação Trabalhista nº 2047/1989.”.

Assim, como o valor pendente de pagamento recebeu uma nova classificação, o montante a receber não se enquadra na classificação como “praticamente certo”, não devendo estar registrado no Balanço.

Descrição	Ativo não Circulante	Passivo não Circulante Em R\$
Valor registrado em Dezembro de 2005	250.414.527,18	250.414.527,18
Ajustes Encargos/Tabela Imposto de Renda	(8.531.100,64)	(8.531.100,64)
Valor total do Processo	241.883.426,54	241.883.426,54
Valor pago até Janeiro de 2007	-	(115.913.645,20)
Baixa para adequação resolução CFC nº 1.180/09	-	(125.969.781,34)
Saldo a pagar em Dezembro de 2010	-	-
Baixa para adequação resolução CFC nº 1.180/09	<b>(125.969.781,34)</b>	-
Valor a receber até Dezembro de 2011	<b>115.913.645,20</b>	-

### 12.3 –Títulos de Crédito

Os Títulos de Crédito compreendem as Notas do Tesouro Nacional – NTN-P e referem-se às alienações das ações da EMBRAER, TELEBRÁS e COBRA TECNOLOGIA, com respectivos vencimentos em 09/07/2012, 16/03/2013 e 28/12/2014, atualizados monetariamente de acordo com as Portarias nºs 57/1998, 58/1998 e 61/2000, da Secretaria

do Tesouro Nacional. Estes valores montam R\$ 3.150.551,69 em 2011 (R\$ 2.951.963,84 em 2010).

#### **NOTA 13 – BENS A ALIENAR**

Registra-se, neste grupo, o valor de R\$ 15.706,84 (R\$ 172.113,37 em 2010), referente aos bens destinados à alienação, ou seja, transferência de domínio a terceiros. As desmobilizações são realizadas através de processos específicos, preferencialmente, por meio de doações a entidades públicas, parceiras do SERPRO na realização de ações sociais focadas na educação profissional e às instituições de ensino do poder público, nas esferas: federal, estadual e municipal.

#### **NOTA 14 – ATIVOS FINANCEIROS**

O valor de R\$ 26.268,72 (R\$ 12.422,38 em 2010), registrado como Ativo Financeiro, corresponde aos Direitos sobre Serviços Delegados e Quotas do Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND.

Em dezembro de 2010, foi promulgada a Medida Provisória nº 517, que trata, em seu artigo 19, da extinção do FND. Segundo esta lei, a União sucederá os direitos e obrigações do fundo. A estrutura para ressarcimento será disposta por ato do Poder Executivo, onde o inventariante será o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio – MDIC, e os cotistas serão ressarcidos de sua participação no FND com base no Patrimônio Líquido registrado no Balanço Patrimonial de 31 de dezembro de 2010, atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

#### **NOTA 15 – IMOBILIZADO**

Demonstrado ao custo de aquisição, sendo que as depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida-útil empresarial do bem.

Descrição	Saldo em 2011	Depreciação Acumulada	Valor Líquido Em R\$	
			2011	2010
Edifícios	121.788.761,82	(27.199.249,11)	94.589.512,71	94.919.091,30
Terrenos	74.188.750,00	0,00	74.188.750,00	74.188.750,00
Obras em Andamento/ Benfeitorias prop. Terceiros	33.220.611,56	(83.304,39)	33.137.307,17	26.964.753,71
Instalações	64.203.366,65	(24.990.281,03)	39.213.085,62	16.431.533,47
Bens Móveis	636.930.908,26	(467.319.045,01)	169.611.863,25	226.448.037,47
<b>TOTAL</b>	<b>930.332.398,29</b>	<b>(519.5911.879,54)</b>	<b>410.740.518,75</b>	<b>438.952.165,95</b>

Saldo anterior	Movimentação do Imobilizado			Saldo Final
	Inclusões	Depreciação/ Amortização	Baixas	
438.952.165,95	78.589.240,55	(102.909.538,05)	(3.891.304,70)	<b>410.740.563,75</b>

Em dezembro de 2008, com base na Lei nº 11.638/2007, o SERPRO adotou como saldo dos bens do ativo o valor reavaliado em dezembro de 2005.

De acordo com a Interpretação Técnica a resolução CFC nº 1.263/09 – Interpretação sobre a Aplicação Inicial do Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimentos dos Pronunciamentos Técnicos CPC nº 27, 28, 37 e 43, foi adotada a vida útil empresarial indeterminada para os bens imóveis, em função das constantes manutenções e da valorização – que sobrepõe o valor original, representando adequadamente o confronto dos custos com os benefícios. Para fins de apuração do IRPJ e CSLL, é considerada a depreciação fiscal, calculada de acordo com a tabela divulgada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

#### **NOTA 16 – ATIVO INTANGÍVEL**

O saldo aqui registrado corresponde às licenças de softwares e soluções empregadas na produção de serviços, que contribuirão para a formação do resultado de mais de um exercício social.

Os ativos adquiridos tratam-se de softwares de terceiros com vida útil definida, mensurados pelo custo total de

aquisição, deduzidas as despesas de amortização, obedecendo-se os prazos definidos pelas unidades responsáveis pela utilização das soluções, os quais demonstramos abaixo:

Unidade Gestora	Saldo em 2011	Amortização Acumulada	Valor Líquido Em R\$	
			2011	2010
Brasília – 803010	118.318.268,59	(64.105.133,59)	54.213.135,00	38.102.170,23
Belém – 803020	11.696,56	(9.747,00)	1.949,56	5.848,36
Fortaleza – 803030	24.346,56	(12.277,07)	12.069,49	18.498,36
Recife – 803040	11.696,56	(9.747,00)	1.949,56	5.848,36
Salvador – 803050	11.696,56	(9.747,00)	1.949,56	5.848,36
Belo-Horizonte – 803060	54.115,23	(37.166,35)	16.948,88	31.450,40
Rio de Janeiro – 803070	1.010.744,78	(289.111,91)	721.632,87	694.732,70
São Paulo – 803080	73.759.506,30	(29.498.276,22)	44.261.230,08	33.354.041,16
Curitiba – 803090	34.426,56	(30.064,85)	4.361,71	7.670,51
Florianópolis – 803400	4.120,96	(3.557,61)	563,35	1.387,51
Porto Alegre – 803100	11.696,56	(9.747,00)	1.949,56	5.848,36
Sede – 806030	23.994.410,20	(16.646.761,03)	7.347.649,17	6.601.951,43
<b>TOTAL</b>	<b>217.246.725,42</b>	<b>(110.661.336,63)</b>	<b>106.585.388,79</b>	<b>78.835.295,74</b>

Saldo anterior	Movimentação do Intangível		Saldo Final
	Inclusões	Amortização	
78.835.295,74	58.451.005,26	(30.700.912,21)	<b>106.585.388,79</b>

A partir de agosto de 2011, passou a compor o grupo do Ativo Intangível, o Modelo Global de Dados – MGD, por se tratar de um projeto de desembolsos presentes, porém com previsão de benefícios econômicos em exercícios futuros e que atendem os critérios de mensuração e reconhecimento do Ativo. O valor apurado até 31 de dezembro é de R\$ 3.938.258,69, sendo atribuído novos valores ao longo do desenvolvimento do projeto.

Segundo relatório da Superintendência de Integração de Dados e Processos - SUNIT, o MGD é um modelo de dados do tipo entidades-relacionamentos elaborado a partir de um conjunto de metodologia e padrões de notação extremamente simples, com objetivo de obter uma visão integrada e detalhada dos diversos dados que suportam os macroprocessos de Governo.

A cada etapa de evolução do MGD pelo Serpro é gerado um compêndio que pretende, com base nos artefatos construídos para desenvolvimento dos trabalhos, apresentar todas as informações necessárias ao entendimento do negócio, dos dados e entidades relacionados ao negócio, vinculação regimental e integrações, bem como agregar ao montante do Ativo o valor despendido nesta etapa.

O início e o prazo da amortização se dará a partir das definições da Administração, como conclusão das evoluções e estimativa de geração de benefício futuro.

Ainda, em 2011 o MGD foi incorporado aos Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico – Arquitetura e-PING como arquitetura de informação para interoperabilidade, permitindo uma visão de integração entre os dados e processos da Administração Pública Federal.

### **NOTA 17 – DEPÓSITOS**

Encontram-se relacionados os valores das retenções na fonte de impostos municipais, federais e de recursos previdenciários, bem como os encargos de mesma natureza.

#### **17.1 – Consignações**

O montante de R\$ 16.555.535,76 (R\$ 30.033.420,95 em 2010) representa, basicamente, as retenções na folha de pagamento de empregados, tais como pensão alimentícia, entidades representativas de classe, e, principalmente, planos de previdência e assistência médica, que corresponde à participação dos empregados no custeio do plano de saúde.

### **NOTA 18 – TRIBUTOS E ENCARGOS SOCIAIS**

O valor de R\$ 102.298.695,23 refere-se ao montante a ser recolhido aos cofres públicos, oriundos dos

encargos da folha de pagamento, INSS e FGTS, recursos do salário-educação, tributos estaduais/municipais, COFINS e PASEP retidos dos fornecedores, além dos tributos incidentes sobre o faturamento, pagos pelo regime de caixa (R\$ 100.071.514,37 em 2010).

#### **NOTA 19 – PROVISÕES DE PESSOAL**

Correspondem às provisões de Férias e Licença-Prêmio, reconhecidas de acordo com as normas e princípios contábeis aceitos no Brasil, conforme segue:

Descrição	Provisões	Encargos	Adiantamentos	Saldo Em R\$
Férias	94.798.572,68	21.157.733,39	(16.921.477,15)	99.034.828,92
Licença – Prêmio	56.546.810,21	14.224.339,55	0,00	70.771.149,76
<b>TOTAL</b>	<b>151.345.382,89</b>	<b>35.382.072,94</b>	<b>(16.921.477,15)</b>	<b>169.805.978,68</b>

#### **NOTA 20 – BENEFÍCIOS A EMPREGADOS**

O SERPRO oferece aos seus empregados a possibilidade de ter uma previdência complementar por meio do SERPROS – Fundo Multipatrocinado. Essa Entidade Fechada de Previdência Complementar – EFPC, constituída sob a forma de sociedade civil sem fins lucrativos e de personalidade jurídica de direito privado, tem por finalidade instituir, administrar e executar Planos de Benefício de caráter previdenciário.

Atualmente, os planos existentes são o Plano Serpro I – PSI e Plano Serpro II – PSII. Vale ressaltar que somente o PS-II aceita novas adesões e que desse fato decorre uma mitigação de riscos para o SERPRO por conta das características dos planos, como explicado a seguir:

##### **20.1 Plano SERPRO I – PS I**

Plano de Benefício Definido – BD, com total de 3.152 participantes ativos e 3.231 assistidos, onde todos os participantes e patrocinadoras contribuem, paritariamente, para os benefícios programáveis e de risco. O benefício definido é aquele instituído para atender cada participante quando se aposenta com um benefício pré-determinado no regulamento do plano. Deriva dessa característica a possibilidade da patrocinadora ter de fazer aportes adicionais para cobrir eventual déficit do plano.

Os benefícios previdenciais assegurados por este plano abrangem: (1) quanto aos participantes: suplementação da aposentadoria por invalidez, suplementação da aposentadoria por velhice, suplementação da aposentadoria por tempo de serviço, suplementação da aposentadoria especial, suplementação da aposentadoria aos ex-combatentes, suplementação do auxílio-doença, suplementação do abono de natal, e benefício proporcional diferido; e (2) quanto aos beneficiários: suplementação da pensão, suplementação do auxílio-reclusão, pecúlio por morte e suplementação do abono de natal.

No exercício findo em 2011, o Plano PS-I (BD) encontrava-se em situação deficitária acumulada no montante de R\$ 155,5 milhões.

##### **20.2 Plano SERPRO II – PS II**

O Plano PS-II conta com um total de 5.384 participantes ativos e 313 assistidos. É estruturado na modalidade de contribuição variável, em que os benefícios programados são de contribuição definida na fase de acumulação e os benefícios de risco são de benefício definido. Deste modo, os participantes acumulam, individualmente, recursos para usufruir futuramente em suas aposentadorias. Estes recursos poderão ser convertidos em uma renda mensal vitalícia ou resgate do saldo de contas. O participante decide sua contribuição mensal que determina a renda futura esperada e a patrocinadora contribui paritariamente, dentro de limites estabelecidos pelo regulamento interno do plano.

O objetivo deste plano é oferecer aos participantes do SERPROS e seus beneficiários os seguintes benefícios de previdência privada: (1) aos Participantes: renda de aposentadoria, benefício proporcional diferido, renda por invalidez, auxílio-doença e abono de natal; (2) aos Beneficiários: pensão por morte, pecúlio por morte, auxílio-reclusão e abono de natal; e (3) aos Designados: pecúlio por morte.

##### **20.3 Estudo Atuarial**

Para o exercício de 2011, o Conselho Deliberativo da EFPC aprovou as seguintes Hipóteses Econômicas e Biométricas:

- Taxa de crescimento real dos salários: 3,00% a.a.

- Taxa de crescimento real dos benefícios:	0% a.a.
- Taxa de crescimento real dos benefícios e do teto de benefício da Previdência Social	0% a.a.
- Taxa Anual de Inflação a Longo Prazo:	4,50% a.a.
- Taxa real de juros	6,0% a.a.
- Tábua de Mortalidade Geral:	AT-83, segregada por sexo
- Tábua de Mortalidade de inválidos:	AT-49, segregada por sexo
- Tábua de Entrada em Invalidez:	Light Média
- Taxa de desligamento:	1% a.a. até 47 anos e 0% a partir dos 48 anos
- Morbidez:	Experiência STEA
- Entrada em aposentadoria:	100% na 1ª elegibilidade
- Família padrão:	Experiência SERPRO
- Idade de filiação ao RGPS:	Quando não declarada, é fixada em 18 anos.

## 20.4 Obrigações e Provisões na Patrocinadora

Compõem-se às obrigações de curto prazo do SERPRO o valor de R\$ 16.379.635,44 [(12 x (936.447,13 + 428.522,49)], referente às parcelas vencíveis no exercício seguinte.

Em 31 de dezembro de 2011, as obrigações de longo prazo por benefícios pós- aposentadoria, vinculados ao SERPROS, estão assim representados:

Descrição	2011	2010 Em R\$
Contrato SERPRO x SERPROS	59.208.916,83	66.566.699,91
Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios -resolução CFC nº 1.193/09	114.319.391,06	57.159.695,54
<b>TOTAL</b>	<b>173.528.308,89</b>	<b>123.726.395,45</b>

### 20.4.1 Contratos DOT e Lei 8020

O valor de R\$ 59.208.916,83 refere-se às parcelas restantes da obrigação, originalmente pactuada em 240 parcelas mensais, sendo que, até 31 de dezembro de 2011, foram amortizadas 174 parcelas. Tais valores são atualizados mensalmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC.

### 20.4.1 Resolução CFC nº 1.193/09 – Benefícios a Empregados

Desde 2010, a empresa adota a metodologia contida na resolução – CFC nº 1.193/09 – Benefícios a Empregados, conforme resumido abaixo:

100% do total do passivo atuarial líquido	R\$ 390.881.970,00
100% do total da despesa adicional a reconhecer	R\$ 58.840.687,00
(-) 10% do valor presente das obrigações atuariais	(R\$ 163.924.180,00)
= 100% do total de benefícios futuros aos empregados a reconhecer	R\$ 285.798.477,00

Para os cálculos foram considerados os dados individuais dos participantes, data base 10/2010 e utilizado o Método de Crédito Unitário (MCU) projetado. Além disso foram utilizadas, na adoção do CPC 33, as mesmas Hipóteses Econômicas e Biométricas vigentes em 31.10.2010, relacionadas acima e aprovadas pelo Conselho Deliberativo da EFPC, e também consideradas as seguintes premissas:

- Taxa de desconto atuarial:	10,24% a.a.
- Taxa de rendimento esperado dos ativos:	10,24% a.a.
- Capacidade salarial e de benefícios:	98,22%.

Por conta da possibilidade de diferimento do total de R\$ 285.798.477,00 de benefícios a empregados em 5 anos, ou seja, R\$ 57.159.695,54 por ano, desde 2010, prevista na resolução CFC nº 1.193/09 – Benefícios a Empregados, o valor das obrigações diferidas, equivalentes a 2/5, resultou num saldo de R\$ 114.319.391,08 no exercício findo em 2011.

Para a determinação do passivo da EFPC é adotado o Método Agregado. Enquanto, conforme disposto na resolução CFC nº 1.193/09, o método adotado para determinação das obrigações, a serem reconhecidas no balanço da Patrocinadora é o Método de Crédito Unitário projetado.

### 20.5 Expectativas para o exercício de 2012

Ressaltamos que para o exercício de 2012 foram alteradas as premissas de inflação, passando de 4,0% a.a. (2010), para 4,5% a.a (2011) e 5,0% a.a. para 2012. Enquanto que o crescimento salarial, na patrocinadora, passou de 3,6% a.a em 2010, para 3,0% a.a., tanto para 2011, quanto para 2012. Como o estudo, para adoção da resolução CFC nº 1.193/09, fora realizado em 2010, os valores provisionados, não contemplam alterações posteriores.

Ainda estão previstos para o final do exercício de 2012 ou início de 2013, o saldamento do Plano PS-I e a alteração regulamentar do Plano PS-II. Ambos dependem, ainda, de aprovação pelos órgãos controladores e fiscalizadores conforme segue: (1) pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN); (2) pelo Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (DEST); e (3) Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC). Tais alterações reduzirão o passivo dos planos de benefícios e consequentemente demandará um menor compromisso a ser reconhecido no balanço do SERPRO.

### 20.6 Auxílio-alimentação

O SERPRO fornece aos empregados e dirigentes o Auxílio-alimentação na forma da legislação vigente e do Acordo Coletivo de Trabalho. Este auxílio é definido em maio de cada ano. Para o período de maio de 2011 a abril de 2012 o valor do auxílio alimentação/refeição é de R\$ 601,92 (R\$ 565,20 em 2010) para aquisição de refeições e similares, gêneros alimentícios em supermercado ou em estabelecimento comercial do mesmo gênero.

### 20.7 Plano de Saúde

O SERPRO oferece assistência a saúde aos seus empregados e familiares, por meio do convênio de Reciprocidade CASSI – um programa administrado pelo SERPRO, sob a modalidade de autogestão, oferecendo assistência médica, hospitalar, psicológica, fisioterápica, com atendimento realizado por rede credenciada própria e da Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil – CASSI. O benefício concedido atende os titulares optantes e respectivos dependentes, entendendo-se por titulares os empregados e aposentados vinculados ao SERPROS e ao INSS.

Na composição da receita do convênio de reciprocidade, conforme Regulamento do Programa de Assistência à Saúde dos Empregados do SERPRO - PAS/SERPRO, a Empresa participa com a contribuição mensal correspondente, diferenciada por faixa etária, das despesas assistenciais e o beneficiário titular contribui com valor fixo mensal, diferenciado por faixa etária das despesas assistenciais, mais co-participação de 20% sobre a utilização em consultas médicas.

O Plano não possui ativos financeiros, portanto, a provisão calculada corresponde ao valor da obrigação atuarial. O total dos desembolsos, referente aos pagamentos deste benefício no período monta R\$ 47.357.677,83 (R\$ 41.954.311,60 em 2010).

### 20.8 Plano Odontológico

O SERPRO oferece aos seus empregados e familiares o Plano de Assistência à Saúde Bucal do SERPRO – PAS-ODONTO/SERPRO, garantindo e mantendo o atendimento odontológico dos empregados ativos e seus dependentes legalmente cadastrados no Plano.

De acordo com o Regulamento do PAS-ODONTO/SERPRO, o programa é custeado pelo SERPRO, com valor fixo por beneficiário aderido e pelo empregado, com valor fixo mensal. A concessão do benefício fica condicionada à disponibilidade orçamentária da Empresa.

O montante dos desembolsos, referente aos pagamentos de benefícios no período montam R\$ 441.866,34 (R\$ 551.109,74 em 2010).

### **20.9 Ações de Preparação para Aposentadoria - APA**

Desde o exercício 2009, o SERPRO implantou o APA – Ações de Preparação para Aposentadoria. Trata-se de ações permanentes, desenvolvidas pelo Programa SERPRO de Responsabilidade Social e Cidadania – Eixo Qualidade de Vida, onde, em suas condições e procedimentos, são previstos três módulos: Módulo de Orientação – MO, Módulo de Sucessão – MS e Módulo de Incentivo – MI.

Em 2011 foram realizadas duas etapas do módulo incentivo, atendendo às estratégias empresariais e considerando o perfil do público-alvo, foi desembolsado o montante de R\$ 32.346.696,90 no primeiro módulo e R\$ 14.572.564,20 no segundo módulo, totalizando R\$ 46.919.261,10. Vale ressaltar que este último ocorreu no mês de dezembro, sendo os desembolsos realizados em janeiro de 2012. Em 2010, excepcionalmente, não ocorreu o Módulo Incentivo.

### **NOTA 21 – PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS OU RESULTADOS – PLR**

A empresa possui programa de participação dos empregados nos lucros ou resultados, e seu pagamento está condicionado ao cumprimento de metas nele estabelecidas bem como à aprovação pelo Conselho Diretor.

Neste exercício de 2011, devido ao prejuízo contábil, no valor de R\$ 175 milhões, não foi destacado nenhum montante para pagamento de Participação nos Lucros e Resultados.

Até 31 de dezembro de 2011, permaneceu um saldo de R\$ 48.976,58 referentes a valores pendentes de distribuição. Esses valores não distribuídos estão sendo tratados, pontualmente, pela Superintendência de Gestão de Pessoas -SUGP, por se tratarem de casos isolados e de solução individual.

O SERPRO elabora, anualmente, o programa para distribuição de PLR, conforme orientação do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - DEST e em conjunto com a representação dos trabalhadores.

### **NOTA 22 – DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO**

São assegurados à União dividendos sobre o lucro líquido ajustado, conforme disposições estatutárias, de 25%. No acumulado até dezembro de 2011, existem valores provisionados relativos a dividendos sobre o lucro líquido ajustado no montante de R\$ 38.714.064,12.

Os valores provisionados são referentes dividendos e juros sobre o capital próprio dos exercícios 2008 e 2009, calculados sobre o patrimônio líquido, limitados à variação pro rata dia da Taxa de Juros de longo Prazo (TJLP), conforme previsto na Lei nº 9.249 de 26 de dezembro de 1995, com benefício fiscal correspondente ao imposto de renda e contribuição social nos exercícios em que foram registrados.

<b>Descrição</b>	<b>2009</b>	<b>2008</b>	<b>TOTAL Em R\$</b>
Dividendos do Exercício	0,00	602.448,73	602.448,73
Juros sobre o Capital Próprio	10.905.128,19	0,00	10.905.128,19
Dividendos Complementares	0,00	18.217.131,39	18.217.131,39
Atualização	2.456.266,59	6.533.089,22	8.989.355,81
<b>TOTAL</b>	<b>13.361.394,78</b>	<b>25.352.669,34</b>	<b>38.714.064,12</b>

O valor de R\$ 18.217.131,39 constante do quadro acima refere-se aos dividendos complementares do exercício 2008, oriundo dos créditos fiscais diferidos realizados nesse período.

### **NOTA 23 – OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS**

As obrigações tributárias de longo prazo correspondem ao Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, incidentes sobre a Reserva de Reavaliação e apropriação do IRPJ e CSLL sobre exclusões temporárias constituídas no exercício de 2011, em atendimento a resolução CFC nº 1.189/09 – Tributos sobre o Lucro. Em 31 de dezembro de 2011, os impostos totalizaram R\$ 91.516.073,50 (R\$ 30.542.231,46 em 2010).

### **NOTA 24 – PASSIVOS CONTINGENTES**

O SERPRO é parte em processos administrativos e judiciais, de natureza cível e trabalhista. Com base em pareceres dos assessores jurídicos e levando em consideração que os procedimentos adotados pela empresa guardam conformidade com as previsões legais e regulamentares, a Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para contingenciar os riscos de eventuais decisões desfavoráveis nos processos judiciais e administrativos. A administração do SERPRO, com base em informações de sua Consultoria Jurídica e na experiência anterior,

referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão no montante de R\$ 494.498.671,17 (R\$ 405.218.215,63 em 2010).

O acréscimo em relação ao exercício anterior é determinado, principalmente, por tramitações e fatos novos trazidos a partir de um processo judicial que corresponde a uma ação trabalhista plúrima, em fase de execução.

A empresa possui demandas administrativas/judiciais de natureza trabalhista no montante de R\$ 63.253.961,01, classificadas pelos seus assessores jurídicos como “possíveis de perda” e, por este motivo, nenhuma provisão para contingências foi constituída sobre os mesmos.

A análise jurídica dos processos está em acordo com as premissas da resolução CFC nº 1.180/09 – Provisões, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes.

A movimentação da provisão no exercício de 2011, está demonstrada a seguir:

Descrição	Valor	Em R\$
Saldo em 31 de dezembro de 2010	405.218.215,63	
Constituição de Provisão	89.280.455,54	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>494.498.671,17</b>	

#### 24.1 Ações Trabalhistas e Cíveis

A empresa é parte passiva em ações ajuizadas por empregados, ex-empregados próprios ou de prestadoras de serviços e sindicatos, relacionadas com a atividade laboral, planos de cargos, acordos coletivos, indenizações, benefícios, aposentadorias, subsidiariedade e jurisprudência das Instâncias Superiores.

As ações cíveis estão relacionadas com suas operações e serviços, principalmente contratos com fornecedores, dentre outros. De um modo geral as ações têm natureza indenizatória, patrimonial ou moral, ou questionam cláusulas contratuais.

No que tange aos valores, sobressaem as demandas que contestam questões trabalhistas envolvendo indenizações, principalmente em decorrência de alterações nos planos de cargos e salários.

#### 24.2 Ações Fiscais

As ações fiscais dizem respeito a tributos federais, estaduais e municipais.

O SERPRO, em maio de 2010, foi autuado pela Receita Federal do Brasil através dos Autos de Infração lavrados em decorrência de contribuições não declaradas em GFIP – Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social, relativamente a: auxílio a filhos deficientes, curso de graduação e pós-graduação, seguro de vida em grupo, apresentar a GFIP com omissões, conforme Autos de Infrações nºs: 37.283.642-9, 37.283.643-7, 37.283.644-5 e 37.283.646-1, totalizando R\$ 1.008.778,09.

Além dos Autos de Infrações supracitados, destaca-se o de nº 37.283.645-3, correspondente a não entrega das informações no formato do Manual Normativo de Arquivos digitais – MANAD, aprovado pela Portaria MPS/SRP nº 58, de 28/01/2005, que contém informações contábeis e de folha de pagamento em meio digital. Tal fato deu origem a multa no valor de R\$ 6.166.378,09.

Por entender que houve o cumprimento à Instrução Normativa 787/2007, o SERPRO interpôs recurso administrativo junto à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN, estando os referidos valores depositados judicialmente até o julgamento final da ação.

### **NOTA 25 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

#### **25.1 Capital Social**

Conforme o Decreto nº 6.791, de 10 de março de 2009, que aprovou o Estatuto do SERPRO, em seu artigo 4º, foi instituído o valor de Capital Autorizado no montante de R\$ 613.618.808,15, exclusivamente integralizado pela União. Com base na Medida Provisória nº 515, publicada em 28 de dezembro de 2010, o SERPRO efetuou o registro contábil de aumento do Capital Social no valor de R\$ 250.000.000,00. Em 2011 houve a integralização de de R\$ 184 milhões, restando R\$ 66 milhões pendente de integralização.

O capital social está assim constituído:

Descrição	Valor	Saldo Em R\$
Capital Social Subscrito Decreto nº 6.791/2009	613.618.808,15	613.618.808,15
Incorporação Reserva de Riscos Eventuais	3.736.021,08	617.354.829,23
Aumento de Capital	250.000.000,00	867.354.829,23
( - ) Capital a Realizar	66.000.000,00	801.354.829,23
<b>Capital Social em 31/12/2011</b>		<b>801.354.829,23</b>

### 25.2 Reserva de Reavaliação de Bens Imóveis

Esta reserva está constituída em decorrência da reavaliação integral dos imóveis em 2005 com base em laudo de avaliação. Em 31 de dezembro de 2011, o saldo é de R\$ 118.604.297,62, e se encontra deduzido dos seus tributos correspondentes.

A reserva de reavaliação é realizada pela baixa dos bens reavaliados. Desde dezembro de 2010, a vida útil econômica dos imóveis foi alterada de 25 anos para indeterminada e o saldo da reavaliação será mantido até a sua total realização, conforme preconiza a Lei nº 11.638/2007. Em função dos imóveis possuírem vida útil empresarial indeterminada, não há mais realização da reserva, a não ser pela baixa do bem reavaliado ou pela perda do valor recuperável do Ativo.

### 25.3 Reservas de Lucros

As Reservas de Lucros são constituídas pela apropriação de lucros da Empresa, com o objetivo de garantir a segurança adicional e sua saúde financeira.

Em 31 de dezembro de 2011, a empresa utilizou as Reservas de Lucros para absorver o prejuízo contábil do exercício, em atendimento aos preceitos do artigo 189, Parágrafo Único da Lei nº 6.404/1976, como se segue:

Descrição	2011	2010	Em R\$
Reserva Legal	0,00	35.504.783,20	
Reserva Estatutária	0,00	30.338.291,91	
Reserva de Retenção de Lucro	0,00	47.267.306,39	
<b>Total de Reservas de Lucros</b>	<b>0,00</b>	<b>113.110.381,50</b>	

### NOTA 26 – PREJUÍZO ACUMULADO

Com base nas disposições estatutárias, o resultado encontra-se distribuído da seguinte forma:

	Em R\$
<b>PREJUÍZO DO EXERCÍCIO</b>	<b>(175.948.856,26)</b>
( + ) LUCROS ACUMULADOS 2011	13.010,76
<b>= PREJUÍZO DO EXERCÍCIO ANTES DA COMPENSAÇÃO DAS RESERVAS</b>	<b>(175.935.845,50)</b>
( + ) RESERVA DE RETENÇÃO DE LUCROS	47.267.306,39
( + ) RESERVA ESTATUTÁRIA	30.338.291,91
( + ) RESERVA LEGAL	35.504.783,20
( + ) RESERVA DE INCENTIVOS FISCAIS	9.947.448,40
( + ) RESERVA DE DOAÇÕES E SUBVENÇÕES P/ INVESTIMENTO	217.880,11
<b>= RESULTADO DO EXERCÍCIO APÓS COMPENSAÇÃO DE RESERVAS</b>	<b>(52.660.135,49)</b>

### NOTA 27 – RESULTADO FINANCEIRO

As receitas financeiras abrangem, principalmente, os rendimentos decorrentes das aplicações financeiras, receita de dividendos e variações a valor justo de ativos financeiros e créditos tributários.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros incidentes sobre os dividendos a pagar e os encargos financeiros das obrigações junto ao Fundo Multipatrocinado – SERPROS.

Descrição	2011	2010	Em R\$
Despesas Financeiras	(32.515.184,13)	(37.798.042,07)	
Receitas Financeiras	5.555.896,29	11.578.091,16	
Juros sobre o Capital Próprio	0,00	0,00	
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(26.959.287,84)</b>	<b>(26.219.950,91)</b>	

#### **NOTA 28 – SEGUROS**

A Empresa adota a política de contratar seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros. Conforme a natureza da sua atividade e consideradas as características de seus riscos, a Empresa contrata seguros com cobertura para riscos operacionais, responsabilidade civil, vida em grupo e veículos. As informações principais sobre a cobertura de seguros vigente em 31 de Dezembro de 2011 podem ser assim demonstradas:

Ativo	Tipo de Cobertura	Importância Segurada Em R\$
Bens Patrimoniais Móveis, Imóveis e bens do segurado em locais de terceiros	Incêndio, Danos Elétricos e Desmoroamento	641.944.632,87
Equipamentos de Processamento de Dados e Móveis	Transporte Nacional	Por Demanda
Veículos	Responsabilidade Civil e Facultativa	100% Tabela FIPE

#### **NOTA 29 – PARTES RELACIONADAS**

##### **30.1 Remuneração de Empregados e Dirigentes**

De acordo com a política salarial praticada pelo SERPRO, a menor e a maior remuneração pagas a empregados em 2011, incluindo adicional de transferência, foram, respectivamente, de R\$ 899,43 e R\$ 30.854,67. A maior remuneração paga a dirigente foi de R\$ 28.705,78.

O SERPRO não possui remuneração variável baseada em ações e outros benefícios de longo prazo e não oferece benefícios pós-emprego aos seus dirigentes. Os benefícios pós emprego estão restritos aos empregados do quadro do SERPRO.

#### **NOTA 30 – CONTINGÊNCIA ATIVA**

Na data de encerramento do exercício, os processos que representavam uma contingência ativa, não reconhecida contabilmente e controlada escrituralmente em conta de compensação, são os seguintes: R\$ 3.366.762,08, referente ao processo de Tomada de Contas Especial nº 19863.000075/2001-58, que trata de desvio de valores públicos, como também R\$ 240.730,35, referente ao processo de Tomada de Contas Especial nº 19863.000074/2001-11, que trata de pagamento indevido realizado no processo de Programa de Desligamento Voluntário. Os procedimentos que foram adotados estão definidos na IN/STN nº 08 de 21/12/90, que estabelece normas sobre o processo de tomada de contas dos gestores dos recursos públicos.

#### **NOTA 31 – DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – DFC**

A Empresa apresenta a Demonstração do Fluxo de Caixa - DFC pelo método direto, elaborada de acordo com a resolução CFC nº 1.296/10, considerando as principais operações que tiveram influência nas disponibilidades e aplicações financeiras, com prazos de vencimentos inferiores a 90 dias.

<b>DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>					
<b>Exercícios Sociais encerrados em 31 de Dezembro de 2011 e 2010</b>					
<b>GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>	<b>2011</b>	<b>%</b>	<b>2010</b>	<b>%</b>	<b>EVOLUÇÃO</b> <b>%</b>
<b>1 - RECEITAS</b>					
1.1 - Vendas de Serviços	1.651.657.835,88	109,38	1.567.845.950,03	133,67	5,35
1.3 - Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	8.213.369,75	0,54	538.664,51	0,05	1424,77
	<b>1.659.871.205,63</b>	<b>109,92</b>	<b>1.568.384.614,54</b>	<b>133,72</b>	<b>5,83</b>
<b>2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>	(21.800.722,54)	(1,44)	(296.462.801,10)	(25,27)	(92,65)
<b>3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)</b>	<b>1.638.070.483,09</b>	<b>108,48</b>	<b>1.271.921.813,44</b>	<b>108,45</b>	<b>28,79</b>
<b>4 - RETENÇÕES</b>					
4.1 - Depreciações e Amortizações	(133.610.495,26)	(8,85)	(110.563.184,44)	(9,43)	20,85
<b>5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (3-4)</b>	<b>1.504.459.987,83</b>	<b>99,63</b>	<b>1.161.358.629,00</b>	<b>99,02</b>	<b>29,54</b>
<b>6 - RECEBIDO DE TERCEIROS</b>					
6.1 - Receitas Financeiras	5.555.896,29	0,37	11.578.091,16	0,98	(52,01)
<b>7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5 + 6)</b>	<b>1.510.015.884,12</b>	<b>100,00</b>	<b>1.172.936.720,16</b>	<b>100,00</b>	<b>28,74</b>
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>	<b>2011</b>	<b>%</b>	<b>2010</b>	<b>%</b>	<b>EVOLUÇÃO</b> <b>%</b>
<b>7.1 - Empregados (Salários, Encargos e Benefícios)</b>	<b>1.238.510.061,34</b>	<b>82,03</b>	<b>1.037.149.479,43</b>	<b>88,43</b>	<b>19,41</b>
<b>7.2 - Governo (Impostos e Contribuições)</b>	<b>409.986.661,82</b>	<b>27,15</b>	<b>268.761.593,20</b>	<b>22,91</b>	<b>52,55</b>
<b>7.3 - Capitais de Terceiros</b>	<b>37.468.017,22</b>	<b>2,48</b>	<b>41.706.479,21</b>	<b>3,55</b>	<b>(10,16)</b>
Locações de Imóveis	4.952.833,09	2,15	3.908.437,14	0,33	731,92
Despesas Financeiras	32.515.184,13	0,33	37.798.042,07	3,22	(86,90)
<b>7.4 - Capital Próprio</b>	<b>(175.948.856,26)</b>	<b>(11,66)</b>	<b>(174.680.831,68)</b>	<b>(14,89)</b>	<b>0,73</b>
Acionista (Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Lucros/Prejuízos Retidos	(175.948.856,26)	(11,66)	(174.680.831,68)	(14,89)	0,73
<b>TOTAL</b>	<b>1.510.015.884,12</b>	<b>100,00</b>	<b>1.172.936.720,16</b>	<b>100,00</b>	<b>28,74</b>

A Demonstração do Valor Adicionado - DVA registra a riqueza criada pela entidade para a sociedade e sua forma de distribuição entre os diversos beneficiários (acionistas, empregados, governo, sociedade etc). No exercício social de 2011 apurou-se o valor de R\$ 1,51 bilhão, 22,32% superior ao exercício social de 2010. Encontra-se distribuído da seguinte forma: 82,03% para os Empregados; 27,15% para o Governo; 2,48% para Terceiros e a empresa reduziu sua riqueza em 11,66 %, parcela que se refere ao prejuízo obtido no período.

## 2 Composição Acionária.

O Capital Social do SERPRO é integralmente subscrito pela União

Conforme preconiza a Decisão Normativa TCU nº 108 de 24 de novembro de 2010, art 4º, parágrafo 3º, Parte B e Portaria TCU nº 123 de 12 de maio de 2011, segue abaixo a composição do Capital Social do SERPRO dos últimos três exercícios.

<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>
R\$ 617.354.829,23	R\$617.354.829,23	R\$ 801.354.829,23

## 3 Posição da Unidade como investidora – Não se aplica.

## 4 Parecer da Auditoria Independente sobre as Demonstrações Contábeis.

**UHY** Moreira - Auditores

1

A  
DD: DIRETORIA DO  
SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS – SERPRO  
BRASÍLIA – DF

### RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Examinamos as demonstrações contábeis do SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS – SERPRO, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

#### Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A administração do SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS – SERPRO é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

#### Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objeto de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidências a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis do SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS – SERPRO para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS – SERPRO. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas, quando lidas em conjunto com as notas explicativas que as acompanham, apresentam adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS – SERPRO em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## **UHY** Moreira - Auditores

2

### Ênfase

Conforme mencionado na nota explicativa nº 20.4.1, desde 2010, a empresa adota a metodologia contida na resolução CFC nº 1.193/09 – Benefícios a Empregados. Para os cálculos foram considerados os dados individuais dos participantes, data base 10/2010 e utilizado o Método de Crédito Unitário (MCU) projetado. Além disso, foram utilizadas, na adoção desta resolução, as mesmas Hipóteses Econômicas e Biométricas vigentes em 31.10.2010 aprovadas pelo Conselho Deliberativo da EFPC. Por conta da possibilidade de diferimento do total de R\$ 285.798.477,00 de benefícios a empregados em 5 anos, ou seja, R\$ 57.159.695,54 por ano, desde 2010, prevista na resolução CFC nº 1.193/09 – Benefícios a Empregados, o valor das obrigações diferidas, equivalentes a 2/5, resultou num saldo de R\$ 114.319.391,08 no exercício findo em 2011. Para a determinação do passivo da EFPC é adotado o Método Agregado. Enquanto, conforme disposto na resolução CFC nº 1.193/09 o método adotado para determinação das obrigações, a serem reconhecidas no balanço da Patrocinadora é o Método de Crédito Unitário projetado. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

### Outros assuntos

#### Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, elaborada sob a responsabilidade da administração do SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS – SERPRO, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Brasília, 13 de abril de 2012.



UHY MOREIRA - AUDITORES  
CRC RS 3717 S DF  
HERALDO S.S. DE BARCELOS  
Contador CRC RS 11609 S DF  
Responsável técnico



ELIANE TÂNIA RESMINI  
Contadora CRC RS 59765 S DF  
Auditora

**PARTE C - CONTEÚDOS ESPECÍFICOS DA UNIDADE**

**1 REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES**

**1.1 Remuneração Mensal do Conselho Diretor**

Nomes	Período		Valor Bruto mensal												Total	
			Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Valor R\$	
Marcos Vinicius Ferreira Mazoni	01/01	31/12	2.599,92	2.599,92	2.599,92	2.599,92	2.599,92	2.599,92	2.599,92	2.599,92	2.599,92	2.599,92	2.599,92	2.599,92	2.599,92	31.199,04
Marlene Ferrari Lucas Alves Filha	01/01	02/02	2.445,83	163,05	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.608,88
Laerte Dorneles Meliga	01/01	02/02	2.445,83	163,05	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.608,88
Francisco Mendes de Barros	01/01	02/02	2.445,83	163,05	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.608,88
Bruno Cesar Grossi de Souza	01/01	12/07	2.445,83	2.445,83	2.445,83	2.445,83	2.445,83	2.445,83	-	-	-	-	521,92	-	-	16.143,67
Raimundo José Rodrigues da Silva	01/01	31/12	2.445,83	2.445,83	2.445,83	2.445,83	2.445,83	2.445,83	2.445,83	2.445,83	2.445,83	2.445,83	3.678,55	2.599,92	-	30.736,77
Pricilla Maria Santanna	02/02	31/12	-	-	-	-	-	-	2.209,14	2.445,83	2.445,83	2.445,83	3.201,36	2.599,92	-	15.347,91
Alexandre Ribeiro Motta	02/02	31/12	-	2.119,72	2.445,83	2.445,83	2.445,83	2.445,83	2.445,83	2.445,83	2.445,83	2.445,83	3.678,55	2.599,92	-	27.964,83
Jose Henrique Paim Fernandes	15/09	31/12	-	-	-	-	-	-	-	-	1.222,91	2.445,83	2.831,05	2.599,92	-	9.099,71
Delfino Natal Soares	12/07	31/12	-	-	-	-	-	-	1.499,06	2.445,83	2.445,83	2.445,83	3.151,66	2.599,92	-	14.588,13
Manoel Carlos de Castro Pires	02/02	31/12	-	2.119,72	2.445,83	2.445,83	2.445,83	2.445,83	2.445,83	2.445,83	2.445,83	1.222,91	-	693,40	-	18.171,01
<b>Total Geral</b>																<b>171.617,71</b>

## 1.2 Remuneração Mensal do Conselho Fiscal

Valor Bruto mensal																
Nomes	Nat. Cargo	Período		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Valor R\$
Ernesto Carneiro Preciado	T	01/01	31/12	2.445,83	2.445,83	2.445,83	2.445,83	2.445,83	2.445,83	2.445,83	2.445,83	2.445,83	2.445,83	3.678,55	2.599,92	30.736,77
Julieta Aida Garcia Verleun	T	01/01	31/12	2.445,83	2.445,83	2.445,83	2.445,83	2.445,83	2.445,83	2.445,83	2.445,83	2.445,83	2.445,83	3.678,55	2.599,92	30.736,77
André de Sosa Verri	T	01/01	06/06	2.445,83	2.445,83	2.445,83	2.445,83	2.445,83	489,16	-	-	-	-	339,00	-	13.057,31
Clicio Luiz da Costa Vieira	T	06/06	31/12	-	-	-	-	-	1.956,66	2.445,83	2.445,83	2.445,83	2.445,83	3.339,55	2.599,92	17.679,45
Petronio de Oliveira Castanheira	S	01/01	31/12	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Priscila Maria Santanna	S	01/01	02/02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dyogo Henrique de Oliveira	S	01/01	06/06	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Maria Darc Lopes Beserra	S	06/06	31/12	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Feranando nascimento Barbosa	S	06/06	31/12	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total Geral</b>															<b>92.210,30</b>	

## 1.3 Remuneração Conselho: Exercício 2009 a 2011

Órgão Conselho Fiscal			
	2009	2010	2011
Número de Membros	6	6	6
<b>I – Remuneração Fixa</b>			
Salário ou Pro labore	82.891,20	86.967,80	92.210,30
<b>III – Total da Remuneração</b>	<b>82.891,20</b>	<b>86.967,80</b>	<b>92.210,30</b>

Órgão Conselho Diretor			
	2009	2010	2011
Número de Membros	7	7	7
<b>I – Remuneração Fixa:</b>			
Salário ou Pro labore	161.673,84	173.935,62	171.617,71
<b>III – Total da Remuneração</b>	<b>161.673,84</b>	<b>173.935,62</b>	<b>171.617,71</b>

## 1.4 Remuneração Diretoria Exercício 2009 a 2011

Remuneração dos Administradores	EXERCÍCIO		
	2011	2010	2009
<b>Número de membros:</b>	7*	7	7
<b>I – Remuneração Fixa (a+b+c+d)</b>	2.271.442,89	2.241.593,73	2.106.947,38
a) salário ou pró-labore	2.216.490,21	2.193.198,11	2.059.329,76
b) benefícios diretos e indiretos	54.952,68	48.395,62	47.617,62
c) remuneração por participação em comitês			
d) outros			
<b>II – Remuneração variável (e+f+g+h+i)</b>			
a) bonus			
b) participação nos resultados			
c) remuneração por participação em reuniões			
d) comissões			
e) outros			
<b>III – Total da Remuneração ( I + II)</b>	2.271.442,89	2.241.593,73	2.106.947,38
<b>IV – Benefícios pós-emprego</b>			
<b>V – Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo</b>			
<b>VI – Remuneração baseada em ações</b>			

Fonte: Controles Internos - Departamento das Relações do Trabalho – GPRET

\* No decorrer de 2011, 11 Diretores exerceram o cargo, sendo que 3 Diretores atuaram de Janeiro a Maio 2011, 1 Diretor atuou até Fevereiro 2011, 1 Diretor assumiu em Fevereiro de 2011 e 3 Diretores assumiram a partir de Maio de 2011. Em 31/12/11, havia 7 Diretores Mandatários em atuação.

## 1.5 Remuneração variável dos administradores – Não se aplica

## 2 PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADA

### a) Identificação da Entidade (Nome/Razão Social e CNPJ)

SERPROS Fundo Multipatrocinado - CNPJ = 297.389.520/0001-99

### b) Demonstrativo anual

- Valor total da folha de pagamento dos empregados participantes:

PLANO	VALOR
SERPRO PSI	152.276.071,94
SERPRO PSII	445.318.495,70

Obs.: Os valores foram utilizados como base de cálculo dos desembolsos do PSI e PS II (Folha SGP)

● **Valor total das contribuições pagas pelos empregados participantes:**

PLANO	BASE	VALOR
SERPRO PSI	CONTRIBUIÇÃO SOBRE SALARIO	9.412.459,70
	CONTRIBUIÇÃO SOBRE GRATIFICAÇÃO NATALINA	820.222,75
	<b>TOTAL</b>	<b>10.232.682,45</b>
SERPRO PSII	CONTRIBUIÇÃO SOBRE SALARIO	35.095.557,61
	CONTRIBUIÇÃO SOBRE GRATIFICAÇÃO NATALINA	3.117.327,38
	<b>TOTAL</b>	<b>38.212.884,99</b>
<b>TOTAL</b>		<b>48.445.567,44</b>

● **Valor total das contribuições pagas pela patrocinadora:**

PLANO	BASE	VALOR
SERPRO PSI	CONTRIBUIÇÃO SOBRE SALARIO	11.397.611,89
	CONTRIBUIÇÃO SOBRE GRATIFICAÇÃO NATALINA	820.222,75
	PARIDADE CONTRIBUTIVA DOS ASSISTIDOS (*)	7.146.119,13
	<b>TOTAL</b>	<b>19.363.953,77</b>
SERPRO PSII	CONTRIBUIÇÃO SOBRE SALARIO	36.769.558,68
	CONTRIBUIÇÃO SOBRE GRATIFICAÇÃO NATALINA	3.086.541,74
	<b>SUB-TOTAL</b>	<b>39.856.100,42</b>
	DEDUÇÕES DA PATROCINADORA	1.473.872,04
<b>TOTAL</b>		<b>38.382.228,38</b>
<b>TOTAL</b>		<b>57.746.182,15</b>

(\*) Paridade Contributiva dos Assistidos - parte da Patrocinadora referente a contribuição dos assistidos relativos a folha de pagamento do Plano PS I.

● **Valor total de outros recursos repassados pela patrocinadora:**

TOTAL	BASE	VALOR
LEI Nº 8.020/90	AMORTIZAÇÃO DE DIFERENÇAS	5.024.891,10
NOTE INICIAL	AMORTIZAÇÃO DO NOTE INICIAL	10.980.858,36
MIGRAÇÃO DO PSI PARA PS II	AMORTIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA	30.290.078,99
MIGRAÇÃO DO PSI PARA PS II	INTEGRALIZAÇÃO	7.661,07
ALUGUÉIS	ALUGUEL DA REGIONAL BELÉM	460.823,11
CONSIGNAÇÕES	EMPRESTIMO EMPREGADOS	11.150.939,64
<b>TOTAL</b>		<b>57.915.252,27</b>

● **Discriminação da razão ou motivo do repasse de recursos que não sejam contribuições:**

Os repasses extraordinários decorrem das seguintes operações:

- Lei nº 8.020/90 - amortização em 20 anos das diferenças verificadas na contribuição do patrocinador devidas ao enquadramento na citada lei, restando 65 parcelas vincendas a partir de jan/12;
- Dote Inicial – amortização em 20 anos do saldo apurado do dote inicial cujo pagamento havia sido indevidamente sustado em 1980, restando 65 parcelas vincendas a partir de jan/12;
- Migração do PS I para o PS II - amortização extraordinária – amortização em 30 anos do aporte decorrente de incentivo aos participantes para migração do Plano SERPRO I para o Plano SERPRO II, restando 240 parcelas vincendas a partir de jan/12;

- Migração do PS I para o PS II - amortização extraordinária - integralização – valor correspondente às parcelas mensais vincendas do incentivo aos participantes para migração do Plano SERPRO I para o Plano SERPRO II - para os casos de participantes que se aposentaram, faleceram ou saíram do Plano, em conformidade com o estabelecido no contrato de amortização vigente;
- Aluguéis – valor do aluguel mensal do edifício sede da Regional Belém.
- Consignações – valores referentes a empréstimos realizados por participantes do SERPROS, com desconto em folha, e repassados pelo SERPRO mensalmente.

As informações a seguir: manifestação da secretaria de previdência complementar, valor por tipo de aplicação, política de investimentos, parecer da auditoria independente, e conclusões do último estudo atuarial têm como fonte o ofício - OF DP026/2012 do Fundo Multipatrocinado – SERPROS, em resposta ao ofício OF DIRAD 034529/2011 do SERPRO.

- **Manifestação da Secretaria de Previdência Complementar**

A Previdência Complementar não mais se manifesta formalmente sobre o balanço das entidades.

● Valor total por tipo de aplicação e respectiva fundamentação legal

<b>POSIÇÃO SERPROS EM 31/12/2011</b>			
<b>Programa de Investimentos</b>	<b>R\$ Mil</b>	<b>%</b>	<b>CMN n° 3.792</b>
<b>Renda Fixa</b>	<b>2.848.082</b>	<b>86,5%</b>	<b>100%</b>
Carteira Própria	2.760.329	83,9%	-
Carteira Terceirizada	87.753	2,7%	-
<b>Renda Variável</b>	<b>270.353</b>	<b>8,2%</b>	<b>70%</b>
Carteira de Médio Prazo	203.307	6,2%	-
Carteira de Curto Prazo	7.036	0,2%	-
Carteira Terceirizada	58.127	1,8%	-
Outros <sup>(1)</sup>	1.882	0,1%	-
<b>Estruturados</b>	<b>78.639</b>	<b>2,4%</b>	<b>20%</b>
Fundos de Participações	78.639	2,4%	20%
<b>Emprést./Financ. Imobiliários</b>	<b>37.386</b>	<b>1,1%</b>	<b>15%</b>
Empréstimos	35.640	1,1%	15%
Financiamentos Imobiliários	1.746	0,1%	10%
<b>Imóveis</b>	<b>56.425</b>	<b>1,7%</b>	<b>8%</b>
Imóveis em carteira	56.425	1,7%	-
<b>Disponível</b>	<b>600</b>		-
<b>Depósitos Judiciais/Recursais</b>	<b>632</b>		-
<b>Outros Realizáveis <sup>(2)</sup></b>	<b>-</b>		-
<b>Exigíveis de Investimentos <sup>(3)</sup></b>	<b>(3.566)</b>		-
<b>Recursos Garantidores</b>	<b>3.288.550</b>	<b>100,0%</b>	
<b>(1) Outros - Dividendos a receber + Mercado a Vista + Juros sobre Capital Próprio</b>			
<b>(2) OFND - Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento</b>			
<b>(3) Lançamento em conformidade com a Instrução PREVIC n° 05/2011.</b>			

- **Alocação x Política de Investimento**

Direcionamento aprovado pelo CDE - Política de Investimentos 2011														
Segmentos	PSI				PSII BD				PSII CD				Consolidado	
	LI	LS	Alocação Objetivo	Atual	LI	LS	Alocaçã o Objetivo	Atual	LI	LS	Alocação Objetivo	Atual	Atual	Limite Legal
<b>Renda Fixa</b>	60,00%	100,00%	85,79%	<b>89,46%</b>	75,00%	100,00%	93,12%	<b>91,20%</b>	45,50%	100,00%	66,59%	<b>78,92%</b>	<b>86,54%</b>	<b>100,00%</b>
<b>Renda Variável</b>	0,00%	20,00%	7,02%	<b>5,90%</b>	0,00%	10,00%	3,86%	<b>2,75%</b>	0,00%	35,00%	25,27%	<b>15,04%</b>	<b>8,22%</b>	<b>70,00%</b>
<b>Imóveis</b>	0,00%	4,00%	1,28%	<b>2,59%</b>	0,00%	4,00%	0,41%	<b>0,62%</b>	0,00%	4,00%	0,93%	<b>1,47%</b>	<b>1,71%</b>	<b>8,00%</b>
<b>Empr/Financ</b>	0,00%	15,00%	2,10%	<b>1,47%</b>	0,00%	15,00%	1,37%	<b>0,08%</b>	0,00%	15,00%	3,11%	<b>1,46%</b>	<b>1,14%</b>	<b>15,00%</b>
<b>Investimentos Estruturados</b>	0,00%	10,00%	3,81%	<b>0,58%</b>	0,00%	10,00%	1,24%	<b>5,34%</b>	0,00%	20,00%	4,10%	<b>3,11%</b>	<b>2,39%</b>	<b>20,00%</b>
<b>Investimentos no Exterior</b>	0,00%	10,00%	0,00%	<b>0,00%</b>	0,00%	10,00%	0,00%	<b>0,00%</b>	0,00%	10,00%	0,00%	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>10,00%</b>

- **Política de investimentos da entidade fechada de previdência complementar evidenciando o retorno das aplicações resolução 3506/2007 incv art.22 do CMN.**

Não se aplica ao Serpros, a legislação em questão dispõe sobre as aplicações dos recursos dos regimes próprios de previdência social instituídos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.



## PARECER – PLANO DE BENEFÍCIOS SERPRO

### 1. Introdução

O Plano de Benefícios SERPRO (PSI) é um Plano estruturado na modalidade de Benefício Definido, cujas Provisões Matemáticas são avaliadas segundo o regime financeiro de capitalização.

### 2. Provisões Matemáticas

Consignadas no Balanço da Entidade em 31/12/2011, as Provisões Matemáticas do Plano de Benefícios SERPRO (PS-I) foram avaliadas de acordo com as informações relativas a essa data, pressuposta a manutenção das taxas contributivas fixadas no plano de custeio em vigor. O quadro a seguir apresenta a distribuição das provisões comparativamente ao exercício anterior:

PROVISÕES MATEMÁTICAS	dez/10	dez/11
<b>Benefícios Concedidos</b>	R\$ 700.655.532,64	R\$ 816.726.576,86
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	R\$ 700.655.532,64	R\$ 816.726.576,86
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados – Assistidos	R\$ 542.922.193,40	R\$ 648.523.974,58
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados - Assistidos	R\$ 157.733.339,24	R\$ 168.202.602,28
<b>Benefícios a Conceder</b>	R\$ 756.244.213,00	R\$ 742.453.286,00
Benef. Definido Estrut. em Regime de Capitalização Programado	R\$ 712.030.136,16	R\$ 705.322.487,44
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	R\$ 996.267.493,00	R\$ 983.901.839,00
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	(R\$ 142.118.678,42)	(R\$ 139.289.675,78)
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(R\$ 142.118.678,42)	(R\$ 139.289.675,78)
Benef. Definido Estrut. em Regime de Capitalização Não Programado	R\$ 44.214.076,84	R\$ 37.130.798,56
Valor Atual dos Benefícios Futuros não Programados	R\$ 61.813.612,00	R\$ 51.741.609,00
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	(R\$ 8.799.767,58)	(R\$ 7.305.405,22)
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(R\$ 8.799.767,58)	(R\$ 7.305.405,22)

Em relação aos valores de dezembro de 2010 a Provisão Matemática de Benefícios Concedidos apresentou, no exercício de 2011, aumento de 16,6%, e a Provisão Matemática de Benefícios a Conceder reduziu 1,8%, variações estas resultantes da conjugação de aspectos biométricos, demográficos e econômico-financeiros observados no período de análise, dentre os quais ressaltamos a concessão de novos benefícios (totalizando 187 benefícios, tanto programados quanto de risco, a mais em relação ao ano anterior), decorrentes principalmente das Ações de Preparação para a Aposentadoria (APA) realizadas pela patrocinadora SERPRO em 2011.



### 3. Resultado do Exercício

O Balanço Patrimonial revela que a parcela do patrimônio atribuída aos participantes do plano monta em R\$1.403.617.989,82. É, portanto, inferior às Provisões Matemáticas avaliadas em R\$1.559.179.862,86, conduzindo ao déficit técnico de R\$155.561.873,04.

A cobertura das Provisões Matemáticas face ao Ativo Líquido Patrimonial reduziu de 91,20 % em 2010 para 90,02 % em 2011.

A rentabilidade das cotas do plano, no exercício, foi de 8,34%, inferior à exigência atuarial de 12,55%, esta última composta pela variação do INPC no período, defasado de um mês, e juros de 6% a.a..

O principal motivo para o incremento do déficit em R\$27.388.464,99 (comparativamente ao resultado de 12/2010) foi a performance financeira, que sofreu impacto negativo decorrente da reversão do valor contabilizado no ativo garantidor referente às Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento (OFND), no montante de R\$39.423.016,18, conforme determinação da PREVIC, Ofício nº 4701 /2011/CGMC/DIACE, de 14/10/2011.

A situação deficitária do PSI, desde o exercício de 2001, resulta da conjugação de diversos fatores que majoraram os encargos do plano, tanto estruturais quanto conjunturais, tais como: tributação dos Fundos de Pensão, o que obrigou o SERPROS a pagar imposto não previsto; instituição do fator previdenciário pela previdência oficial, transferindo para o PS-I encargos adicionais; diminuição drástica da inflação, o que importou na redução do desconto aplicado aos encargos previstos com o pagamento de benefícios; aumento da expectativa de vida, o que leva ao pagamento de rendas vitalícias em prazo superior ao inicialmente estimado, elevando o custo do plano; perdas patrimoniais decorrentes de investimentos realizados; redução no *turnover* de empregados do SERPRO, também reduzindo o desconto aplicado aos encargos com o pagamento de benefícios; dentre outros.

Considerando o déficit observado no exercício de 2011, o plano de custeio praticado mostra-se insuficiente para o restabelecimento do necessário equilíbrio do Plano.

Nesses termos, segundo art. 21 da Lei Complementar 109/2001, mantendo-se a mesma linha da proposta de equilíbrio aprovada em 2003 pelo Conselho Deliberativo do Serpros e pela Patrocinadora Serpro, e implementada parcialmente em 01/10/2008 com o aumento de 35% do plano de custeio, sua revisão ainda indica a necessidade de ajuste das contribuições de participantes ativos, assistidos e patrocinadores em 33,06%.





#### 4. Dados Cadastrais

Admitimos o cadastro utilizado na avaliação, posto que a análise e a crítica realizadas pela entidade demonstraram consistência.

#### 5. Metodologia Aplicada

Registramos que a metodologia utilizada na avaliação do plano pautou-se no método agregado, buscando relacionar os compromissos e as obrigações na data de avaliação.

Como o plano se encontra em extinção, o método agregado é o mais indicado para a mensuração do passivo atuarial, já que esse método implica no reconhecimento mais acelerado dos compromissos previstos pelo plano.

Nesse método, os custos são definidos como a relação entre a parcela do valor presente dos benefícios não coberto pelo patrimônio existente, e o valor presente da folha de salários, Ressalte-se que nesse método não deve existir nem déficit e nem superávit e, conseqüentemente, o plano de custeio deve ser revisto a cada ano.

Porém, no caso do SERPROS, ajustes no plano de custeio não podem ser aplicados imediatamente, pois dependem de prévia manifestação do órgão responsável pela supervisão, pela coordenação e pelo controle do patrocinador, já que é uma Entidade patrocinada por empresa da administração pública.

#### 6. Premissas Atuariais

A escolha das premissas atuariais de forma inadequada representa o principal risco na mensuração dos resultados dos planos de benefícios, sendo assim é de suma importância que seja realizado estudo de forma a mitigar tais riscos. Para tanto, o SERPROS realiza anualmente estudo técnico visando identificar as premissas mais aderentes ao plano.

As premissas utilizadas na avaliação foram discutidas e aprovadas pelo Conselho Deliberativo da Entidade em conformidade ao disposto no §2º do art. 18 da LC Nº109/2001 e Resolução CGPC Nº18/2006.

O fator previdenciário tem na sua formulação, a expectativa de vida divulgada pelo IBGE (unisex), e essa é divulgada pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – FIBGE, no final de cada ano, sendo, desse modo, alterada da atual experiência 2009 para a experiência 2010 (unisex).

Visando melhor espelhar a perspectiva dos fluxos de encargos e receitas futuras do plano, a premissa concernente ao fator de capacidade foi redimensionada, passando-se a adotar 5,0%a.a. como perspectiva de inflação.

*[Handwritten signatures and initials]*

3

65



A tábua de entrada em invalidez, que apresenta a probabilidade de um indivíduo válido tornar-se inválido, sofreu alteração, passando da Light Média para a Light Fraca, pois os estudos realizados demonstraram a necessidade de adequação dessa premissa para uma tábua que considerasse menores taxas de entrada em invalidez. Tal alteração resultou na redução no encargo de invalidez, já que com a aplicação da nova tábua, estima-se que menos participantes entrarão em gozo do benefício por invalidez. Porém, tal impacto foi compensado pelo aumento do encargo com o benefício programado, pois a nova premissa estima que mais participantes entrarão em gozo da aposentadoria programada. Desta forma, o impacto dessa premissa no valor das provisões não foi significativo.

As demais premissas que influenciam este plano não sofreram alterações.

#### 7. Carregamento Administrativo

Não há carregamento administrativo incidindo sobre as contribuições. Ressaltamos que procedemos à avaliação atuarial adotando a fonte e o critério de custeio administrativo aprovado pelo Conselho Deliberativo, conforme previsão do art. 4º do Plano de Gestão Administrativa, ou seja, a utilização do Fundo Administrativo, sendo e a taxa de administração limitada a 1% sobre o montante dos recursos garantidores dos Planos de Benefícios. Mediante avaliação atuarial específica do Fundo Administrativo indicamos a viabilidade da adoção da Fonte de Custeio aprovada.

#### 8. Custos do Plano

A metodologia agregada adotada na avaliação atuarial não permite a segregação dos custos por benefício. Na tabela a seguir apresentamos, comparativamente ao exercício anterior, o custo global dos benefícios, em relação ao valor atual da folha de ativos, as contribuições relativas aos participantes ativos em relação à folha salarial e dos participantes assistidos em relação à folha de benefícios:

Custo global dos benefícios	12/2010	12/2011
		43,75%

Contribuições	12/2010	12/2011
Patrocinadores	50,7214%	59,3897%
Normal	37,5714%	43,9924%
Extraordinária	13,1500%	15,3973%
Participantes Ativos	7,5019%	7,6980%
Normal	5,5570%	5,7022%
Extraordinária	1,9449%	1,9958%
Assistidos	12,5010%	12,5010%
Normal	9,2600%	9,2600%
Extraordinária	3,2410%	3,2410%



A variação no percentual das contribuições deve-se principalmente à redução do valor atual da folha salarial, impactada pela movimentação da massa de participantes e pela alteração da premissa de inflação.

Verifica-se um incremento do custo global dos benefícios de 2010 para 2011, o que está condizente com o acréscimo do déficit ocorrido em dezembro de 2011, decorrente principalmente da redução do ativo garantidor, conforme mencionado anteriormente, reiterando a necessidade de revisão imediata do plano de custeio.

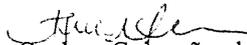
### 9. Conclusão

Embora haja o monitoramento constante do Plano SERPRO, há de se considerar que existem riscos inerentes a este plano, posto que é de benefício definido, dependente do nível salarial dos participantes ativos e do valor do benefício do INSS.

De modo a minimizar os riscos inerentes a um Plano estruturado na modalidade de Benefício Definido, foi encaminhado para aprovação dos órgãos de controle e fiscalização da Patrocinadora (para posterior envio à PREVIC), proposta de alterações estruturais no PSI, contemplando o saldamento do plano de benefícios, abrangendo universal e exclusivamente os participantes ativos e os assistidos em suplementação de auxílio-doença. Tais alterações implicam em considerável redução da Provisão Matemática de Benefícios a Conceder, o que se estima ser suficiente para a extinção do atual déficit técnico.

Destaca-se ainda a aprovação e assinatura do Termo de Ajuste de Conduta (TAC), publicado no DOU 27/10/2011. Tal instrumento formaliza compromisso assumido com a PREVIC pelos administradores da Entidade, representantes do Conselho Deliberativo e da Patrocinadora, para equacionamento do déficit técnico do PSI através do saldamento do Plano e caso este se mostre insuficiente ou em decorrência da não aprovação do saldamento, a introdução de contribuições adicionais paritárias, nos termos dos § 1º e 2º do art. 21 da Lei Complementar nº 109/2001.

Rio de Janeiro, 6 de março de 2012.

  
Tatiana Cardoso Guimarães da Silva  
ATUÁRIA – MIBA Nº 1042



**PARECER – PLANO DE BENEFÍCIOS SERPRO-II**

**1. Introdução**

O Plano de Benefícios SERPRO-II é estruturado na modalidade de Contribuição Variável, sendo de Contribuição Definida na fase de acumulação dos benefícios programados e de Benefício Definido para os benefícios de riscos e na fase de recebimento dos benefícios, e possui as Provisões Matemáticas avaliadas segundo o regime financeiro de capitalização.

**2. Provisões Matemáticas**

Consignadas no Balanço da Entidade em 31/12/2011, as Provisões Matemáticas do Plano de Benefícios SERPRO-II (PS-II) foram avaliadas de acordo com as informações relativas a essa data, pressuposta a manutenção das taxas contributivas fixadas no plano em vigor. O quadro a seguir apresenta a distribuição das provisões comparativamente ao exercício anterior:

PROVISÕES MATEMÁTICAS	dez/10	dez/11
Benefícios Concedidos	R\$ 153.000.869,53	R\$ 242.351.736,13
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	R\$ 153.000.869,53	R\$ 242.351.736,13
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados – Assistidos	-	-
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados - Assistidos	R\$ 153.000.869,53	R\$ 242.351.736,13
Benefícios a Conceder	R\$ 1.280.335.250,08	R\$ 1.280.204.967,69
Contribuição Definida	R\$ 1.115.479.571,89	R\$ 1.181.649.589,95
Saldo de Contas – Parcela Patrocinador(es)/Instituidor(es)	R\$ 171.971.425,73	R\$ 208.703.931,91
Saldo de Contas – Parcela Participantes	R\$ 943.508.146,16	R\$ 972.945.658,04
Benef. Definido Estrut. em Regime de Capitalização Programado	-	-
Benef. Definido Estrut. em Regime de Capitalização não Programado	R\$ 164.855.678,19	R\$ 98.555.377,74
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	R\$ 349.813.798,07	R\$ 316.479.691,92
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	(R\$ 92.479.059,94)	(R\$ 108.962.157,09)
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(R\$ 92.479.059,94)	(R\$ 108.962.157,09)

Os Fundos Previdenciais, constituídos para dar maior garantia ao Plano, foram reavaliados em R\$100.850.100,36 em dez/11, estando assim discriminados:

*Handwritten signatures and initials:*  
 - Top left: "LR"  
 - Top right: "R"  
 - Middle right: "CAR"  
 - Middle: "M"  
 - Bottom center: "e"  
 - Bottom left: "J"



Fundos	dez/10	dez/11
Fundo de Cobertura da Anti-Seleção de Riscos - Adesão	R\$ 7.090.175,94	R\$ 8.113.190,96
Fundo de Cobertura da Anti-Seleção de Riscos - Longevidade	R\$78.049.000,94	R\$86.132.384,38
Fundo de Compensação de Cotas Excedentes	R\$ 4.561.857,07	R\$ 6.604.525,02

Onde:

*Fundo de Anti-seleção de riscos – Sob o Aspecto de Adesão: é o fundo destinado à cobertura de eventuais insuficiências decorrentes do ingresso de participantes com perfil etário/salarial discrepante daquele que serve de base para a elaboração do plano de custeio dos benefícios de risco do plano.*

*Fundo de Anti-seleção de riscos – Sob o Aspecto de Longevidade: é o fundo destinado à cobertura de eventuais insuficiências decorrentes do aumento da expectativa de vida relativamente à experiência de mortalidade adotada na avaliação do plano de benefícios.*

*Fundo de Compensação de Cotas Excedentes: é o fundo destinado à cobertura de eventuais insuficiências decorrentes da diferença entre a rentabilidade patrimonial do plano de benefícios e a correção monetária referente ao pagamento de resgates e transferências patrimoniais, apuradas entre a data de requerimento e a data do efetivo pagamento.*

De acordo com determinação da fiscalização da PREVIC, Relatório nº25/2010/ERRJ/PREVIC datado de 16/12/2010, o saldo então existente no Fundo de Oscilação de Risco foi revertido para a conta de Superávit do Plano PSII em dezembro de 2010 e a partir dessa data, passamos a apurar resultado para o plano.

Comparativamente aos valores apresentados em dezembro de 2010, no que concerne à Provisão de Benefícios a Conceder, verifica-se uma redução de 40,22% da parcela de risco no exercício, principalmente em decorrência da alteração da tábua de entrada em invalidez. Com relação à parcela de contribuição definida, observa-se um aumento de 5,93%. Verifica-se que a variação ocorrida foi inferior à rentabilidade do plano, devido principalmente à alteração da massa de participantes (entradas em benefícios, tanto programados quanto de risco, além de resgates).

A Provisão Matemática de Benefícios Concedidos apresentou, no exercício de 2011, acréscimo de 58,40%, destacando-se como fator que contribuiu para tal acréscimo as novas concessões de benefícios (totalizando 88 benefícios, programados e de risco, a mais em relação ao ano anterior), decorrentes principalmente das Ações de Preparação para a Aposentadoria (APA) realizadas pela patrocinadora SERPRO.



### 3. Resultado do Exercício

O Balanço Patrimonial revela que a parcela do patrimônio atribuída aos participantes do plano monta em R\$1.770.732.180,90. É, portanto, superior às Provisões Matemáticas avaliadas em R\$1.522.556.703,82, conduzindo ao superávit técnico de R\$248.175.477,08 sendo R\$85.226.778,46 alocados na Reserva de Contingência e R\$162.948.698,62 na Reserva Especial para Revisão de Plano, estando este sujeito, portanto, às determinações constantes na Resolução CGPC nº 26/2008.

O incremento de 109% observado no superávit do plano (parcela de benefício definido), que passou de R\$ 118.636.369,50 (valor da época) em 12/2010 para R\$ 248.175.477,08 em 12/2011, deve-se principalmente à alteração da tábua de entrada em invalidez e da rentabilidade relativa a essa parcela.

A rentabilidade no exercício de 2011, medida pelo sistema de cotas da entidade, foi de 14,42% relativamente à parcela atribuível aos benefícios de risco e 10,36% no que se refere aos saldos de conta de participantes, enquanto a meta atuarial foi de 12,55%, composta pela variação do INPC no período, defasado de um mês, e juros de 6% a.a.

Verifica-se que o resultado superavitário do plano decorre de aspectos conjunturais e estruturais, pois além da rentabilidade (da parcela de benefício definido) ter sido superior à meta atuarial, a avaliação indica que o plano de custeio praticado está superdimensionado para a atual massa de participantes. Sendo assim, existe a necessidade de revisão do plano de custeio referente à parcela delineada na modalidade de benefício definido.

### 4. Dados Cadastrais

Admitimos o cadastro utilizado na avaliação, posto que a análise e a crítica realizadas pela entidade demonstraram consistência.

### 5. Metodologia Aplicada

Registramos que a metodologia de avaliação dos benefícios de risco pautou-se no método agregado, buscando a relação entre os compromissos e as obrigações, na data de avaliação.

O método agregado está adequado para o financiamento dos benefícios de risco do plano, pois enquadra-se na legislação vigente que preconiza que nos planos estruturados na modalidade de benefício definido pelo regime de capitalização, o método mínimo de financiamento dos encargos atuariais necessários para garantir os benefícios do plano é o crédito unitário.

*JF*

*RL*

*FC*

*FC*

*FC*

*e*



Nesse método, os custos são definidos como a relação entre a parcela do valor presente dos benefícios não coberto pelo patrimônio existente, e o valor presente da folha de salários. Ressalte-se que nesse método não deve existir nem déficit e nem superávit e, conseqüentemente, o plano de custeio deve ser revisto a cada ano.

Porém, no caso do SERPROS, ajustes no plano de custeio não podem ser aplicados imediatamente, pois dependem de prévia manifestação do órgão responsável pela supervisão, pela coordenação e pelo controle do patrocinador, já que é uma Entidade patrocinada por empresa da administração pública.

Com relação à parcela de contribuição definida, a metodologia utilizada é a de capitalização individual, que é a metodologia aplicável aos planos dessa modalidade.

#### 6. Premissas Atuariais

A escolha das premissas atuariais de forma inadequada representa o principal risco na mensuração dos resultados dos planos de benefícios, sendo assim é de suma importância que seja realizado estudo de forma a mitigar tais riscos. Para tanto, o SERPROS realiza anualmente estudo visando identificar as premissas mais aderentes ao plano.

As premissas utilizadas na avaliação foram discutidas e aprovadas pelo Conselho Deliberativo da Entidade em conformidade ao disposto no §2º do art. 18 da LC Nº109/2001 e Resolução CGPC Nº18/2006.

Visando melhor espelhar a perspectiva dos fluxos de encargos e receitas futuras do plano, a premissa concernente ao fator de capacidade foi redimensionada, passando-se a adotar 5,0%a.a. como perspectiva de inflação.

A tábua de entrada em invalidez, que apresenta a probabilidade de um indivíduo válido tornar-se inválido, sofreu alteração, passando da Light Média para a Light Fraca, pois os estudos realizados demonstraram a necessidade de adequação dessa premissa para uma tábua que considerasse menores taxas de entrada em invalidez. Tal alteração resultou na redução no encargo de invalidez, já que com a aplicação da nova tábua estima-se que menos participantes entrarão em benefício por invalidez e mais participantes entrarão em benefício programado. Como conseqüência, houve uma redução de R\$76.463.092,13 (de nov/11 para dez/11) na Reserva Matemática de Benefícios a Conceder referente à parcela de risco. A alteração dessa premissa não causou impacto no encargo do benefício de aposentadoria programada já que este é em função dos saldos de contas individuais.

As demais premissas que influenciam este plano não sofreram alterações.



## 7. Carregamento Administrativo

Não há carregamento administrativo incidindo sobre as contribuições. Ressaltamos que procedemos à avaliação atuarial adotando a fonte e o critério de custeio administrativo aprovado pelo Conselho Deliberativo, conforme previsão do art. 4º do Plano de Gestão Administrativa, ou seja, a utilização do Fundo Administrativo, sendo a taxa de administração limitada a 1% sobre o montante dos recursos garantidores dos Planos de Benefícios. Mediante avaliação atuarial específica do Fundo Administrativo indicamos a viabilidade da adoção da Fonte de Custeio aprovada.

## 8. Plano de Custeio

A metodologia adotada na avaliação atuarial não permite a segregação dos custos por benefício. Na tabela a seguir apresentamos, comparativamente ao exercício anterior, o custo global dos benefícios, em relação ao valor atual da folha de ativos, as contribuições relativas aos participantes ativos em relação à folha salarial e dos participantes assistidos em relação à folha de benefícios:

Custo global dos benefícios	12/2010	12/2011
		5,60%

Contribuições	12/2010	12/2011
Normais Patrocinadores		
Benefícios Programados <sup>(1)</sup>	6,345%	6,561%
Benefícios de Risco <sup>(2)</sup>	2,800%	2,879%
Extraordinária Patrocinadores	-	-
Normais Participantes Ativos		
Benefícios Programados <sup>(1)</sup>	6,345%	6,561%
Benefícios de Risco <sup>(2)</sup>	2,800%	2,879%
Extraordinária Patrocinadores	-	-
Participantes Assistidos		
Normal	3,00%	3,00%
Extraordinária	-	-

(1) Em relação à folha salarial

(2) Em relação ao valor presente da folha

O custo global dos benefícios de risco referente à parcela de Benefício Definido passou de 5,60% em 2010 para 5,76% em 2011, sendo a variação decorrente da movimentação de participantes (novas adesões e entradas em benefício).



Os benefícios programados são calculados em função dos saldos de conta dos participantes. As contribuições referentes a esses benefícios são calculadas com base na média das contribuições realizadas no exercício, destinadas à formação dos saldos de conta, que são as contribuições suplementares dos participantes (parcela obrigatória de 1% sobre o salário-de-participação mais um percentual facultativo, limitado a 15%, sobre o excesso do salário-de-participação em relação ao Valor de Referência Serpro).

As contribuições relativas aos benefícios de risco são determinadas a partir da aplicação do plano de custeio vigente (percentuais variáveis de acordo com a idade de adesão ao plano) sobre os salários.

As contribuições dos assistidos são fixas em 3,00% dos benefícios.

A variação dos percentuais verificada no quadro anterior deve-se a movimentação na massa de participantes e variação salarial.

## 9. Conclusão

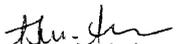
Verifica-se que o resultado superavitário do plano (parcela de risco) sofreu significativo aumento em relação ao exercício anterior, o que evidencia a necessidade de ajuste no plano de custeio referente à parcela de Benefício Definido vigente.

Deste modo, foi encaminhado para aprovação dos órgãos de controle e fiscalização da Patrocinadora (para posterior envio à PREVIC), proposta de alterações estruturais no PSII, que implicam na redução do custo dos benefícios de risco e ajustes no plano de custeio atualmente praticado.

O custo do plano de benefícios no que se refere à contribuição definida, não deverá variar por causas exógenas, mas tão somente em função da contribuição suplementar facultativa escolhida pelo participante, observados os limites estabelecidos no regulamento do plano.

Ante o exposto, verifica-se que o Plano de Benefícios SERPRO-II está superavitário e de acordo com a Resolução CGPC nº 26 de 2008, deverá obrigatoriamente ser revisto após o decurso de três exercícios a partir da constituição da Reserva Especial para Revisão de Plano.

Rio de Janeiro, 6 de março de 2012.

  
Tatiana Cardoso Guimarães da Silva  
ATUÁRIA – MIBA Nº 1042



## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

**Aos**  
**Administradores, Patrocinadoras e Participantes do**  
**SERPROS – Fundo Multipatrocinado**

Examinamos as demonstrações contábeis do SERPROS - Fundo Multipatrocinado, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do ativo líquido e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefício do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das obrigações atuariais para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Rio de Janeiro-RJ - Rua São José, 70 - 21º/22º andares - 20010-020 - Tel (21) 2156-5800 - Fax (21) 2262-6806 - [rj@bkr-lopemachado.com.br](mailto:rj@bkr-lopemachado.com.br)  
Empresas controladas/ligadas  
São Paulo-SP - [sp@bkr-lopemachado.com.br](mailto:sp@bkr-lopemachado.com.br) - Tel (11) 5041-4610 - Fax (11) 5041-4536  
Belo Horizonte-MG - [auditoria@bkrbh.com.br](mailto:auditoria@bkrbh.com.br) - Telefax (31) 2122-3210  
Salvador-BA - [trelna.ba@bkr-lopemachado.com.br](mailto:trelna.ba@bkr-lopemachado.com.br) - Telefax (71) 3113-2226 / 2229  
Recife-PE - [recife@bkr-lopemachado.com.br](mailto:recife@bkr-lopemachado.com.br) - Tels (81) 3325-6041 / 6040 / 6171 - Fax (81) 3325-6041 / 6171  
Maceió-AL - [maceio@bkr-lopemachado.com.br](mailto:maceio@bkr-lopemachado.com.br) - Tel (22) 2772-6896 - Telefax (22) 2772-7455  
Vila Velha - ES - [es@bkr-lopemachado.com.br](mailto:es@bkr-lopemachado.com.br) - Tel: (27) 2127-4150  
Cuiabá - MT - Tel: (65) 3321-8633

BKR INTERNATIONAL  
[www.bkr.com](http://www.bkr.com)

Américas - Nova York - NY - EUA - Tel (1) (212) 964-2115 - Fax (1) (212) 964-2133 - [bkr@bkr.com](mailto:bkr@bkr.com) - Contato: Maureen M. Schwartz - Diretora Executiva



74



Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefício. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefício acima referidas apresentam adequadamente, em todos aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do SERPROS - Fundo Multipatrocinado e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2011 e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC.

### Ênfase

a) Conforme descrito na nota explicativa 4.2.1.1, a Entidade e a Patrocinadora submeteram a Comissão de Mediação, Conciliação e Arbitragem da PREVIC – CMCA, em 16 de junho de 2011, o fato da Patrocinadora não ter honrado o pagamento dos juros moratórios sobre a suspensão das Contribuições contratadas, cujo o saldo em 31 de dezembro de 2011 para o Plano SERPRO (PS-I) é de R\$ 137 mil e para o Plano SERPRO (PS-II) é de R\$ 6.187 mil. A referida Comissão de Mediação, Conciliação e Arbitragem da PREVIC – CMCA, em 03 de agosto de 2011, negou pedido de intermediação, alegando a impossibilidade de opinar sobre os juros moratórios incorrentes sobre a dívida, uma vez que o Tribunal de Contas da União não apresentou a posição definitiva quanto ao assunto. Por essa razão, a Diretoria Executiva da Entidade juntamente com os Assessores jurídicos, decidiram adotar as providências judiciais somente após a manifestação do Tribunal de Contas da União.

Rio de Janeiro-RJ - Rua São José, 70 - 21º/22º andares - 20010-020 - Tel (21) 2156-5800 - Fax (21) 2262-6806 - [ej@bkr-lopemachado.com.br](mailto:ej@bkr-lopemachado.com.br)

Empresas controladas/ligadas

São Paulo-SP - [sp@bkr-lopemachado.com.br](mailto:sp@bkr-lopemachado.com.br) - Tel (11) 5041-4610 - Fax (11) 5041-4536

Belo Horizonte-MG - [auditoria@bkrhq.com.br](mailto:auditoria@bkrhq.com.br) - Telefax (31) 2122-3210

Salvador-BA - [treina.ba@bkr-lopemachado.com.br](mailto:treina.ba@bkr-lopemachado.com.br) - Telefax (71) 3113-2226 / 2229

Recife-PE - [recife@bkr-lopemachado.com.br](mailto:recife@bkr-lopemachado.com.br) - Tels (81) 3325-6041 / 6040 / 6171 - Fax (81) 3325-6041 / 6171

Macacé-RJ - [macae@bkr-lopemachado.com.br](mailto:macae@bkr-lopemachado.com.br) - Tel (22) 2772-6896 - Telefax (22) 2772-7455

Vila Velha - ES - [es@bkr-lopemachado.com.br](mailto:es@bkr-lopemachado.com.br) - Tel: (27) 2127-4150

Cuiabá - MT - Tel: (65) 3321-8633

BKR INTERNATIONAL

[www.bkr.com](http://www.bkr.com)

Américas - Nova York - NY - EUA - Tel (1) (212) 964-2115 - Fax (1) (212) 964-2133 - [bkr@bkr.com](mailto:bkr@bkr.com) - Contato: Maureen M. Schwartz - Diretora Executiva





b) Na avaliação atuarial o déficit técnico acumulado observado no exercício de 2011 de R\$155.562 mil, indica que o plano de custeio praticado para o plano de benefício do SERPRO (PS-I), apresenta-se insuficiente para o estabelecimento necessário do seu equilíbrio. De modo a minimizar os riscos inerentes a um Plano estruturado na modalidade de Benefício Definido, foi enviado à patrocinadora proposta de alterações estruturais no PS-I, contemplando principalmente o saldamento do plano de benefícios, abrangendo universal e exclusivamente os participantes ativos e os assistidos em suplementação de auxílio doença. A Administração estima que tais alterações implicam em considerável redução da Provisão Matemática de Benefícios a Conceder o que poderá extinguir o atual déficit técnico. Sendo assim, os Administradores da Entidade, representantes do Conselho Deliberativo e da Patrocinadora assumiram um compromisso junto a PREVIC, através do Termo de Ajuste de Conduta (TAC), para equacionamento do déficit técnico do PSI através do saldamento do Plano e caso este se mostre insuficiente ou em decorrência da não aprovação do saldamento, a introdução de contribuições adicionais paritárias, nos termos dos § 1º e 2º do art. 21 da Lei Complementar nº 109/2001. O plano de benefícios SERPRO (PS-II), apresentou um superávit técnico acumulado de R\$ 248.175 mil e fundo previdencial constituído de R\$ 100.850 mil. Em função do aumento significativo em relação ao exercício anterior, observou-se a necessidade de ajuste do plano de custeio referente à parcela do Benefício Definido vigente. Desta forma, foi encaminhado para aprovação dos órgãos de controle e fiscalização da Patrocinadora (para posterior envio à Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC), proposta de alterações estruturais no plano de benefícios SERPRO (PS-II), que implicam na redução do custo dos benefícios de risco e ajustes no plano de custeio atualmente praticado. O Plano Administrativo apresenta um fundo constituído de R\$124.689 mil.

#### Outros assuntos

##### Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 22 de março de 2011, sem ressalvas, e contendo os seguintes parágrafos de ênfase:

- “a) Conforme mencionado na nota explicativa 4.2.3.2, item II – Gestão Terceirizada – Fundo de Investimentos em Participações (FIP), a participação da entidade excedeu ao limite de 25% sobre o patrimônio líquido do fundo investido, em desacordo com a letra “b” inciso IV e parágrafo 5º do artigo 42 da Resolução CMN 3.792/2009.

Rio de Janeiro-RJ - Rua São José, 70 - 21º/22º andares - 20010-020 - Tel (21) 2156-5800 - Fax (21) 2262-6806 - rj@bkr-lopemachado.com.br

Empresas controladas/ligadas

São Paulo-SP - spa@bkr-lopemachado.com.br - Tel (11) 5041-4610 - Fax (11) 5041-4536

Belo Horizonte-MG - auditoria@bkrhq.com.br - Telefax (31) 2122-3210

Salvador-BA - treina.ba@bkr-lopemachado.com.br - Telefax (71) 3113-2226 / 2229

Recife-PE - recife@bkr-lopemachado.com.br - Tels (81) 3325-6041 / 6040 / 6171 - Fax (81) 3325-6041 / 6171

Macaé-RJ - maca@bkr-lopemachado.com.br - Tel (22) 2772-6896 - Telefax (22) 2772-7455

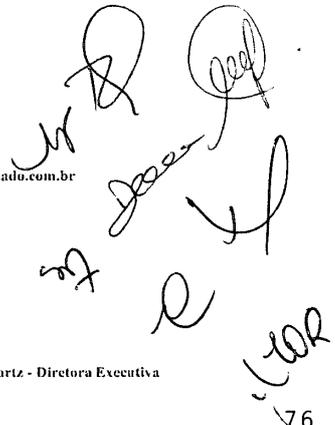
Vila Velha - ES - esa@bkr-lopemachado.com.br - Tel: (27) 2127-4150

Cuiabá - MT - Tel: (65) 3321-8633

BKR INTERNATIONAL

www.bkr.com

Américas - Nova York - NY - E.U.A - Tel (1) (212) 964-2115 - Fax (1) (212) 964-2133 - bkr@bkr.com - Contato: Maureen M. Schwartz - Diretora Executiva



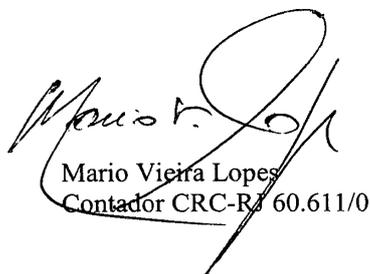


- b) Na avaliação atuarial o déficit técnico acumulado observado no exercício de 2010 de R\$ 128.173 mil (R\$ 262.245 mil em 2009), indica que o plano de custeio praticado para o plano de benefício do SERPRO (PS-I), mostra-se insuficiente para o estabelecimento necessário do seu equilíbrio. Visando o enquadramento do déficit do referido Plano, a empresa contratada GLOBALPREV Consultores Associados Ltda., apresentou em 2009, proposta para equalização do déficit do PS-I e aprimoramentos do PS-II, aprovada pela Diretoria Executiva e conselho Deliberativo do SERPROS. O saldamento proposto possui a finalidade de minimizar os riscos inerentes ao PS-I, implicando na redução do passivo atuarial do plano(benefício a conceder), conforme mencionado na nota explicativa 10. O plano de benefícios SERPRO (PS-II) encontra-se em equilíbrio, apresentando um fundo previdencial constituído de R\$ 89.701 mil (R\$ 122.643 mil em 2009). O Plano Administrativo apresenta em fundo constituído de R\$ 122.932 mil (R\$ 111.910 mil em 2009).”

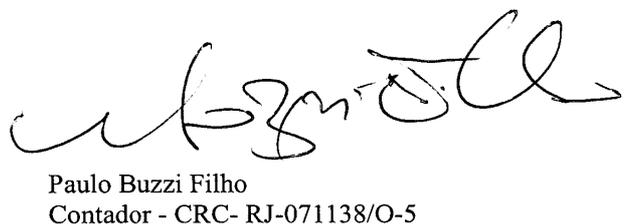
Rio de Janeiro, 06 de março de 2012



CRC-RJ-2026-O



Mario Vieira Lopes  
Contador CRC-RJ 60.611/0



Paulo Buzzi Filho  
Contador - CRC- RJ-071138/O-5

Rio de Janeiro-RJ - Rua São José, 70 - 21º/22º andares - 20010-020 - Tel (21) 2156-5800 - Fax (21) 2262-6806 - [rj@bkr-lopemachado.com.br](mailto:rj@bkr-lopemachado.com.br)  
Empresas controladas/ligadas  
São Paulo-SP - [spa@bkr-lopemachado.com.br](mailto:spa@bkr-lopemachado.com.br) - Tel (11) 5041-4610 - Fax (11) 5041-4536  
Belo Horizonte-MG - [auditoria@bkrhq.com.br](mailto:auditoria@bkrhq.com.br) - Telefax (31) 2122-3210  
Salvador-BA - [trelma.ba@bkr-lopemachado.com.br](mailto:trelma.ba@bkr-lopemachado.com.br) - Telefax (71) 3113-2226 / 2229  
Recife-PE - [recife@bkr-lopemachado.com.br](mailto:recife@bkr-lopemachado.com.br) - Tels (81) 3325-6041 / 6040 / 6171 - Fax (81) 3325-6041 / 6171  
Maceió-AL - [maceio@bkr-lopemachado.com.br](mailto:maceio@bkr-lopemachado.com.br) - Tel (22) 2772-6896 - Telefax (22) 2772-7455  
Vila Velha - ES - [es@bkr-lopemachado.com.br](mailto:es@bkr-lopemachado.com.br) - Tel: (27) 2127-4150  
Cuiabá - MT - Tel: (65) 3321-8633

BKR INTERNATIONAL  
[www.bkr.com](http://www.bkr.com)

Américas - Nova York - NY - EUA - Tel (1) (212) 964-2115 - Fax (1) (212) 964-2133 - [bkr@bkr.com](mailto:bkr@bkr.com) - Contato: Maureen M. Schwartz - Diretora Executiva

77

### **c) Informações sobre Ações de Fiscalização**

Durante o exercício de 2011, foram realizados 3 (três) trabalhos de auditoria no Serpros - Fundo Multipatrocinado a fim de verificar o cumprimento das normas, regulamentos e legislação específica, por parte de seus gestores, relacionados aos Programas: Administrativo; Previdenciário; e de Investimentos, como também, os processos de Tecnologia da Informação, abrangendo os controles e ambientes relativos à gestão da segurança da informação.

Diante dos trabalhos realizados, foi possível concluir que a Diretoria Executiva do Fundo vem atuando no sentido de minimizar os riscos inerentes a sua atividade e garantir a rentabilidade e segurança para os recursos aplicados. Entretanto, convém ressaltar os itens a seguir, os quais merecem especial atenção por parte dos gestores responsáveis:

- processo de saldamento e equacionamento do déficit do PS I;
- reestruturação da área de investimentos, conforme recomendado no trabalho GF-ES/0001/2011.

Em relação ao controles internos existentes e aplicáveis à gestão dos serviços de Tecnologia da Informação (TI), foi constatado que os mesmos não são suficientes nem efetivos para garantir plena operação dos serviços de TI do Serpros. Contudo, a aprovação, implementação e validação do Modelo de Gestão de Incidentes de Segurança da Informação, aliado ao cumprimento da Instrução Normativa relacionada, permitirá o aprimoramento dos controles internos e, posteriormente, garantirá a operação normal dos serviços de TI. Foi recomendada a validação do ciclo de vida do Modelo de Gestão de Incidentes de Segurança da Informação para aferição futura da presente questão.

Marcos Vinicius Ferreira Mazoni  
Diretor-Presidente